

Luiz Bresser Pereira

A DÍVIDA E A INFLAÇÃO

A Economia
dos anos
Figueiredo
1978-1985



GAZETA

MERCANTIL
1985

Luiz Bresser Pereira

A DÍVIDA E A INFLAÇÃO

A Economia dos anos Figueiredo 1978-1985

GAZETA MERCANTIL
EDITORA JORNALÍSTICA

A DÍVIDA E A INFLAÇÃO

A Economia dos Anos Figueiredo 1978-1985

Luiz Bresser Pereira

© Gazeta Mercantil S.A. Editora Jornalística
Rua Major Quedinho, 90 – 5º andar
Impresso no Brasil
Setembro de 1985

ÍNDICE

Introdução: A Economia dos Anos Figueiredo	7
Capítulo 1 - O modelo brasileiro	15
Capítulo 2 - A questão nacional	31
Capítulo 3 - 1979 - Inflação e pacto social	45
Capítulo 4 - 1980 - As contradições da política econômica	65
Capítulo 5 - 1981 - A recessão começa	89
Capítulo 6 - 1982 - A crise externa	121
Capítulo 7 - 1983 - Recessão e inflação	151
Capítulo 8 - 1984 - A recuperação da economia	183
Capítulo 9 - 1985 - Nova aceleração inflacionária	209

Introdução

A ECONOMIA DOS ANOS FIGUEIREDO

Este livro, no qual reúno os artigos sobre economia publicados na imprensa entre o final de 1978 e o início de 1985, pretende ser uma crônica da política econômica do governo Figueiredo e, ao mesmo tempo, uma análise da evolução da economia brasileira nesse período. É o registro de um tempo caracterizado por toda sorte de contradições – por prosperidade e crise, por autoritarismo e democracia, por discórdia e consenso –, no qual os dois termos básicos foram sempre a dívida externa e a inflação.

Hesitei antes de decidir publicá-lo, porque os artigos de jornal são necessariamente contingentes. A boa recepção do livro anterior, *O colapso de uma aliança de classes*, que reunia meus artigos jornalísticos entre 1974 e 1978, estimulou-me a organizar este livro. Como escrevi artigos semanais para a *Folha de S. Paulo*, além de artigos para outros jornais e revistas, procurando sempre registrar e analisar o processo econômico e político em curso, pareceu-me que este livro poderá ser útil para quem deseja estudar a dinâmica da economia brasileira nestes últimos seis anos. Pretendo publicar outro livro reunindo os artigos sobre o processo político desse período.

No plano econômico as transformações por que passou este país, sintetizadas no Quadro I, foram profundas. 1978 foi o último ano da política de “crescimento com endividamento” definida ainda no final dos anos 60. Logo no início de 1979, a economia brasileira, que desde 1974 vinha-se desacelerando, mas

Quadro 1

A ECONOMIA ENTRE 1978 E 1984

Ano	Crescimento do PIB (%) (1)	Inflação IGP (%) (2)	Balança Comercial (US\$ milhões) (3)	Balança de Conta Corrente (US\$ milhões) (4)	Déficit Público Operac. (% do PIB) (5)
1978	5,0	40,8	-1.024	-6.990	n.d.
1979	6,4	77,2	-2.717	-10.742	8,3
1980	7,2	110,3	-2.829	-12.807	6,7
1981	-1,6	95,1	1.213	-11.734	5,9
1982	0,9	99,7	780	-16.310	6,6
1983	-3,2	211,0	6.470	-6.868	2,5
1984	4,1	223,8	13.068	632*	(0,2)*

* estimativa (superávit)

n.d. não disponível

Fontes: Colunas (1) e (2) – Fundação Getúlio Vargas

Colunas (3), (4) e (5) – Banco Central (Boletins e Relatórios)

Nota: O superávit público operacional de 0,2% do PIB, nos termos do conceito do FMI de Necessidades de Financiamento do Setor Público, foi publicado pelo Banco Central no relatório *Brasil, Programa Econômico, Ajustamento Interno e Externo*, maio de 1985. A *Gazeta Mercantil*, entretanto, em 26 de junho de 1985, informou que o Banco Central havia produzido um relatório ainda não publicado, revendo os cálculos do déficit operacional para 5,2% do PIB em 1981, 6,2% em 1982, 3,4% em 1983 e 1,7% em 1984.

mantinha elevadas taxas de crescimento graças a um forte processo de endividamento externo, sofre o efeito de três choques externos poderosos: (a) os preços do petróleo voltam a elevar-se violentamente; (b) a taxa de juros internacional, que em termos reais estava próxima de zero, torna-se fortemente positiva em função da nova política de valorização do dólar do Federal Reserve Board (o banco central norte-americano); e (c) em função dessa mesma política os Estados Unidos e os demais países centrais entram em profunda recessão entre 1979 e 1982, com graves prejuízos para as exportações brasileiras e, portanto, para o equilíbrio de seu balanço de pagamentos.

O governo brasileiro, diante destes três fatos novos, em vez de providenciar o ajustamento gradual de sua própria economia, que naquele momento estava desajustada – porque estava gastando muito mais do que estava produzindo –, decide enfrentar as pressões inflacionárias e o endividamento externo com mais gastos, com uma nova expansão. Com esta decisão procurava-se repetir o êxito de 1967-73, quando uma política de crescimento econômico acompanhada de controles administrativos de preços possibilitou a redução da taxa de inflação. Acontece, entretanto, que as circunstâncias em 1979 eram totalmente diversas das existentes em 1967. Ao contrário do que ocorria naquela época, em 1979 a economia estava internamente desajustada: (a) o déficit público era elevado; (b) pesados subsídios distorciam o mercado; e (c) a inflação apresentava tendência crescente. Externamente as circunstâncias também eram outras: (a) a dívida já era muito elevada; (b) as duas elevações dos preços do petróleo (1973 e 1979) haviam provocado um déficit estrutural na balança de transações reais (balança comercial mais serviços reais de transportes, seguro e turismo), que ainda não podia ser compensado pela maturação dos investimentos do segundo PND; (c) a taxa de juros havia dado um salto para cima; e (d) as economias centrais em recessão não permitiam a elevação necessária das exportações brasileiras.

A decisão de expandir a economia em 1979 e 1980, em circunstâncias totalmente adversas, e a decisão adicional e contraditória de realizar uma maxidesvalorização (dezembro de 1979), para em seguida anulá-la através da prefixação irrealista da correção cambial, tiveram efeito catastrófico. A inflação dobrou de patamar, passando de 40,8% em 1978 para 110,3% em 1980; os déficits da balança comercial e das transações correntes alcançaram níveis elevadíssimos; a dívida externa registrada aumentou 24% de 1978 para 1980.

Em consequência, os bancos internacionais, a partir do segundo semestre de 1980, alarmados com a progressão da dívida brasileira, passaram a recusar novos empréstimos. O resultado foi uma guinada de 180 graus na política econômica brasileira, ainda que se mantivessem as mesmas autoridades econômicas. Começa então o processo de ajustamento ortodoxo, via recessão, da economia brasileira. O Fundo Monetário Internacional ainda não fora convocado, mas a política econômica segue basicamente suas diretrizes: forte contração monetária e fiscal, elevação da taxa de juros, redução dos investimentos privados e

públicos, recessão econômica, redução das importações (redução esperada da taxa de inflação), surgimento de um superávit comercial.

A política de ajustamento é radical em 1981, e o resultado é a redução do PIB em mais de 3% nesse ano. A revisão da metodologia de contabilidade nacional reduz essa queda para 1,6% do PIB. O déficit comercial de 2.829 milhões de dólares de 1980 é substituído por um superávit de 1.213 milhões. Apenas a inflação não cede, ou melhor, cede muito pouco, porque, não se tratando de uma inflação de demanda, é pouco sensível à política econômica recessiva.

De fato, a inflação brasileira já naquela época era uma inflação autônoma ou inercial. Decorria da capacidade das empresas e dos trabalhadores de repassar automaticamente os aumentos de custos para preços de forma defasada, independentemente de pressão de demanda. Esse processo é garantido, de um lado, pela indexação da economia e, de outro, pelo seu caráter oligopolizado e cartelizado. Na recessão, o setor indexado aumenta seus preços na proporção da inflação; o setor competitivo (agricultura, indústrias leves) aumenta-os abaixo da taxa de inflação, conforme prevê a teoria econômica; e os setores oligopolizados aumentam-nos acima da taxa de inflação, elevando suas margens de lucro sobre vendas para compensar suas perdas de venda. Nesse tipo de inflação autônoma o aumento da quantidade de moeda é um elemento passivo, sancionador de uma inflação que já ocorreu. Como é preciso manter um mínimo de liquidez no sistema, a oferta monetária aumenta, mas sempre menos que a própria inflação. Não é, portanto, nem fator acelerador nem fator mantenedor da inflação; é mero fator sancionador. Em todos esses anos a oferta de moeda cresce muitos pontos percentuais abaixo da inflação.

1982 é um ano de eleições. Em decorrência, o governo claramente afrouxou sua política de ajustamentos. Milhares e milhares de funcionários são admitidos. O déficit público volta a aumentar, passando de 5,9 para 6,6% do PIB. A taxa de inflação estabiliza-se em torno de 100%, o PIB apresenta um crescimento de 0,9%.

Em agosto de 1982 temos a quebra internacional do México. Imediatamente o crédito para o Brasil é cortado, interrompendo-se desde então a rolagem via mercado de sua dívida. Entre esse mês e o de dezembro o País só paga dívidas à custa de suas reservas, que desaparecem rapidamente. Ao

mesmo tempo o Brasil recorre ao Fundo Monetário Internacional. E no final de dezembro, em comum acordo com o FMI e os bancos credores, suspende o pagamento do principal da dívida e inicia a renegociação da mesma. A 6 de janeiro de 1983 assina sua primeira carta de intenções ao FMI, nos termos da mais pura ortodoxia monetarista. Embora o desajustamento do País tivesse causas principalmente em choques externos – o segundo choque do petróleo, o choque da taxa de juros e a recessão norte-americana de 1979-1982 –, toda a ênfase é dada ao ajustamento, e não ao financiamento.

1983 começa com uma nova maxidesvalorização cambial. Esta maxidesvalorização, da mesma forma que a de dezembro de 1979, era necessária para ajustar o preço do cruzeiro em relação ao dólar, estimular as exportações e coibir as importações. Ao contrário da máxi de 1979 – que foi anulada em seis meses através de uma equivocada política de combate à inflação mediante a prefixação da correção cambial –, a maxidesvalorização de 1983 será mantida. Ao mesmo tempo procede-se a uma violenta contração monetária e fiscal. A oferta de dinheiro cresce 89% contra uma inflação de 211%. O déficit público operacional cai de 6,6% do PIB para 2,5%. E temos a maior recessão da história do País, com o PIB caindo 3,2%, ao mesmo tempo que a inflação sobe de 99,7% em 1982 para 211% em 1983.

A inflação dobra de patamar nesse ano, ao mesmo tempo que os seus fatores mantenedores – a indexação e a oligopolização – continuam a operar, porque fatores aceleradores da inflação entram em funcionamento: (a) a maxidesvalorização de fevereiro; (b) a inflação corretiva, ou seja, a eliminação de uma série de subsídios explícitos ou implícitos em benefício da agricultura, sobre o trigo, o petróleo, o aço, a energia elétrica; e (c) a violenta elevação dos preços agrícolas.

Em compensação, o ajustamento externo dá um enorme passo adiante: o País passa de um superávit na balança comercial de 780 milhões em 1982 para um superávit de 6.470 milhões de dólares em 1983. E o ajustamento externo também é significativo, dada a redução do déficit público para apenas 2,5% do PIB.

Em 1984 completa-se o processo de ajustamento. O superávit na balança comercial alcança a surpreendente soma de 13.068 milhões de dólares. O déficit em conta corrente desaparece, apesar dos elevadíssimos juros pagos pelo País. As exportações, respondendo à maxidesvalorização do ano anterior e à

expansão da economia norte-americana, crescem 24%, as exportações de manufaturados, 34%. O déficit público operacional reduz-se substancialmente.

Por outro lado, o déficit da balança comercial provocado pelos dois choques do petróleo é agora compensado pela maturação dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento e pelo aumento da produção de petróleo. A matriz energética do País muda: em 1979 o Brasil produzia 16% de suas necessidades de petróleo; em 1984 essa percentagem sobe para 60%. O processo de substituição de petróleo por energia elétrica e álcool reduz o consumo de petróleo, enquanto a descoberta da bacia de Campos permite um grande aumento da produção. Na siderurgia e na petroquímica o Brasil passa de importador para exportador líquido. Na produção de energia elétrica e na área de bens de capital ocorre amplo excesso de capacidade. A indústria brasileira, durante os três anos de recessão, em vez de ser destruída, como aconteceu no Chile e na Argentina, ajustou-se também, aumentou sua produtividade e sua competitividade internacional.

Todos esses fatos permitiram que o País, em 1984, voltasse a crescer apesar da forte contração fiscal e monetária exigida pelo FMI. Mais especificamente, o que tivemos nesse ano foi a compensação da contração fiscal e monetária, que reduz a demanda agregada (ou seja, o somatório de investimentos privados, consumo privado, despesa do governo e exportações), pelo grande aumento das exportações, ao mesmo tempo que não necessitávamos aumentar as importações para voltar a crescer. Em consequência, a demanda agregada cresceu e a economia apresentou um crescimento do PIB de 4,1%, enquanto a inflação se mantinha praticamente estabilizada durante todo o ano, terminando com uma taxa de 224%.

Esta estabilidade da taxa de inflação em 1984 deve-se ao fato de que não ocorreram choques de oferta, ou seja, fatores aceleradores não entraram em funcionamento. Os preços relativos sofreram poucas alterações nesse ano. Não houve nova maxidesvalorização, nem se tornaram necessárias medidas de inflação corretiva. Apenas no final do ano, quando os salários de diversas categorias de trabalhadores passam a ser reajustados trimestralmente, temos um forte fator acelerador da inflação, que deverá refletir-se em 1985, na medida em que as empresas aumentem correspondentemente seus preços para eliminar a elevação de quase 10% no salário-médio real representado pela passagem da semestralidade para a trimestralidade.

Em todo esse processo de ajustamento os grandes prejudicados foram os trabalhadores e as classes médias. Sofreram com o desemprego e viram seus salários e ordenados reduzidos em termos reais. Segundo estudos de Walter Barelli e de João Sabóia, os salários dos trabalhadores devem ter perdido cerca de 25% de seu poder aquisitivo, enquanto os ordenados dos tecnoburocratas públicos e privados, devido às leis salariais que oneravam especialmente a classe média, devem ter sido reduzidos em aproximadamente 40% entre 1980 e 1984. Empresas também sofreram. Sua taxa média de lucro caiu. Mas poucas faliram, já que estavam bem capitalizadas quando se iniciou a recessão.

Que o ajustamento poderia ter sido mais suave não há dúvida alguma, mas que algum tipo de ajustamento era necessário é indiscutível. O ajustamento não foi mais suave porque desde o final de 1980 o Brasil perdeu sua soberania em matéria de política econômica e passou a obedecer às diretrizes dos grandes bancos credores e do FMI. E estes, como de hábito, deram total prioridade ao ajustamento em prejuízo do crescimento da economia e da manutenção do nível de emprego.

De qualquer forma o ajustamento foi feito. E, no final de 1984, o Brasil, apesar da alta inflação autônoma, podia ser considerado ajustado e pronto para crescer. Esta visão, entretanto, não é partilhada pelo FMI, o qual, em face da permanência da inflação, pretende mais contração fiscal e monetária em 1985 e, portanto, mais recessão.

Em síntese, no setor econômico, nestes seis anos tivemos dois anos (1979 e 1980) de crescimento artificial, quando a economia deveria ter entrado em processo de ajustamento moderado; três anos de recessão e de violento ajustamento (1981 a 1983); e um ano de ajustamento e ao mesmo tempo recuperação (1984).

Observação

Os artigos publicados neste livro não sofreram nenhuma adaptação ou atualização. Foram apenas divididos algo arbitrariamente em artigos sobre economia e política, dentro de cada ano, e, em seguida, apresentados cronologicamente. Como a grande maioria dos artigos foi publicada na *Folha de S. Paulo*, depois do convite que recebi de Octávio Frias para ser colaborador permanente de sua segunda página, só indicarei o nome do jornal ou revista em que foi publicado o artigo quando não for a *Folha*.

Capítulo 1

O MODELO BRASILEIRO

O modelo e sua crise

Modelo de desenvolvimento, estilo de desenvolvimento, padrão de acumulação são expressões aproximadamente sinônimas. Um modelo de desenvolvimento pode eventualmente abarcar um período mais longo do que um padrão de acumulação. O modelo primário-exportador, por exemplo, caracterizou a economia brasileira por mais de cem anos. Já um padrão de acumulação está sempre correlacionado com uma onda de inovações e investimentos. É portanto um fenômeno decididamente cíclico, cuja duração total, entre a expansão e a crise, não deverá ser superior a cinquenta anos. Um padrão de acumulação está sempre relacionado com determinadas inovações tecnológicas, com a introdução de novos produtos ou novos setores industriais, com o estabelecimento de novas fontes ou novas formas de financiamento da acumulação e, afinal, termina com uma crise generalizada e prolongada do sistema que abre caminho para a definição de uma nova onda de investimentos.

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro, entendido neste caso como um sinônimo de padrão de acumulação, tem início em meados dos anos 50, quando é tomada a decisão de instalar a indústria automobilística no País. Caracteriza-se pela total preponderância da produção de bens de consumo de luxo, os quais, na fase inicial do processo, mais ou menos se confundem com os bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, equipamentos de som), dados os baixos padrões de consumo da população trabalhadora brasileira.

Os bens de consumo duráveis assumem a liderança do processo brasileiro de industrialização já a partir do início dos anos cinquenta. Em seguida surge a indústria automobilística, que se transformará no fator decisivo da industrialização brasileira até aproximadamente 1974. A partir desta data tenta-se transferir a ênfase da acumulação dos bens duráveis de consumo para os bens de capital e os insumos básicos. Mas esta mudança de política econômica só irá ser parcialmente bem-sucedida na medida em que o padrão de acumulação iniciado em 1954 entrava agora em uma segunda crise cíclica. A primeira, entre 1962 e 1966, preparou a grande expansão seguinte, o "milagre". Era portanto uma crise intermediária dentro do mesmo padrão de acumulação. A segunda, iniciada em 1974, já dura seis anos e parece marcar o declínio final do atual modelo de desenvolvimento brasileiro.

A ênfase na indústria de bens de consumo duráveis foi acompanhada pela entrada e crescente predominância das empresas multinacionais manufatureiras no Brasil. Anteriormente as empresas internacionais operavam no Brasil no setor dos serviços públicos, do comércio de importação e exportação e, subsidiariamente, na montagem de bens manufaturados importados. A partir dos anos 50, entretanto, as empresas multinacionais entram em massa na área da indústria de transformação e principalmente no setor dinâmico dos bens de consumo duráveis. A burguesia local recebe-as de braços abertos. Associa-se com as multinacionais, na medida em que se transforma em sua fornecedora ou distribuidora de seus produtos.

Os investimentos das multinacionais são complementados pelo Estado. Também a partir dos anos 50 o Estado brasileiro, além de funcionar como Estado planejador, assume o papel de Estado financiador e Estado produtor. Enquanto o Estado financiador irá assumir a principal responsabilidade pelo financiamento a longo prazo da acumulação de capital no Brasil. O BNDE, o BNH e os mecanismos de poupança forçada serão os principais instrumentos do Estado financiador. Por outro lado, em sua tarefa de facilitar a acumulação privada, o Estado preenche as áreas vazias de acumulação, produz os insumos básicos necessários à industrialização, ao mesmo tempo que assume também o papel de Estado comprador e torna-se o principal estimulador da indústria de bens de capital.

Esse modelo, entretanto, traz embutido dentro de si dois desequilíbrios fundamentais. De um lado, é intrinsecamente

concentrador de renda; de outro, tende ao desequilíbrio externo.

A concentração de renda é inerente à ênfase na produção de bens duráveis de consumo. Em um país subdesenvolvido como o Brasil, em que os padrões de consumo da população são muito baixos, somente com a renda concentrando-se da camada média para cima é possível garantir mercado para a indústria produtora de bens de luxo. Se o desenvolvimento ocorrer-se mantendo-se as participações relativas de trabalhadores, tecnoburocratas e capitalistas na renda, o aumento da demanda de bens duráveis seria menor, aumentando a de bens básicos.

Por outro lado, é claro que as duas classes dominantes – a burguesia e, secundariamente, a tecnoburocracia – têm todo o interesse em concentrar a renda da camada média para cima. A política do arrocho salarial, a inflação e a desculpa de que é necessário combatê-la e ainda aumentar a taxa de acumulação, o padrão de despesas do Estado favorecendo sempre as classes mais ricas, a política fiscal regressiva são as principais estratégias utilizadas. Com isso se garante a compatibilização entre demanda e oferta agregadas em uma economia em que o setor moderno, oligopolístico e multinacional é produtor principalmente dos bens de consumo de luxo que a burguesia e a tecnoburocracia desejam consumir.

O segundo desequilíbrio é o externo. A economia está orientada para produzir bens não facilmente exportáveis, mas que possuem um alto coeficiente de importações. Este fato mais a tentativa de crescer durante o “milagre” a taxas superiores à capacidade de poupança nacional implicaram déficits crescentes nas balanças comercial e de serviços (transações correntes) que tiveram de ser financiados por um endividamento internacional sem precedentes.

Esse modelo contraditório e desigual pode ser chamado de modelo de subdesenvolvimento industrializado. Industrializou o País mas não resolveu seus problemas sociais. Manteve a maioria da população em condições de pobreza insuportáveis. Aprofundou as diferenças entre o setor monopolista e o competitivo. Criou um desequilíbrio externo insustentável. Desnacionalizou a economia, aprofundando seus laços de dependência. O Brasil continuou, portanto, um país subdesenvolvido, apesar de uma imensa e sofisticada indústria.

A crise do modelo de subdesenvolvimento industrializado está em marcha. É uma crise econômica, porque os desequilíbrios que ele provocou afetam diretamente a produção e a distribuição do excedente. As taxas de inflação explosivas dos últimos tempos são um sintoma desses desequilíbrios. É também uma crise política, porque este modelo tentou sistematicamente marginalizar os trabalhadores de qualquer participação no poder. A solução para esta crise deverá ser encontrada em um novo padrão de acumulação, que provavelmente exigirá um grau maior de intervenção do Estado. Mas terá também de ser encontrada em um processo de redemocratização através do qual toda a sociedade, e não apenas um grupo de iluminados, busque as soluções para a crise. (27/04/80).

Modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro

A crise econômica brasileira é um fenômeno cíclico e está sem dúvida relacionada com a crise econômica mundial, mas é também uma crise estrutural de transição. Os elementos já existentes na economia brasileira permitem-nos prever que quando sairmos desta crise estará definindo-se um novo modelo de desenvolvimento que já poderemos chamar de “modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro”.

Entre 1930 e 1960 temos o modelo de substituição de importação, a revolução industrial brasileira. Nesse período, as exportações e importações estagnaram-se, enquanto a economia se voltava para o mercado interno e se industrializava aceleradamente, ao mesmo tempo que o coeficiente de importações (importações sobre o PIB) declinava dramaticamente. Estava em torno de 20% em 1930 e baixou para cerca de 7% em 1960.

Nos anos 50 instalaram-se em massa, no Brasil, as empresas multinacionais industriais e as empresas estatais. Era a transição para o modelo de subdesenvolvimento industrializado que prevalece até o presente. O Brasil já é uma grande nação industrial, as exportações industriais começam a crescer, o coeficiente de importações estabiliza-se em torno de 7%. O processo de acumulação, por sua vez, ganha relativa autonomia em seu processo cíclico em relação ao exterior, na medida em que os centros de decisão sobre a acumulação de capital se interiorizam.

Enquanto o modelo de substituição de importações financiava a acumulação principalmente através da transferência de

renda do setor exportador (café em particular) para o industrial, o modelo de subdesenvolvimento industrializado, especialmente a partir de 1964, vai apoiar-se na transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas e para as camadas médias tecnoburocráticas, através do arrocho salarial, enquanto a produtividade cresce aceleradamente. Vai apoiar-se também na energia barata do petróleo e das hidrelétricas e, finalmente, no endividamento externo sem limites como estratégia deliberada de crescimento.

Os resultados são um rápido crescimento, mas também a crise: primeiro, a crise do balanço de pagamentos; em segundo lugar, a crise interna, provocada pelo movimento cíclico e pelas políticas restritivas do governo que começam timidamente em 1974 e chegam ao auge em 1981 – ano da maior recessão de nossa história industrial. Estas medidas restritivas, principalmente monetárias, desaceleram a economia. Por outro lado, os trabalhadores, a partir das eleições de 1974 e depois dos movimentos sindicais de 1978 e 1979, dão um basta à política de arrocho salarial.

A desaceleração econômica (e, portanto, a diminuição global da taxa de aumento da produtividade), ao mesmo tempo que os salários se estabilizam, levaria à queda da taxa de lucro. Essa queda ocorre, mas não tão fortemente, na medida em que o governo vai aos poucos montando um complexo sistema de subsídios compensatórios. Mas é claro que esses subsídios desequilibram o orçamento federal global (inclusive o orçamento monetário), cujo déficit chega a cerca de 7% do Produto Interno Bruto. Para financiar esse déficit, recorre-se à emissão de moeda, que ajuda a acelerar a inflação, e ao endividamento interno via lançamento de letras governamentais, que eleva as taxas de juros, estimula a especulação financeira e agrava a recessão.

A crise econômica brasileira de 1975- . . . , causada pelo esgotamento do ciclo de acumulação anterior (1967-1973) e pela elevação dos preços do petróleo, agrava-se através de uma política econômica monetarista esquizofrênica, que implica uma progressiva paralisação do Estado. O principal instrumento de política econômica é o controle monetário, mais especificamente o controle de crédito. É a política de contenção de demanda agregada (investimentos mais consumo) mais fácil porque atinge indiscriminadamente a todos. Em contrapartida, a política fiscal (despesas do Estado e sistema tributário) permanece básica-

mente intocada. Pelo contrário, aumentam-se as despesas do Estado (subsídios). Daí o caráter esquizofrênico da política econômica, que, de um lado, desestimula e, de outro, incentiva a economia. O resultado é o déficit orçamentário e a “inflação compensatória”, através da qual se pretende manter a taxa de lucro das empresas.

As tentativas por parte do governo de implantar uma política econômica alternativa são frustradas por incompetência e falta de convicção dos economistas responsáveis pela política econômica, que, amarrados a uma visão neoclássica (liberal ou monetarista) da economia, recusam-se a utilizar-se de recursos administrativos como um controle seletivo efetivo das importações, um câmbio especial para as operações financeiras e o controle administrativo severo dos setores oligopolistas. O governo paralisa-se cada vez mais, perde espaço de manobra, como aliás é típico nas crises.

Nada indica que sairemos desta crise em 1982. Mas seria enganoso a partir daí montar uma nova teoria da estagnação e imaginar que a crise será permanente.

A ameaça de um processo de argentinização da economia brasileira existe, mas é remota. Quando alguns economistas monetaristas (liberais economicamente e autoritários politicamente) falam em reduzir o grau de proteção da indústria nacional e sucatear os setores ineficientes, a ameaça de desindustrialização e, portanto, de argentinização torna-se presente. Mas o Brasil já possui uma indústria suficientemente poderosa não apenas politicamente (apesar da mediocridade de alguns de seus líderes e da dependência do Estado de quase todos), mas principalmente no plano econômico e tecnológico, para que tragédias do tipo que aconteceram à economia da Argentina ou à do Chile não se repitam aqui.

Pelo contrário, a tendência é de que nos encaminhemos para a segunda fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado, que proponho chamar de modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro.

Continuaremos subdesenvolvidos, porque as desigualdades gritantes, o subemprego, a marginalização econômica e social permanecerão presentes. Mas trata-se de um modelo de industrialização madura, porque no Sul do País o parque industrial brasileiro, ainda que sem plena autonomia tecnológica, atingiu um volume e um grau de integração (complementaridade), de di-

versificação e de sofisticação tecnológica que o coloca entre as grandes nações industriais no mundo.

Se há alguma dúvida a respeito disso, basta lembrar que mais de 50% de nossas exportações já são de produtos manufaturados e quase dois terços de produtos industrializados. Definitivamente, já não somos um país primário-exportador.

Para esse grande parque industrial, entretanto, a condição de sobrevivência transformou-se na exportação. Por isso alguns setores industriais brasileiros deverão cada vez mais ter capacidade de competir em condições de vantagem com os demais países. Nossa grande desvantagem é a incapacidade relativa que ainda temos de gerar tecnologia de ponta. Mas temos algumas vantagens importantes: (1) temos capacidade de absorver tecnologia com grande rapidez graças às empresas e aos engenheiros de que dispomos, (2) temos ainda mão-de-obra barata, (3) temos recursos naturais, exceto petróleo, abundantes.

Para alguns setores industriais tecnologicamente simples e trabalho-intensivos nossas vantagens são óbvias. É o caso das indústrias têxtil, de confecções e de calçados, por exemplo. Mas são esses setores que geralmente são mais protegidos tarifariamente nos demais países. Além disso, basear a política de exportação do Brasil nessas indústrias apresenta as mesmas limitações de uma política exportadora baseada na agricultura: (1) esses setores valorizam pouco a mão-de-obra nacional, mantendo-nos atrelados à nova divisão internacional do trabalho e (2) a concorrência dos demais países subdesenvolvidos em estágio inferior de desenvolvimento (inclusive toda a América Latina) dificulta o êxito das nossas exportações.

Por isso, nos quadros do capitalismo industrial maduro (ainda que subdesenvolvido, porque desigual), as nossas exportações deverão concentrar-se nas indústrias tecnologicamente sofisticadas mas trabalho-intensivas. São os casos da indústria de bens de capital, da indústria eletrônica, da indústria aeronáutica, da indústria de construções de barragens e da indústria automobilística. Como esses setores industriais demonstraram, é falsa a correlação direta entre indústrias tecnologicamente sofisticadas (que valorizam nossa mão-de-obra) e tecnologia capital-intensiva. É nesses setores que nossos custos industriais (e, portanto, nossa eficiência) deverão ser fortemente competitivos.

É claro que para atingirmos esse estágio a estratégia não será a tolice neoclássica (que infelizmente domina a mente de

nossos economistas oficiais) de agir via mercado, reduzindo a proteção da indústria nacional e levando ao sucateamento os setores menos eficientes. Essa estratégia pode ser necessária hoje para o Japão, que acumula saldos comerciais contínuos, mas é um contra-senso em um país que precisa urgentemente estabilizar seu endividamento externo. Conforme observam Maria Conceição Tavares e Carlos Lessa em livro lançado recentemente (*A Economia Política da Crise*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982, p. 124), “conferir prioridades às exportações industriais significa dar prioridade ao planejamento industrial de longo prazo”. Foi o que o Japão fez, em vez de limitar-se a alguns incentivos fiscais e a muitos casuísmos.

Por outro lado, para realizar essa política industrial e de exportação de médio prazo é essencial estabelecer um sistema de financiamento a longo prazo para a acumulação. É o que Ignácio Rangel vem dizendo há muito tempo.

Essa política financeira terá de passar, de um lado, por um razoável reequilíbrio das finanças do Estado, de forma que ele deixe de competir com as indústrias pelos recursos dos capitalistas rentistas; de outro, pela criação de novos mecanismos de poupança forçada administradas via bancos de desenvolvimento do Estado; e de outro lado ainda, por novos mecanismos de captação de recursos pelo setor privado, provavelmente na linha das debêntures, que estão recentemente tendo uma grande expansão.

O importante a assinalar é que a via da competição, em pé de relativa igualdade, com as demais grandes potências industriais, além de ser o único caminho que resta hoje para o Brasil, é um caminho viável, cujas precondições já estão presentes na economia brasileira. No modelo de substituição de importações aproveitamos a reserva de mercado representada pela própria possibilidade de substituir importações. Nossa prioridade não era então reduzir os custos industriais mas ocupar o mercado, instalar a indústria. Na primeira fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado, a situação já começava a modificar-se na medida em que cresciam nossas exportações industriais, mas ainda foi possível aumentar o mercado para os bens industriais, principalmente duráveis de consumo, via criação do crédito direto ao consumidor e concentração de renda das camadas médias para cima.

Hoje essas oportunidades de transferência de renda para a indústria estão esgotadas e nosso endividamento externo, que já

alcança cerca de 70 bilhões de dólares, é altíssimo. Nossa industrialização deverá continuar, mas via exportação de manufaturados tecnologicamente de ponta. O crescimento do mercado interno ocorrerá na medida em que cresça a renda. Estaremos então no modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro, talvez a última etapa de nossa história enquanto economia subdesenvolvida. (09/05/82)

Por que os salários são baixos no Brasil

Os salários são muito baixos no Brasil. A grande maioria dos trabalhadores brasileiros ganha apenas o mínimo necessário para sobreviver. Muitos são subnutridos, passam fome mesmo. Por que será que isto acontece?

Se você fizer essa pergunta, vai ouvir muitos tipos de resposta. Respostas que revelam os interesses, as posições políticas de quem responde. Especialmente quando a resposta tiver o objetivo de justificar os baixos salários, você pode estar certo: quem está falando não representa os interesses dos trabalhadores. Ele está falando em nome dos capitalistas que obtêm lucros ou dos gerentes chefes que recebem ordenados elevados. Ou seja, ele está falando em defesa dos ricos.

Algumas respostas são completamente mentirosas. Na certa, você já ouviu dizer que os brasileiros são pobres porque são preguiçosos. Ou que o brasileiro não é capaz de trabalhar com tanto esforço e vontade quanto um japonês, um alemão ou um americano. Essas idéias são tão ridículas e mal intencionadas que nem merecem resposta. É verdade que muitas vezes o trabalhador brasileiro não é mesmo muito produtivo. Mas como poderia ser de outro jeito se ele é mal alimentado, se sua saúde é fraca, se ele não tem possibilidades de estudar e de se desenvolver?

As respostas que se classificam como meias-verdades são muito mais perigosas. São meias-mentiras, são mentiras com uma ponta de verdade. Mas seus defensores logo querem transformar essa ponta de verdade na verdade inteira. E essa "verdade inteira" transforma-se na maior das mentiras.

A principal explicação desse tipo, meio-verdade, meio-mentira, é a seguinte: os salários são baixos porque o Brasil é pobre, porque é um país subdesenvolvido. Ou, então, porque a renda que existe para distribuir é pequena. Ou ainda de uma outra forma de dizer a mesma coisa: porque a produtividade, ou

seja, a produção por trabalhador, é baixa. E o Brasil realmente é um país pobre. O número de fábricas, de usinas produtoras de energia elétrica, de tratores e de estradas de ferro é ainda pequeno em relação à população. Se os trabalhadores não têm muitas máquinas para ajudá-los a trabalhar na agricultura e na indústria, a sua produtividade é baixa.

Esta é uma verdade, é um fato. Mas a partir dela é tirada a conclusão mentirosa, a meia-verdade que, pretendendo explicar tudo, se transforma na grande mentira. Dizem, com a boca cheia, que, se a produtividade é baixa, os salários têm de ser baixos. Enquanto a produtividade não aumentar, enquanto o Brasil não se desenvolver, vamos deixar os salários baixos porque não há outro jeito.

Bela lógica! Muito prática para quem a diz. Assim tudo fica como está. Antes de responder a esse tipo de raciocínio mentiroso poderíamos perguntar: por que a produtividade é baixa, por que não temos tantas máquinas, tantas fábricas, tantos meios de aumentar a produção quanto precisamos? E logo descobriremos que uma das causas principais dessa situação está no fato de os patrões e os gerentes usarem muito mal grande parte de seus grandes lucros e de seus grandes ordenados. Gastam para consumir cada vez mais comprando coisas desnecessárias, em vez de investir. Em vez de aumentar a capacidade produtiva do País como era preciso. Por isso, o Brasil continua pobre.

Mas, mesmo que o Brasil seja subdesenvolvido, nem por isso os salários precisavam ser tão baixos. Bastava que os lucros e os ordenados fossem menores. Bastava que a pobreza do Brasil não ficasse só por conta dos trabalhadores. Bastava que a renda fosse mais bem distribuída. É claro que não é possível distribuir a riqueza que não existe. Mas é possível distribuir muito melhor a riqueza que o Brasil já produz, que já existe no Brasil. Os salários não são baixos no Brasil apenas porque o país é subdesenvolvido, mas também porque a renda existente é muito mal distribuída.

Mas por que a renda é tão mal distribuída? Por que os lucros dos donos do capital e os ordenados dos gerentes são tão altos e os salários tão baixos? A causa principal disso tudo é o fato de que o Brasil é um país capitalista em que o trabalho é considerado uma mercadoria que se compra e se vende. Ora, o preço de uma mercadoria é mais ou menos proporcional à quantidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria.

Uma mercadoria vai ter um preço maior ou menor dependendo de quanto custa em termos de horas trabalhadas. O preço da "mercadoria" trabalho é chamado salário. O salário vai ser mais ou menos igual à quantidade de trabalho necessária para produzir os bens de que o trabalhador precisa para sobreviver com sua família. Nem um tostão a mais. Por isso é que se diz que, num sistema capitalista puro, o salário é igual ao custo da reprodução da mão-de-obra. É igual ao custo de "produzir" o trabalhador ou a sua força de trabalho. Nesse sistema, o que determina o preço da força de trabalho é quanto custa a sobrevivência do trabalhador. Se o salário permite que o trabalhador sobreviva e se reproduza, está pago o que ele vale, como qualquer mercadoria. Se os trabalhadores passarem a reproduzir mais por dia de trabalho, ajudados por mais máquinas, só os lucros e os ordenados aumentarão; os salários ficarão na mesma.

Para que os salários cresçam, eles primeiro precisam deixar de ser uma simples mercadoria. E isto é possível quando os trabalhadores se organizam, quando os trabalhadores se unem para exigir melhores salários. Só aí "a mercadoria" trabalho começa a ter vontade própria. Deixa de ser uma mercadoria.

É claro que os capitalistas vão logo gritar. E vão voltar às meias-verdades. Vão dizer que aumento de salário é inflacionário, provocando aumento de custo de vida. Vão dizer que aumento de salário diminui a capacidade de investimento em novas fábricas. Ora, aumento de salário acima do aumento da produtividade só é inflacionário se os capitalistas não quiserem deixar seus lucros cair um pouco. E aumento de salário só diminui capacidade de investimento se os capitalistas e os gerentes não diminuïrem o seu consumo de bens de lucro.

Os salários no Brasil podiam ser muito mais altos se o consumo de luxo dos capitalistas e dos gerentes fosse menor. Para isso, seria preciso que os trabalhadores fossem fortes, organizados. Em conclusão: salários são baixos no Brasil porque os trabalhadores estão desorganizados, sem força. Porque sua força de trabalho é considerada uma mercadoria como qualquer outra. Mas, à medida que os trabalhadores se organizarem e passarem a defender seus direitos, como estão começando a fazer agora, esta situação vai mudar. (*O São Paulo*, 15 a 21/06/79)

Reforma agrária inadiável

Uma série de indícios sugere que a formação social brasileira está amadurecendo para algum processo de reforma

agrária. A reestruturação fundiária do País deixa de ser uma proposta utópica das esquerdas para se transformar em uma imposição social e em uma necessidade econômica. Independentemente do tipo de governo que temos ou venhamos a ter, é muito provável que um processo de reforma agrária tenha início. Os rumos e a profundidade dessa reforma certamente variarão, conforme o Estado caminhe mais para a esquerda ou para a direita. Mas, mesmo no último caso, o imobilismo agrário que tem prevalecido até aqui parece improvável.

Sem dúvida alguma este amadurecimento das condições para a reforma agrária está relacionado com as pressões sociais dos trabalhadores rurais brasileiros. Seja a resistência heróica das centenas de famílias em Alagamar, na Paraíba, apoiadas por dom José Maria Pires, seja a resistência e as lutas armadas de centenas de milhares de posseiros no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, sempre apoiados pelos bispos da região, são fatores importantes a exigir uma solução para o problema da propriedade da terra no Brasil. Em Alagamar estamos em uma região densamente povoada; em São Félix do Araguaia, em pleno sertão ainda relativamente despovoado. Mas em ambos os locais a questão da terra torna-se central.

A Igreja Católica colocou-se há algum tempo na vanguarda da defesa dos trabalhadores rurais brasileiros, sejam eles posseiros, arrendatários, parceiros, colonos, bóias-frias, além dos próprios índios. Além de um sem-número de casos em que, nos últimos anos, padres e bispos procuraram, com sua autoridade moral e religiosa, proteger esses trabalhadores, foi criada a Pastoral da Terra, e agora, na XVIII Assembléia Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaici, 172 bispos brasileiros aprovaram o documento "Igreja e Problemas da Terra". Votos contra foram quatro, abstenções, outros quatro votos. Neste documento, além de ser dado um forte apoio à reforma agrária, "que possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo", o capitalismo no campo foi fortemente condenado. Esse capitalismo foi caracterizado pela "terra de exploração - terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros". Sua alternativa foi também definida com clareza. "Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular."

A posição da Igreja e a crescente pressão dos camponeses hoje representados de forma cada vez mais efetiva pela Confe-

deração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), bem como a recente decisão do governo de criar o Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins (Getat), colocando sob a direção direta do Conselho de Segurança Nacional 40 milhões de hectares de terra, são indicações de que os projetos de reforma agrária terão, de alguma forma, de deixar de permanecer no estrito campo das promessas demagógicas a serem executadas por órgãos governamentais fantasmagóricos.

Mas, para compreendermos esta nova situação, é essencial que identifiquemos os fatos novos que, de um lado, agravaram a pressão social dos camponeses e, de outro, afrouxaram as resistências ou mesmo criaram condições econômicas favoráveis à reestruturação fundiária no Brasil. Estes fatos novos são três: 1) o fechamento da fronteira agrícola e o conseqüente aumento dos conflitos pela posse da terra; 2) a decadência política do latifúndio, principal obstáculo à reforma agrária, mas sob cuja égide foi inicialmente realizada a industrialização; e 3) a perda de funcionalidade do minifúndio e do latifúndio, duas faces pré-capitalistas da mesma moeda, para a acumulação capitalista, na medida em que ocupam terras mas são cada vez menos capazes de suprir de alimentos o setor urbano a baixo preço.

Em primeiro lugar, temos o fechamento da fronteira agrícola brasileira e, em conseqüência, o esgotamento da válvula de escape em que sempre se constituiu a fronteira para as pressões sociais pelos camponeses a favor da reforma agrária. O “fechamento” da fronteira agrícola, que se está completando de forma acelerada nos últimos anos, não significa obviamente que todas as terras estejam produtivamente ocupadas. Muito pelo contrário, o que se viu foi a constituição de novos imensos latifúndios especulativos, muitas vezes de propriedade de grandes empresas capitalistas, na medida em que terras longínquas eram constituídas em reservas de valor. O fechamento ocorre na medida em que todas as terras passam a ter dono, senão mais de um dono. Segundo informa a revista *Veja* (13 de fevereiro de 1980), a julgar pelas escrituras registradas abusivamente nos cartórios, a extensão territorial do Brasil está muito acima dos 8 milhões de quilômetros quadrados. No Acre, por exemplo, há muitas áreas em que “supõem-se cinco andares de terras”, em função dos títulos concedidos em diversas épocas.

A conseqüência desse fechamento acelerado da fronteira agrícola é a de que os posseiros não têm mais para onde ir. O padrão clássico de ocupação do solo brasileiro foi sempre o da

abertura da fronteira por posseiros ou então por colonos que recebiam autorização dos proprietários para derrubar a mata e explorar a terra durante algum tempo. Em seguida os posseiros eram expulsos e os colonos ou absorvidos pela fazenda capitalista ou também expelidos. Mas, ao serem expulsos, eles tinham sempre para onde ir. Bastava caminhar um pouco mais em direção à fronteira. Agora isto deixa de ser possível ou torna-se muito mais difícil. Por isso as resistências à expulsão se multiplicam e se potenciam. A questão da terra, que Caio Prado Jr. definiu, em artigos hoje clássicos, há vinte anos – a exclusão da propriedade da terra da grande maioria da população rural brasileira –, assume agora toda a sua gravidade. E sua solução começa a tornar-se inadiável.

Em segundo lugar, é preciso considerar o enfraquecimento do latifúndio, que afinal vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil, na medida em que a burguesia urbana, industrial e financeira, firma seu caráter de classe dominante. A revolução industrial brasileira teve início nos anos 30, a partir de uma aliança entre a burguesia industrial nascente e o latifúndio não-cafeeiro, do qual Getúlio Vargas era um representante. “Esta aliança”, conforme observa agudamente Ignácio Rangel, “resultado das convulsões sociais compreendidas sobre a rubrica da Revolução de 30, resolveu, por certo, muitos dos complexos problemas políticos implícitos na instrumentalização da indústria substitutiva de importações, mas, naturalmente, não era gratuita para o nascente capitalismo industrial. Com efeito, a reforma agrária, capítulo essencial da revolução democrático-burguesa, indispensável para a ampliação do mercado interno e, principalmente, para a reestruturação do mercado de mão-de-obra, teria de ser postergada por toda uma etapa do desenvolvimento econômico brasileiro” (em “Recapitulando a Questão Agrária”, 1977, FGV, São Paulo). No momento, entretanto, em que o latifúndio se enfraquece politicamente, dado o enorme avanço do capital industrial e financeiro, é claro que começam a deixar de existir razões políticas para o adiamento da reforma agrária. É certo que o partido do governo ainda está apoiado nesse latifúndio, especialmente no Nordeste, mas são claros os sinais do seu enfraquecimento econômico e político em face não apenas da consolidação do poder da burguesia urbana, hoje já dominante, mas também em face da emergência como força política da tecnoburocracia e dos trabalhadores organizados.

O terceiro e decisivo fato novo a apontar no sentido da reestruturação da propriedade da terra no Brasil reside na circuns-

tância de que o latifúndio pré-capitalista, muitas vezes operado por arrendatários e parceiros, e sua contrapartida, o minifúndio de autoconsumo parcial, estão deixando de ser funcionais para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Esta economia camponesa formada de arrendatários, parceiros e posseiros, além de produzir para seu próprio consumo, é responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao mercado do Brasil, enquanto a agricultura capitalista se dedica aos produtos de exportação e às matérias-primas. Os alimentos produzidos pela economia camponesa, entretanto, são produzidos a baixo preço, a um preço de mercado inferior ao seu valor ou, mais especificamente, inferior ao seu preço de produção. Isto é possível, conforme observa José Graziano da Silva, porque os camponeses se limitam a exigir um preço que lhes garanta a estrita subsistência, não havendo possibilidade de remunerar o capital e a terra, através do lucro médio e da renda-terra, elementos constituintes do preço de produção ("Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", Hucitec, 1978). Em consequência, os camponeses estão permanentemente transferindo renda para o setor capitalista, estão reduzindo o custo de reprodução da mão-de-obra urbana, e, assim, estão possibilitando o pagamento de baixos salários em termos de valor nas empresas capitalistas.

Esta funcionalidade da economia camponesa para a acumulação capitalista, entretanto, está-se esgotando. O crescimento da produção de alimentos tem sido notoriamente insuficiente para atender à demanda interna, apesar de esta crescer lentamente no Brasil, dada a forte concentração de renda existente. Em consequência, os preços dos alimentos vêm crescendo mais rapidamente do que os demais preços no Brasil. Isto não apenas traz consequências inflacionárias mas também eleva o custo de reprodução da mão-de-obra e rebaixa a taxa de lucros do setor capitalista. Se supusermos, como parece provável, que os trabalhadores consigam paralisar ou estabilizar o processo de concentração de renda, é claro que a procura interna de alimentos aumentará ainda mais, dada a maior elasticidade-renda da procura de alimentos para as famílias pobres.

Este aumento insuficiente da produção interna de alimentos está claramente relacionado com as limitações da economia camponesa, não apenas pressionada cada vez para mais longe, mas ao mesmo tempo sendo liquidada nas regiões de arrendamento e parceria em função da elevação especulativa extraordi-

nária do preço da terra ocorrida nos últimos seis anos, especialmente.

A alternativa, colocada pelo governo em termos de estratégia a partir de 1968, foi a de desenvolver a agricultura capitalista, inclusive para a produção de alimentos. Em 1964 o novo governo estabelece uma política agrária que seria baseada na reforma agrária, alterando-a em 1968 para a tentativa de implantar no Brasil uma agricultura capitalista sem reforma agrária. Alguns êxitos foram alcançados. O processo de modernização, ocorrido em boa parte graças à difusão do crédito rural através do Banco do Brasil, foi notável especialmente no Sul do País. Mas está claro que, decorridos doze anos, esta estratégia concentradora de renda em médias e grandes propriedades revela-se profundamente insatisfatória. Na Amazônia, o fracasso da Sudam e dos grandes projetos empresariais é definitivo. No Nordeste, o imobilismo agrário continua um entrave ao desenvolvimento capitalista da região. Os conflitos pela posse da terra multiplicam-se, a produção agrícola cresce lentamente, a boa safra que se aproxima não decorreu do aumento da área cultivada, mas de boas condições climáticas, o preço dos alimentos cresce.

Afinal, o capitalismo brasileiro, para continuar expandindo, precisa também patrocinar a sua reforma agrária. A Igreja quer uma reforma que transforme a terra em terra de trabalho e não em terra de exploração, de negócio, de lucro e especulação. Não creio que isto seja possível a curto prazo no Brasil, mas não há dúvida de que será preciso distribuir muita terra dos latifúndios pré-capitalistas do Nordeste e dos latifúndios especulativos do Centro-Norte às famílias que trabalham a terra. Esta é uma reivindicação dos trabalhadores brasileiros e uma necessidade do capitalismo local. A profundidade desta reforma vai depender de muita luta. Serão decisões políticas a serem tomadas em função da correlação de forças entre as classes sociais. Mas é importante assinalar que não será apenas a luta de classes mas também a própria dinâmica da acumulação capitalista que imporão afinal a reforma agrária no Brasil. (26/02/80).

Capítulo 2

A QUESTÃO NACIONAL

Imperialismo e interesses recíprocos

O Relatório Brandt, resultado dos trabalhos de uma comissão internacional presidida por Willy Brandt, sob os auspícios das Nações Unidas, é mais um sintoma de que as relações de forças entre os países subdesenvolvidos, do Sul, e os desenvolvidos, do Norte, estão mudando a favor dos países subdesenvolvidos. O pressuposto fundamental deste relatório é o de que existem interesses recíprocos entre os dois tipos de país, de forma que haveria interesse por parte dos países centrais em promover o desenvolvimento dos países periféricos. Este pressuposto reflete um fato objetivo: torna-se cada vez mais difícil para os países desenvolvidos estabelecer uma relação meramente exploratória com os países do Sul, especialmente aqueles que alcançaram um estágio de subdesenvolvimento industrializado (os “new industrial countries”, NIC, na linguagem internacional), de forma que não resta outra alternativa senão dar ênfase aos interesses recíprocos e propor negociações.

A principal qualidade do Relatório Brandt está no fato de reconhecer e indignar-se com as diferenças econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e de propor uma série de medidas tendentes a encaminhar a solução destes problemas a partir de um maior diálogo Norte-Sul. Ainda que as medidas possam merecer críticas por serem insuficientes, idealistas, ou representarem afinal o ponto de vista do Norte, elas podem transformar-se em uma base objetiva para negociações.

O principal defeito do Relatório Brandt, entretanto, está no fato de esconder ou ignorar os interesses contraditórios entre os países centrais e os periféricos. Este fato foi muito bem salientado por Severo Gomes no recente Seminário sobre o Relatório Brandt, realizado sob a coordenação do Ildes em Canela. É preciso explicitar o conflito, denunciar o imperialismo, para que nas negociações os países subdesenvolvidos possam obter vantagens efetivas.

Ainda que elaborado por uma comissão internacional, o Relatório Brandt representa um movimento do Norte em relação ao Sul. É uma proposta de diálogo que reflete a mudança na relação de forças que vem ocorrendo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em favor destes últimos. As matérias-primas que os países subdesenvolvidos detêm tornam-se cada vez mais escassas, diversos países subdesenvolvidos já alcançaram um nível intermédio de industrialização e são capazes de se defender. Por outro lado, a crise econômica e energética mundial e a necessidade de reciclar volumes crescentes de petrodólares exigem para sua solução que os países do Sul se transformem em mercados cada vez melhores para as exportações dos desenvolvidos. É a partir desses fatos que se pode falar na existência de interesses recíprocos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os quais é também necessário explicitar para em seguida serem base de negociação.

Eliminada a perspectiva insustentável (alimentada geralmente pelos países do Norte) de que os países desenvolvidos buscam generosamente a eliminação da pobreza nos países subdesenvolvidos, existem duas alternativas para avaliarmos as relações entre os dois tipos de país: uma é dar ênfase à relação basicamente imperialista e, portanto, exploratória; a outra, é procurar os interesses mútuos. Estas alternativas não são estritamente exclusivas e a prevalência de uma ou de outra dependerá, basicamente, da relação de forças entre os dois tipos de país.

A relação imperialista pura consiste na extração do excedente econômico através de tributos ou de preços de exportação e importação estabelecidos unilateralmente pelo país central. Esta alternativa só é possível nos quadros de um estrito regime colonial e está praticamente superada.

Uma segunda relação imperialista, já um pouco mitigada porque melhorou a relação de forças para o subdesenvolvido

graças à independência política, está baseada na troca desigual via comércio internacional. Essa teoria foi desenvolvida inicialmente por Prebisch. A transferência do excedente ocorre através da incapacidade dos países subdesenvolvidos de conservar para si os ganhos de produtividade, o mesmo não ocorrendo com os países centrais.

Nestas alternativas, principalmente na segunda, é essencial a aliança do imperialismo com uma oligarquia local, geralmente uma burguesia mercantil. As multinacionais podem aparecer, mas são ainda basicamente empresas agrícolas, extrativas e comerciais, que constituem enclaves nos países subdesenvolvidos. Grande parte do excedente é transferida para o exterior, mas, na segunda alternativa, a oligarquia local já participa de uma parcela do mesmo.

Na medida, entretanto, em que surge no país subdesenvolvido uma burguesia industrial local e/ou uma tecnoburocracia estatal capazes de reconhecer seus interesses nacionais e iniciar um efetivo processo de industrialização, temos uma terceira alternativa. Nesta, o imperialismo vai-se tornando ainda mais mitigado ao mesmo tempo que os países desenvolvidos começam a pensar em interesses recíprocos na medida em que o país subdesenvolvido se encontre em um nível intermédio de desenvolvimento. Teremos, então, uma situação de desenvolvimento industrializado, em que cabe ao Estado e, portanto, à tecnoburocracia estatal um papel decisivo no diálogo com os países centrais e na defesa dos interesses nacionais.

É claro que esta tecnoburocracia poderá aliar-se à burguesia local (quando ela existir) e fazer acordos os mais diversos com o capitalismo internacional, que poderão, inclusive, implicar graves prejuízos para o país. A independência da tecnoburocracia local em relação às multinacionais e ao capital financeiro internacional dependerá em grande parte da vigilância a que for submetida pelas forças populares. Na medida em que os trabalhadores estiverem mais bem organizados, permitindo que a tecnoburocracia encontre neles um apoio, a probabilidade de uma ação por parte do Estado mais consentânea com os interesses nacionais será muito maior.

Nesta terceira alternativa o imperialismo continua a operar através da troca desigual e de financiamentos a taxas de juros elevadas. Mas os controles dos países desenvolvidos nesta área são maiores, especialmente na medida em que consigam fazer acordos internacionais de preços. Por outro lado, surge uma

nova realidade: a empresa multinacional manufatureira, que não pode ser considerada um mero mecanismo de transferência de excedentes dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos. Ela ainda tem esse papel, mas ao mesmo tempo é uma agência fundamental de organização da produção de excedentes nos países que a recebem.

É no quadro dessa terceira alternativa, na qual a relação de forças entre o país subdesenvolvido e o desenvolvido é melhor do que as anteriores, que podemos falar em interesses recíprocos.

Os países subdesenvolvidos necessitam fundamentalmente de duas coisas dos países do Norte: crédito a juros baixos e transferência de tecnologia a preços razoavelmente baratos. Crédito, o capital financeiro internacional está disposto a fornecer, mas a custos muito elevados, devido, inclusive, aos riscos crescentes que decorreram da necessidade de reciclar os petrodólares. É claro que necessitamos fortalecer e criar novas agências de crédito internacional, nos moldes propostos pelo Relatório Brandt. Os países desenvolvidos precisam dos mercados dos países do Sul. Não há, portanto, outra alternativa senão aumentar o volume de crédito e, assim, aceitar índices de endividamento internacional muito mais elevados do que os vigentes antes da crise do petróleo. Caso contrário, será impossível reciclar os petrodólares e a economia mundial continuará em recessão.

É claro que é preciso saber aplicar os recursos destes financiamentos. O Relatório Brandt salienta este fato muito adequadamente, dando ênfase aos pontos que permitam superar os índices insuportáveis de pobreza, de analfabetismo, de desnutrição e de más condições de saúde existentes em todos os países subdesenvolvidos, mesmo naqueles que já alcançaram um nível intermédio de desenvolvimento. Mas em relação a este problema a responsabilidade terá de ficar fundamentalmente com os próprios países subdesenvolvidos. Ou eles se organizam política e economicamente, a partir de bases populares, ou a miséria e a desigualdade continuarão a imperar, apesar de todos os financiamentos.

Em relação à transferência de tecnologia as dificuldades também são imensas, porque é certo que os países do Norte têm todo o interesse em não transferir tecnologia. Querem transferir capital, que lhes proporcione mais-valia, mas não querem trans-

ferir tecnologia, cujo monopólio é sua principal vantagem. Mas aqui também o problema é essencialmente dos países do Sul e de sua capacidade de se organizar e se estruturar para absorver a tecnologia externa.

Em síntese, não há dúvida de que existem interesses mútuos crescentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, especialmente na medida em que as ações meramente imperialistas vão ficando cada vez mais difíceis. Mas para explicitar e tirar vantagens desses interesses recíprocos será necessário negociar. Estas negociações, por sua vez, dependerão da capacidade das elites tecnoburocráticas e eventualmente burguesas existentes nos países subdesenvolvidos. Mas essas elites dificilmente terão a independência e a audácia necessárias se não contarem com o apoio (ainda que relativo) e a vigilância das classes populares. A relação de forças entre desenvolvidos e subdesenvolvidos dependerá em grande parte desta capacidade de organização dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, na medida em que esta organização condiciona a própria identidade nacional de cada país. Ora, só é possível aos trabalhadores organizarem-se na medida em que se estabeleça a democracia. Por isso é possível afirmar que a democratização nos países subdesenvolvidos é também uma condição fundamental para o fortalecimento desses países em seu diálogo e em seu confronto com os desenvolvidos. (20/06/80)

Brasil e Estados Unidos: tutela e cooperação

As relações de cooperação e conflito que unem os Estados Unidos e o Brasil são o pano de fundo da visita do presidente Reagan a este país. Embora o presidente norte-americano esteja visitando outros países latino-americanos além do Brasil, há boas razões para acreditar que o principal objetivo desta viagem seja realinhar o Brasil com os países do Primeiro Mundo em troca da contribuição do governo norte-americano para que o Brasil consiga superar o problema de sua dívida externa sem uma ruptura de caixa, que causaria graves prejuízos para o País. É preciso assinalar, entretanto, que uma ruptura de caixa do Brasil implicaria também enormes prejuízos para os grandes bancos norte-americanos. Ao evitar a insolvência brasileira, portanto, o governo norte-americano defende os interesses dos seus próprios bancos. Não obstante, deseja, em troca, um realinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Cooperação e tutela

misturam-se, assim, de maneira quase inextricável nas relações entre Brasil e Estados Unidos.

-1-

Não é fácil avaliar as relações entre dois países. De um lado, as relações de imperialismo confundem-se com as de co-operação. De outro, é preciso não confundir um país com suas classes dominantes. Apesar da hegemonia ideológica que estas exercem sobre o restante da população, a distinção é essencial.

No caso das relações Brasil-Estados Unidos, a estreita aliança entre as classes dominantes dos dois países sempre foi um fato. Mesmo na época em que se falava em certo nacionalismo da burguesia, esse nacionalismo industrializante jamais chegou a criar um sentimento antiamericano. Quando as multinacionais industriais, principalmente as norte-americanas, entraram em massa no Brasil, nos anos 50, a aliança entre a burguesia local e as multinacionais consolidou-se. E essa aliança foi selada com a Revolução de 1964, na qual, embora minoritária, a participação imperialista dos Estados Unidos é conhecida.

A partir de 1974, entretanto, depois de quase trinta anos de expansão, as economias capitalistas em todo o mundo entraram em crise. A onda longa de Kondratieff do pós-guerra esgotava-se. As grandes inovações tecnológicas do pós-guerra – o avião, a televisão, os computadores, a indústria petroquímica e a segunda onda de desenvolvimento da indústria automobilística – perdiam força desde o final dos anos 60 e afinal entraram em colapso com o primeiro choque do petróleo, em 1973.

A crise da economia mundial irá refletir-se negativamente nas relações entre os países, especialmente entre aqueles que mantêm relações econômicas estreitas como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil. O crescente protecionismo norte-americano, expresso na taxação de produtos industriais brasileiros exportados com subsídios (que, afinal, apenas compensaram nosso cruzeiro ainda sobrevalorizado), é uma indicação desse fato.

No caso brasileiro, entretanto, o problema tornou-se mais grave, na medida em que os sucessivos governos norte-americanos sentem uma enorme dificuldade em reconhecer o grande processo de acumulação de capital ocorrido no Brasil nos últimos trinta anos. Nesses termos, insistem em manter para com o Brasil uma relação de tutela, que, obviamente, deixa cada vez mais de fazer sentido. Depois do momento de glória para a

tutela norte-americana que foi 1964, quando houve uma perfeita e momentânea identidade de interesses entre o *stablishment* norte-americano e as classes dominantes brasileiras (burguesia e classe média tecnoburocrática), as condições para uma política imperialista, que pretenda manter o País subordinado em troca de vários tipos de pequenos favores econômicos e de uma aliança básica com sua classe dominante, foram perdendo suas bases.

-2-

As razões para as relações de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos são, sem dúvida, inúmeras. A primeira, e a mais óbvia delas, é que os Estados Unidos detêm a hegemonia do mundo capitalista e o Brasil é uma formação social predominantemente capitalista. Por outro lado, os Estados Unidos são um país democrático, que, apesar de todas as limitações de sua democracia, serve de modelo para as elites brasileiras. Para estas, o projeto implícito de Brasil que impõem ao resto da sociedade é reproduzir a sociedade de consumo e a democracia norte-americanas. Esta é uma estratégia óbvia da burguesia local, que usa o modelo da sociedade norte-americana como instrumento ideológico de dominação interna. E contrapõe esse modelo ao modelo estatal soviético, como se essas fossem as duas únicas alternativas.

Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos, entretanto, não se confundem com suas classes dominantes e seus intelectuais orgânicos. Há bases para cooperação em outros níveis. Há, por exemplo, um grande número de representantes da classe média assalariada, principalmente de intelectuais de esquerda no Brasil e de liberais keynesianos ou radicais neomarxistas nos Estados Unidos, que pode ter entre si amplas faixas de objetivos comuns. Na denúncia da concentração de renda existente no Brasil, da mesma forma que na crítica ao autoritarismo brasileiro, ambas realizadas durante os anos 70, o papel dos brasilianistas e mesmo de alguns políticos norte-americanos foi importante. Contribuíram de forma significativa para o trabalho dos intelectuais e políticos de oposição brasileiros, que, então, se dedicavam a definir e a denunciar o modelo brasileiro de acumulação em marcha e a nova dependência a ele associada.

-3-

No plano das relações entre governos e classes dominantes dos dois países, entretanto, a cooperação básica vem

sendo habitada por relações de conflito. Esse conflito espelha-se em uma política externa independente inaugurada no governo Geisel e aprofundada no governo Figueiredo, embora já tivesse precedentes no início dos anos 60. O recente discurso do presidente Figueiredo na ONU é, nesse sentido, um documento fundamental. Sem hostilizar os Estados Unidos, o Brasil deixou claro seu alinhamento com os países do Terceiro Mundo e sua absoluta inconformidade com a ordem econômica internacional hoje existente, mantida sob a égide dos Estados Unidos.

A independência brasileira em matéria de política externa teve um de seus pontos altos no reconhecimento do governo de Angola, em 1975. Irritado com o fato, o então secretário de Estado, Kissinger, solicitou ao nosso ministro das Relações Exteriores, Silveira, em um jantar com várias testemunhas, que consultasse os Estados Unidos antes de tomar decisões desse tipo, tendo em vista os grandes interesses dos Estados Unidos em todo o mundo. Kissinger, obviamente, ao fazer essa solicitação, não percebia que os tempos da tutela pura e simples dos Estados Unidos sobre o Brasil haviam acabado. Modesta e ironicamente, o chanceler brasileiro retrucou que nossos interesses limitavam-se à América Latina e à África, de forma que o Brasil concordaria com um sistema de consultas prévias desde que os Estados Unidos concordassem com a recíproca em relação apenas à América Latina e à África. . . Naturalmente a conversa entre os dois chanceleres parou aí.

-4-

Essa crescente independência do Brasil está diretamente relacionada com o grande desenvolvimento do Brasil, principalmente quando comparado com os Estados Unidos. Esse país emergiu da Segunda Guerra Mundial como a grande potência hegemônica. E mantém-se até hoje nessa situação, mas de forma cada vez mais debilitada. No plano econômico, os Estados Unidos são claramente um país decadente. Isto é verdade em relação aos países estatais liderados pela União Soviética, aos países da Europa Ocidental e ao Japão e também em relação a diversos países subdesenvolvidos, principalmente ao Brasil. O Quadro I deixa este fato muito claro. Vemos por esse quadro que em 1950 o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos era 30,3 vezes mais do que o do Brasil, reduzindo-se essa relação para 10,6 vezes em 1980. A mesma tendência ocorreu para a maioria dos demais países. Entre os países que aparecem no quadro, a

Quadro I

Relação entre o PNB dos Estados Unidos e de alguns países seleccionados (vezes)

PAÍSES	1950	1980
União Soviética	2,9	2,1
Japão	9,4	2,2
Alemanha	7,3	3,1
França	6,7	4,1
Inglaterra	4,7	5,8
Brasil	30,3	10,6
México	72,0	17,9
Argentina	19,6	38,9

Fonte: Banco Mundial e Simon Kusnets.

situação relativa dos Estados Unidos só melhorou nesse período em relação a dois países ainda mais decadentes: Inglaterra e Argentina.

O grande desenvolvimento do Brasil quando comparado com o dos Estados Unidos está na base de mudança qualitativa nas relações entre os dois países. Depois de um extraordinário processo de acumulação de capital e da implantação de um sofisticado parque industrial no Brasil, é impossível pretender manter as relações entre os dois países nos mesmos termos dos anos 40. Enquanto em 1950 o Brasil era ainda um país tipicamente subdesenvolvido, primário-exportador, hoje mais da metade das exportações brasileiras é constituída de produtos industrializados. Enquanto em 1950 a oligarquia agrário-mercantil baseada no latifúndio e no café dispunha de grande importância, hoje a hegemonia do capital industrial associado a uma sofisticada classe média tecnoburocrática estabelece objetivos de industrialização e desenvolvimento muito mais claros para o País. Ninguém mais discute a eventual “vocalização essencialmente agrária” do Brasil, como se fazia ainda nos anos 50, nem afirma que haja inferioridade intrínseca do Brasil por motivos de raça, clima ou religião. Estas eram manifestações do que foi chamado

de “complexo de inferioridade colonial”. Os debates hoje, no Brasil, são outros.

O fato objetivo é que no Brasil, desde os anos 30, vem ocorrendo uma profunda modificação na natureza das classes dominantes e, em consequência, das elites dirigentes. Ao contrário do que acontece no Chile ou na Argentina, onde o capital agrário-mercantil continua hegemônico, aqui ele cedeu terreno para o capital industrial e para a tecnoburocracia. Em função disto, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tiveram necessariamente de mudar no sentido de uma maior independência do Brasil.

-5-

Isso não significa, entretanto, que o nacionalismo esteja aumentando no Brasil. Especialmente se definirmos nacionalismo como a oposição ao “capital estrangeiro”, como era feito até os anos 50, houve uma clara diminuição do sentimento nacionalista.

A crise do nacionalismo populista, contrário ao capital estrangeiro, está associada com a entrada em massa das empresas multinacionais na indústria brasileira, que ocorreu principalmente a partir dos anos 50. Esse fato histórico novo (que já analisei em artigo de 1963 e, depois, na primeira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 1967) teve como consequência fundamental invalidar o diagnóstico corrente ainda nos anos 50 e no início dos anos 60 de que as grandes potências imperialistas estavam associadas ao capital agrário-mercantil para impedir a industrialização do Brasil. Daí a necessidade de um pacto populista entre a “burguesia nacional” e os trabalhadores para promover em termos nacionalistas o desenvolvimento do País.

Essa análise tinha uma razoável validade até o início dos anos 50, quando as empresas internacionais estavam principalmente dedicadas, no Brasil, aos serviços públicos e ao comércio (em outros países, também à mineração e às *plantations*), e não à indústria. A grande revolução representada pelas empresas multinacionais ocorreu, efetivamente, a partir dos anos 50, quando as grandes empresas industriais dos países centrais, diante das crescentes dificuldades do comércio mundial para seus produtos manufaturados, decidiram descentralizar em escala mundial sua produção.

A partir desse momento, as empresas multinacionais passam a comprometer-se intrinsecamente com a industrialização e o desenvolvimento do mercado interno (para o qual estavam principalmente voltadas) do Brasil. É verdade que se associam também a um forte processo de concentração de renda, agora incluindo as classes médias (burguesas e tecnoburocráticas), na medida em que uma parte considerável dos produtos que fabricam são bens de consumo de luxo, pelo menos do ponto de vista de um país com uma população pobre tão grande como a brasileira.

Em qualquer hipótese, a entrada em massa das empresas multinacionais industriais no País, levando os investimentos diretos a superar as remessas de lucros (inclusive, provavelmente, as disfarçadas), invalidou o velho diagnóstico nacionalista populista não apenas ao nível das classes dominantes mas também em amplos setores da esquerda brasileira. Ficou claro para muitos de nós que a nova dependência criada pelas empresas multinacionais exigia novos critérios críticos em relação a estas. Devia-se agora criticar o caráter (1) oligopolista, (2) concentrador de renda e (3) obstaculizador do desenvolvimento de uma tecnologia nacional. E, além disso, tornou-se evidente que afinal não havia uma diferença tão grande entre as empresas multinacionais e as grandes empresas locais, do ponto de vista de interesses dos trabalhadores. O nacionalismo populista fora uma forma de mascarar a luta de classes. A luta de trabalhadores por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por participação nos processos de trabalho, por representação sindical efetiva e por democracia autêntica encontrava e encontra obstáculos semelhantes na burguesia local e nas empresas multinacionais.

-6-

O advento das multinacionais, industriais, em última análise, não contribuiu para piorar as relações entre Brasil e Estados Unidos. Nos anos 70, entretanto, um novo tipo de dependência estabeleceu-se entre os dois países através do grande endividamento externo do Brasil em relação principalmente aos grandes bancos norte-americanos. Não importa agora discutir as causas e as culpas desse endividamento. O certo é que o descontrole do endividamento externo brasileiro, somado à crise da economia mundial, levou o Brasil, com seus 80 bilhões de dólares de dívida, a uma situação de prática insolvência.

Essa situação é grave para o Brasil, mas é também extremamente arriscada (e relativamente mais grave) para os grandes bancos norte-americanos. Uma quebra de caixa do Brasil pode facilmente levar alguns desses bancos à falência. E é preciso lembrar que um Estado nacional pode ter uma ruptura de caixa e suspender seus pagamentos internacionais, mas não pode ir à falência e fechar, enquanto um banco, por maior que ele seja, está sujeito aos riscos da falência.

Por isso, se formos buscar uma causa mais específica para a súbita visita do presidente Ronald Reagan ao Brasil, esta será provavelmente a necessidade de encontrar uma solução para a dívida externa do País que não ponha em risco os grandes bancos norte-americanos. Estes, de sua parte, ainda que nos recomendem austeridade, estão desenvolvendo todos os esforços para evitar a ruptura de caixa do Brasil, a qual, se acontecer, decorrerá do fato de que os pequenos bancos e os capitalistas privados se recusam a emprestar para o Brasil; não decorrerá da suspensão voluntária de empréstimos por parte dos grandes bancos.

Mas os grandes bancos, sozinhos, provavelmente não serão capazes de manter a situação sob controle. Inclusive porque as autoridades econômicas brasileiras revelam a respeito do assunto uma timidez e uma atitude de dependência deploráveis, que afinal não ajudam os grandes bancos a sair da dificuldade.

Nesses termos, a solução, do ponto de vista dos grandes bancos, é recorrer ao auxílio do FMI e do governo norte-americano. Este, como representante legítimo do capital monopolista financeiro (e industrial) norte-americano parte em defesa de seus representados. Da mesma forma que a provável entrada do Brasil no FMI, a presença aqui do presidente norte-americano servirá como uma espécie de aval para a continuidade do giro de nossa dívida.

É preciso, entretanto, saber quais serão os custos que será preciso pagar por isso. Eles serão maiores ou menores, dependendo da nossa capacidade de formular uma política econômica austera mas não generalizadamente recessiva. Nesse sentido, nossas autoridades econômicas têm dado amplas demonstrações de sua incapacidade e paralisação nesse assunto. Ao contrário do que acontece com nossa diplomacia, revelam uma subordinação à ortodoxia monetarista e conservadora, vigente nos Estados Unidos e encarnada na política do presidente Reagan, que dificulta qualquer ação mais firme.

Nesse caso, entretanto, o problema é menos de conflito de interesses e mais de incapacidade das classes dominantes e das autoridades econômicas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos de perceber que, diante das novas realidades do capitalismo oligopolista e estatal contemporâneo, são necessárias e viáveis novas formas de enfrentar as crises econômicas.

Na verdade, o que se verifica, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, é uma incompatibilidade entre o desenvolvimento do capitalismo monopolista tecnoburocrático e as práticas conservadoras de política econômica, que insistem em pretender que o livre jogo das forças do mercado é capaz de coordenar os respectivos sistemas econômicos.

Essa incompreensão conjunta, cuja base ideológica está sediada nos Estados Unidos, revela, de um lado, o imperialismo ideológico norte-americano e a subserviência ideológica brasileira; mas revela, de outro lado, que, na condição de dois países industriais, que alcançaram (apesar de todas as suas diferenças) o estágio do capitalismo monopolista tecnoburocrático, têm, ambos, problemas comuns de administração de suas sociedades e de suas economias. Talvez possam discutir e trocar experiências sobre como enfrentar e administrar esses problemas. (28/11)

Capítulo 3

1979 - INFLAÇÃO E PACTO SOCIAL

A economia e a política em 1978

Durante o ano de 1978 ficou mais uma vez muito claro que a economia e a política estão profundamente entrelaçadas no Brasil. Em qualquer país capitalista isto é verdade, mas em um país como o Brasil, em que o Estado tem um papel decisivo no processo de acumulação capitalista e na divisão do excedente econômico entre as diversas classes, este íntimo relacionamento entre a economia e a política é ainda mais verdadeiro. A crise política foi o fato dominante durante o ano, e seu reflexo se fez sentir no plano econômico através das greves. Por outro lado, a transição estrutural por que provavelmente está passando a economia brasileira nestes últimos tempos terá de ser viabilizada, no plano político, através de um novo pacto de poder, mais aberto às reivindicações populares e a uma maior distribuição de renda.

No plano político, 1978 foi também um ano de transição, culminando com a revogação do Ato Institucional 5. A continuidade do mesmo esquema de poder através da escolha de novo presidente e de novos governadores nos quadros de um regime ainda autoritário constituiu-se na grande frustração do ano. As eleições de 15 de novembro, com a vitória do MDB, confirmaram a ilegitimidade do sistema de poder vigente.

E no plano econômico, como foi 1978? Para responder a esta pergunta geral, os economistas, que normalmente represen-

tam os interesses das classes dominantes, limitam-se a fazer mais duas questões. Querem saber: 1) se o Brasil como um todo ficou mais rico ou mais pobre durante o ano; e 2) se a situação financeira do País, medida em termos de inflação e endividamento, melhorou ou piorou. Se forem economistas estruturalistas, poderão fazer ainda uma terceira pergunta: 3) ocorreu durante o ano algum fato novo que implique modificações na estrutura econômica, social e política do País? Estas três questões são importantes, mas é preciso não esquecer uma quarta, que afinal é a mais importante de todas: 4) a situação econômica dos trabalhadores melhorou ou piorou neste ano de 1978?

O Produto Interno Bruto deve ter crescido aproximadamente 6,3% em 1978. Como a população cresce quase 3% por ano, isto significa que a produção média dos brasileiros, a chamada renda per capita ou taxa geral de produtividade, deve ter crescido um pouco mais do que 2%. O Brasil ficou, portanto, um pouco mais rico, ficando assim respondida a primeira pergunta. Os resultados poderiam ter sido melhores. Com os recursos de que o País dispõe, a produção poderia crescer cerca de 8% e a produtividade, 5%. De qualquer forma, dadas as dificuldades financeiras que o País atravessa, 3% de aumento da produtividade é muito razoável.

Embora os dados disponíveis, especialmente o volume de projetos aprovados pelo CDI, indiquem uma retração dos investimentos, a indústria ainda cresceu 8,6%. Este crescimento é provavelmente fruto dos investimentos passados, de forma que não justificam otimismo.

É óbvio que a economia brasileira se encontra em uma fase de transição que poderá resultar em uma grave crise econômica se um novo pacote de inovações e investimentos não for empreendido, iniciando-se uma nova onda de acumulação. Mas é preciso também reconhecer que os resultados de 1978 confirmam a enorme vitalidade da economia brasileira. Como esse era um ano eleitoral, o governo não tomou medidas monetárias restritivas de caráter drástico. Ainda que a produção agrícola, devido a problemas naturais, permanecesse estagnada durante o ano, graças ao desenvolvimento industrial a produção total por habitante ainda cresceu mais de 3%.

Mas isso não quer dizer que a situação econômica dos trabalhadores melhorou 3%. Isto depende da forma pela qual a renda adicional produzida foi distribuída. Se apenas aumentaram os lucros dos capitalistas e os ordenados dos técnicos e gerentes,

deixando os salários estagnados em termos de poder aquisitivo, a situação dos trabalhadores não melhorou.

Era isso que vinha ocorrendo nos últimos anos no Brasil, mas em 1978 houve uma mudança. Ocorreu um fato econômico e político fundamental. Os trabalhadores mais bem organizados conseguiram, graças às greves que foram capazes de realizar, um aumento real (descontada a inflação) de 10 a 15%. Isto significa que, apesar da inflação crescente, a situação econômica desses trabalhadores mais bem organizados melhorou. Já para os trabalhadores não organizados, que não fizeram greves e receberam apenas o reajuste autorizado pelo governo, de 42 ou 43%, a situação ficou a mesma. Ainda que o Brasil tenha ficado mais rico, eles continuam tão pobres quanto antes.

A resposta à quarta pergunta, portanto, é a seguinte: melhorou a situação econômica de apenas uma parte dos trabalhadores – daqueles que souberam se organizar e reivindicar.

O Brasil ficou, portanto, um pouco mais rico e alguns trabalhadores um pouco melhor. Os resultados econômicos foram razoáveis. Mas do ponto de vista financeiro, assunto da segunda pergunta, a situação agravou-se: a) a taxa de inflação superou 40%; b) a dívida do Brasil aos outros países (dívida externa) chegou a 40 bilhões de dólares; c) a dívida do governo para com os capitalistas (dívida interna) cresceu muito; d) a taxa de juros está muito elevada.

Esses quatro fatos ocorridos em 1978 definem a crise financeira do Brasil. Inflação crescente significa aumento do custo de vida, mas significa também desorganização monetária, desequilíbrio financeiro decorrente do fato de que os mais ricos e os mais poderosos querem tomar para si uma parte maior da renda, aumentando seus preços mais e mais depressa do que os mais fracos. O aumento da dívida externa é uma obrigação, é um encargo que vai onerar nosso desenvolvimento futuro. O aumento da dívida interna é claro sinal de que o governo não está sabendo mais nem controlar seus gastos nem aumentar suas receitas. Finalmente, o aumento da taxa de juros, já tão alta no Brasil, significa prejuízo dos capitalistas que produzem e dos consumidores que compram a crédito em benefício dos capitalistas inativos, dos rentistas que ganham sem produzir. O aumento das taxas de juros é consequência menos da política de restrição de crédito, reiniciada pelas autoridades monetárias logo após as eleições, e mais da onda de especulação que novamente vem dominando o mercado financeiro do País.

Finalmente, é preciso dar resposta à terceira pergunta. Há algumas indicações de que 1978 poderá ser o marco de uma nova modificação estrutural na economia brasileira. Como o desenvolvimento baseado na indústria de bens de consumo de luxo e especialmente em automóveis esgotou-se aproximadamente em 1974, o desenvolvimento baseado no crescimento da indústria de máquinas (os chamados "bens de capital") parece que também se está esgotando. E em 1978 o governo começou, afinal, a falar que agora a nova estratégia de industrialização deverá ser baseada na produção de bens de consumo dos trabalhadores (os chamados "bens de salários" ou "bens de consumo de massa"). Os ricos já consomem demais. Mas só a procura, a compra de bens, pelos ricos não é mais suficiente. A indústria, para continuar a crescer, precisa contar também com a procura, com o consumo dos trabalhadores.

A solução do problema, entretanto, não está em dar incentivos, fornecer capital a juros subsidiados para as indústrias que produzem bens de salários, como foi feito anteriormente para a indústria automobilística e para a indústria de máquinas. Aquelas indústrias em geral não necessitam desse tipo de incentivo, ainda que certamente os acolhessem de bom grado. Essas empresas devem, inclusive, ter capacidade ociosa, máquinas paradas, fábricas mal-utilizadas. O que é preciso é: 1) aumentar os salários, de forma que os trabalhadores possam transformar suas necessidades em procura efetiva, em consumo; e 2) aumentar os investimentos do governo em serviços de utilidade pública (metrô, água e esgoto) e na construção de escolas e habitações para os trabalhadores. Com isto, aumentará a procura de trabalhadores, diminuirá o desemprego e os salários aumentarão um pouco mais.

É óbvio que esse tipo de mudança no plano econômico, de forma a viabilizar um novo padrão de acumulação, só será viável na medida em que o pacto político que hoje controla o Estado brasileiro sofra profundas alterações. A aliança de classes estabelecida em 1964 era profundamente restritiva. Esta aliança foi funcional em um dado momento histórico, para viabilizar uma acumulação capitalista selvagem, um forte processo de internacionalização da economia e um enorme crescimento dos ordenados e do poder dos tecnoburocratas. Mas neste último ano ficou muito claro que, além de insustentável no plano político, este pacto restritivo não tem mais funcionalidade no plano econômico. Sua ampliação é essencial para a continuidade do próprio processo de acumulação no País.

Não é fácil, portanto, avaliar 1978. Foi um ano de transição no plano econômico e no plano político. As greves e a nova preocupação com a produção de bens de consumo dos trabalhadores, dado o esgotamento das possibilidades de crescimento industrial apenas na base de bens de consumo de luxo e máquinas, foram os fatos novos. Por outro lado, 1978, como o anterior, foi um ano de crise política, que terminou com a derrota do governo nas eleições de 15 de novembro. Este é um fato político que teve causas em parte econômicas e não há dúvidas de que terá conseqüências econômicas. As greves também foram um fato político com causas e conseqüências econômicas. A lição de 1978, portanto, é clara: a política e a economia estão cada vez mais misturadas. A participação política dos trabalhadores é cada vez mais importante, inclusive no plano econômico. (21/01)

Proposta de política econômica

A curto prazo os dois problemas econômicos mais graves que o novo governo enfrenta são a inflação e a especulação financeira. A médio prazo, o desafio fundamental está em alcançar uma melhor distribuição de renda, embora também mereça menção o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Não considero a obtenção de taxas elevadas de crescimento do produto nacional um problema básico na medida em que a economia brasileira já alcançou um estágio tal que, ao nível da produção, ou seja, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico, o desenvolvimento já é razoavelmente auto-sustentado. Só deixa de sê-lo se emergem dificuldades na área da circulação (inflação, desequilíbrio financeiro interno, desequilíbrio financeiro externo) e da distribuição de renda.

Para o combate à inflação temos duas alternativas: ou se concede ênfase à restrição na quantidade de moeda e na redução da despesa pública, ou se aumentam fortemente os controles administrativos de preços e se elevam os impostos. Sou francamente a favor da segunda alternativa, embora admita que a primeira deva também ser praticada moderadamente. A inflação brasileira dos últimos anos explica-se muito mais pelo poder de monopólio das empresas do que por pressões de demanda que justifiquem um desaquecimento da economia.

É óbvio, entretanto, que as pressões inflacionárias hoje também decorrem de um crescente desequilíbrio do orçamento federal. As recentes declarações do professor Gouvêa de Bu-

lhões deixaram este fato definitivamente claro. Torna-se, portanto, necessário aumentar com urgência a receita tributária do Estado, alternativa muito mais adequada do que reduzir as suas despesas de investimento, essenciais para o desenvolvimento econômico. A nova reforma tributária, além de contribuir para reequilibrar o orçamento público, deve ser uma oportunidade para uma melhor distribuição de renda. Nesse sentido, é urgente aumentar o Imposto de Renda das pessoas físicas e também das empresas. É necessário eliminar uma série de incentivos cada vez mais injustificáveis e criar impostos sobre heranças, doações e ganhos de capital. E devem iniciar-se estudos para a tributação sobre riqueza aparente.

A distribuição de renda deverá ser ainda levada adiante, do lado da demanda, através de uma política de aumentos reais de salários, gradual mas firme, e de aumento dos benefícios sociais. As despesas de consumo social, entretanto, deverão deixar de onerar as folhas de pagamento, passando a ser financiadas com recursos tributários gerais. Do lado da oferta será necessário estimular a produção agrícola e a produção de bens de salário.

O financiamento das despesas de consumo social com recursos tributários gerais é essencial para se garantir uma maior criação de empregos, absorvendo produtivamente os excedentes de mão-de-obra existentes. Este objetivo, essencial para uma melhor distribuição de renda, deve ser complementado por uma política de investimentos estatais deliberadamente voltada para a criação de mais empregos. Nesse sentido, será necessário orientar os investimentos estatais para a área dos serviços urbanos de utilidade pública e a construção de habitações populares.

O financiamento desse programa coloca o problema da reordenação do sistema financeiro nacional. De um lado é necessário reduzir a especulação, de outro é preciso criar mecanismos adicionais para financiamento a longo prazo a custos baixos. Nesse sentido, a alternativa de se estimular a poupança privada voluntária parece ter poucas possibilidades. Para isto seria necessário elevar ainda mais as taxas de juros reais, favorecendo fortemente os rentistas em prejuízo dos capitalistas ativos. Ora, além de a poupança privada ter baixa elasticidade em relação à taxa de juros, qualquer política de redistribuição de renda deve prever taxas de juros reais muito baixas (se possível negativas) para os rentistas, aliás, como já acontece no plano internacional, em que as taxas de juros para os aplicadores são menores do que a taxa de inflação, e para os depositantes em cadernetas de

poupança. Sendo este o objetivo, não resta outra alternativa para o financiamento a longo prazo da acumulação pública e privada senão criar novos investimentos de poupança forçada canalizados através dos bancos estatais. Para os financiamentos de capital de giro a volta do tabelamento das taxas de juros é uma medida que se impõe. Por outro lado, é urgente tomar medidas junto ao "open market", a fim de reduzir o volume das operações e o grau de especulação nesse mercado.

As medidas aqui propostas têm obviamente dificuldades políticas na medida em que não pretendem reconciliar o irreconciliável. Os rentistas, a burguesia mercantil especulativa, as camadas médias tecnoburocráticas e as grandes empresas monopolistas nacionais e multinacionais, pela ordem, são prejudicadas em termos absolutos ou relativos. Os beneficiados serão os trabalhadores e alguns setores da burguesia agrícola e industrial. Dados seus compromissos políticos, não creio que o governo que está hoje assumindo o poder tenha condições de realizar a política econômica aqui muito sumariamente proposta. (*Jornal da Tarde*, 16/03)

Inflação e pacto social

Para o governo o problema mais importante a ser resolvido é combater a inflação. Já para os trabalhadores está muito claro que a prioridade fundamental está na elevação dos salários e, portanto, em uma melhor distribuição de renda. Estes dois objetivos não são necessariamente conflitantes. Mas enquanto o governo concentra sua atenção sobre a inflação e adota a política capitalista ortodoxa de conter os salários em nome do combate à inflação, é claro que o problema social e político se agrava. Na verdade, conflitantes são os objetivos de maiores salários dos trabalhadores com os objetivos da burguesia de conservar suas altas taxas de lucro e da alta tecnoburocracia de manter seus altos ordenados.

Em face desses objetivos conflitantes e da crescente capacidade de reivindicação dos trabalhadores, ficam imediatamente claros dois fatos: primeiro, que a sociedade brasileira se encontra em impasse, que se evidencia no número crescente de greves; segundo, que o governo não está podendo ou não está querendo enfrentar diretamente esse impasse ao centralizar suas atenções sobre a inflação, e não sobre a distribuição de renda. Em consequência, deixa-se de reconhecer que o problema da sociedade brasileira em 1979, quando um novo governo se instaura, não é

o combate à inflação mas o estabelecimento de um pacto social (fenômeno distinto de uma aliança política) que inclua os trabalhadores, excluídos de qualquer participação ou influência no poder do Estado desde 1964.

Isso não significa que a inflação não seja um problema importante. Obviamente é, especialmente na medida em que sua tendência é crescente e já alcançou o índice de 46% nos últimos doze meses. Ainda que a sociedade brasileira já esteja habituada à inflação, ainda que a correção monetária neutralize uma parte dos malefícios ou distorções da inflação, é claro que se a inflação continuar a crescer o sistema econômico-social brasileiro ficará ameaçado de desorganização. É compreensível, portanto, que o governo se preocupe com a inflação e que tome medidas para combatê-la. Mas não há necessidade de alarmismo em relação à inflação. Por outro lado, a tese que estamos apresentando é a de que os esforços do governo para combater a inflação serão inúteis, se não desastrosos, caso não coloque como prioridade fundamental, a curto prazo, uma melhor distribuição de renda no País. Ou em termos um pouco mais amplos: o que estamos pretendendo afirmar é que o governo não terá condições de resolver nem o problema da inflação nem o do impasse social em que se encontra o País, a partir do momento em que os movimentos grevistas dos trabalhadores começaram a se multiplicar, se não for capaz de estabelecer as bases de um novo pacto social no País.

Alguns representantes da burguesia e da tecnoburocracia, com tendências que poderíamos chamar eufemisticamente de autoritárias, pretendem que a presente onda de greves decorre da liberalização política que ocorreu no Brasil nos últimos anos e culminou com a extinção do Ato Institucional 5 e da infiltração no movimento operário da esquerda radical, agora não mais representada pelo PC mas principalmente pela Convergência Socialista. Ora, esta interpretação não revela apenas a mentalidade de uma minoria de extrema direita, não é apenas tola e simplista, é também essencialmente equivocada.

O surgimento e o recrudescimento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, da mesma forma que a liberalização política parcial ocorrida no Brasil, decorrem ambos de um mesmo fenômeno: o colapso da aliança política estabelecida em 1964 entre a burguesia, a tecnoburocracia e o capital internacional. Quando, findo o "milagre" de 1967-73, a burguesia, especialmente a média burguesia, mas também amplos setores da

alta burguesia, percebeu que estava sendo tutelada por uma tecnoburocracia civil e militar cada vez mais autônoma e arbitrária em suas decisões, aquela aliança começou a desmoronar, entrou em colapso. A sociedade civil reivindicou maior liberdade política, que afinal conseguiu em parte.

É claro que, ao demandar maior liberdade política, ao exigir o retorno à democracia, a burguesia sabia muito bem que os movimentos sociais reivindicatórios recrudesceriam imediatamente. Se a burguesia foi tutelada pela ditadura, os trabalhadores foram por ela esmagados. A ditadura era sempre orientada em benefício da alta burguesia e da alta tecnoburocracia e sempre contra os trabalhadores. Este fato foi verificado, documentado e denunciado não apenas pela esquerda radical, não apenas pela esquerda moderada ou reformista, mas também pelos próprios representantes da burguesia liberal ou de centro. Os trabalhadores, que sentiram na própria carne a discriminação que sofreram, receberam essas informações, organizaram-se ou vêm-se organizando e começaram a reivindicar. E é óbvio que o papel das minorias radicais nesse processo é marginal. Pensar de outra forma é subestimar os trabalhadores e superestimar a força da esquerda para tentar justificar nova onda de repressão.

Como os trabalhadores verificaram que foram prejudicados a partir de 1964, a burguesia também se inteirou do fato. Por isso ela não está surpresa com as greves. Ela inclusive foi alertada pela direita autoritária em 1977 e 1978. Mas acertadamente seus líderes mais representativos não se mostraram excessivamente preocupados com o problema, na medida em que percebiam que os problemas que na certa surgiriam poderiam ser resolvidos através da formulação de uma nova aliança política ou pelo menos de um novo pacto social em que os trabalhadores teriam um lugar.

Estavam e estão claras para todos duas coisas: primeiro, que o regime ditatorial era insustentável; se não fosse modificado ao nível da classe dominante, acabaria entrando em crise de forma muito mais incontrollável. Segundo, que a concentração de renda havia alcançado níveis insuportáveis, exigindo medidas imediatas para reduzir os desníveis econômicos decorrentes. Quando os 50% mais pobres da população recebem 13,4% da renda monetária, enquanto os 5% mais ricos recebem 37,9% dessa mesma renda, conforme revelam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 1976, ou quando os 49,2% mais pobres entre os funcionários públicos estaduais

de São Paulo recebem 21% do total pago aos servidores, enquanto os 4,5% mais ricos recebem 22,5% do total, conforme pesquisa realizada por Eduardo Matarazzo Suplicy, baseado em dados da Prodesp, Companhia de Dados de São Paulo (*Folha de S. Paulo*, 3 de maio de 1978), é claro que medidas objetivas devem ser tomadas.

Para a formulação de um novo pacto social, entretanto, são necessários dois ingredientes fundamentais: em primeiro lugar, é preciso saber quem será obrigado a transferir uma parte de sua renda para os trabalhadores; em segundo, é preciso que um governo considerado legítimo para os participantes do pacto lidere o processo. Ora, nem uma nem outra dessas duas condições foram até agora adequadamente equacionadas pela burguesia.

Qualquer pacto social hoje no Brasil deverá incluir os trabalhadores organizados. E implicará aumento da taxa de salários, em um primeiro momento acima da taxa de aumento da produtividade do último ano. É o que os trabalhadores e pequenos funcionários estão hoje exigindo. É claro que esse aumento é ainda muito menor do que o aumento de produtividade nos últimos anos, mas basta que o aumento seja superior à taxa de produtividade do último ano para que, de duas uma: ou se transfere renda de algum setor da economia para os assalariados ou aumenta a taxa de inflação.

Há três fontes mais evidentes de onde se pode transferir renda para os assalariados: a burguesia empresarial (capitalistas ativos) e o capital monopolista em particular reduzindo um pouco suas taxas de lucro; a alta tecnoburocracia, reduzindo-se seus ordenados; a burguesia rentista (capitalistas inativos), reduzindo-se seus gastos e aluguéis. Entre esses três grupos é claro que o último deverá ser especialmente visado. A especulação financeira e os altos juros, a especulação imobiliária e os altos aluguéis são obviamente os setores da economia que permitem maiores restrições. Os altos ordenados também deverão ser atingidos com vigor. Já em relação à taxa de lucro dos capitalistas ativos é preciso agir com mais cautela, caso contrário poderá haver uma forte queda nos investimentos privados e crise econômica. Não há dúvidas, porém, de que as taxas de lucro das empresas continuam excessivamente elevadas, podendo ser reduzidas sem que isto desestime a acumulação de capital. Esta será um pouco afetada, já que os fundos próprios disponíveis reduzir-se-ão. Mas não será uma redução da taxa de lucro mé-

dia das grandes empresas brasileiras, a qual deve estar próxima de 20% sobre o patrimônio líquido, para cerca de dois terços deste nível que desestimulará os capitalistas a continuar a acumular. Poderão, isto sim, reduzir um pouco seus extraordinários níveis de consumo.

A partir do pressuposto de que para se combater a inflação é essencial que alguém seja prejudicado, não elevando seus preços na mesma medida em que outros já elevaram, e a partir de um segundo pressuposto segundo o qual desta vez não podem ser os trabalhadores que deverão pagar “a conta do combate à inflação”, é claro que as medidas redistributivistas acima enumeradas poderão ao mesmo tempo contribuir para resolver o impasse social e reduzir a taxa inflacionária.

Mas, para que esse processo de transferência de renda possa ocorrer de forma a redistribuir melhor a renda e, ao mesmo tempo, controlar a inflação seria necessário que o governo assumisse o comando desse processo. Ainda que estejamos diante de um Estado capitalista, fundamentalmente a serviço da burguesia e em segundo lugar da própria tecnoburocracia, esta hipótese não é teoricamente impossível. Os Estados capitalistas modernos já não são meros instrumentos das classes dominantes. Suas políticas são antes o resultado das lutas de classe em que os trabalhadores organizados assumem um peso crescente.

Entretanto, dada a ilegitimidade do atual governo, que não tem suficiente apoio nas próprias classes dominantes, ainda que procure servi-las muitas vezes da forma a mais subserviente, é claro que uma deliberada, ainda que cautelosa, política redistributivista torna-se problemática. O ridículo reajustamento do salário mínimo, que não cobre sequer o aumento da produtividade do último ano, demonstra esse fato. Por outro lado, esta política deveria ser acompanhada de um rígido controle de preços e margens dos setores oligopolistas da economia.

Sem dúvida, o aumento real de salários acima da taxa média de produtividade deste último ano não poderia ser exagerado. Caso contrário, o governo não teria condições de impedir o repasse do aumento dos custos para os preços, e a taxa de inflação aumentará em vez de estabilizar-se e em seguida começar a diminuir. Além do controle administrativo dos preços, medidas complementares de caráter monetário, de redução de despesas e de aumento seletivo de impostos deveriam ser adotadas.

Para a burguesia é essencial que um novo pacto social seja estabelecido do qual os trabalhadores façam parte. Entre 1964 e 1974 este pacto não foi necessário na medida em que a burguesia e a tecnoburocracia estavam solidamente unidas seja pelo medo da subversão seja pelas oportunidades de grandes ganhos, e puderam reprimir qualquer reivindicação dos trabalhadores. Mas esse período pertence ao passado. Agora os trabalhadores têm necessariamente de ser levados em consideração. Para a burguesia, mais do que um pacto social, o interessante seria uma aliança política com os trabalhadores, nos moldes, por exemplo, daquela alcançada no período populista. Mas não creio que uma aliança política desse tipo seja possível. Os prejuízos para os trabalhadores seriam maiores que os benefícios, e deste fato a classe trabalhadora parece bem alertada. Mas um pacto social mais geral é essencial. Nos países capitalistas centrais as alianças entre trabalhadores e parte da burguesia ocorrem através dos governos social-democratas. Mas quando os partidos de esquerda moderada não estão no poder, o pacto social continua a existir e a manter a estabilidade econômica e política do regime.

No Brasil, esse pacto foi rompido em 1964, em um momento de crise, e substituído pela pura e simples repressão. Agora é preciso restabelecê-lo de forma a resolver-se o impasse social presente. Mas, se o governo insistir em colocar como problema prioritário o combate à inflação e não a redistribuição de renda, dificilmente ele terá êxito em seu objetivo menor de combater a inflação, já que não haverá quem assuma o ônus da contenção da alta de preços, e estará falhando em seu objetivo maior de estabilizar o regime. Imaginar que todos façam sacrifícios por igual, como freqüentemente ouvimos da parte dos representantes do governo, é não ser realista e não querer encarar de frente os problemas reais que o País hoje enfrenta. (15/05)

Salários, lucros e inflação

As altas taxas de inflação atuais, que ameaçam desorganizar a economia brasileira, derivam da incapacidade do governo de funcionar como árbitro no processo de distribuição de renda. Ou, em outras palavras, são fruto da crise de legitimidade do governo, que o impede de exercer o poder, definindo as modificações necessárias na participação relativa dos salários e dos lucros na renda nacional.

A inflação em setembro de 1979 apresentou uma taxa de crescimento de praticamente 8%. Esta é provavelmente a taxa

mensal de crescimento dos preços mais elevada da história deste país. E já parece certo que 1979 terminará com um índice de inflação em torno de 60%. Este índice só foi superado, anteriormente, em 1964, quando a inflação alcançou 91%.

Esses fatos deixam claro que o governo está perdendo o controle da economia nacional. Não há dúvida de que a inflação em um país como o Brasil tem causas estruturais, de forma que provavelmente teremos de conviver com taxas anuais de crescimento dos preços de cerca de 20% ao ano. Taxas dessa grandeza são normais para uma economia dinâmica, em que o processo de acumulação de capital ocorre nos quadros de um mercado cheio de imperfeições e inflexibilidades. Mas quando a taxa de inflação alcança os níveis atuais, não só o fenômeno deixa de ser normal, torna-se patológico, mas também as causas estruturais deixam de ser suficientes para explicar o fenômeno.

O ministro Delfim Netto, ao ser anunciada a taxa de inflação de setembro, atribuiu o fenômeno à política salarial, que estaria permitindo elevação dos salários a taxas de 75% ao ano, muito superiores à taxa de inflação, e ao déficit de caixa das empresas estatais que são financiadas por empréstimos internacionais (jornais de 4 de outubro de 1975). O ministro do Planejamento não deixa de ter alguma razão. Sua análise, entretanto, tem o defeito de explicar o fenômeno sem descer às suas causas básicas. Ao diagnosticar a causa da aceleração da taxa inflacionária como sendo a elevação da taxa de salários, ele está identificando o fenômeno novo ocorrido na economia nacional, que foi o crescimento do poder de barganha dos trabalhadores organizados. Taxas de inflação de 30 ou 40%, ocorridas até 1977, não podiam ser explicadas em termos de elevação de salários, já que a taxa média de salários no Brasil, desde o fim dos anos 50, cresceu consistentemente menos do que a taxa de aumento da produtividade. Pelo contrário, em certos períodos, especialmente entre 1964 e 1967, foi uma violenta redução nos salários reais que se constituiu no instrumento fundamental de política econômica antiinflacionária. Entretanto, a partir de 1975 e principalmente de 1978, a situação modificou-se. Os trabalhadores organizados conseguiram elevações salariais acima da elevação do custo de vida mais a última taxa anual de crescimento da produtividade. Este fato seria, portanto, um dos fatos novos a explicar o aumento da inflação, seu salto de 40 para 60%, que vem ocorrendo recentemente.

Na verdade, essa explicação apreende apenas uma parte da realidade. Não há dúvida de que a elevação dos salários reais

além da taxa de aumento da produtividade tem efeitos inflacionários, mas esses efeitos serão neutralizados se concomitantemente baixam as taxas de lucro. Em última análise, a renda nacional é constituída de salários e lucros. Quando os salários, em um ano, aumentam mais do que a produtividade, os lucros diminuem. Para impedir que isto aconteça, para defender sua taxa de lucro, as empresas aumentam seus preços correspondentemente, acelerando-se o processo inflacionário. Entretanto, se a taxa de lucro média da economia for suficientemente alta para que possa baixar sem prejuízos para a taxa de acumulação de capital, absorvendo os aumentos de salários, estes não serão inflacionários, ou pelo menos terão um efeito inflacionário muito menor.

Ora, no Brasil existe ampla margem para baixarem as taxas de lucro. Por outro lado, é preciso considerar que, depois de quase 15 anos de regime ditatorial, o autoritarismo político do regime foi significativamente abrandado pela extinção do Ato Institucional 5. Esse período foi também marcado por uma sistemática política de compressão salarial. Em alguns breves momentos, inclusive em 1967, logo após o atual ministro do Planejamento haver assumido o Ministério da Fazenda, houve uma pequena descompressão, ou pelo menos uma descompressão relativa. Mas a tônica de todo o período foi autoritarismo político e compressão salarial. O objetivo declarado era combater a inflação, o motivo real era aumentar a taxa de acumulação do sistema.

Com a abertura política, era absolutamente natural e previsível que os trabalhadores procurassem recuperar um pouco do que perderam. As reivindicações salariais inscrevem-se dentro dessa racional elementar. Se os trabalhadores perderam, os capitalistas e a alta tecnoburocracia ganharam, os primeiros em termos de lucros, os segundos, na forma de ordenados elevados. No entendimento simples e objetivo dos trabalhadores, seria razoável agora que, por algum tempo, o processo se invertesse, e os lucros e ordenados perdessem um pouco para os salários. Só assim seria possível redistribuir um pouco melhor a renda neste país. E hoje há uma tomada de consciência nacional de que é preciso caminhar nessa direção, na medida em que o Brasil é um dos países de renda mais concentrada do mundo.

A causa da aceleração da taxa de inflação, portanto, está muito mais na resistência das empresas de reduzir seus lucros, dos capitalistas inativos ou rentistas de reduzir seus juros e dos

altos tecnoburocratas de reduzir seus ordenados (juros e ordenados constituem-se em deduções da taxa de lucro) do que na elevação dos salários reais. Isto é especialmente verdadeiro se lembrarmos que o processo de concentração de renda implicou aumento das taxas de lucro, juros e ordenados. O Brasil está entre os países em que estas taxas são mais altas. Existe, portanto, possibilidade de reduzir essas taxas sem que o investimento seja desestimulado, reduzindo-se apenas o consumo de luxo das classes dominantes burguesas e tecnoburocráticas.

Mas, para alcançar esse objetivo, é preciso uma liderança política efetiva. Imaginar que o mercado possa realizar essa tarefa é tolice em um país como o Brasil. E é nesse momento que se torna claro que a causa última da aceleração da taxa de inflação no Brasil deriva da incapacidade política do governo. Esta incapacidade, por sua vez, está diretamente relacionada com sua falta de legitimidade política, dado o reduzido apoio que desfruta entre os trabalhadores, a média tecnoburocracia e a própria burguesia.

Essa falta de capacidade política do governo impede-o de arbitrar a distribuição de renda. O enorme déficit de caixa do próprio governo, causado pelo extenso sistema de subsídios às empresas, é uma prova disso. Os déficits das empresas estatais são outros. Nem mesmo seu próprio déficit e o das estatais o governo consegue resolver. O que dizer, então, da tarefa de obrigar as empresas a se contentar com taxas de lucro um pouco menores? Isto só pode ser realizado através de medidas de contração de crédito, somadas a medidas de aumento da carga tributária e de controle administrativo de preços, que exigem muita determinação e coragem política para serem tomadas.

Na medida em que a inflação brasileira tem um forte componente de preços administrados, a estratégia de estimular a produção ao mesmo tempo que são tomadas medidas restritas está correta. Mas é preciso que não nos enganemos. As medidas restritas são imprescindíveis. As taxas de lucro precisam baixar dada a necessidade de aumentar os salários reais. Esta é a condição não apenas da estabilidade econômica, mas também da estabilidade política do País.

Como o processo de redistribuição de renda, o processo de abertura democrática é um imperativo da sociedade brasileira atual. A elevação da taxa de inflação a ponto de o governo perder o controle sobre ela é uma ameaça que pesa sobre toda a sociedade brasileira. Por outro lado, qualquer paralisação nesses

dois processos só contribuirá para agravar em vez de resolver a crise. Os desafios que a sociedade brasileira hoje enfrenta são portanto grandes. Mas não há dúvida de que são superáveis desde que as empresas, os rentistas e os tecnoburocratas aceitem uma redução razoável em suas taxas de lucro, de juros e de ordenados. (16/09)

Sentido e riscos da desvalorização

A desvalorização cambial de 30% e o correspondente pacote de medidas complementares de 7 de dezembro possuem uma série de objetivos óbvios, que foram expressos pelos próprios representantes do governo e repetidos pelos analistas: estimular as exportações, reduzir os artificialismos representados pelos subsídios, restabelecer o equilíbrio orçamentário federal e combater a inflação. Suas causas mais diretas são também conhecidas: o caráter valorizado do cruzeiro que ficou mais evidente depois da crise do petróleo, a extraordinária elevação das taxas de inflação, o desequilíbrio do balanço de pagamentos e os altos níveis de endividamento externo.

Entretanto é importante salientar alguns aspectos mais profundos ou estruturais relacionados com a nova política cambial e de combate à inflação.

Em primeiro lugar, essa é uma tentativa de restituir racionalidade ou coerência, perdida nos últimos cinco anos de crise, a toda a política econômica do governo. O discurso do presidente da República, no qual ele procura de forma sistemática abranger e integrar toda a área política e econômica de seu governo, deixa bem claro esse intuito. Mais do que isto, esse discurso é um exemplo de como governos conservadores em formações sociais caracterizadas pelo capitalismo tecnoburocrático buscam imprimir ordenação lógica ao processo de acumulação capitalista. Todo um conjunto de medidas vão sendo tomadas, de forma a, por um lado, transformar o planejamento econômico em um processo mais dinâmico e, por outro, dar à política econômica um caráter muito mais global do que as clássicas políticas monetárias, cambiais e fiscais. Temos assim menos do que um planejamento e mais do que uma política econômica: temos uma estratégia econômica.

O caráter tecnoburocrático dessa estratégia define-se pela sua pretensão à racionalidade total; seu caráter capitalista conservador evidencia-se não pelos objetivos explícitos – combater a inflação e restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos

– e sim pela clara prioridade à acumulação sobre a distribuição. Em todo o discurso do presidente a ênfase está sempre na estabilidade e no desenvolvimento, ou seja, na acumulação capitalista, além de sempre se procurar afirmar a plena coerência e necessidade lógica das medidas tomadas.

Ainda dentro desse quadro, cabe observar que o pretendido restabelecimento das “leis do mercado” ou da “verdade cambial” envolve uma curiosa contradição. O objetivo declarado é aumentar o controle da economia pelos mecanismos automáticos do mercado, mas para isto se monta uma grande estratégia de intervenção tecnoburocrática na economia. Esta contradição, entretanto, é insuperável. Ela apenas sublinha o fato de que a formação social brasileira é tipicamente caracterizada pelo capitalismo de Estado ou capitalismo tecnoburocrático. O Estado coloca-se a serviço da acumulação capitalista, mas em contrapartida assume o controle efetivo da economia.

Um segundo elemento estrutural implícito na nova política cambial merece ser salientado. Esta maxidesvalorização, caso bem-sucedida, poderá constituir-se no marco de uma mudança histórica na política cambial brasileira. O Brasil sempre tendeu a praticar uma taxa de câmbio em que o cruzeiro fosse valorizado em relação ao dólar ou à libra. Esta política explicava-se por duas razões. Em primeiro lugar, apesar de um cruzeiro valorizado, as exportações continuavam lucrativas para os produtores de produtos primários. No caso do café, era e é ainda necessário impor uma quota de contribuição além do cruzeiro valorizado. Em segundo lugar, mantendo-se baixa a taxa de câmbio impediam-se as pressões baixistas nos preços em dólares de nossos produtos de exportação.

Nos últimos dez anos, entretanto, assistimos a modificações estruturais em nossa pauta de exportações. Cerca de 50% de nossas exportações são hoje constituídas de produtos manufaturados e semimanufaturados. A variedade de produtos exportados cresceu extraordinariamente.

A solução encontrada para esse fenômeno foi a criação dos subsídios à exportação. Mas é claro que hoje uma política de cruzeiro desvalorizado é muito mais coerente, dadas as novas realidades da nossa pauta de exportações. Esta política se completa pela criação do imposto de exportação sobre produtos primários. No passado, seria politicamente suicida pretender compensar um cruzeiro realisticamente cotado com impostos de exportações. Era mais fácil manter o imposto de forma disfarçada,

através do cruzeiro valorizado. Hoje a relação de forças políticas modificou-se, o setor agroexportador perdeu peso político, e é possível mudar a política cambial.

Embora coerentes com a lógica do capitalismo tecnoburocrático e ajustadas às modificações estruturais por que vem passando a economia brasileira, não há nenhuma garantia quanto ao êxito das novas medidas de política econômica. Tentar impor racionalidade a um mercado capitalista caótico em crise, seja no plano nacional, seja no plano internacional, não será fácil. Especialmente se o governo responsável por essa medida carece de um mínimo de legitimação política que lhe garanta efetivo poder para levar adiante a estratégia delineada.

O maior risco dessa nova política está em ela não vir a ter continuidade devido às pressões inflacionárias que provocará imediatamente. A taxa de desvalorização de 30% foi mais elevada do que se esperava. A médio prazo, as suas conseqüências serão antiinflacionárias, especialmente na medida em que permitirão o reequilíbrio do orçamento federal. No curto prazo, porém, as empresas certamente repassarão os aumentos de custo para os preços. Isto acelerará a inflação. Dado o caráter fortemente oligopolista da economia brasileira, estes repasses provavelmente terão uma dimensão e um grau de permanência no tempo maiores do que um economista neoclássico, acostumado a pressupor concorrência perfeita, poderia prever. Em conseqüência, a espiral inflacionária poderá acelerar-se, anulando os efeitos antiinflacionários de médio prazo.

Esse fenômeno poderá agravar-se se o governo, diante da imediata aceleração das taxas de inflação, sentir-se intimidado e passar a usar a política de minidesvalorização de forma irrealista, definindo taxas de desvalorização menores do que as necessárias. Isto poderá acontecer com o argumento contraditório de que minidesvalorizações muito elevadas seriam inflacionárias. Caso isto venha a ocorrer, os efeitos da maxidesvalorização serão aos poucos anulados, e ficaremos apenas com seus efeitos negativos, inflacionários, de curto prazo.

Os economistas da oposição, entre os quais me incluo, deverão ficar atentos a essas eventuais evoluções. E também aos possíveis efeitos concentradores de renda das medidas. Neste sentido, toda política econômica que privilegia a exportação em prejuízo do consumo interno das classes trabalhadoras é concentradora de renda.

É preciso admitir, entretanto, que o reequilíbrio do balanço de pagamentos do País é medida prioritária. É inclusive condição de independência nacional. Nestes termos, não podemos criticar as medidas tomadas. Não está assegurado que, com elas, lograremos encaminhar a solução do problema. Será preciso ver, por exemplo, qual é a elasticidade-preço das normas dos produtos manufaturados exportados. Mas é preciso admitir que elas se encontram no rumo certo.

Se essas medidas têm efeitos regressivos sobre a distribuição da renda, é preciso tomar outras medidas compensatórias em matéria de política salarial, política de despesas públicas, política tributária. Existe no Brasil uma política de acumulação de capital, não uma política de distribuição de renda. Embora seja a concentração de renda, e a decorrente pobreza absoluta de grande parte da população, o mais grave problema econômico deste país, o governo não está fazendo nada ou praticamente nada para resolvê-lo. A nova política salarial é uma mera distribuição de salários entre assalariados. Não há mudança na política tributária nem uma orientação das despesas públicas para o consumo social dos trabalhadores. O governo não esconde sua condição de representante exclusivo do capital. E o capital tem a sua própria lógica, ainda que tecnoburocraticamente regulamentada, como a política econômica iniciada com a maxidesvalorização deixou mais uma vez claro. (13/12)

Capítulo 4

1980 - AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA

Inflação e legitimidade política

A contenção da inflação depende da redução relativa do volume de excedente apropriado por capitalistas e tecnoburocratas ou da diminuição dos salários dos trabalhadores. Como a segunda alternativa está hoje excluída por motivos sociais e políticos óbvios, só resta a primeira. Os preços só poderão deixar de aumentar se os lucros dos empresários ativos, os aluguéis, os juros e os dividendos dos rentistas e os ordenados dos tecnoburocratas sofrerem uma redução relativa. Ora, a parca base de apoio político de que dispõe o governo hoje está precisamente nas classes dominantes, que controlam a produção excedente ao consumo necessário dos trabalhadores, ou seja, na burguesia e na tecnoburocracia. Compreende-se, portanto, por que o descontrole inflacionário, que se tornou patente em 1979, é hoje não apenas um problema econômico mas também, e principalmente, político.

Faz parte dos livros-textos elementares de Economia a afirmação de que a inflação jamais é neutra, tendo sempre efeitos sobre a distribuição de renda, os quais são geralmente concentradores. Como consequência lógica deste fato, a política econômica visando controlar a inflação deveria ter uma orientação política, na medida em que se preocuparia com seus correspondentes efeitos distributivos. A teoria econômica ortodoxa, entretanto, tem horror em falar em classes sociais, em lucros e

salários. Prefere limitar-se aos agregados econômicos, como renda nacional, investimento, poupança, exportações e importações, demanda e ofertas agregadas. No plano específico da política econômica de combate à inflação, sua proposta fundamental é limitar a demanda agregada, reduzindo as despesas do governo e cortando o crédito. Os eventuais efeitos distributivos dessa política são ignorados, porque ficam por conta dos mecanismos de mercado. O mercado encarrega-se do papel de intermediário entre a política antiinflacionária e seus efeitos sobre o excedente e os salários, constituindo-se assim em um véu que oculta e impersonaliza os elementos políticos da inflação.

Quando, porém, as políticas econômicas ortodoxas de combate à inflação se tornam parcialmente ineficazes, porque o mercado deixou de ser competitivo, a única alternativa viável é o governo agir diretamente sobre os preços. Se a inflação não decorre apenas do aquecimento da demanda agregada, mas passa a ter também causas “administrativas”, na medida em que as empresas oligopolistas, as empresas estatais ou os próprios sindicatos conseguem administrar seus preços com relativa independência do mercado, não há outra alternativa para o governo senão controlar ele também administrativamente (e não via mercado) os preços. Ora, controlar preços significa agir diretamente sobre lucros, juros, aluguéis, dividendos, ordenados e salários. O véu do mercado desaparece. O caráter político da política antiinflacionária torna-se transparente. O governo é obrigado a optar politicamente por penalizar o excedente, os lucros dos empresários, os juros, os aluguéis e os dividendos dos rentistas, ou os ordenados dos tecnoburocratas. Ainda dentro do excedente, é preciso optar politicamente por penalizar ou a agricultura, ou a indústria (e que tipo de indústria), ou o comércio, ou o setor financeiro. E se a opção for por penalizar os trabalhadores, ainda é possível escolher que nível de especialização e empregados em que setores.

Em síntese, a inflação e a política antiinflacionária tornam-se problemas políticos na medida em que suas causas deixam de ser exclusivamente relacionadas com desequilíbrios no mercado entre a oferta e a procura apegadas e passam a decorrer da possibilidade de certos setores se beneficiarem da elevação dos preços administrando seus próprios preços. Nesse momento não resta ao governo outra alternativa senão deixar de confiar apenas no mercado e nas políticas ortodoxas monetárias e fiscais, que agem através da administração ou controle dos preços. O

mecanismo de controle da inflação deixa então de ser o mercado e passa a ser a administração. A economia cede lugar para a política.

No Brasil, as políticas econômicas ortodoxas são claramente ineficazes, dadas as profundas imperfeições do mercado. Em situações de recessão, de estaginflação, portanto, elas podem até ser contraproducentes, na medida em que as empresas compensam suas perdas de vendas com aumentos de margem de lucro. Nas situações de relativo equilíbrio entre a oferta e a demanda, como a atual, elas devem sempre ser complementadas pela administração direta dos preços.

A experiência de combate à inflação no período 1964-66 é geralmente apresentada como um exemplo de política monetária e fiscal que acabou reduzindo a inflação, ainda que à custa de estagnação da economia naquele período. Esta análise, entretanto, é falsa. Já naquela época foram usados com grande vigor os mecanismos administrativos de preços. Apenas não foram administrados os preços das mercadorias produzidas pelas empresas, e sim os preços da força de trabalho vendida pelos trabalhadores. Com isso reduziram-se os salários, e não os lucros. E, embora os salários reais já estivessem começando a cair antes de 1964, foi a redução ainda maior dos salários o fator decisivo a limitar a pressão inflacionária. É claro que o reequilíbrio do orçamento federal, graças principalmente à elevação da carga tributária, foi também importante. Mas esta tarefa teria sido infinitamente mais difícil, se não impossível, se as empresas não pudessem compensar a elevação dos seus impostos com a redução dos salários.

Naquele momento o governo administrou preços, tomou uma decisão política. Mas esta decisão era fácil. Derrotados em 1964, os trabalhadores estavam politicamente fracos, desorganizados. Entre 1967 e 1973 os salários continuaram a cair, mas menos acentuadamente. Chegaram a estabilizar em certos momentos. Mas os preços continuaram a cair, enquanto os lucros cresciam extraordinariamente. Isto foi possível, de um lado, porque o governo passou também a administrar os preços das empresas, inclusive os juros cobrados pelo sistema financeiro, e, de outro, porque os grandes ganhos de produtividade proporcionados pelo ciclo de expansão então ocorrido permitiram que as tensões inflacionárias fossem sendo absorvidas por esses ganhos de produtividade.

Entre 1974 e 1979 procurou-se abandonar a administração dos preços e voltar às leis do mercado. Os resultados foram lastimáveis. A partir de meados do último ano, entretanto, procura-se rearticular uma política antiinflacionária baseada na administração dos preços. Mas agora não é mais possível exigir que os trabalhadores paguem a conta da política antiinflacionária, e não resta outra alternativa senão exigir das classes dominantes esse ônus. Por outro lado, não é possível acelerar ainda mais a economia e, assim, neutralizar as pressões inflacionárias com ganhos adicionais de produtividade. Pelo contrário, é preciso desaquecer a economia. O caráter político da inflação e o impasse político decorrente da necessidade de penalizar exatamente as classes que ainda dão algum apoio ao governo tornam-se evidentes. Ainda mais quando esse apoio é extremamente reduzido, como uma pesquisa recente realizada pela revista *Exame* (nº 192, 16 de janeiro de 1980) demonstrou. Entrevistados 687 empresários brasileiros, apenas 21,1% revelaram-se favoráveis ao partido governamental.

O aumento do ICM e do imposto de exportação, a redução das despesas governamentais, as limitações do crédito e mesmo a redução dos subsídios são todas políticas de desaquecimento da economia, que reduzirão lucros e salários de forma relativamente indiscriminada, através dos mecanismos de mercado. Já o tabelamento dos juros, o reforço do CIP e o tabelamento da correção das ORTN e da variação cambial são medidas de controle administrativo de preços, que penalizam especialmente os capitalistas, enquanto a lei salarial atinge os tecnoburocratas. Estas medidas são coerentes como estratégia de combate à inflação, mas deverão provocar o agravamento das tensões políticas dentro do País ao nível das classes dominantes. A esperança continua a ser uma boa safra agrícola, mas é claro que isto é muito pouco para compensar a ilegitimidade política do governo, a qual só é parcialmente compensada pelo prestígio de que goza o ministro do Planejamento junto aos empresários.

É claro que existe sempre a possibilidade teórica de se procurar fazer os trabalhadores pagarem mais uma vez a conta da inflação. Quando as tensões ao nível das classes detentoras de excedente econômico começarem a se agravar, é provável que se busque novamente esta solução. Afinal isto seria mais compatível com a determinação de classe do governo. Mas, se o êxito da primeira alternativa de política econômica é discutível, o êxito desta última é muito mais incerto, dado o alto grau de ilegítimi-

dade política em que vivemos. Em um quadro dessa natureza, os capitalistas poderão ceder os anéis para ficar com os dedos. Os trabalhadores não apenas nada têm a conservar caso cedam alguma coisa como também nem eles nem amplos setores das camadas médias consideram minimamente aceitável que isto venha a ocorrer. (27/01)

A produtividade, os salários e a lei

O aumento de produtividade foi durante muito tempo a fórmula mágica que a burguesia utilizava para contornar a luta de classes; agora tudo indica que irá transformar-se no próprio foco dessa mesma luta. Especialmente nos anos 40 e 50, a produtividade era uma espécie de lema da burguesia. Aumentar a produtividade permitiria aumentar concomitantemente lucros e salários. E, ainda que estes nem sempre acompanhassem o crescimento da produtividade, cresciam o suficiente para sustentar a ideologia burguesa montada a partir do aumento da produção por trabalhador. Nos anos 60 e 70, entretanto, embora os ganhos de produtividade aumentassem ainda mais rapidamente, os salários deixaram de acompanhá-los. A taxa de mais-valia cresceu. Concentrou-se a renda. E a ideologia burguesa de que o aumento da produtividade, que afinal é o cerne do próprio desenvolvimento econômico, significava automaticamente benefício para os trabalhadores desmoralizou-se.

Agora, com a Lei 6.708, que acabava de ser regulamentada pelo governo, ao mesmo tempo que se procura devolver à produtividade seu antigo prestígio, garantindo-se ao trabalhador aumentos reais de salários equivalentes aos acréscimos de produtividade, esta é transformada no pomo da discórdia, na medida em que os trabalhadores negociarão com as empresas a taxa de produtividade.

Com esse dispositivo a lei procurou, obviamente, não apenas institucionalizar o conflito social mas também reduzir a margem de reivindicações dos trabalhadores. Se os aumentos reais da taxa de salários devem corresponder ao aumento da produtividade, a discussão em princípio deverá pautar-se pelos critérios sobre como medir esta produtividade. E, no regulamento da lei, o governo sugere, com evidente malícia, que o aumento de produtividade “diz respeito ao aumento da produção decorrente do melhor desempenho do trabalhador”. Desta forma, pretende-se limitar os aumentos salariais não aos ganhos de produtividade, como afirma a lei, mas aos ganhos de produ-
ti-

vidade originários do maior esforço e habilidade do trabalhador, como sugere o regulamento.

Ora, limitar os aumentos salariais aos ganhos de produtividade significa congelar a relação lucro-salários. Esta política é, portanto, incompatível com a aspiração nacional por uma melhor distribuição de renda, já que a relação lucro-salários é a medida fundamental de repartição de renda em uma formação social capitalista. Por outro lado, limitar o aumento da taxa de salários à contribuição do trabalhador para esse aumento pressupõe que possa haver outras razões – especialmente a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico – para o aumento da produtividade e significa concentrar ainda mais a renda nas mãos dos capitalistas. Não cabe aqui a discussão teórica sobre o assunto, inclusive porque ele é estritamente irrelevante para a determinação dos salários. É indiscutível que o aumento da produtividade se deve fundamentalmente à acumulação de meios de produção acompanhada por incorporação de progresso técnico. Mas, quando se pretende que os trabalhadores recebam pelo menos aumentos salariais correspondentes ao aumento da produtividade, está-se pensando na produtividade global da economia, e não na parte da produtividade decorrente do aumento de esforço do trabalhador. Caso contrário, concentrar-se-á a renda. Os ganhos de produtividade beneficiarão prioritariamente os capitalistas através do aumento desproporcional dos lucros. E neste momento talvez seja conveniente lembrar aos eternos esquecidos que a acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico não são outra coisa senão trabalho direta ou indiretamente acumulado.

Nesses termos, o aumento da produtividade não é o limite mas o mínimo que os trabalhadores deverão e poderão reivindicar nos quadros da nova lei ou apesar da mesma lei. Através da organização sindical, e dada a forte concentração de renda existente no País, eles deverão reivindicar mais do que isto.

Esse mínimo corresponde, basicamente, ao aumento da renda por habitante. Se a produtividade é produção por trabalhador, e se a força de trabalho é uma proporção relativamente estável da população, é fácil concluir que a renda por habitante é uma boa medida da produtividade global da economia. Trata-se, naturalmente, de um conceito agregado, influenciado pela variação dos termos internacionais de intercâmbio e pelas variações nos preços relativos. Mas, quando é necessário agregar bens de todos os tipos, não há outra alternativa.

Pretende-se, entretanto, que as negociações salariais sejam realizadas em termos dos aumentos efetivos de produtividade em cada setor da economia. A evolução do valor adicionado por trabalhador em cada setor seria, nesse caso, eventualmente uma boa medida de aumento da propriedade. Mas, se esta medida não é irrelevante, ela parte de um equívoco em que incidiram e estão incidindo os autores e intérpretes da lei.

Não faz sentido nem econômico nem social aumentarem-se os salários dos trabalhadores de acordo com o aumento da produtividade setorial. Não é preciso ser economista para saber que a produtividade cresce desigualmente nos diversos setores, dependendo das ondas de inovação tecnológica. Para cada bem existe uma curva de desenvolvimento tecnológico que tende, a partir de um determinado ponto, a apresentar enormes ganhos de produtividade, para, em seguida, ir tendendo à estabilização. Este mesmo bem poderá, em uma outra etapa, passar por uma nova onda de inovação. Mas o certo é que os aumentos de produtividade são necessariamente muito díspares e irregulares. Nestes termos é evidente que não faz sentido econômico ou social aumentar fortemente os salários dos trabalhadores dos setores tecnologicamente dinâmicos e deixar estagnados os salários dos trabalhadores dos setores tecnologicamente estabilizados. Do ponto de vista social é um contra-senso, uma flagrante injustiça. Do ponto de vista econômico, é simplesmente inviável, já que teria como consequência impedir que os preços relativos variassem.

A variação dos preços relativos é um fenômeno essencial em qualquer economia. Os preços das mercadorias guardam relações entre si que devem necessariamente variar através do tempo à medida que a produtividade cresce mais na produção de um determinado bem do que em outro. Aumentando a produtividade, em uma economia competitiva, o valor-trabalho da mercadoria cai, e cai seu preço; ou, em outros termos, o custo de produção cai e o preço cai. Mesmo em estruturas oligopolísticas isto tende a ocorrer apesar do efeito perturbador causado pelo poder monopolista das grandes empresas. Na hipótese absurda de que os salários crescessem rigorosamente em proporção aos aumentos setoriais de produtividade, os custos de produção deixariam de variar de acordo com o aumento de produtividade, os preços relativos se fixariam, enquanto os salários setoriais tenderiam a apresentar evoluções estranhíssimas: em alguns setores cresceriam explosivamente, enquanto em outros es-

tagnariam. E teríamos, inclusive, situações esdrúxulas como, por exemplo, a de dois torneiros mecânicos, um trabalhando em um setor industrial tecnologicamente estabilizado e outro em um setor dinâmico: o primeiro não teria aumento de salário, enquanto o segundo veria seu salário aumentar extraordinariamente.

Obviamente não é com uma simples norma jurídica que se eliminam o mercado e a lei do valor, segundo a qual o preço dos bens deve corresponder basicamente à quantidade de trabalho neles incorporada. Os preços relativos não vão parar de variar porque um legislador economicamente incompetente imaginou que os aumentos salariais pudessem ser proporcionais aos aumentos de produtividade em seus respectivos setores.

Não vejo, portanto, para os trabalhadores e para os empresários, que negociarão a partir dessa lei, e para o governo, que funcionará ou tentará funcionar como mediador, outra alternativa senão interpretar esta lei salarial e o seu regulamento de forma muito flexível quando se tratar de discutir produtividade. No contexto desta lei, a “produtividade” é fundamentalmente uma base para que os trabalhadores possam reivindicar aumentos salariais não apenas para recompor o seu poder aquisitivo corroído pela inflação e para lhes garantir o mínimo de aumento global de produtividade, correspondente ao aumento da renda por habitante, mas também para lhes permitir uma maior participação na renda. Aumentar os salários apenas de acordo com o aumento da produtividade média da economia significa manter a repartição da renda fixada. Se esta é uma alternativa socialmente inaceitável, ou politicamente inviável, dados os altos índices de concentração de renda existentes no País, é claro que os trabalhadores mais bem organizados, independentemente do aumento de produtividade ocorrido em seu setor, reivindicarão e tenderão a obter aumentos salariais mais elevados, os quais, depois, poderão repercutir favoravelmente para os setores menos organizados. (21/03)

As contradições da política econômica

A política econômica que o governo vem seguindo desde meados de 1979, embora muito mais efetiva do que a anterior, está marcada por graves contradições. Nesse período, o sr. Antônio Delfim Netto assumiu o total controle da política econômica governamental, transformando-se no efetivo ministro da Economia do País. Mas ao mesmo tempo que se dedicava a um

jogo político agressivo, que lhe permitiu ocupar todos os postos e se munir dos instrumentos necessários para o exercício do poder, ele também foi delineando as bases de uma política econômica cujos resultados ainda não podem ser avaliados, mas cujas principais características já podem ser identificadas. Estas características são o conservadorismo, o intervencionismo tecnoburocrático, a competência conjuntural e a falta de uma perspectiva de médio ou longo prazo.

O atual governo, como o anterior, definiu a inflação e o desequilíbrio externo como os dois problemas econômicos fundamentais do País. Esta é uma forma hábil de desviar a atenção de três outros problemas estruturais da economia brasileira: a concentração de renda, a dependência tecnológica e a crise energética. É também uma maneira de deixar para segundo plano um problema financeiro fundamental, além da inflação e do endividamento externo, embora obviamente com eles correlacionados, que é o desequilíbrio orçamentário do Estado. Para avaliarmos a política econômica do governo, portanto, é óbvio que não podemos cair na armadilha de limitarmos nossa análise à política antiinflacionária e às tentativas de equilibrar nossa balança comercial ou de financiar nosso déficit previsto para 1980 no balanço de pagamentos.

O conservadorismo do governo não necessita ser demonstrado. O Estado brasileiro está plenamente identificado com a acumulação capitalista. O êxito de sua política econômica não é medido pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, mas pela continuidade e expansão da acumulação privada. Esta é a regra nas formações sociais em que a classe dominante é a burguesia. Desafiar essa regra, ainda que limitadamente, é sempre muito arriscado. Certamente não é objetivo do governo Figueiredo. Não há nenhuma política econômica de efetiva distribuição de renda neste país. Não há uma reforma tributária em marcha, não há uma reforma agrária em andamento. A política salarial, através da nova lei aprovada pelo Congresso, limitou-se a impedir que os salários percam poder aquisitivo, mas não implicou nenhuma redistribuição de renda entre lucros e salários. Procurou, isto sim, reduzir o leque salarial. Em qualquer hipótese foi uma conquista dos trabalhadores, ainda que estes não lhe emprestassem seu apoio, e constituiu-se em uma óbvia estratégia governamental de redução da tensão social.

O conservadorismo do governo, entretanto, não é um conservadorismo economicamente liberal, do tipo que prevaleceu

entre 1974 e 1979, sob a égide do ministro Mário Henrique Simonsen, mas um conservadorismo tecnoburocrático. E é, aliás, exatamente neste ponto que reside a superioridade da política econômica atual sobre a anterior. Delfim Netto adota uma política de claro – ainda que limitado – intervencionismo estatal, que é muito mais compatível com a realidade do capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático brasileiro do que a política econômica monetarista, neoclássica, ortodoxa, economicamente liberal (são todos sinônimos) do seu antecessor.

A competência conjuntural da atual política econômica reside exatamente nesse ponto, especialmente no que diz respeito ao combate à inflação. Sem recusar os instrumentos de caráter monetário, que obviamente também são válidos, o governo adota ao mesmo tempo instrumentos administrativos, tecnoburocráticos, de intervenção do Estado na determinação dos preços e, portanto, do lucro privado.

As medidas de política econômica fundamentais que o governo adotou até o momento foram orientadas no sentido de combater a inflação. A maxidesvalorização, embora possa ter também um efeito positivo sobre as exportações, especialmente de manufaturados, visou principalmente reequilibrar em parte o orçamento financeiro do Estado, na medida em que eliminava subsídios e criava um novo imposto. Trata-se de uma política ortodoxa de combate à inflação na medida em que contribui para a redução dos meios de pagamento ao retirar recursos que estavam fluindo para o mercado (a referida eliminação dos subsídios a exportações e a criação do imposto de exportação) e os transfere para os cofres do Estado, esterilizando-os, até certo ponto.

Mas a política monetarista do governo está longe de ser radical. As restrições de crédito, ainda que efetivas, são por enquanto moderadas. Não foi ainda provocada uma efetiva crise de liquidez. O governo ainda não embarcou em uma política de recessão econômica, ficando, por enquanto, em um meio-termo instável, entre a desaceleração e a expansão. Suas declarações oficiais sempre negam qualquer política recessiva. O fato de o orçamento monetário aprovado no início de março ter um caráter restricionista, limitando a 50% o aumento dos meios de pagamento (o que implicaria uma inflação de 45% em 1980, admitido 5% de aumento real do produto interno), obviamente não é significativo. Este limite não foi estabelecido para ser cumprido,

mas para causar um “efeito psicológico” favorável. E, de fato, não apenas o crédito não foi fortemente afetado como também os investimentos públicos, ainda que mais bem controlados, ao que tudo indica estão sendo mantidos em um nível satisfatório.

A manutenção do investimento público, aliás, é coerente com a recusa a uma política de recessão suicida. E torna-se coerente com a política global de combate à inflação na medida em que a política monetária e fiscal do governo é completada por controle administrativo de preços: preço das mercadorias, preço do dinheiro e preço da força de trabalho. Estas medidas, apoiadas na criação e no fortalecimento da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, no estabelecimento de um redutor para a taxa de juros, no tabelamento antecipado da correção monetária e na nova lei salarial, partem do pressuposto de que a economia brasileira é não apenas fortemente oligopolizada, na medida em que poucas grandes empresas controlam a produção de cada um dos principais bens e serviços, mas também cartelizada, já que essas empresas estabelecem livremente acordos de preço. Neste quadro, em que as empresas podem aumentar suas margens quando são ameaçadas por redução de vendas e capacidade ociosa, é claro que uma política recessiva é insuficiente ou extraordinariamente custosa em termos econômicos e sociais. Delfim Netto já diagnosticou a inflação em 1967 como sendo de caráter administrativo. Agora, ainda que as circunstâncias sejam diversas, a inflação continua tendo um componente administrativo, e sua política econômica reconhece inteligentemente este fato.

Entretanto, uma política efetiva de administração dos preços das mercadorias através do CIP e do preço do dinheiro através do tabelamento dos juros e da correção monetária é também uma política de controle dos lucros. No caso presente, será uma política que, se levada adiante, deverá ter como consequência a baixa da taxa de lucro. Se estivéssemos em uma recessão, como ocorria no início de 1967, uma política de controle de preços não implicaria necessariamente baixa da taxa de lucro. Pelo contrário, esta poderia até aumentar se fosse combinada com a reativação da economia. Mas este não é o caso atual. A economia continua razoavelmente aquecida, a taxa de lucros, alta. Administrar preços significa baixar a taxa de lucros.

Nesse quadro, o intervencionismo tecnoburocrático do governo torna-se essencial. É preciso baixar a taxa de lucros, sem outra compensação a não ser o velho argumento, ao qual a bur-

guesia muitas vezes é sensível, de que é melhor irem-se os anéis e ficarem os dedos. Mas a baixa da taxa de lucro não pode ou não deve resultar em queda dos investimentos. Como a taxa de acumulação privada certamente baixará, a única solução é manter e mesmo aumentar moderadamente o investimento público, apesar de todo o discurso antiestatizante da burguesia.

Definem-se, assim, as duas contradições fundamentais em que está imersa a política econômica governamental. A primeira contradição está no fato de que, embora se trate de um governo conservador, a serviço da acumulação privada, o controle de preços e a conseqüente redução da taxa de lucros (já que não é possível ao mesmo tempo aquecer a economia) são condições essenciais para o combate à inflação. A segunda contradição deriva da primeira: reduzindo-se a taxa de lucro, a tendência será a redução da taxa de acumulação privada e a recessão econômica que implicará redução ainda maior na taxa de lucro, além de graves problemas de desemprego; como esta alternativa é obviamente inaceitável, não resta outra solução senão aumentar o investimento público, que se torna, assim, mais uma vez, condição ou garantia da acumulação privada. Haveria, naturalmente, uma válvula de escape para estes impasses, que seria a redução da taxa de salários, mas esta alternativa não é hoje nem política nem legalmente viável.

A política de combate à inflação do governo, portanto, está basicamente correta, embora marcada por profundas contradições. Já em relação ao gravíssimo problema do endividamento externo e do desequilíbrio da balança de pagamentos pouco foi até agora feito, a não ser a correta política de estímulo à agricultura. Já vimos que a maxidesvalorização terá efeitos reduzidos nesta área. Por outro lado, previsões otimistas sobre o desempenho de nossas importações e exportações não resolverão dificuldades. Na verdade, é preciso admitir que não existem soluções fáceis a curto prazo para resolver um problema de caráter não conjuntural mas estrutural, como é o desequilíbrio externo.

Mas é exatamente neste ponto da ausência de uma perspectiva de longo prazo, estrutural, que encontramos a grande limitação da política econômica governamental, mesmo se analisada de um ponto de vista conservador e tecnoburocrático. O ministro do Planejamento, talvez aqui pagando tributo à sua formação originalmente neoclássica, está entre aqueles que acreditam que o longo prazo é o somatório do curto prazo. Esta

crença provavelmente ajuda a explicar a inexistência de uma política clara de longo prazo para a economia brasileira. Mas é certo que as contradições econômicas e sociais presentes na formação social brasileira, das quais a política econômica do governo é resultante, são as responsáveis fundamentais por essa falta de uma perspectiva de longo prazo. A política tecnológica continua engatinhando, condicionada por nossa dependência das empresas multinacionais. A política energética dá seus primeiros passos, mas ainda muito hesitante, porque temerosa de optar por uma participação estatal maior. O desequilíbrio externo não encontra solução seja porque não conseguimos substituir o petróleo, seja porque não adotamos uma clara política industrial orientada para a produção de bens de salários, com baixo coeficiente de importações.

Essa, aliás, é a solução a longo prazo mais importante para o desequilíbrio externo. Enquanto não deslocarmos a produção industrial dos bens de consumo de luxo para os bens de capital e para os bens de salário, ao mesmo tempo que continuamos a estimular exportações, não conseguiremos encaminhar o problema do desequilíbrio externo. Mas esta reorientação tem como condição essencial uma melhor redistribuição da renda, obviamente contraditória com a posição conservadora do governo.

A política econômica governamental, ainda que conduzida com inegável inteligência, energia e habilidade pelo ministro Delfim Netto, encontra-se, portanto, imersa em graves contradições, que, a rigor, só poderão ser resolvidas se a economia brasileira superar a crise em que se encontra e entrar em um novo ciclo de expansão. Para isto, entretanto, as leis do mercado ou as condicionantes dos interesses de classe parecem ainda ser mais importantes que a capacidade de intervenção do Estado. Esta já é grande, dado o caráter fortemente tecnoburocrático da formação social capitalista brasileira. Por isso a política econômica talvez pudesse contrabalançar ou neutralizar em parte o ciclo, se não fosse tão conjuntural e se não estivesse tão subordinada aos interesses da burguesia. Para isto, entretanto, seria necessário que o atual governo possuísse uma autonomia relativa, que efetivamente já não possui mais depois de cinco anos de crise. De fato, se não bastassem os problemas reais que enfrenta e as limitações e os compromissos dos seus membros, é preciso ainda considerar a crise de legitimidade política em que o governo brasileiro se encontra imerso, a qual tende a imobilizá-lo ou a torná-lo ainda mais dependente dos interesses hoje confusos e contraditórios das classes dominantes. (05/06)

A imobilização do Estado

A imobilização do Estado é hoje o obstáculo fundamental que a sociedade brasileira enfrenta para resolver seus três problemas financeiros básicos – o endividamento externo, o déficit do orçamento monetário e a inflação. O Estado brasileiro, por motivos de ordem econômica e política, foi sendo reduzido paulatinamente à imobilidade nos últimos anos. Exatamente no momento em que as dificuldades se avolumavam, tornando necessária e urgente uma política econômica que restabeleça o equilíbrio financeiro no País, o Estado perdia raio de manobra, suas ações deixavam de ter o mínimo de autonomia e operacionalidade necessárias para produzirem efeitos.

A ineficácia da política econômica governamental transporece a cada momento. O governo aumenta impostos, mas em seguida é obrigado a recuar; ameaça cortar subsídios, mas os mantém; dá ênfase ao controle administrativo dos preços via CIP, mas é desautorado ou acaba concedendo aumentos de preços que apenas oficializam a inflação; tabela juros, mas as instituições financeiras contornam o tabelamento; estabelece limites para as importações, mas estas continuam a crescer. Por outro lado, o governo estabelece limites para a elevação dos empréstimos bancários, para a correção monetária e para a correção cambial, mas ninguém acredita que os limites serão cumpridos. Da mesma forma faz previsões sobre o equilíbrio da balança comercial que os fatos de cada dia se encarregam de desmentir.

Esta imobilidade do Estado brasileiro torna-se ainda mais dramática na hora atual quando se desenham duas alternativas para se enfrentar a crise: ou a solução estrutural-administrativa de controlar os preços e as importações através da intervenção do Estado, ao mesmo tempo que se procura manter a taxa de crescimento da economia, ou a solução neoclássica ou monetarista de deixar que o mercado “controle” os preços e as importações através de uma recessão econômica.

Nenhuma das duas alternativas tem êxito assegurado, mas é certo que a segunda seria muito mais dolorosa para todos: burguesia, tecnoburocracia (camadas médias recebendo ordenados) e trabalhadores. Provocaria falências, desemprego, redução indiscriminada de lucros, ordenados e salários. E, a não ser que a recessão fosse extremamente profunda, é provável que não resolvesse o problema da inflação, dado o alto componente de custo ou administrativo da inflação brasileira. Seu sal-

do final seria, sem dúvida, uma redução relativa nas importações, mas a custos elevadíssimos, que a tornam politicamente inviável.

A solução alternativa, que vem sendo parcialmente testada desde que o ministro Delfim Netto assumiu o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979, também não tem seu êxito assegurado. Está baseada no controle administrativo dos preços e em uma modificação no perfil da oferta e da demanda que privilegie o setor exportador e o de energia e penalize a produção de consumo de luxo. Provavelmente será necessário acompanhá-la de medidas moderadas, mas firmes, de controle monetário, de aumento da carga tributária e de diminuição de despesas. Mas essas medidas, que vêm sendo tentadas, deverão evitar o desencadeamento da crise, ao mesmo tempo que se procure, sob todas as formas, aumentar os controles administrativos sobre os preços, os juros, o câmbio e as importações. Alguns setores deverão ser considerados prioritários – a agricultura, os insumos básicos, a energia, os bens de consumo popular com baixo coeficiente de importações –, enquanto outros terão de ser necessariamente sacrificados, condenados a recessão: produção de automóveis, de eletrodomésticos, de aparelhos de som, de bens de consumo de luxo em geral, com alto coeficiente de importações.

Já controlar o crédito, provocar uma crise violenta de liquidez, aumentar impostos, cortar investimentos públicos são medidas politicamente difíceis em um país como o Brasil, mas economicamente muito mais fáceis do que controlar administrativamente preços, juros, salários, ordenados, câmbio, importações, estas últimas constituídas em grande parte por produtos essenciais. A solução neoclássica prevê a intervenção do Estado, mas deixa afinal que os mecanismos de mercados se encarreguem de provocar os ajustamentos. Por isso é mais fácil. A solução estrutural-administrativa implica intervenção do Estado em todo o processo. O mercado não é eliminado mas seu papel regulador é diminuído na medida em que os diversos tipos de preço estão controlados. É possível através dela reequilibrar a economia sem o recurso à recessão, mas é claro que exige por parte dos formuladores e executores da política econômica não apenas competência mas também autoridade efetiva. A superação da crise econômica brasileira sem recessão, portanto, é uma solução eminentemente administrativa, que exige um amplo raio de manobra para o Estado, que demanda uma grande autonomia e efetividade para a política econômica governamental.

Ora, nos últimos anos a autonomia e a efetividade da política econômica do Estado só têm diminuído. Na verdade, a política econômica foi deixando de ser exógena e passou a ser endógena. Ou, em outras palavras, a política econômica deixou de ser o produto de formulação relativamente livre dos governantes, que se situariam até certo ponto fora do sistema econômico, como terapeutas que cuidam de um paciente, e passou a ser a resultante estrita das pressões políticas e das limitações econômicas geradas no próprio sistema. É claro que uma política econômica nunca é plenamente livre. Ela é sempre o resultado das lutas de classe, e tende sempre a refletir os interesses da classe dominante. Mas, ainda que condicionada, a política econômica pode ser relativamente exógena, na medida em que os governantes conseguem formulá-la e torná-la efetiva com razoável liberdade. Ora, no Brasil, nos últimos cinco anos, a política econômica perdeu autonomia, tornou-se endógena, e o Estado imobilizou-se.

Este fato está relacionado a fatores de ordem econômica e política. No plano econômico os próprios desequilíbrios financeiros foram reduzindo a margem de manobra do Estado. Na medida em que o endividamento externo se agravava, que as distorções econômicas internas implicavam subsídios governamentais crescentes e crescente endividamento do Estado, que a inflação se acelerava, é claro que a autonomia da política econômica ao próprio Estado se reduzia fortemente. O desequilíbrio orçamentário do Estado e o endividamento externo limitam obviamente a capacidade deste de administrar efetivamente a crise, produzindo-se assim uma situação dialética. De um lado, a crise imobiliza o Estado e, de outro, a imobilização do Estado impede a solução da crise.

Esta transformação da política econômica em um processo endógeno e inefetivo, entretanto, tem também causas políticas. Elas estão relacionadas diretamente com a perda de representatividade da classe dominante e de credibilidade do atual governo e com a decorrente perda de autoridade do próprio Estado. De fato, entre 1964 e 1974 o sistema político autoritário instalado no País era inteiramente representativo da burguesia, das empresas multinacionais e da própria tecnoburocracia civil e militar. A partir, entretanto, do momento em que a burguesia, no início de 1975, decide romper seu pacto político com a tecnoburocracia, iniciando a campanha contra a estatização, que depois se transforma em campanha pela redemocratização, o tripé econômico

e político de 1964 entra em colapso. Um processo de abertura política, ainda que limitado, efetivamente tem lugar. Esta é a grande conquista popular desse período, mas a liderança do processo cabe à média e à alta burguesia. Em consequência, o Estado perde autonomia, a tecnoburocracia estatal é acusada de autoritária e de incompetente, sofre uma ampla campanha de descrédito por parte da burguesia, que pretende maior poder político. Em nome da democracia, que se transforma, neste caso, em plataforma da política da burguesia, o Estado e a tecnoburocracia, que são, de fato, os agentes fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro desde os anos 50, são sumariamente condenados.

Em sua campanha contra a estatização, a burguesia esquece que o aumento da intervenção do Estado na economia fora feito principalmente em benefício da acumulação privada. Continua a contar com o Estado para a solução de todos os problemas econômicos do País. Mas ao mesmo tempo, e contraditoriamente, pretende reduzir o dispêndio do Estado, sobretudo os gastos em investimentos, e procura limitar a ação reguladora deste através da política econômica, em defesa da iniciativa privada contra os fantasmas do estatismo e do socialismo.

É fácil perceber que nestas condições a falta de representatividade e, conseqüentemente, de autoridade do governo se aprofunda imobilizando o Estado. Se a este fato se soma também a pura e simples perda de credibilidade dos governantes, é claro que a imobilização do Estado assume gravidade excepcional.

Um problema fundamental que a sociedade brasileira hoje enfrenta é o de desimobilizar o Estado e o de devolver-lhe capacidade de tornar efetiva sua própria política econômica. Para isto será necessário que a tecnoburocracia estatal recupere parte da autonomia relativa que dispunha da definição da política econômica. Mas isto só será possível na medida em que o processo de redemocratização se complete, permitindo o surgimento de um governo efetivamente legítimo e merecedor de crédito. Nos quadros do atual governo será muito difícil desenvolver uma política econômica efetiva. O que se pretende é maior autoridade para o Estado, especialmente porque no momento presente esta autoridade não está na dependência da força mas da representatividade e, mais genericamente, da legitimidade dos governantes junto a uma sociedade civil, que ela própria se democratiza, na medida em que as camadas médias e os trabalhadores alcançam maior poder. (28/06)

O Brasil se endividou para importar coisas inúteis para os trabalhadores

O Brasil é um país cheio de dívidas. No fim do ano a dívida externa brasileira atingirá 40 bilhões de dólares, ou, se quisermos falar em moeda nacional, quase 800 bilhões de cruzeiros. Por outro lado, o Brasil terá créditos no exterior, reservas em dólares depositadas nos bancos fora do País, de aproximadamente 10 bilhões de dólares. Portanto, nossa dívida externa líquida, descontado o que devemos lá fora, será de 30 bilhões de dólares ou 600 bilhões de cruzeiros. É dinheiro para valer!

Um trabalhador brasileiro cujo salário seja um pouco maior do que o salário mínimo, ganhará por ano mais ou menos 20 mil cruzeiros. Pois bem, se todo o salário desse trabalhador fosse usado para pagar a dívida externa do Brasil, ele precisaria trabalhar 30 milhões de anos. Ou então seriam precisos 30 milhões de trabalhadores entregando todo o seu salário para que a dívida pudesse ser paga em um ano. No Brasil, o número de trabalhadores ativos é pouco maior do que 30 milhões.

Mas essa comparação talvez não seja a melhor forma de avaliarmos o significado da dívida externa brasileira. Mais importante é saber duas coisas: primeiro, se a dívida nos deixa nas mãos dos credores, dependendo deles, sempre ameaçados de falência; segundo, se o dinheiro que o Brasil tomou emprestado foi bem empregado.

Vejamos o primeiro ponto. Uma dívida é perigosa quando podemos ter dificuldade em pagá-la. É claro que os 40 bilhões de dólares não precisam ser pagos em um dia, e é certo que temos os 10 bilhões de reservas. Mas mesmo assim, precisamos, neste ano de 1978, pagar, entre juros e a própria dívida, uma prestação de aproximadamente 7,5 bilhões de dólares. Ora, o Brasil exportará em 1978 aproximadamente 12 bilhões de dólares; isto significa que mais da metade do que o Brasil ganha com o que vende para os outros países será usado para pagar a prestação de suas dívidas. Imagine você na mesma situação, tendo de pagar uma prestação maior que a metade do seu salário, e tendo ainda que sustentar a família. O Brasil, com o dinheiro de suas exportações, não “sustenta a família”, mas faz uma coisa semelhante: importa bens para a indústria (matérias-primas, máquinas), para a agricultura (fertilizantes), para os transportes (petróleo) e para a alimentação (trigo).

É claro, portanto, que o Brasil não pode reduzir suas importações, para pagar a dívida e os juros. A solução é fazer mais

dívidas, e formar novos empréstimos para pagar as dívidas velhas. É o que o Brasil está fazendo. Mas não é uma situação muito cômoda. Pelo contrário, é perigosa. No momento, os nossos credores lá fora – os grandes bancos estrangeiros – estão querendo nos fazer novos empréstimos e ganhar mais juros. Mas se ocorrer uma crise qualquer, se eles perdem a confiança, o Brasil ficará em uma situação difícil. Além disso, temos de tomar cuidado com tudo o que fazemos, temos de agir como devedores bem comportados. Senão eles nos cortam o crédito. Isto significa que ficamos dependendo dos nossos credores porque devemos tanto. Por exemplo, se tomarmos algumas medidas que prejudicam as empresas multinacionais, as empresas estrangeiras, pode tornar-se difícil obter novos créditos. Nossa independência fica, portanto, muito relativa.

Vejamos agora o segundo ponto. Já está claro que essa dívida é perigosa, que nos deixa nas mãos dos nossos credores. Mas se empregamos bem o dinheiro que tomamos emprestado, a coisa não será tão ruim assim. Vamos ver.

Para responder a essa questão é preciso ver quais são as coisas que nós importamos com o dinheiro tomado emprestado. E a primeira impressão é a de que empregamos razoavelmente bem o dinheiro que deu origem à dívida. É verdade que importamos alguns bens de consumo de luxo, completamente desnecessários, como automóveis Mercedes-Benz, bebidas estrangeiras caras. Mas não é muito. A maioria de nossas importações é constituída de máquinas, matérias-primas e petróleo.

Mas não podemos parar aí. É preciso saber para que fazemos essas importações. Para melhorar o padrão de vida dos trabalhadores? Para aumentar seus salários? De jeito nenhum. Uma parte pequena das importações tem essa finalidade. São as importações realmente essenciais. Não foram essas importações, entretanto, que provocaram a dívida externa. Se o Brasil importasse exclusivamente mercadorias essenciais, ou seja, bens que melhorem o padrão de vida dos trabalhadores, jamais teríamos uma dívida tão grande.

As importações são feitas principalmente para que seja possível produzir no Brasil os bens de consumo de luxo que só os ricos e os de classe média podem comprar: automóveis, televisores em cores, geladeiras, máquinas de lavar roupa, aparelhos de alta-fidelidade, revistas cheias de cores, tecidos com matéria-prima importada, edifícios e residências cheias de alumínio e material sintético, estradas e avenidas asfaltadas em quantidade

para os automóveis circularem. Esses produtos só podem ser produzidos no Brasil se forem compradas no exterior máquinas e matérias-primas, se forem pagas patentes e lucros para as empresas multinacionais. E foi comprando esses bens que o Brasil se endividou.

Não se pode dizer que tenha sido uma dívida improdutiva, que tenha sido puro desperdício. Para os ricos essa dívida foi e continua sendo muito útil. É uma das bases do chamado “modelo brasileiro”. É uma forma de manter as enormes desigualdades neste país. Mas para os trabalhadores, para o povo, essa dívida é quase só prejuízo. Os trabalhadores não se beneficiaram com ela, como seus salários de fome e estagnados comprovam, mas são eles que vão ter de pagá-la. Pagá-la com seu trabalho, com seu esforço. Porque são os trabalhadores os únicos que produzem riqueza.

Em uma sociedade capitalista como a brasileira, esta é a regra: os trabalhadores produzem as riquezas mas não se beneficiam dela. No caso da dívida externa, essa situação fica muito clara. Os trabalhadores não se beneficiaram com a dívida, com os bens importados que nos tornaram endividados. Mas, daqui para frente, muitas mercadorias que poderiam ser consumidas internamente pelos trabalhadores vão ter de ser exportadas para pagar a dívida. Ou, pelo menos, para não deixá-la crescer. E isto por muitos e muitos anos.

A dívida externa pesa, portanto, sobre o povo brasileiro, pesa sobre os verdadeiros produtores de riqueza que são os trabalhadores, sem tê-los beneficiado. Aquilo que foi importado e transformado em bens de consumo de luxo é total desperdício. Tanto é desperdício para os trabalhadores suportar um Mercedes-Benz ou um aparelho de alta-fidelidade quanto importar os bens intermediários e as matérias-primas para produzi-los dentro do Brasil.

Entretanto, uma parte do que já foi gasta em importações e transformado em dívida externa ainda pode ser recuperada. Quando o material e as máquinas importadas serviram para construir fábricas, realizar investimentos, é preciso saber se é possível mudar a produção dessas fábricas de bens de luxo para bens de consumo dos trabalhadores.

Muitas vezes isto será possível. Mas é claro que, se aumentarmos a produção de bens de consumo dos trabalhadores, devemos também aumentar seus salários para que eles possam comprar os bens produzidos. Já vimos em muitos artigos do

Grupo Economia e Povo que isto é perfeitamente possível do ponto de vista econômico, como é possível importar menos mercadorias desnecessárias para os trabalhadores e reduzir nossas dívidas no estrangeiro. Mas para isso é preciso mudar o tal “modelo de desenvolvimento” do governo. E isto só será possível se os trabalhadores, organizando-se, aumentarem seu poder político. A dívida externa brasileira é fruto desse “modelo”, dessa forma de organizar a produção e concentrar a renda que só beneficia os ricos. Para acabar com a dívida é preciso também acabar com o “modelo”. (*O São Paulo*, 19/07)

A tecnoburocracia e o ciclo

A lei de salários que acaba de ser aprovada por decurso de prazo é mais um sinal da perda de poder e das crescentes dificuldades econômicas por que vem passando a classe média empregada ou a tecnoburocracia, desde que, em meados dos anos 70, a sociedade brasileira entrou quase simultaneamente em um processo de desaceleração econômica e de crise política. É enganoso, entretanto, imaginar que este é um movimento de longo prazo. É bem provável que em um futuro não muito longínquo a tecnoburocracia volte a assumir um papel decisivo na sociedade brasileira. E serão possivelmente outras frações dessa classe que passarão a assumir, juntamente com a burguesia, o papel de classes dirigentes.

Temos duas classes dominantes no Brasil. A burguesia (alta burguesia e média burguesia ou classe média proprietária) é a classe dominante principal, mas, ao seu lado, ora em conflito, geralmente em cooperação, surge a tecnoburocracia ou classe média empregada, cujo papel, não apenas nos aparelhos repressivos e ideológicos da sociedade, mas também nos aparelhos produtivos (empresas públicas e privadas), é essencial.

Desde 1975, quando a burguesia, diante da desaceleração econômica e da derrota do governo nas eleições de 1974, iniciou uma campanha contra a estatização, na verdade ela estava rompendo provisoriamente sua aliança com a tecnoburocracia estatal civil e militar. A fração da tecnoburocracia no poder falhara em sua tarefa de administradora da política econômica e social, e a classe dominante burguesa, diante desse fato, desenvolveu um projeto político para reassumir mais diretamente o poder político. A campanha contra a estatização e depois o engajamento no projeto de redemocratização foram capítulos desse projeto burguês.

A burguesia não obteve pleno êxito em sua estratégia. A fração tecnoburocrática no poder cedeu, abriu espaço para a burguesia e secundariamente para os trabalhadores, interrompeu relativamente o processo de concentração de renda, manteve o comando do processo de abertura política limitada. Mas todas essas "concessões", que na verdade foram vitórias da burguesia e/ou dos trabalhadores, não impediram a perda de legitimidade (apoio da sociedade civil) e, portanto, a perda de grande parte do poder real. Conservou, entretanto, o poder oficial, formal, graças, de um lado, a uma série de manobras autoritárias no plano eleitoral (Lei Falcão, senadores biônicos) e, de outro, devido ao medo ou à hesitação da burguesia em romper definitivamente com essa fração da tecnoburocracia no poder.

A perda de poder da tecnoburocracia, entretanto, não ocorreu apenas a nível de cúpula governamental. A classe média empregada, de um lado, sofria a pressão política da burguesia e, de outro, sofria a pressão econômica da desaceleração. Durante o "milagre" a tecnoburocracia foi considerada por muitos a principal responsável pelas extraordinárias taxas de crescimento logradas entre 1967 e 1974. Além disso, foi, juntamente com a burguesia, sua grande beneficiária. Nesse período não só o número de postos tecnoburocráticos aumentou de forma extraordinária nas empresas e instituições públicas e privadas, mas também, devido ao aumento da procura, aumentaram extraordinariamente os salários dos tecnoburocratas. O leque salarial ampliou-se nesse período de forma dramática. Enquanto os salários mais baixos não pararam de ser reduzidos, os altos ordenados aumentaram em termos reais cada ano.

Esse processo de abertura do leque salarial termina em 1975, quando a desaceleração econômica coincide, inclusive, com o aumento da oferta de formandos pelas escolas superiores de todo o País. Termina também no momento em que o poder político da tecnoburocracia passa a ser desafiado pela burguesia. Com a redução da procura por administradores e técnicos, diretamente relacionada com a diminuição na taxa de acumulação de capital, e o aumento vegetativo da oferta, o desemprego começa a se tornar um problema cada vez mais grave para a classe média empregada. Os salários reais dos novos admitidos começam a baixar. A emenda à lei salarial determinando reajustes consideravelmente inferiores à taxa de inflação para os ordenados altos e deixando submetidos à livre negociação os ordenados mais altos não é mais do que o reconhecimento oficial dessa situação.

Nesse momento torna-se patente a fraqueza ideológica (e política) da tecnoburocracia. Na medida em que se recusa a reconhecer sua condição de classe, ela tem dificuldade de defender seus interesses eventualmente legítimos. Diante da ofensiva política da burguesia, ela recua em todas as linhas, faz juras desnecessárias de fidelidade à classe dominante. Diante da ameaça econômica representada pelo desemprego e pela redução dos ordenados, ela se mantém impotente. Mas isso não significa que sua perda de posição e poder continuará indefinidamente. Pelo contrário, é bem possível que uma reversão esteja a vista, primeiro no plano político, depois no econômico.

Nossa hipótese mais geral para explicar o que vem ocorrendo com a tecnoburocracia é a de que suas relações de cooperação e conflito com a burguesia, nos quadros do capitalismo tecnoburocrático contemporâneo, são cíclicas, acompanhando os movimentos mais gerais do ciclo econômico capitalista.

No capitalismo tecnoburocrático, ou capitalismo monopolista de Estado, o ciclo econômico capitalista naturalmente não desapareceu mas assumiu um caráter político fundamental, na medida em que o Estado, através dos tecnoburocratas encarregados de executar a política econômica de curto prazo e planejamento econômico de longo prazo, procura controlá-lo. O mercado, em face dos grandes oligopólios privados e dos monopólios estatais, deixou de ter condições mínimas de controlar automaticamente o sistema econômico. Nesses termos, quando a economia entra em fase de prosperidade, o poder dos tecnoburocratas aumenta de forma decisiva. Eles são transformados, devida e indevidamente, nos novos heróis do sistema. Mas a administração da prosperidade, o favorecimento, sob todas as formas, de acumulação de capital e a expansão da organização burocrática produzem distorções. Quando se desencadeia a crise, a burguesia, favorecida, deixa-se tutelar, acorda, pretende reassumir o poder, eventualmente devolver ao mercado a solução da crise. Os tecnoburocratas são transformados nos vilões do sistema.

Depois de algum tempo, entretanto, a burguesia percebe que ela própria não tem condições de administrar a crise, e que deixar a solução para o mercado, para a recessão, se não é uma estratégia suicida, é pelo menos irracional. Não lhe resta outra alternativa senão chamar de novo a tecnoburocracia para ajudá-la a administrar a crise e estabelecer as bases para uma nova expansão.

Na França, a relação entre a prosperidade e o aumento de poder da tecnoburocracia, a recessão e a perda de poder pode ser observada muito claramente desde que a formação social assumiu o caráter de capitalismo monopolista de Estado. O período gaullista, entre 1958 e 1969, foi de grande prosperidade econômica e de extraordinário crescimento do poder tecnoburocrático. Desde então e principalmente desde 1973, a economia francesa entrou em recessão e a tecnoburocracia em desgraça. É provável que em outras sociedades caracterizadas pelo capitalismo tecnoburocrático essa relação possa ser observada.

No Brasil esse fenômeno cíclico já ocorreu anteriormente a 1964. A tecnoburocracia apareceu pela primeira vez de forma significativa na história do País no primeiro governo Vargas, e foi alijada do poder com a redemocratização em 1945. Reassumiu importância no segundo governo Vargas e no governo Kubitschek, quando a economia se expandiu fortemente, para entrar em crise em seguida, juntamente com a recessão econômica, e afinal ser substituída por uma nova fração da tecnoburocracia em 1964.

A fração da tecnoburocracia que assumiu o poder em 1964 viu sua força crescer extraordinariamente, sobretudo a partir do "milagre". Só entrou em crise com o esgotamento do ciclo expansivo, em 1974. Desde então revela-se incapaz de resolver a crise; a política econômica tornou-se endógena, fruto contraditório das pressões da sociedade; o Estado, administrado por um governo sem legitimidade, paralisou-se. Provavelmente não restará à burguesia outra alternativa para evitar uma convulsão social senão chamar outras frações da tecnoburocracia, com maior legitimidade política e novas propostas de política econômica. Se no plano político a alternativa para a burguesia é a redemocratização e a Assembléia Constituinte, que permitam o estabelecimento de um novo pacto social no País, no plano econômico a alternativa é repensar toda a política econômica e social, apoiada não apenas nos setores majoritários da classe trabalhadora sobre os quais mantém hegemonia ideológica, mas também em novas frações mais inovadoras e legítimas porque mais representativas da tecnoburocracia. (30/11)

Capítulo 5

1981 - A RECESSÃO COMEÇA

Parar e acelerar

Ainda que as medidas de política econômica que o governo vem tomando desde novembro de 1980 sejam claramente recessivas, é pouco provável que a economia brasileira caminhe para uma recessão em 1981. A taxa de inflação deverá crescer ou pelo menos permanecer no patamar atual. A taxa de crescimento se desacelerará em relação aos 8,5% de 1980, mas é pouco provável que o ritmo de atividade econômica decresça tanto, a ponto de provocar as altas taxas de desemprego e as falências que definiriam uma recessão.

As medidas que o governo vem tomando filiam-se indiscutivelmente a uma linha ortodoxa, monetarista, de combate à inflação. E se forem levadas adiante com firmeza provocarão necessariamente uma recessão, além de serem paradoxalmente inflacionárias. A elevação brutal das taxas de juros, a aprovação do orçamento monetário com previsão de aumento nos meios de pagamento de apenas 50% quando a taxa de inflação está em 110%, o corte sistemático das despesas do Estado, o aumento dos impostos, são todas medidas que, de acordo com qualquer cartilha sobre política econômica, levam à redução da demanda agregada (ou seja, redução do consumo e do investimento totais) e, portanto, à recessão. Entretanto, elas não nos deverão levar à recessão pelo simples motivo de que o governo não tem nem poder nem convicção suficientes para preservar essas medidas e as abandonará assim que a situação econômica comece a agravar-se.

O ministro do Planejamento encontra-se em uma situação muito difícil. Ele assumiu o governo, em agosto de 1979, prometendo resolver os problemas da inflação e do balanço de pagamentos e ao mesmo tempo manter as taxas de crescimento do País. Muitos imaginaram que reeditaria os êxitos de 1967-1973, mas a situação era muito diversa e um novo choque do petróleo veio agravá-la ainda mais. Por outro lado, a confiança de que resolveria os problemas levou-o a cometer erros sucessivos: a “inflação corretiva” de 1979, a maxidesvalorização que não foi acompanhada nem por minidesvalorizações corretas (por erro de política) nem pela manutenção de imposto sobre as exportações de certos produtos primários (por falta de poder), a prefixação da correção monetária e a prefixação da desvalorização cambial. Em consequência, o patamar da inflação dobrou, ao mesmo tempo que as distorções da economia se aprofundavam de maneira dramática.

Diante desses desacertos, diante da pressão dos banqueiros internacionais e da ortodoxia de alguns de seus auxiliares, o ministro Delfim Netto deu a guinada para uma política ortodoxa, recessiva, embora continuasse a negar enfaticamente que seu objetivo fosse a recessão.

Há evidentemente um descompasso entre as medidas e o discurso, mas não creio que o ministro esteja mentindo. Pressionado por todos os lados, sua estratégia é de sobrevivência. Como não tem uma estratégia de longo prazo para a economia brasileira nem acredita em reformas estruturais que darão resultados apenas a médio prazo, limita-se a procurar contornar as dificuldades com medidas conjunturais, que poderão e deverão ser revistas a qualquer instante. Ele sabe muito bem que não pode levar a economia à recessão. A pressão da sociedade civil nesse sentido tem sido absolutamente inequívoca: empresários, intelectuais, classe média tecnoburocrática e trabalhadores têm sido muito claros a respeito. A recessão é um jogo de soma menor que zero em que todos perderão. Não resolverá nem a curto nem a médio prazo os problemas de balanço de pagamentos e muito menos de inflação.

Dentro desse quadro caminhamos mais uma vez para uma política de stop and go, de parar e acelerar, ou seja, provoca-se a recessão e em seguida, para evitá-la, provoca-se a aceleração. Esta política decorre necessariamente das práticas monetaristas ou mais genericamente ortodoxas de combate à inflação. Os monetaristas repelem teoricamente com violência essa estratégia

ou prática de parar e acelerar e a atribuem aos keynesianos. Preferiam uma recessão profunda que restabelecesse o equilíbrio e em seguida a neutralização da moeda, que passaria a crescer à mesma taxa do PIB. Entretanto, como essa política é absolutamente inviável, a consequência de qualquer política ortodoxa, seja ela praticada por monetaristas ou keynesianos, é o “parar e acelerar”. Isto ficou muito claro no Brasil entre 1974 e 1975, quando não se aplicou uma política administrativa de combate à inflação mas também não se levou às últimas consequências uma política ortodoxa. Vai-se repetir agora, com consequências desastrosas para o crescimento econômico (que será reduzido) e para a inflação (que aumentará).

Nestes termos, o Brasil só entrará em efetiva recessão se for levado à falência pelos banqueiros internacionais. Neste caso a suspensão do crédito externo os obrigará a uma drástica redução de importações essenciais ao funcionamento da economia. Apesar de todas as ameaças dos banqueiros, entretanto, e do imenso desequilíbrio de nossas contas externas, não é provável que o País vá à bancarrota em 1981. Os banqueiros internacionais e o Brasil participam de um jogo de poder. Os banqueiros ameaçam cortar nosso crédito: nossa ameaça implícita é de suspender os pagamentos, com perdas para todos. A unidade do País contra a recessão, agora inclusive prevista em um pacto anti-recessão a ser estabelecido entre empresários e trabalhadores, é importante nesse jogo. Fortalece a posição do Brasil, enfraquecida por um governo sem legitimidade política e consequentemente sem firmeza em sua política econômica. Poderá fortalecer o próprio governo, se este aproveitar esta posição firme da sociedade civil para negociar com os banqueiros internacionais, que jogam na recessão por não conseguirem ver outra alternativa de política econômica para o Brasil. Esta alternativa, entretanto, existe. Já que o governo está perdido, imobilizado, que sua política se tornou endógena, fruto de pressões e contra-pressões, e está ao sabor do parar e acelerar, resta à própria sociedade civil brasileira mostrar os caminhos a seguir e negociar com nossos credores. Os manifestos e documentos das mais variadas origens publicados recentemente na imprensa têm esse sentido. (11/01)

A procura impossível

Com o título “À procura dos juros de mercado”, o jornal especializado em economia e finanças mais respeitado deste país

procurou recentemente relatar a resposta dos bancos do Rio de Janeiro à liberação da taxa de juros pelo Conselho Monetário Nacional. Diante da liberação, nossos banqueiros estavam em busca da taxa de juros do mercado, a taxa determinada a partir da livre concorrência, provavelmente usando lunetas, binóculos ou talvez telescópios. Quem sabe um dia a encontrarão. Nesse dia poder-se-á estabelecer no País o capitalismo competitivo, sem Estado, o capitalismo da livre iniciativa, que serve de pressuposto às políticas econômicas dos economistas ortodoxos.

Mas enquanto não a encontram o episódio é uma ilustração extraordinária do caráter monopolista da nossa economia, além de sublinhar o primado do capital sobre o Estado na sociedade brasileira.

O governo havia tabelado a taxa de juros. Não foi obedecido por duas razões: porque o tabelamento não foi estabelecido em bases realistas e porque falta autoridade ao atual governo. A recente liberação constituiu-se assim em mera formalidade, que facultou aos bancos abandonar os estratagemas que lhes permitiam até então contornar o tabelamento.

Mas o que fizeram os nossos banqueiros do Rio de Janeiro, quando ocorreu a liberação formal? Passaram a estabelecer taxas de forma competitiva? De forma alguma. Com a maior das naturalidades reuniram-se e, segundo nos informou a *Gazeta Mercantil*, “decidiram adotar taxas de juros de 4% ao mês para duplicatas, 4,5% para desconto de notas promissórias e 5% para pessoas físicas”.

É claro que se reuniram na melhor das boas intenções, como já o fizeram muitas vezes anteriormente. “Para impedir que as taxas de juros subissem mais ainda”, provavelmente diriam eles. Mas o fato simples e claro é que isto é uma violência aos princípios da concorrência. Segundo os manuais de economia, o acordo de preços ou de taxas de juros (que é simplesmente o preço do dinheiro) entre empresas é a prática monopolista por excelência. Tem inclusive um nome: cartel. E, de acordo com as leis antitruste, nos Estados Unidos com certa efetividade e no Brasil apenas para constar, constitui-se em crime.

Mas fiquem tranqüilos os leitores que não estamos querendo a prisão de nossos prezados banqueiros. Se fôssemos fazê-lo, provavelmente teríamos de fazer o mesmo com todos os demais grandes empresários brasileiros. Eles estão apenas se ajustando a uma realidade. Desde que atuem em um mercado oligopolístico, em que apenas algumas grandes empresas domi-

nam a produção, a tendência para a formação de cartéis é inescapável. A concorrência fica relegada para o progresso técnico, para o desenho dos produtos, para a qualidade dos serviços, para marcas e propaganda. Concorrer em preços, nunca. E “guerra de preços” é pecado mortal.

Mas, se é assim o nosso capitalismo, se é um capitalismo definitivamente monopolista, como é possível combater a inflação à base da “livre concorrência”, como propõem os nossos infáveis economistas ortodoxos, no momento em maioria no governo? Como é possível controlar preços e reduzir margens de lucro provocando apenas uma “pequena recessão” e depois contando com o funcionamento das leis do mercado para tudo resolver? São mistérios que não sei resolver. São mistérios tão insolúveis quanto descobrir o preço de mercado quando o mercado foi abolido. (27/01)

Política econômica alternativa

Recessão significa crise econômica, desemprego, falências. É um jogo em que todos perdem. Por isso, os empresários estão inclusive propondo um pacto social contra a recessão. Em uma economia estática, quando aumentam os lucros diminuem os salários, e vice-versa. Mas em uma economia em crise, em recessão, diminuem os salários e os lucros ao mesmo tempo. Por isso, é possível pensar em um pacto.

A recessão só interessa aos banqueiros internacionais e talvez a alguns banqueiros nacionais de visão curta, que acreditam, apoiados pelos chamados economistas ortodoxos ou monetaristas, que a recessão é a única forma de equilibrar as contas do Brasil com o exterior e controlar a inflação.

Na verdade existem outras formas de resolver esses problemas. A recessão é um remédio bárbaro, primitivo. Lembra a sangria que os médicos do passado aplicavam nos pacientes. Talvez pudesse curar a febre ou a congestão, mas o mais provável é que só enfraquecesse o paciente.

É preciso reconhecer, porém, que, diante do desequilíbrio da balança comercial (importações menores que as exportações) e da inflação, a recessão é uma sangria que, à primeira vista, faz algum sentido, apesar dos males que causa. Ao provocar o desemprego e as falências, diminui a procura por bens internos e importados, sobrando mais bens para exportar. Além disso, ao reduzir-se a procura por bens, os preços deveriam cair, com os capitalistas reduzindo suas margens de lucro (percentagem de

lucro sobre o custo) e sua taxa de lucro (percentagem do lucro sobre o capital).

Na verdade só uma recessão violentíssima teria esses efeitos em uma economia tão monopolizada como a nossa. Por isso, é muito mais lógico adotar-se, em lugar de uma política monetarista, que leva à recessão, uma política administrativa de combate à inflação e ao equilíbrio da balança comercial.

Entretanto uma política administrativa não é capaz de fazer mágicas, nem é fácil de ser aplicada. Ela também precisa reduzir a procura por bens. Ela também deve provocar a diminuição das margens e taxas de lucro. Ela talvez seja obrigada a impedir, por algum tempo, que os salários aumentem mais que a inflação se esta possibilidade existir em algum setor em que os trabalhadores estejam mais bem organizados.

A diferença principal de uma política econômica administrativa em relação a uma política monetarista está no fato de que ela pretende reduzir a procura escolhendo quem vai pagar a conta do combate à inflação e ao desequilíbrio externo. Não é uma política que prejudica indiscriminadamente todos, que não escolhe quem vai ser atingido, e acaba prejudicando os mais fracos: os trabalhadores. Uma política econômica eficiente e justa atinge os capitalistas mais que os trabalhadores, entre os capitalistas atinge mais os rentistas do que os empresários, entre os trabalhadores atinge mais os mais bem pagos (os gerentes ou tecnoburocratas) do que os menos bem pagos.

Mas é preciso ficar claro que é necessário atingir alguém. Que não há uma fórmula milagrosa que beneficie a todos quando existem um desequilíbrio externo e uma dívida tão grande quanto a brasileira.

Ora, se isto é verdade, é preciso também ser realista. Se alguns têm de ser mais prejudicados do que outros, é impensável para os trabalhadores participar de um pacto com os capitalistas que preveja o prejuízo dos trabalhadores. Ou melhor, esse pacto, caso seja firmado, deverá ser muito limitado: deverá reduzir-se a uma mobilização contra a recessão e, eventualmente, a uma limitação nos aumentos devido à produtividade. Porque ao mesmo tempo será necessário decidir quem deverá ser mais atingido pelas medidas alternativas da política econômico-administrativa. E nesse momento é claro que os trabalhadores, cujos salários foram tão prejudicados desde 1964, não poderão ceder nada. O problema deverá ser decidido entre

os capitalistas para que o prejuízo não acabe sendo geral. (*O São Paulo*, 06 a 12/02)

Trágica advertência

O trágico exemplo da Argentina em matéria de política econômica é uma advertência para a sociedade civil brasileira, especialmente neste momento, em que os banqueiros internacionais, através do FMI, pressionam o Brasil de todas as formas para adotar uma política econômica ortodoxa e o governo brasileiro, desde novembro último, passou a adotar uma política dessa natureza.

A Argentina, depois do último golpe de estado, que derrubou o governo corrupto de Isabelita Perón, não só mergulhou em uma fase de negra ditadura, mas também foi levada por uma equipe de economistas formados na Universidade de Chicago, sob a direção do sr. Martínez de Hoz, a adotar uma política econômica absolutamente ortodoxa.

Os resultados foram catastróficos. A economia entrou em estagnação. A indústria, considerada artificial, foi sendo deliberadamente destruída. Os salários dos trabalhadores foram drasticamente rebaixados. E assim mesmo o problema da inflação não foi resolvido. Cresceu explosivamente no início do período e depois passou a declinar, mas mantendo-se em níveis ainda muito elevados.

Esta política econômica suicida de elevação da taxa de juros, de violenta restrição monetária, de manutenção do peso valorizado foi apoiada inicialmente pelo capital bancário argentino, pelas empresas multinacionais, pela burguesia pampiana e naturalmente pelo sistema financeiro internacional. Tinha a seu favor preços favoráveis no mercado internacional para dois produtos de exportação fundamentais da Argentina – trigo e carne. E, para facilitar ainda mais o processo, a Argentina é auto-suficiente em petróleo.

Não obstante todos esses ativos e o apoio da burguesia pampiana e financeira argentina, além da bênção imperialista, a Argentina encontra-se hoje em plena crise. A burguesia pampiana já não suporta mais a forte valorização do peso, que funciona como um imposto sobre suas exportações. A burguesia financeira entrou recentemente em sucessivas bancarrotas, o que é perfeitamente natural. Depois de apoiar uma política econômica recessionista, ortodoxa, que sugou o sangue do capital pro-

duto, não restou outra alternativa para o capital bancário se não naufragar também. Afinal o capital bancário vive do capital produtivo.

A última notícia que nos envia da Argentina o excelente correspondente desta *Folha*, Clovis Rossi, é a de que os empresários industriais argentinos, desesperados, programaram para o próximo dia 26 o Dia Nacional de Reivindicação pela Mudança, com marchas de protesto, fechamento das empresas, desligamento de vitrinas. Eles querem obviamente a mudança na política econômica que, ao mesmo tempo que provoca uma aparência de prosperidade traduzida em milhares e milhares de turistas comprando no Brasil, na verdade leva empresas à falência e provoca desemprego em níveis insuportáveis.

Para o Brasil, onde os primeiros sinais de recessão já se fazem sentir em função de uma política econômica ortodoxa, afinada com os objetivos do sistema financeiro internacional e que elevou os juros internos reais para cerca de 25%, esta experiência argentina é um aviso que a sociedade civil brasileira, hoje mais bem estruturada que a argentina, saberá entender. Será ela, através de seus empresários, de seus trabalhadores, de seus jornalistas e economistas, que acabará fazendo nosso governo desistir dessa triste camisa-de-força ortodoxa em que se vem cegamente enfiando desde o final de 1980. (24/02)

A caminho da recessão

Fala-se muito na dependência do Brasil em relação às empresas multinacionais. E de fato essa dependência existe, especialmente na medida em que elas detêm um monopólio tecnológico, que evitam transferir para os países subdesenvolvidos de todas as formas possíveis. Mas, em compensação, as empresas multinacionais industriais têm fábricas instaladas no Brasil. Se a economia brasileira tiver um mau desempenho, elas também sofrerão. E não poderão colocar suas fábricas nas costas e transportá-las para seus países de origem. O capital das multinacionais industriais pode provocar, e de fato provoca, distorções na economia brasileira, mas nela está integrado.

Muito diferente é o caso do capital bancário internacional. Para o Brasil o imperialismo mais perigoso provém daí. Empréstaram-nos dinheiro à larga, em troca de juros polpudos, e agora querem impor suas condições para continuar a nos emprestar. Advogam uma política econômica ortodoxa, recessiva, e é preciso admitir que ganharam o primeiro "round".

O governo brasileiro acovardou-se, cedeu às pressões do capital bancário internacional, e o resultado é que caminhamos a passos largos no sentido da recessão. Não é apenas na indústria automobilística que o desemprego aumenta. Nesse setor e no de eletrodomésticos a situação talvez seja a mais grave. A elevação violenta das taxas de juros teve um efeito direto sobre as vendas a prazo. Mas há indicações de que o fenômeno é mais generalizado.

Esta situação deriva diretamente da guinada em direção a uma política econômica ortodoxa dada pelo governo em novembro último. A elevação das taxas de juros para níveis inacreditáveis, acompanhada e agravada pelas limitações quantitativas ao crédito, refletiu-se na queda do consumo e dos investimentos e, como era de esperar, no aumento da inflação, apesar de a teoria monetarista afirmar o contrário.

Desde o segundo semestre de 1980 os bancos internacionais, preocupados com a segurança dos seus empréstimos e desinteressados do desenvolvimento do Brasil, pressionavam por uma política econômica recessionista. E pressionavam também por um "spread" maior, ou seja, queriam uma diferença maior entre a taxa de juros internacional e aquela que o Brasil paga. Conseguiram as duas coisas e agora as notícias que nos chegam são de que não existe problema em financiar o déficit do nosso balanço de pagamentos neste ano. Os banqueiros internacionais, sem saberem o que fazer com tanto petrodólar, estão emprestando-nos sem dificuldades. Pararam de ameaçar.

O preço, entretanto, foi alto. Não apenas pagamos taxas de juros maiores, mas, mais uma vez, o governo hipotecou nossa soberania. Foi medroso, cedeu às ameaças dos banqueiros internacionais. Quem pagará são os desempregados e as empresas falidas ou em dificuldades. Até que abandonemos essa política econômica desastrosa. (10/03)

Pacto social ameaçado

A elevação decisiva das taxas de inflação e a configuração clara de uma recessão econômica nos dois primeiros meses de 1981 constituem uma grave ameaça para o pacto social que vem servindo de base para o processo de abertura política iniciado no Brasil em 1977. A redemocratização do País, apesar de alguns tropeços lamentáveis, vem ocorrendo desde que a sociedade civil brasileira como um todo se ergueu contra o último grande golpe autoritário aplicado pelo regime militar: o pacote

de abril de 1977, que criou os senadores biônicos e modificou a composição da Câmara dos Deputados. Agora, uma política econômica monetarista, posta em prática a partir de novembro de 1980, além de implicar conseqüências econômicas desastrosas, coloca em risco o próprio pacto social em formação nos últimos quatro anos, na medida em que todo o esforço de nossas perplexas e confusas autoridades econômicas se dirige agora contra um dos pilares desse pacto: a lei salarial de 1979, que estabeleceu os reajustes semestrais e garantiu 10% de aumento real, deflacionado, aos primeiros três salários mínimos de qualquer nível salarial.

A política ortodoxa de estabilização que está aí foi fruto da rendição (tática?) do ministro do Planejamento à chantagem do capital bancário internacional (que nos ameaçava com a bancarrota) e da falta de apoio da maioria de seus assessores e companheiros de ministério, cuja formação é monetarista. Deveu-se também ao fracasso da política econômica administrativa que o sr. Delfim Netto tentou aplicar a partir de agosto de 1979 e à pressão realizada contra essa política pelos rentistas e pelo capital bancário local, desejosos de liberar o mercado financeiro e elevar as taxas de juros.

A política econômica inicial era correta em suas linhas gerais, na medida em que se propunha a estimular o crescimento econômico e a reduzir a inflação, obrigando as empresas, através de estrito controle de preços, a reduzir suas margens de lucro (lucro sobre o custo). Como sua produção e suas vendas aumentariam, a taxa de lucro (lucro sobre o capital), que é o fundamental para os empresários, não se reduziria. Essa política fracassou porque foram cometidos alguns erros graves, já suficientemente analisados, os quais, entretanto, certamente poderiam ter sido corrigidos. Uma política econômica administrativa – a única compatível com o capitalismo monopolista de estado existente no Brasil – é necessariamente um processo de tentativa e erro, de aproximações sucessivas. Em vez de corrigirem os erros, entretanto, o governo foi pressionando e acabou rendendo-se ao monetarismo atual.

Essa política monetarista não resolverá o problema da inflação brasileira, a não ser que venha a transformar a recessão já em curso em uma profunda depressão. Por enquanto, o que se conseguiu foi a elevação da inflação para um novo patamar (120% ou, o que é mais dramático, 50% mais do que nos dois primeiros meses de 1980) e o desencadeamento da recessão.

Pela primeira vez, desde 1965, que foi a primeira recessão do Brasil industrial, as taxas de crescimento de emprego, ao invés serem positivas, tornaram-se negativas. Entre novembro e fevereiro últimos o número de desempregados aumentou em 2,9% em São Paulo. Em todo o País as taxas de desemprego alcançam níveis elevadíssimos. Se o assunto não fosse muito grave, dadas as suas danosas implicações sociais, poder-se-ia dizer que batemos todos os recordes de inflação e desemprego da história deste país.

Se uma recessão é inviável social e politicamente, uma depressão o é ainda muito mais. Não é difícil, portanto, prever que o problema da inflação não será resolvido por essa via e que hoje o governo será obrigado, diante de pressões legítimas, a abandonar essa política recessiva. Inclusive porque os banqueiros internacionais, já tendo conseguido um *spread* (diferença entre a taxa de juros que cobram dos países considerados seguros em relação à do Brasil) igualmente recorde e sem saber o que fazer com seus petrodólares, se dispõem a continuar a nos financiar.

Mas, enquanto a política econômica não é alterada, o pacto social de 1977, informalmente estabelecido pela sociedade civil, está sob ameaça. Existem alguns intérpretes apressados que pensam que a abertura foi fruto de uma estratégia política do governo. Esta é uma confusão entre causa e consequência. O processo de abertura é uma demanda irrecusável da sociedade civil; a estratégia de abertura do governo é uma tentativa de manter sob seu controle e limitar esse processo. Da mesma forma, outros analistas superficiais imaginam que com a abertura se acirrou a luta de classes, expressa nas lutas sindicais, quando foi o inverso o que ocorreu. O processo de abertura política vem-se realizando através de uma clara tentativa de aproximação entre o capital industrial e os trabalhadores naquilo que é essencial. Que os trabalhadores, diante do espaço aberto, tenham ampliado suas reivindicações já estava previsto pela burguesia. Faz parte do jogo político-social normal nas sociedades capitalistas democráticas.

O pacto social de 1977 é um pacto muito informal. Jamais foi escrito, muito menos assinado e rubricado pelas partes, inclusive porque é muito difícil dizer quem representa as partes contratantes. Mas esse pacto social existe, tem partes definidas e é constituído por algumas proposições muito simples a que se chegou depois de muitos anos de autoritarismo, de injustiça social e de protesto.

Participam desse pacto amplos setores da burguesia, a maior parte da classe média empregada (tecnoburocracia) e os trabalhadores. Estão excluídos não apenas os radicais de direita e de esquerda mas também os setores autoritários da tecnoburocracia estatal e da burguesia que apóiam ou participam do governo.

O consenso estabelecido está na necessidade de redemocratizar o País e de distribuir de forma mais justa a renda nos quadros de um sistema capitalista moderno. Os trabalhadores concordam em postergar suas aspirações socialistas em troca de conquistas sociais graduais, mas efetivas, e da democracia. Esta interessa não apenas aos trabalhadores mas também à classe média empregada e à burguesia. Por mais que os radicais de direita e de esquerda procurem transformar dirigentes sindicais como Lula em perigosos revolucionários, os fatos e as declarações desmentem essa hipótese. Lula está mais próximo da social-democracia do que de qualquer outra coisa. E só há social-democracia, que implica ainda dominação burguesa, quando há sindicatos fortes e reivindicativos e partidos efetivamente populares.

Nesse pacto social democrático o papel dominante cabe portanto à burguesia, que, assim, busca sacudir a tutela da alta tecnoburocracia estatal. A classe média tecnoburocrática mantém sua posição assessora e crítica. Para os trabalhadores, embora continuando explorados por um regime extremamente desigual, abrem-se perspectivas de progresso.

No pacto social a lei de salários de 1979 constitui um marco importante. Foi uma vitória dos trabalhadores, ainda que não fosse fruto de suas reivindicações diretas. Foi um passo decisivo da burguesia para garantir sua dominação em termos estáveis.

Agora, depois de as autoridades econômicas se haverem entregado a uma política monetarista suicida, elas abrem suas baterias contra a lei de salários. De fato, essa lei é incompatível com uma economia que se deseja recessiva. Não apenas porque ela sustenta um pouco ainda a demanda agregada (especialmente o consumo popular), dificultando o pleno desencadeamento da crise, mas também porque os prejuízos da recessão se concentram nas empresas, nos trabalhadores autônomos e nos desempregados. Só os trabalhadores que escapam à rotatividade e conservam seus empregos são beneficiados. Além disso, a classe média que recebe mais de vinte salários mínimos será es-

pecialmente mais prejudicada, porque dificilmente receberá reajustamentos superiores ao mínimo legal em uma retração econômica. Produzem-se, assim, desequilíbrios distributivos dificilmente sustentáveis.

Entretanto, como essas autoridades econômicas não têm poder para sozinhas mudar a lei salarial, apelam para a burguesia. Solicitam o apoio dos empresários. Mas está claro que através dessa manobra o que acaba ficando ameaçado é o pacto social de 1977 e, portanto, o próprio processo de abertura política. Resta agora saber se a burguesia produtiva, pressionada pela recessão, ouvirá esse canto de sereia ou se se unirá contra as altas taxas de juros e a recessão.

De qualquer forma, as implicações autoritárias da política econômica em curso estão claras. Talvez apenas seus formuladores não as percebam. Para os desatentos, porém, é sempre bom lembrar os casos da Argentina e do Chile. A política econômica atual não é apenas ineficiente e incongruente com a lei de salários, mas em sua essência é incompatível com o próprio pacto social democrático. Ora, é muito mais lógico abandonar essa política do que pôr em risco a liberdade que tão arduamente esta nação vem conquistando ou reconquistando nestes últimos anos. (26/03)

Monetarismo, até quando

A política econômica monetarista em curso, que já nos fez mergulhar em plena recessão, será mantida enquanto os empresários se dispuserem a suportá-la na crença de que afinal estarão sendo beneficiados. Estes benefícios poderiam traduzir-se em uma eventual queda na taxa de inflação, no reequilíbrio de nossa balança comercial com o exterior e na contenção das reivindicações salariais dos trabalhadores.

Sobre este último problema, ouvi de um economista monetarista a seguinte frase: “Uma grande vantagem da atual política econômica é ter obrigado os trabalhadores a aceitar um acordo ao invés de fazerem greve”. Esta frase tem uma base na realidade. De fato, conforme declarou Lula, o “acordo foi ruim para os trabalhadores”, e só foi aceito porque não havia outra alternativa, dado o desemprego crescente.

O importante é saber, agora, se as empresas brasileiras já necessitam de uma recessão para lutar contra as reivindicações salariais. Nos países capitalistas centrais este fato é notório. E é a razão básica pela qual os partidos conservadores tendem a ter

apoio da burguesia em suas políticas monetaristas ortodoxas. A recessão serve não apenas para combater a inflação mas também, e principalmente, para arrochar os salários. Os sindicatos nesses países são extremamente poderosos. Quando, no auge do ciclo econômico, se esgota o exército industrial de reserva formado pelos desempregados, é necessário para a classe dominante restabelecer essa reserva. Caso contrário, os salários tenderão a crescer mais rapidamente que a produtividade, provocando o declínio da taxa de lucro. Para as empresas trata-se, então, de escolher entre ver seus lucros reduzirem-se, porque aumentarão os salários (e as pressões inflacionárias), ou ver sua taxa de lucro cair conjuntamente com os salários e as pressões inflacionárias. É claro que preferem a segunda alternativa.

Se isto também já for verdade para o Brasil, poderemos esperar um apoio mais prolongado da burguesia às medidas recessivas, o desemprego continuará aumentando e só quando as falências e concordatas começarem a se manifestar com intensidade é que a burguesia dará o basta, obrigando o governo a mudar a política. Recessão será instrumento de luta de classes.

Há, entretanto, poucas indicações de que tenhamos chegado a esse estágio no Brasil. Dados a oferta ilimitada de força de trabalho no campo e na periferia das cidades e o baixo nível de organização dos sindicatos (tutelados pelo Estado), as empresas geralmente não precisam de recessão para conter os salários. Já existe um exército industrial de reservas "natural" no Brasil devido à incapacidade de as atividades especificamente capitalistas absorverem toda a força de trabalho disponível. Por isso os empresários não apóiam políticas monetaristas como a atual.

É certo que no momento existe uma lei salarial no Brasil que beneficia os trabalhadores. Contra essa lei erguem-se hoje não apenas alguns setores da burguesia (contrários ao aumento de 10% real até três salários mínimos) mas também da classe média tecnoburocrática que recebe ordenados superiores a vinte salários mínimos. Diante disso os economistas ortodoxos do governo procuram obter o apoio da burguesia contra a lei de salários, ao mesmo tempo que demonstram a incompatibilidade dessa lei com a recessão (que eles próprios criaram). A recessão beneficiaria assim a burguesia, ajudando-a a modificar a lei de salários.

É bom lembrar, entretanto, dois fatos: de um lado, a lei salarial recebeu amplo apoio da burguesia, porque era uma base da paz social; de outro, é certo que uma recessão desemprega

trabalhadores, mas também desemprega técnicos e administradores, reduz os lucros e, afinal, leva empresas à falência. Na verdade, a recessão, em uma economia como a brasileira, é um jogo de soma menor que zero, em que todos perdem. Com efeito, é pouco provável que a recessão possa ser considerada hoje uma estratégia da burguesia contra as reivindicações dos trabalhadores ou contra a lei salarial. Apenas no ABC os sindicatos alcançaram um nível de organização que talvez autorize uma interpretação dessa natureza. Mas mesmo aí, onde a recessão, aliás, está sendo mais grave devido à necessária (embora no momento já fora de controle, excedendo o previsto) crise da indústria automobilística, é definitivamente duvidoso que a recessão possa interessar às empresas.

Um sinal de que a recessão realmente não é desejada pelos empresários está no fato de que as autoridades econômicas que levaram a economia a taxas recordes de desemprego e desaceleração industrial insistem em minimizar o fato. Dedicam-se a exercícios semânticos infundáveis. Falam em “desaquecimento”, “problemas setoriais”, querendo dessa forma enganar a todos, inclusive a burguesia (e quem sabe a si mesmos), quando o quadro recessivo é claro. Não estamos em uma depressão, em uma crise geral com taxas negativas de crescimento e taxas altíssimas de desemprego (aliás, o Brasil industrial nunca esteve nessa situação). Mas estamos já vivendo a segunda recessão da história do Brasil industrial, com taxas de desemprego e de redução do crescimento industrial que não se verificavam no Brasil desde 1965.

A burguesia, entretanto, ainda não deu o basta a esta política econômica monetarista por três motivos. Em primeiro lugar, porque é dividida. A recessão pode não interessar à burguesia em geral, mas interessa, pelo menos em uma primeira fase, à burguesia financeira. O capital bancário no Brasil tem origem mercantil e mentalidade mercantil. Está interessado nos lucros fáceis da especulação e de altas taxas de juros. Não importa que esta seja uma visão de curto prazo. E que a médio prazo, depois de levar as empresas industriais à falência, os bancos lhes venham a seguir os passos, como aconteceu na Argentina.

Em segundo lugar, porque, como os economistas monetaristas locais, a burguesia está submetida à ideologia econômica dos países centrais. E esta ideologia economicamente liberal, que acredita que todos os problemas econômicos serão afinal resolvidos pelos mecanismos de mercado, tem profundas raízes no

capitalismo. Dessa forma, a burguesia brasileira está submetida a uma dupla subordinação ideológica: à subordinação à ideologia capitalista em geral e à ideologia da cultura dominante existente nos países centrais. Os empresários mais lúcidos sabem que essa ideologia monetarista é inaplicável ao Brasil. Que ela não interessa a ninguém: nem aos empresários nem aos trabalhadores. Que ela não resolverá os problemas do balanço de pagamentos e muito menos os da inflação. Mas mesmo esses empresários mais lúcidos, sob a pressão da ideologia dominante, ficam às vezes paralisados.

Esta perplexidade da burguesia aumenta por uma terceira razão: a alternativa a uma política econômica monetarista é uma política econômica administrativa. Ora, uma política econômica desse tipo implica uma decidida intervenção do Estado na economia, inclusive controlando preços. E obviamente essa não é uma tese popular entre os empresários, apesar da sua absoluta inevitabilidade nas economias mistas capitalistas contemporâneas, caracterizadas pelo capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático.

Além dessas três razões de ordem estrutural, há outras duas razões, mais conjunturais, que vêm atrasando o basta dos empresários à atual política econômica. Em primeiro lugar, eles estão bem lembrados que a tentativa de uma política administrativa realizada pelo sr. Delfim Netto a partir de agosto de 1979 falhou. Provocou distorções profundas na economia e acelerou a inflação. Têm medo de que novos erros, como a “inflação corretiva” de 1979, a maxidesvalorização de dezembro de 1979 e as prefixações da correção monetária e da correção cambial, se repitam.

Em segundo lugar, embora já em plena recessão, com um nível de desemprego e de queda de atividade econômica muito claro e de uma intensidade que não acontecia no Brasil desde 1965, as falências das empresas ainda não começaram a ocorrer. Isto permite ao governo, enquanto trabalha intensamente pela recessão, afirmar todos dias através dos jornais que não há recessão, mas “desaquecimento”. Que os problemas de desemprego são setoriais.

Há claras indicações, entretanto, de que os empresários começam a acordar. Começam a descobrir que estão sendo enganados. E a exigir uma modificação urgente na política econômica. Eles sabem que uma recessão é como uma bola de neve. Seus efeitos negativos multiplicam-se rapidamente.

Por outro lado, a principal razão que levou a esta política foi a pressão dos banqueiros internacionais. Essa pressão acabou e o sistema financeiro está ansioso por nos emprestar, seja porque as taxas de juros que pagamos são muito convidativas, seja porque sobram petrodólares para serem reciclados.

A política econômica ortodoxa perdeu, portanto, sua única razão de ser. Tudo indica, portanto, que logo será abandonada por pressão dos empresários. O restabelecimento do subsídio às exportações de manufaturados foi um primeiro movimento claro nesse sentido. Outros virão.

O grave, entretanto, é que isto não significa que o governo vá formular uma política econômica alternativa, de caráter administrativo, coerente. Há um ano dizíamos que, em face da crise econômica e da falta de legitimidade política do governo, este estava paralisado. Sua política econômica tornara-se endógena. Fruto das pressões e contrapressões internas e externas. Esta política econômica suicida será, portanto, abandonada, mas isto não significa que uma alternativa válida será encontrada, embora ela exista. Seja pela gravidade dos desequilíbrios estruturais da economia brasileira, seja pelas dificuldades econômicas que o mundo enfrenta, seja pelas contradições e falta de legitimidade do governo brasileiro, continuaremos em crise. Mas, abandonando essa política monetarista, estaremos fluando na crise em vez de nela nos afundarmos, como acontece no presente momento. (26/04).

Rumo à depressão

O pior da crise econômica ainda não passou. As taxas de desemprego continuam a crescer, as vendas das empresas continuam a cair, a produção industrial, pela primeira vez nos últimos catorze anos, foi inferior no primeiro trimestre de 1981, quando comparada com o mesmo período de 1980. Os dados que o IBGE acaba de publicar sobre março são alarmantes: a produção da indústria de transformação caiu 4,26% em relação a março do ano anterior. Estamos claramente em meio a uma recessão e não a um “desaquecimento”, como, eufemisticamente, insistem em afirmar os economistas oficiais. Desaquecimento era uma expressão que Mário Henrique Simonsen, que não costuma usar de meias-verdades, empregava adequadamente para caracterizar alguns momentos de redução da atividade econômica ocorridos durante sua administração, quando,

de fato, não tivemos recessão, não tivemos os níveis de desemprego e de queda da produção que estamos tendo agora.

É certo também que não estamos ainda em uma depressão. As empresas, que obtiveram bons lucros e pouco investiram nos anos anteriores, especialmente em 1980, acumularam estoques e reservas financeiras. Este fato mais a lei salarial, que ajuda a sustentar a demanda agregada, são as duas causas principais de não termos caído ainda em uma depressão, com falências se multiplicando por toda parte. Mas a continuar a atual política econômica monetarista, ditada pelos banqueiros internacionais, de liberação de preços, de elevação da taxa de juros, de violento controle monetário (a moeda expandiu-se cerca de 60% no último ano diante de uma inflação de 120%), de aumento de impostos e de redução dos investimentos estatais – a continuar essa política, a recessão estará em breve transformada em depressão.

Nesse sentido, o professor Affonso Celso Pastore, possivelmente o mais competente e coerente economista neoclássico da equipe do atual ministro do Planejamento, nos dá uma notícia alvissareira em sua entrevista a esta “Folha” (7 de junho). Afirmou ele: “Estou convencido de que nós já estamos passando a fase crítica. Nós já chegamos ao ponto máximo de aperto e já se pode vislumbrar, num futuro não muito remoto, o momento no qual a situação é superada”. Mas o economista quer um prazo de ainda “uns dois ou três meses” para que afinal a política monetarista surta seus efeitos e possa ser afrouxada.

Desconfio que o prazo seja pequeno para que a inflação realmente comece a cair. Desde que a atual política monetarista foi implantada, a taxa de inflação cresceu nos dois primeiros meses do ano e, depois, voltou a estabilizar-se no nível anterior. Não demonstrou, em seguida, nenhum sinal de reduzir-se. Aliás, há quase dois anos que os economistas no governo vêm pedindo “mais um prazinho” para que sua política afinal surta efeito. E, por enquanto, o efeito foi sempre o contrário do desejado.

Ou melhor, alguma coisa foi recentemente conseguida: a desejada recessão foi desencadeada e, como era previsto, teve um efeito positivo, embora menor; houve uma pequena redução das nossas importações, devida, em parte, à recessão, e mais aos controles seletivos à importação.

A entrevista de Pastore, entretanto, deixa claro que este é um último prazo. Que as resistências do governo estão diminuindo, diante da ameaça de a recessão transformar-se em de-

pressão e que logo teremos mudanças na política econômica. Esta é uma boa notícia, embora revele, mais uma vez, que na verdade não temos uma política econômica: navegamos ao sabor dos ventos, das pressões. Ora são os banqueiros internacionais que ganham, como acontece atualmente, ora são os empresários industriais e comerciais.

O mais triste, porém, é o saldo que ficará dessa política: o desemprego e a redução da produção industrial, enquanto a taxa de inflação continua no mesmo nível e a melhora de nossas contas externas foi insignificante. (09/06).

Renegociar a dívida

As reiteradas e inevitáveis visitas de nossas autoridades econômicas aos centros financeiros internacionais servem para nos fazer lembrar que a restrição básica que sofre a política econômica brasileira, que está nos levando a uma das mais graves crises de desemprego da história deste país, é a dívida externa e não a inflação. E o profundo desequilíbrio de nossas contas externas levou-nos a aceitar as pressões dos banqueiros internacionais e a adotar, especialmente a partir de novembro de 1980, significativamente quando o ministro do Planejamento desembarcava de uma viagem a Nova York, uma política econômica ortodoxa, monetarista, que, além de provocar desemprego em massa, certamente implicará um grave retardamento do desenvolvimento econômico nacional.

Naquele momento, o governo brasileiro, que no plano da política externa vem tão cuidadosamente preservando e aumentando mesmo a nossa independência política através da ação do Itamaraty, no plano econômico hipotecava nossa soberania ao capital bancário internacional.

É certo que fomos irresponsáveis. Nosso endividamento alcançou graus tão elevados porque aumentaram os preços do petróleo, mas também porque utilizamos os recursos externos não apenas para investir mas também para consumir. Entre 1967 e 1973 cometemos esse erro, quando tínhamos margem de liberdade para não cometê-lo. Depois nossa margem de manobra diminuiu. Mas, mesmo assim, poderíamos ter realizado uma política econômica muito mais severa e seletiva no controle das importações. É certo também que nossa política econômica entre agosto de 1979 e novembro de 1980 foi desastrosa, reduzindo muito nossa credibilidade externa.

Mas é certo também que os banqueiros internacionais foram co-responsáveis no nosso processo de endividamento, empurrando-nos seus dólares sobranes de todas as maneiras. O Brasil era, e sob muitos aspectos ainda é, considerado um ótimo risco, dado seu enorme potencial econômico. Por outro lado, é preciso reconhecer que os países centrais têm criado sérias dificuldades ao equilíbrio de nossas contas externas, seja através do protecionismo às suas manufaturas, seja através da elevação da taxa de juros internacional. Sobre o último problema, o governo Mitterrand, no último fim de semana, denunciou a política monetarista dos Estados Unidos, que, provocando a elevação da taxa de juros, “corresponde a um terceiro choque do petróleo”.

Na verdade, os banqueiros internacionais e os países centrais estão tratando-nos a partir de uma posição de força. Chegou a hora de também adotarmos uma posição de força, em vez de nos acovardarmos, como estamos fazendo atualmente. É claro que para fazermos isto não basta uma mudança de atitude de nossas autoridades monetárias. É preciso também que, através do controle seletivo das importações, reequilibremos a nossa balança comercial, mesmo com risco de recessões setoriais. Recessões setoriais, aliás, não necessárias, e muito melhores do que a atual recessão generalizada, que ameaça transformar-se em depressão.

Mas, uma vez alcançado esse objetivo, para o qual é necessário um consenso nacional, deveremos dizer claramente aos banqueiros internacionais que vamos renegociar a nossa dívida. Que não pretendemos pagá-la porque não podemos pagá-la, mas não queremos reescaloná-la, nem pretendemos uma moratória. Que queremos pagar nossas contas em dia e obter ao mesmo tempo novos e maiores créditos, que garantam a continuidade de nossas importações essenciais.

Renegociar a dívida, nesse sentido, significa que pagaremos nossas dívidas nos nossos termos, sem hipotecar nossa soberania: 1) sem aceitar a imposição de uma política recessiva como a atual, que é incompatível com a realidade brasileira; 2) sem sermos obrigados a conceder vantagens excepcionais para investimentos estrangeiros, embora continuando a considerá-los bem-vindos; 3) sem aceitarmos a importação de bens que temos perfeitas condições de produzir internamente apenas para obter alguns créditos suplementares.

Se equilibrarmos nossa balança comercial e obtivermos um consenso nacional sobre o assunto, teremos poder de barganha

e força moral para realizarmos essa renegociação. É bom lembrar que nossa bancarrota representará também a falência do sistema financeiro internacional do qual somos um devedor pesadíssimo. Este não é o nosso único argumento, mas é o nosso grande trunfo. Um trunfo que precisa ser usado com energia e coragem, para que possamos retomar o nosso desenvolvimento e combater a inflação interna com segurança, de acordo com nossos próprios métodos. (16/06)

Contradições empresariais

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, sr. Albano Franco, fez na semana última declarações à *Gazeta Mercantil* sobre a política salarial e sobre a intervenção do Estado na economia, que demonstram que os empresários começam a compreender que, para exercer o papel não apenas de classe dominante mas também de classe dirigente, devem partir do Brasil real – subdesenvolvido, industrializado, monopolista, estatal, marcado por profundas desigualdades sociais e hoje mergulhando em uma grave crise econômica – em vez de insistir em velhas teses liberais.

O sr. Albano Franco colocou-se a favor da atual lei salarial e, além disso, defendeu “um certo” controle pelo Estado das taxas de juros e dos preços. Disse que a atual lei salarial não é inflacionária e observou que a atual política de preços e juros livres vem beneficiando apenas as grandes empresas, afirmando: “Para as grandes, é melhor a liberalização; para as pequenas, um certo controle seria a solução”.

Essa posição contrasta com a de outros líderes empresariais. Alguns resolveram recentemente criticar a lei salarial, dando assim apoio à política econômica monetarista e recessionista das autoridades econômicas. É o caso do presidente da Fiesp, que, ao mesmo tempo em que foi, corretamente, alertar o presidente da República contra os altos juros e o desemprego generalizado a que nos estão conduzindo as medidas monetaristas do governo, contraditoriamente criticou a atual lei salarial, a qual, ao sustentar parcialmente a demanda agregada, talvez seja o principal fator (juntamente com os investimentos e subsídios do Estado) a impedir que a atual recessão assuma características ainda mais graves, transformando-se em depressão. Realmente, esta lei salarial é incompatível com uma política econômica recessionista. Mas, se isto é verdade, a solução é mudar a política econômica, não a lei salarial.

Outros empresários e políticos, entre os quais se salienta o sr. Olavo Egídio Setúbal, insistem em atribuir todos os males da sociedade e da economia brasileira à forte participação do Estado na economia. Ignoram, ao assumir esses velhos postulados liberais, que, apesar de todos os erros que os governos autoritários cometeram e que o atual governo, apenas relativamente democrático, vem cometendo na condução dos destinos econômicos do País, o desenvolvimento que conhecemos desde o início dos anos 50 jamais teria sido tão grande sem a participação que houve do Estado. Ignoram também que a crise em que estamos mergulhando atualmente já seria muito mais grave, dada a drástica redução dos investimentos privados, não fosse a manutenção relativa dos investimentos estatais.

Diante desses equívocos e contradições dos representantes da burguesia, seja criticando a lei salarial, que estabelece as bases de uma paulatina e necessária redistribuição de renda neste país, seja transformando maniqueisticamente o Estado no novo demônio, quando ele é simplesmente uma realidade inerente ao estágio atual das sociedades capitalistas monopolistas como a brasileira, foi uma surpresa agradável ouvirmos o presidente da Confederação Nacional da Indústria defender a lei salarial e o controle de preços e juros. Porque, se a atual lei salarial é um caminho para uma melhor redistribuição da renda neste país, o controle de juros e dos preços das grandes empresas é a única forma possível de se vir a controlar a inflação em uma economia altamente oligopolizada e cartelizada como a brasileira. (23/06)

O mais fácil

O grande problema nacional do momento é o desemprego. São 917 mil trabalhadores desempregados apenas nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil. E o mais grave é que cerca de 200 mil desses trabalhadores ficaram desempregados nos últimos oito meses. Na verdade, o Brasil atravessa a mais grave recessão da sua história industrial.

Esta situação é, em primeiro lugar, um claro sinal do fracasso do modelo econômico vigente no Brasil – modelo este que, conforme observou Ruy Lopes nesta coluna, recebeu da parte da Igreja, em seu extraordinário e sereno documento “Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política”, uma condenação definitiva. Esse documento é um libelo contra o regime, mas é também uma crítica ao governo, que, diante da recessão que ameaça transformar-se em depressão, permanece paralisado. Incapaz de

formular uma alternativa de política econômica, cujas linhas gerais os economistas da oposição vêm insistentemente sugerindo.

A única coisa que o governo sabe fazer neste momento é continuar em sua política recessiva, cortando seus próprios investimentos e limitando drasticamente a quantidade de moeda. Submete, assim, a economia a um tratamento de choque.

Mas não seria isto uma política ativa, um sinal de que o governo está "corajosamente" impondo à sociedade os sacrifícios que ela até agora se recusou a assumir? Em absoluto, não. A política que está aí é meramente fruto de imposição dos banqueiros internacionais. Assim que ela foi adotada, em novembro último, em seguida à volta do sr. Delfim Netto de mais uma viagem malsucedida a Nova York, os banqueiros voltaram a nos dar crédito, independentemente dos resultados alcançados.

Mas não começaram a aparecer recentemente alguns resultados em termos de queda da taxa de inflação e de equilíbrio da balança comercial? Sem dúvida, mas a um custo totalmente desproporcional aos ganhos obtidos. O aumento brutal no desemprego e a queda vertiginosa na produção industrial absolutamente não compensam os magros ganhos.

Como a economia é fortemente monopolista, só caem relativamente os preços dos setores competitivos, ou seja, da agricultura (que é tão necessário estimular) e da pequena indústria. Espera-nos, portanto, mais uma onda de concentração do capital e de desnacionalização industrial.

Por outro lado, os resultados da recessão na área da balança comercial são necessariamente limitados, já que nosso coeficiente de importações é muito baixo: entre 5 e 6% da renda nacional, excluídas as importações de petróleo; menos de 10%, incluindo o petróleo. É claro que uma recessão teria efeitos maiores sobre a redução das importações se o Brasil não fosse um país-continente e se seu coeficiente de importações fosse muito maior (conforme acontece com a maioria dos países aos quais o FMI recomenda a recessão como medida para reequilibrar a balança comercial). Não bastasse esse, há ainda o fato, bem lembrado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo recentemente, de que o pouco que ganhamos em redução das importações com a recessão é perdido com a redução dos investimentos estrangeiros. O que ganhamos na balança comercial perdemos na balança de capitais.

É óbvio que uma alternativa à recessão, que é um método grosseiro e indiscriminado de redução das importações, seria o

controle seletivo de importações, que produzisse recessões efetivamente setoriais, apenas nos setores considerados de baixa prioridade e alto coeficiente de importações. Esta, sim, seria uma política econômica ativa, corajosa, que atenderia às necessidades do País. Não parece, entretanto, existir da parte do governo nem coragem nem capacidade para adotar uma política econômica dessa natureza. Por incrível que pareça, o mais fácil é ainda provocar deliberadamente o desemprego. E ser obediente aos banqueiros internacionais. Mas assim, sem mudança de política econômica, continuaremos a nos aprofundar na crise e a nos avizinhamos perigosamente da depressão. (01/09)

Fundo do poço

Não há nenhuma indicação de que a recessão econômica em curso tenha chegado ao “fundo do poço” e de que a recuperação já esteja começando.

O atual processo recessivo começou em dezembro de 1980. No início, governo e empresários negavam que houvesse recessão. Depois apenas o governo passou a negar, enquanto os empresários alternavam sua atitude diante do fato: em certos momentos indignavam-se, preocupados com suas empresas e com o desemprego, e denunciavam a crise; em outros faziam o “jogo do contente” e começavam a afirmar que “o pior já passou”.

Neste último mês o “jogo do contente” predominou nas manifestações empresariais. Diante de sua própria impotência e incapacidade de visualizar e apoiar uma alternativa de política econômica, passaram para o reino do “faz-de-conta”.

Enquanto isso os índices econômicos relativos ao nível de atividade econômica continuam a deteriorar-se implacavelmente. O desemprego aumenta na mesma proporção dos últimos meses. A produção continua em declínio. As vendas no varejo nunca estiveram tão baixas.

De acordo com a mais elementar teoria a respeito da dinâmica do ciclo econômico, sabemos que o movimento descendente só se interromperá quando as empresas ou o Estado voltarem a investir. Se supusermos que o governo não venha a alterar sua política econômica, a economia só voltará a crescer quando a queima de capitais provocada pelo aprofundamento da crise levar a uma redução das taxas de salário e juros que, somada à exclusão do mercado das empresas falidas, crie novas oportunidades de investimento. Salário e juros mais baixos im-

plicariam custos menores e novas oportunidades de lucros e investimentos.

Se não se desejar esperar essa queima de capitais, dados seus elevados custos econômicos e sociais, a única alternativa é o governo mudar sua política econômica.

Ora, as falências ainda não ocorreram. A taxa de juros só tende a aumentar. A taxa de salários mantém-se graças à lei salarial. Nesses termos, não chegamos definitivamente ao fundo do poço.

Por outro lado, o governo, animado com alguns sucessos na política antiinflacionária e principalmente na política de equilíbrio de nossas contas externas, revela pouca tendência a alterar sua orientação monetarista. Inclusive porque as pressões empresariais nesse sentido ainda são muito débeis. Descrentes da viabilidade de uma política econômica alternativa, de caráter administrativo em vez de monetarista, dado o fracasso da tentativa empreendida entre agosto de 1979 e novembro de 1981; recusando-se a aceitar uma maior regulamentação do Estado sobre a economia; cientes de nossa dependência financeira em relação aos banqueiros internacionais, que exigem uma política econômica como a atual; dotados de capacidade para aumentar seus preços mais do que a média da economia, conforme estudos do prof. Yoshiaki Nakano demonstraram (*Folha de S. Paulo*, 20.09.81); e havendo até agora resistido bem financeiramente à crise – os grandes empresários e suas empresas monopolistas limitam-se a propor um certo afrouxamento da política econômica. São incapazes de ver e muito menos de propor uma política econômica diversa.

Não há, portanto, razão para otimismo neste fim de ano. A economia não entrou em uma crise maior porque a lei salarial e os subsídios à agricultura (aquela necessária, estes um contra-senso econômico) vêm sustentando relativamente a demanda agregada. Mas só uma retomada dos investimentos governamentais, acompanhada de uma moderada liberação do crédito, poderá relançar a economia. E isto só será possível realizar conjuntamente com rígidos controles administrativos de importação e preços.

Na verdade há apenas um ponto positivo. O saldo alcançado na balança comercial aumentou nossa margem de manobra em matéria de política econômica diante dos banqueiros internacionais. Essa margem havia sido reduzida a zero no final de 1980. É preciso agora saber se aproveitaremos este fato, em

vez de ficarmos paralisados pelo “jogo do contente” enquanto a economia continua a deteriorar-se. (13/10)

Lei salarial

Os empresários industriais brasileiros estão perdendo seu tempo em discutir e propor a revisão da lei salarial, quando deveriam estar preocupados em combater a política econômica que leva o País à recessão. Na Confederação Nacional da Indústria e na Fiesp, os empresários e seus assessores preparam documentos e discutem modificações na lei.

Felizmente esse tipo de exercício é inócuo. Foi-se o tempo do regime autoritário puro e simples, em que a vontade dos empresários aliados aos tecnocratas era lei. A burguesia continua a ser a classe dominante. Seu poder e sua segurança provavelmente aumentaram desde que começaram a sacudir a tutela autoritária da tecnoburocracia, mas sua forma de dominação deve agora ser mais indireta, mais ideológica, como é normal nas democracias burguesas.

A lei salarial foi aprovada pelo Congresso. Só poderá por ele ser alterada. O Congresso é sem dúvida dominado pela burguesia, mas precisa dos votos dos trabalhadores. Por isso não estará disposto a aceitar medidas frontalmente contrárias aos trabalhadores e que afinal beneficiam muito duvidosamente e a curto prazo a burguesia. Nesses momentos, a dialética da luta de classes refletida no Congresso encarrega-se de suprir a falta de visão dos líderes empresariais e, afinal, de garantir mais a longo prazo os interesses não apenas dos trabalhadores mas também da própria burguesia.

Porque não há dúvida de que esta lei, embora se tenha constituído em uma conquista dos trabalhadores, é também uma lei que, garantindo uma moderada redistribuição de renda e aumentos reais de salários equivalentes ao aumento de produtividade, foi aprovada e promulgada em nome da paz social, que interessa, antes de mais nada, à classe dominante.

É certo que essa lei tem alguns erros. Em primeiro lugar, o método de correção “por picos”, que aumenta os salários nominais na mesma taxa da inflação, embora simples é irracional porque altera perversamente o salário médio real do período: este cresce quando a taxa de inflação diminui e diminui quando a taxa de inflação aumenta.

Em segundo lugar, o conceito de produtividade está mal definido e, além disso, deliberadamente confundido com o poder

de barganha dos trabalhadores, que deve ser discutido separadamente. Para corrigir salários reais não tem o menor sentido medir produtividades setoriais, nesta ou naquela indústria. Isto provocaria distorções salariais absurdas, favorecendo os trabalhadores dos setores tecnologicamente dinâmicos em prejuízo dos trabalhadores dos setores sem dinamismo tecnológico. Também não faz sentido argumentar, como fizeram recentemente os representantes dos trabalhadores, que a produtividade aumentou no último ano apesar e graças ao desemprego. Não é esta a produtividade que interessa no caso. A única taxa de produtividade que faz sentido para correção dos salários reais, porque é aquela que aumenta os salários reais sem reduzir a taxa média de lucro do sistema nem provocar ainda mais desemprego, é a taxa anual de crescimento da renda por habitante.

Em nenhum desses dois erros incorria a fórmula do professor Mário Henrique Simonsen, especialmente depois que ele a corrigiu quando ministro. Mas esses pequenos erros não justificam a inútil campanha de alguns empresários, não contra os erros mas contra as próprias bases da lei: o adicional de 10% e o seu caráter redistributivo. Na verdade, a lei é um dos únicos fatores de resistência contra a política econômica recessiva do governo, na medida em que sustenta a demanda agregada. Por isso ela é incompatível com a recessão, com o desemprego. E se assim é, muito mais razoável para os empresários industriais, em vez de combater uma boa lei, é afinal dar o basta à política recessiva do governo. (03/11)

As soluções existem

Não há razão para sermos pessimistas quanto às perspectivas da sociedade brasileira. As soluções existem e estão sendo amadurecidas no bojo da própria crise em que vivemos. Essas soluções, entretanto, só se efetivarão na medida em que as eleições de 1982 garantam legitimidade ao novo governo e às políticas econômicas e sociais que então começarão a se definir.

A crise política brasileira é uma crise de legitimidade e de poder: a sociedade civil não se sente representada no governo militar (tecnoburocrático) e deixou de lhe delegar poder. A crise econômica, por sua vez, é uma crise de reestruturação: os desequilíbrios do modelo de subdesenvolvimento industrializado, orientado para a concentração de renda e o consumo de bens de luxo, desembocaram em uma crise de balanço de pagamentos, que a elevação dos preços do petróleo em 1973 aprofundou dra-

maticamente. As duas crises estão interligadas, sendo que a solução da crise econômica depende não apenas da maturação de transformações estruturais, que a dinâmica do capitalismo acaba engendrando, mas também da renovação do poder político brasileiro em níveis de maior legitimidade.

A crise econômica, uma vez desencadeada, assume sempre no capitalismo tecnoburocrático (ou de Estado) contemporâneo o caráter de uma crise distributiva: diante da desaceleração das taxas de crescimento da produção, agravada no presente caso pelo empobrecimento absoluto representado pela elevação dos preços do petróleo importado, a luta ao nível do Estado pela distribuição do excedente assim relativamente reduzido torna-se dramática. O aumento do processo de endividamento externo e interno (inflação compensatória) pode adiar ou reduzir a desaceleração econômica e o conflito distributivo, mas implica que a renda se torne provisoriamente maior do que a produção, agravando a crise seguinte. Desta forma, temos um processo em que a crise engendra a própria crise, na medida em que ninguém quer pagar seus custos.

A solução para esse tipo de crise distributiva nos anos 40 e 50 foi impor o pagamento da conta aos trabalhadores e ao setor exportador agrário mercantil (café, principalmente). Nos anos 60 e 70, esgotada a potencialidade do confisco cambial, os trabalhadores foram as vítimas exclusivas. Mas desde meados dos anos 70 também os trabalhadores, com seu poder aumentado, recusam muito compreensivelmente o sacrifício. Daí o impasse.

A atual política econômica recessiva determinada pelos banqueiros internacionais foi uma forma de solução do problema que teria a vantagem política de indiscriminadamente atingir trabalhadores, classe média tecnoburocrática e burguesia. Mas além de ser falacioso esse caráter indiscriminado do ponto de vista distributivo da política econômica recessiva, já que os monopólios são muito menos atingidos, ela é também ineficiente. Ao atingir, por exemplo, tanto empresas com alto coeficiente de importação quanto empresas que pouco ou nada importam, essa política econômica conduz a um processo de reestruturação da economia extremamente custoso. O custo pode ser tão grande, não apenas do ponto de vista social mas também do econômico, que a reestruturação econômica afinal se frustre. Na verdade, a política econômica ortodoxa, recessiva, é um remédio bárbaro, semelhante à sangria da medicina antiga, que debilitava, se não matava, o doente ao invés de curá-lo.

A saída da crise econômica está obviamente em uma reestruturação econômica, que permita ao País importar menos e exportar mais. Importar menos significa reduzir o consumo de luxo mais do que substituir importações, já que há pouco a ser substituído com vantagens econômicas reais; significa antes reduzir a produção e a utilização de automóveis, de televisores em cor, de aparelhos de alta-fidelidade, de turismo aéreo do que aumentar a produção de álcool, já que esta é ainda muito mais cara do que a importação de petróleo.

Exportar mais, por sua vez, significa não apenas estimular a exportação agrícola mas principalmente a de manufaturados. E, entre estes, estimular a produção e a exportação de manufaturados trabalho-intensivos mas tecnologicamente sofisticados. Existe uma idéia absolutamente injustificável de identificar os capital-intensivos com os setores tecnologicamente sofisticados e os setores trabalho-intensivos com os de baixa tecnologia. A indústria eletrônica, por exemplo, é um desmentido desse tipo de correlação simplista.

Nossa vantagem comparativa na produção de bens trabalho-intensivos e de alta tecnologia não está apenas em dispormos de mão-de-obra barata. Está também no fato pouco conhecido de que dispomos de um corpo de engenheiros e de administradores e de um quadro institucional de empresas e de organismos de pesquisa tecnológica que nos permitem absorver e em seguida criar tecnologia altamente sofisticada.

Uma política industrial inovadora no Brasil deverá privilegiar esse tipo de indústria, garantindo-lhe vantagens de todos os tipos. Mas, em compensação, deverá exigir que a nova indústria exporte tanto quanto produza para o mercado interno. Foi-se o tempo em que o Brasil era um país primário-exportador substituidor de importações. O Brasil já é um país principalmente exportador de manufaturados, e qualquer política de estímulo a determinados setores industriais deve partir desse fato e garantir que nossas exportações cresçam ainda mais.

Mas está claro que esta reestruturação econômica não poderá ser feita nem contando-se apenas com as forças do mercado nem sem sacrifícios.

A oposição, que se prepara para assumir o poder em 1982 nos principais Estados e em 1984 no plano federal, deve ter muito claros para si estes fatos. Sua maior legitimidade política lhe permitirá governar com muito maior efetividade. Mas para isto será necessário não apenas a imaginação que permita en-

contrar soluções novas mas também aceitar a idéia de que será necessário realizar sacrifícios.

No Brasil temos a tendência a comer o bolo e ao mesmo tempo querer guardá-lo. Isto é rigorosamente impossível enquanto a economia brasileira não voltar a crescer de forma sábia, sem endividamento. A reestruturação da economia só é viável com um governo legítimo, que tenha a coragem não apenas de pensar de forma inovadora mas também de impor sacrifícios.

Estes sacrifícios terão, naturalmente, de ser impostos de maneira seletiva. Não basta dizer o óbvio: que os capitalistas deverão pagar mais do que os trabalhadores. É preciso distinguir os capitalistas entre os rentistas e especuladores, de um lado, e os empresários, de outro, e fazer os primeiros pagar mais do que os últimos, caso contrário os investimentos estancarão. Entre os empresários, é preciso distinguir os que produzem bens e serviços de luxo e penalizá-los, ao mesmo tempo que se favorecem os setores produtores de manufaturas exportadas, principalmente se forem tecnologicamente sofisticadas e valorizarem o trabalho nacional.

O PMDB tem condições particularmente favoráveis para realizar uma política dessa natureza, na medida em que não é um partido puramente burguês, como o PP e o PDS, nem um partido basicamente operário, como o PT. O PMDB realiza uma síntese contraditória mas, ao que tudo indica, operacional de tendências burguesas liberais e socialistas democráticas. Imune aos radicalismos e profundamente avesso a qualquer tipo de autoritarismo, o principal partido da oposição tem as condições essenciais para, através da vitória nas urnas em 1982 e da conquista da Presidência da República em 1984, encaminhar conjuntamente com os demais partidos a solução da crise econômica em que vivemos.

É claro que para isso não existem fórmulas mágicas. E, mesmo depois da possível, se não provável, vitória, um largo caminho terá de ser percorrido. A crise distributiva estará presente estabelecendo os limites políticos para a solução dos problemas econômicos. A legitimidade do novo governo será seu grande trunfo na medida em que será preciso enfrentar a crise distributiva e impor os sacrifícios necessários até que a economia volte a crescer.

É cedo, entretanto, para nos preocuparmos excessivamente com esses problemas. Por enquanto basta termos consciência

deles e certeza de que saberemos resolvê-los. Porque o problema imediato é a unidade das oposições e a vitória nas eleições de 1982. E para isso ainda há muito a fazer. (25/11)

O círculo vicioso da economia em 1981

A economia brasileira encontra-se presa a um círculo vicioso que a recessão de 1981, em vez de quebrar, provavelmente só agravou. Neste ano tivemos a maior recessão da história industrial deste país. Seria de esperar que, para compensar a queda na produção e os altos níveis de desemprego, tivéssemos o clássico processo de purgamento da economia, de forma que esta pudesse novamente voltar a crescer e orientar-se para o pleno emprego. Nada indica, entretanto, que isso tenha acontecido. A taxa de inflação, sem dúvida, declinou e houve uma ligeira queda nas importações, permitindo um saldo na balança comercial. Mas esses dois resultados positivos não foram suficientes para quebrar o círculo vicioso básico da economia brasileira.

Esse círculo vicioso tem como uma de suas origens o déficit do orçamento global (fiscal e monetário) do Estado. Esse déficit é financiado, de um lado, por emissões que mantêm elevada a taxa de inflação e, de outro, pelo aumento da dívida pública, que mantêm elevadas as taxas de juros. Estas elevadíssimas taxas, por sua vez, implicam transferência do excedente para o capital bancário e para os rentistas, tornando inviável a retomada dos investimentos produtivos. A economia tende, assim, a manter-se em "recessão crônica", definido este fenômeno por baixas taxas de crescimento, baixas taxas de lucros no setor produtivo (altas no especulativo) e pela manutenção do desemprego em níveis altos mas estabilizados. Para contrabalançar parcialmente essa situação o Estado é levado a procurar sustentar compensatoriamente a taxa de lucro de alguns setores através de subsídios, realimentando o déficit orçamentário. O círculo se fecha.

A outra origem do círculo vicioso é o endividamento externo, que, na ausência de controles quantitativos e seletivos de importação efetivos e de uma política industrial de exportação compatível com nossos recursos, impõe a redução a longo prazo na taxa de crescimento e também a manutenção do desemprego.

Se tivéssemos em 1979 e 1980 sabido assegurar mais autonomia à nossa política econômica, não teríamos sido obrigados

em 1981 a realizar uma política econômica ortodoxa ditada pelos banqueiros internacionais, que, afinal, retardou nosso crescimento, acumulou desemprego e não resolveu esse círculo vicioso básico. Não cabe, entretanto, discutir aqui a política econômica administrativa alternativa que poderia ter sido realizada em lugar da recessão generalizada, se o governo tivesse conseguido manter maior autonomia externa e maior legitimidade interna.

Cabe, entretando, assinalar, especialmente agora que o governo, através da aprovação do orçamento monetário para 1982, revela a clara disposição de afinal afrouxar os controles monetários da economia, que essa política recessiva praticada até aqui foi mal conduzida porque provocou a recessão sem sequer encaminhar o problema do desequilíbrio orçamentário global do Estado.

Isto aconteceu porque o governo, uma vez tendo optado pela recessão, escolheu o caminho politicamente mais fácil: a recessão monetária em vez da recessão fiscal. Conforme observou apropriadamente Mário Henrique Simonsen, a grande diferença entre a recessão de 1965 e a de 1981 está no fato de que a primeira foi causada por medidas de ordem fiscal (aumento de carga tributária e diminuição de despesas do Estado), enquanto a segunda foi provocada por uma violenta e indiscriminada contenção monetária.

Em consequência, a recessão de 1965, orientada pelo ministro Octavio Gouvêa de Bulhões, quebrou o círculo vicioso originado no déficit fiscal, enquanto a recessão de 1981 manteve esse déficit praticamente intocado. Ficamos agora apenas com o prejuízo da recessão, sem seus benefícios. Por isso, a anunciada retomada da economia de 1982 será necessariamente modesta, não resolvendo o problema do desemprego. Continuaremos presos ao círculo vicioso que a política econômica atual perpetua.

(29/12)

Capítulo 6

1982 - A CRISE EXTERNA

Mentiras, medos e milagres em 1981

No final de 1980, quando a mudança da política econômica levou os economistas da oposição e os empresários a alertar contra uma recessão econômica, os ministros econômicos garantiram que tal não aconteceria, nem era o objetivo. Mas ao mesmo tempo continuaram a praticar uma política monetária deliberadamente recessionista. Quando a recessão se tornou definida (mas não evidente), a partir de abril, os ministros continuaram a negá-la. E os empresários atrelados ao governo aceitaram o diagnóstico (falar em recessão seria estar contra o governo . . .), ao mesmo tempo que continuavam a condenar uma “eventual” recessão.

Quando, por volta de agosto, a recessão se tornou absolutamente evidente, com a produção industrial despencando, os índices de desemprego alcançando taxas socialmente dramáticas, as vendas varejistas caindo sistematicamente, todos (menos o próprio governo) aceitaram que estávamos diante da mais grave recessão da história industrial deste país. Os economistas ortodoxos trataram, então, de justificá-la em termos de benefícios que estaria trazendo para a queda da taxa de inflação e para o saldo da balança comercial. E os empresários, que tanto falavam contra a recessão, esqueceram seus argumentos (falar contra a recessão seria estar contra o governo . . .). Preferiam passar a falar nas perspectivas de recuperação da economia. Os ministros, entretanto, continuavam recusando-se a falar em re-

cessão, embora admitissem um “desaquecimento setorial” . . . E repetiam juras de que seu único objetivo era garantir o desenvolvimento do País, os lucros dos capitalistas e o emprego (e os salários!) dos trabalhadores.

Vivemos assim o ano de 1981, em um clima de mentiras reiteradamente afirmadas por uns e medrosamente aceitas por outros.

Apenas os economistas da oposição (além dos próprios números) continuavam a afirmar que a recessão estava em marcha. Estava claro para eles que a política econômica era incompetente e que havia alternativas de política econômica capazes de evitar a recessão generalizada que estava acontecendo. Aperto de cintos e sacrifícios setoriais seriam inevitáveis, já que a crise econômica brasileira tem caráter distributivo, a produção sendo menor do que a renda. Mas nada justificava a recessão generalizada e indiscriminada desencadeada em 1981.

Nesse sentido, enquanto o governo insistia em uma política estritamente monetária de combate à inflação, ia tornando-se cada vez mais claro que a causa imediata da crise econômica no plano interno era essencialmente fiscal, já que o impasse distributivo desembocava no déficit do orçamento global do Estado.

Estávamos nesse ponto da história (ou estória?), toda a Nação preocupada em saber como sair da recessão e voltar a crescer, quando, de repente, descobrimos que todos os nossos problemas estavam resolvidos. O milagre da multiplicação dos peixes afinal se repetia. O ministro Ernane Galvêas corrigia antecipadamente os erros que a Fundação Getúlio Vargas cometera no cálculo do crescimento do PIB (seus cálculos serão concluídos e divulgados em fevereiro) e, através da criativa análise de ponderações, índices de preço e taxa de crescimento setoriais, descobria que o Produto Interno Bruto brasileiro afinal crescera 3,1% em 1981.

Viva! Podemos todos ir para a praia ou para novas pescarias. Enquanto isso a Fundação Getúlio Vargas continuará a realizar seus cálculos com a seriedade que falta ao governo. E quando voltarmos das férias milagrosas nos defrontaremos com a dura realidade da crise e da incompetência, do medo e da mentira. (12/01)

Crise fiscal e tributação

A crise econômica brasileira é uma crise distributiva que se reflete em uma crise fiscal e em uma crise financeira. Crise dis-

tributiva significa que as expectativas em termos de renda de capitalistas, classes médias tecnoburocráticas e trabalhadores são maiores do que a produção. A partir de 1974 a economia entrou em fase de desaceleração cíclica, devido à superacumulação de capital ocorrida no período anterior e ao primeiro choque do petróleo. A partir daquele momento os rendimentos deviam reduzir-se relativamente. A inconformidade com essa redução relativa do excedente e, conseqüentemente, dos lucros, ordenados e salários levou à crise distributiva.

A crise distributiva “se resolve” (e se agrava) através da crise fiscal e da crise financeira. Para evitar a redução relativa de seus rendimentos as classes pressionam o Estado, que, através da sua política econômica (a) propicia o endividamento externo e (b) aumenta suas despesas e subsídios, entrando em déficit que irá definir a crise fiscal. Este déficit orçamentário do Estado, na medida em que é coberto por endividamento interno, agrava a crise financeira; a alternativa é a emissão de moeda, com efeitos imediatamente inflacionários.

Para enfrentar a crise financeira e a crise fiscal, o Estado decide, então, cortar suas próprias despesas e o volume de crédito (e de moeda). Como é mais fácil do ponto de vista político reduzir a quantidade de moeda, esta alternativa foi privilegiada a partir de meados de 1980, ao mesmo tempo que se aumentava o endividamento interno de forma explosiva. O resultado foi a recessão. Uma recessão gravíssima, na qual estamos ainda imersos, mas que manteve a crise financeira e a crise fiscal intactas, na medida em que não logrou nem longinquamente resolver o desequilíbrio orçamentário.

A alternativa seria, de um lado, reduzir despesas e subsídios e, de outro, aumentar os impostos. Sobre a redução das despesas do Estado fala-se muito, mas o raio de manobra do governo é pequeno. O único setor onde se poderia reduzir gastos de maneira efetiva seria na faixa dos subsídios creditícios, mas o governo revelou claramente não ter coragem política para tanto ao não seguir a própria opinião dos seus técnicos a respeito no final de 1981.

Quanto ao aumento dos impostos muito há por fazer, mas novamente é preciso uma legitimidade e uma coragem política que o governo não possui.

É claro que existe uma campanha sistemática por parte das classes dominantes afirmando que a carga tributária no Brasil é muito elevada. Não é verdade. Nossa carga tributária é

baixa de acordo com padrões internacionais. Ela só é pesada para as classes médias assalariadas, sobre as quais pesa principalmente o Imposto de Renda, e certamente para os trabalhadores, devido à importância dos impostos indiretos. Mas para os capitalistas, beneficiados inclusive por um sem-número de isenções e incentivos, ela é leve.

Falou-se muito no início deste governo em tributar ganhos de capital e heranças, mas isto já colaborou para a queda de um ministro. E agora um competente assessor do ministro do Planejamento, especializado em finanças públicas, acaba de se desligar porque declarou à imprensa que o governo estudava a tributação de ganhos de capital.

Sem dúvida não é a melhor hora para se falar em aumentar impostos quando estamos em plena recessão. A carga tributária fica inclusive relativamente muito mais pesada nessas ocasiões, dada a queda da taxa de lucro. Mas não há dúvida de que a necessária recuperação da economia deverá ser acompanhada de aumento de impostos – aumento este que pesará muito menos dado o crescimento da taxa de lucros. Caso contrário, jamais encontraremos a solução da crise fiscal, que está no centro da crise brasileira. (19/01)

A troca dos parvos

O recrudescimento da taxa de inflação nestes primeiros três meses do ano é uma demonstração cabal da inadequação da política monetarista colocada em vigor no Brasil no final de 1980. De janeiro a março de 1982 a inflação acumulada foi de 21,8%, diante de 24,1% em igual período do ano anterior. Anualizando-se este resultado, ou seja, projetando-se a inflação destes três meses para o ano, temos 120,1% de inflação. Definitivamente, um resultado lamentável.

Mas é especialmente lamentável se a pequena redução na taxa de inflação for comparada com a grave recessão que atingiu este país em 1981. Pela primeira vez desde 1929 tivemos uma taxa de crescimento da renda nacional negativa: pelo menos 3,7%. Se um crescimento razoável para períodos de crise for 3,5% (cerca da metade da taxa média de crescimento dos últimos trinta anos), a perda para o País foi de pelo menos 7%.

Sem dúvida, em economia, mais do que em qualquer outra área, é preciso pensar em termos de trocas, de *trade-offs*. Nada é gratuito neste mundo e geralmente é preciso sacrificar alguma coisa para se obter outra.

Mas a troca que os economistas governamentais propuseram ao País – recessão em troca de redução da taxa de inflação (e equilíbrio da balança comercial) – não parece ter sido das mais razoáveis. Em uma troca é preciso perder de um lado para ganhar do outro. No caso da troca de recessão por queda na taxa de inflação, se admitirmos que através de um efetivo controle seletivo de importações estas poderiam ser reduzidas, fica óbvio que apenas perdemos: fizemos a clássica troca dos parvos.

Esse resultado já estava previsto por quem conhece o caráter oligopolista e cartelizado das economias modernas. A inflação só sofreu uma queda razoável no último trimestre de 1981 graças à existência de um setor competitivo, principalmente a agricultura, que suportou o principal ônus da política monetarista. Enquanto os setores oligopolistas aumentavam seus preços muito mais do que a inflação, os setores competitivos, formados por pequenas e médias empresas inclusive agrícolas, eram obrigados a aumentar muito menos seus preços.

Agora tudo indica que esses setores competitivos, que sofreram uma grande perda em termos de preços, estão procurando elevar seus preços e recompor suas margens como condição de sobrevivência. Com base nos dados do primeiro bimestre do ano devidamente atualizados, verificamos que alguns setores competitivos como os tecidos e vestuários e a indústria metalúrgica tiveram grandes crescimentos de preços (142 e 134% respectivamente), enquanto setores oligopolizados como veículos e eletrodomésticos apresentavam crescimentos menores (77 e 40% respectivamente).

Não pretendo com isso dizer que uma recessão não possa liquidar com a inflação. É claro que pode. Mas em uma economia como a brasileira, que além de cartelizada é amplamente indexada, a eficiência desse remédio é muito pequena. É preciso uma recessão muito forte e muito prolongada, ou seja, uma depressão, para que as margens de lucro e os preços caiam.

Resta saber agora se da recessão iremos para a depressão. Tudo indica que afinal chegamos ao fundo do poço. Há sinais de que a economia começa a se recuperar graças a seu próprio dinamismo. Mas se essa recuperação for obstada em nome novamente do combate à inflação, entraremos em depressão.

Já fizemos uma troca dos parvos, não é o caso de fazer outra: perdermos muito em troca de muito pouco. Mas para evitar isso é preciso encontrar novas formas de combater a inflação e

equilibrar a balança comercial compatíveis com a necessária retomada do crescimento econômico. Essas formas existem. Infelizmente, entretanto, não parece que os economistas oficiais e aqueles empresários que lhes dão obediente apoio tenham capacidade ou condições políticas para formulá-las e pô-las em prática. (06/04)

Política industrial e de exportação

Uma política industrial hoje no Brasil, ao contrário do que ocorria há trinta anos, só pode ser uma política de exportação. Não obstante, ainda que fale vagamente em prioridade às exportações, à agricultura e à substituição de petróleo, na verdade o governo limita-se a embarcar em uma suicida política monetarista que leva o País à recessão, não resolve a crise fiscal (porque o déficit do orçamento federal continua imenso) nem abre perspectivas de solução para o futuro.

Ora, as perspectivas para o futuro no Brasil dependem fundamentalmente do êxito de nossas exportações de manufaturados. Quando, no início dos anos 50, se definiu pela primeira vez uma política industrial no Brasil, a prioridade era a substituição de importações, não as exportações. Estávamos certos então. Havia uma reserva de mercado e uma reserva de mão-de-obra a serem aproveitadas pela indústria nacional, independentemente do fato de que os custos internos fossem superiores aos externos. Bastava proteger tarifariamente a indústria local. O problema econômico fundamental não estava na eficiência da produção, mas no aproveitamento do mercado interno existente e na utilização da força de trabalho desempregada ou subempregada.

Trinta anos depois, a situação é completamente diversa. Uma política industrial no Brasil terá de ser necessariamente uma política de exportação.

Essa política industrial deverá privilegiar aquelas indústrias que têm potencial exportador (porque aproveitam nossas vantagens comparativas) ao mesmo tempo que garantem que caminhemos para o pleno desenvolvimento tecnológico.

Essas indústrias já estão instaladas no Brasil. São, entre outras, a indústria de bens de capital (principalmente sob encomenda), cuja impressionante 14ª Feira de Mecânica Nacional acaba de encerrar-se no Anhembi; a indústria eletrônica, que está tendo um desenvolvimento extraordinário nos anos recentes; a indústria aeronáutica (a Embraer acaba de produzir –

e exportar – o 400º Bandeirante). Ou seja, são indústrias trabalho-intensivas, mas tecnologicamente sofisticadas.

São essas as indústrias sobre as quais se deveria concentrar a política industrial e de exportação do Brasil. A política industrial teria como objetivo facilitar que essas indústrias alcançassem a eficiência produtiva e, portanto, a competitividade internacional necessária para exportar muito mais do que já exportam.

Existe uma falsa crença na correlação direta entre tecnologia sofisticada e capital-intensividade, tecnologia simples e trabalho-intensividade. Aquelas indústrias trabalho-intensivas e tecnologicamente de ponta são uma prova do erro dessa visão. E apontam o caminho para que possamos resolver o nosso estrangulamento externo e voltar a crescer.

Não há dúvida de que uma política industrial e de exportação desse tipo enfrenta muitos obstáculos. Há um crescente protecionismo em todo o mundo, e os países importadores do Brasil nos pressionam devido aos nossos subsídios à exportação. Mas não há política econômica que não tenha de vencer dificuldades.

O importante é que já estamos exportando fortemente manufaturados e já dispomos dos ativos básicos para levar adiante uma política de médio prazo nesse sentido. Temos mão-de-obra de boa qualidade, temos engenheiros, empresas e instituições de pesquisa com capacidade de absorver e, em seguida, elaborar a tecnologia estrangeira. O que está faltando é visão do futuro e capacidade de enfrentar os problemas com determinação.
(27/04)

Violência monetária contra o mercado

A crise da economia mundial tem uma causa em comum com a crise da economia brasileira: a incapacidade dos formuladores de política econômica de compreender as mudanças estruturais por que passaram as economias capitalistas no século XX. Em consequência, insistem em uma terapêutica monetarista conservadora, que seria válida para o capitalismo competitivo, mas absolutamente inadequada para o capitalismo monopolista tecnoburocrático que caracteriza as formações sociais contemporâneas.

O paradoxal do processo todo, entretanto, está no fato de que essa terapêutica, baseada fundamentalmente no controle rígido da oferta de moeda e na elevação deliberada da taxa de ju-

ros, consiste em uma violência ao mercado – esse mesmo mercado que os economistas e banqueiros conservadores, aqui e lá, pretendem seja capaz de controlar automaticamente a economia, simplesmente através do funcionamento da lei da oferta e da procura.

A crise da economia mundial é gravíssima. A última previsão da OCDE para os 24 países desenvolvidos que a compõem é de que o crescimento médio do PNB em 1982 será de 0,25%. Há seis meses, esperava-se 2%. Em 1981, o crescimento desses países foi de apenas 1,2%. A crise financeira é generalizada. Segundo o Banco de Amsterdã-Roterdã, 26 países estão com seus pagamentos em atraso. Os índices de endividamento são altíssimos. Os Estados Unidos perderam o controle da economia mundial desde o início dos anos 70. A ameaça de uma bancarrota geral é cada vez mais grave.

É claro que essa crise tem causas estruturais, relacionadas com a dinâmica dos ciclos longos (de aproximadamente cinquenta anos). Depois da grande expansão do pós-guerra, era natural uma desaceleração.

Mas essa desaceleração está sendo agravada pela política econômica monetarista. A grande expansão do pós-guerra foi realizada sob a orientação de políticas econômicas keynesianas. Quando essas políticas, baseadas na administração da demanda agregada, começaram a apresentar dificuldades, revelando-se incapazes de controlar perfeitamente a inflação e de equilibrar os balanços de pagamentos, essas políticas entraram em descrédito. A maior acusação contra elas foi a de recorrerem ao mecanismo de *stop and go*, de travar e acelerar a economia alternadamente.

Mas, em vez de perceberem que esse mau funcionamento das políticas keynesianas era derivado da crescente oligopolização da economia, que impedia o funcionamento das leis do mercado e exigia uma política administrativa adicional de controle de preços, salário, juros e câmbio, para ajustá-los a seus valores de mercado, banqueiros e economistas conservadores decidiram que o problema estava na incapacidade dos governos de manter uma política recessiva, de *stop*, por tempo suficiente. Em consequência, há mais de dois anos começou nos Estados Unidos, e há mais de um ano no Brasil, uma política recessiva de longa duração.

Essa política de restrição monetária a longo prazo, quando a economia já se encontra em recessão, mantém as taxas de ju-

ros elevadas artificialmente e, assim, impede a retomada da economia. Em um mundo em que sobra dinheiro, devido à necessidade de reciclagem dos petrodólares, a taxa de juros nunca foi mais alta. Realmente, estamos diante de uma violência contra as leis do mercado, realizada pelos seus mais fiéis defensores. Os responsáveis são economistas e banqueiros de visão curta. A vítima é a economia mundial, ameaçada pela depressão. E é claro que nós, no Brasil, estamos nesse mesmo barco. Temos os algozes locais e somos a própria vítima. (18/05)

Ideologia do mercado e política econômica

Durante o ano de 1981, os empresários brasileiros permaneceram inermes diante da ortodoxia monetarista recessiva praticada pelo governo em matéria de política econômica. Em consequência, tivemos a mais grave recessão da história industrial do País.

Sem dúvida, houve manifestações contra a recessão. No começo de 1981, os empresários davam entrevistas e entrevistas jurando ser contra a recessão, ao mesmo tempo que se recusavam a ver que o governo, sob pressão dos banqueiros internacionais, praticava uma política econômica deliberadamente recessiva. Quando, a partir de abril, se foi tornando evidente a recessão, o jogo mudou: governo e empresários, estes com algumas raras exceções, passaram a negar que houvesse recessão. Em torno de julho, entretanto, a recessão estava tão clara que o governo se calou e os empresários passaram a justificar a situação do mercado e a falar na inevitabilidade da recessão para resolver os problemas da inflação e do balanço de pagamentos.

Essa passividade dos empresários diante de uma política claramente danosa aos interesses do País explica-se por uma série de fatores.

Uma causa geralmente lembrada é a dependência e subordinação dos empresários ao governo. Em nome do liberalismo, eles podem falar contra uma entidade relativamente abstrata como o Estado (o próprio governo, cúpula dirigente do Estado, também o faz), mas arrepiam-se diante da mera idéia de criticar o governo. Essa causa é verdadeira, mas não é a principal. Já existem muitos empresários com autonomia para criticar o governo.

Uma segunda causa tem caráter conjuntural. Durante o ano de 1980 foi praticada no Brasil uma política expansionista

oposta às recomendações recessivas da ortodoxia conservadora. Essa política foi desastrosa sob todos os pontos de vista e desmoralizou as soluções administrativas, baseadas não apenas no controle indiscriminado da moeda mas também no controle seletivo das despesas do Estado, no controle seletivo das importações, no controle administrativo dos preços das mercadorias, da taxa de juros, da taxa de câmbio e da taxa de salários (os quatro preços de qualquer economia). É claro que o fracasso da política resultou dos erros cometidos, e não da inviabilidade de uma política administrativa. Mas isso não foi percebido pelos empresários.

Essa incapacidade dos empresários de perceber que a política econômica de 1980 falhou devido a erros clamorosos, e não porque uma política econômica administrativa é incapaz de resolver os problemas do País, nos conduz à terceira e fundamental causa para a passividade dos empresários diante da ortodoxia conservadora monetarista: esse tipo de política econômica, embora rigorosamente ineficiente, é o único plenamente compatível com a ideologia burguesa do liberalismo econômico.

Há mais de cem anos foi detectado o caráter ideológico e anticientífico da teoria econômica liberal; há quase cinquenta anos, Keynes demonstrou a impossibilidade de o mercado controlar a economia automaticamente. Mas a ortodoxia neoclássica, que prega a recessão (e o “livre funcionamento das forças do mercado”) para resolver as crises, acaba sempre renascendo das cinzas, exatamente porque o mercado, a lei da oferta e da procura e o sistema de preços, muito mais do que simples instituições econômicas, são um sistema de crenças, representam o próprio cerne da ideologia burguesa, são a base da sua legitimidade política. A afirmação sistemática de que só uma economia de mercado é compatível com a democracia é a melhor ilustração desse fato.

Dessa posição ideológica fundamental, que atinge tanto os empresários locais quanto multinacionais, para a adoção de políticas econômicas monetaristas é um passo quase automático. Não importa que, diante da oligopolização da economia, os resultados dessas políticas sejam cada vez mais negativos, como ficou demonstrado recentemente, de um lado, no Chile de Pinochet e na Argentina de Videla e, de outro, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan e Volcker. Os empresários e seus economistas simplesmente não vêem outra alternativa. Não percebem que uma política econômica de curto prazo

basicamente keynesiana, somada a uma administração cuidadosa (para evitar distorções, violências à lei do valor) dos quatro preços fundamentais do sistema econômico e a uma estratégia de planejamento econômico a médio prazo, poderá ter resultados muito superiores aos das políticas econômicas monetaristas.

Trata-se, obviamente, de uma cegueira ideológica que está custando caro ao País e aos próprios empresários. Não é recusando compreender a natureza do capitalismo monopolista e tecnoburocrático dos nossos dias que o Brasil será capaz de retomar o desenvolvimento nos quadros de uma verdadeira democracia. (*Senhor*, nº 66, 23/06)

O momento para renegociar a dívida

A renegociação da dívida externa brasileira só ocorrerá quando começar a se constituir uma espécie de consenso entre credores e devedores a respeito da necessidade ou inevitabilidade dessa renegociação. Ora, tudo indica que esse relativo consenso está começando a se estabelecer. É possível, portanto, prever que o Brasil, dentro de um prazo relativamente curto, deverá promover ou solicitar o reescalonamento dos seus débitos.

Nesse processo, entretanto, a escolha do momento exato é fundamental. Se o Brasil se antecipar à tomada de consciência por parte dos banqueiros internacionais da inevitabilidade da renegociação, esta assumirá o caráter de uma declaração de moratória. Será, portanto, uma medida de caráter unilateral, que provocará violenta reação dos nossos credores e graves problemas para a economia brasileira. Veremos paralisada parte considerável de nossas importações, e nossas exportações enfrentarão graves prejuízos. Em contrapartida, se deixarmos o barco correr até o momento em que a situação de insolvência ou de ruptura de caixa se caracterize, serão os nossos credores que ditarão touas as condições da renegociação. Os prejuízos para o Brasil serão incalculáveis.

Dada a paralisação do Estado, cuja política econômica há muito se tornou mero fruto das pressões e contrapressões internas e externas, o mais provável é que ocorra a última alternativa. O problema não é de mera incompetência das autoridades econômicas. Competência ou incompetência em matéria de política econômica é algo muito relativo. A administração de nossa dívida externa tem sido particularmente ineficiente, na medida em que reduziu nossas reservas para níveis relativos muito baixos. Mas o problema fundamental está na falta de possibilidade

de agir, dadas as restrições econômicas e políticas impostas pela crise atual.

Caso, entretanto, seja possível vencer essa inércia, a solução ideal é propor a renegociação um pouco antes de esta se tornar uma imposição do próprio sistema financeiro internacional. Ora, tudo indica que estamos muito próximos ou já chegamos a esse momento.

De fato, no Brasil já começa a se formar um consenso sobre a inevitabilidade da renegociação. Uma tese que há pouco era considerada radical, agora está sendo adotada por grande parte do "stablishment" brasileiro. E é possível que para os próprios banqueiros internacionais seja melhor uma atitude firme do Brasil do que deixar a situação continuar a deteriorar-se.

Renegociar significará fundamentalmente reescalonar a dívida. É tolice pensar em redução na taxa de juros. Isto só acontece em caso de quebra nacional, como ocorreu com a Polônia, quando não restava outra alternativa aos credores.

É importante, entretanto, lembrar que a renegociação da dívida é desejável, especialmente na medida em que o Brasil recupere a autonomia de sua política econômica, hoje atrelada à dívida externa. Mas nesse momento não é possível deixar de fazer uma pergunta: autonomia para quê? Autonomia só vale a pena quando se souber o que fazer com ela. Ora, definitivamente não é este o caso, seja em relação ao governo, seja em relação aos empresários que ainda o apóiam. A crise paralisou todos.

Em qualquer hipótese é preciso ficar claro que a renegociação da dívida não é nenhuma panacéia. O máximo que conseguiremos é reescalonar a dívida e ganhar um pouco mais de poder de manobra sem pagar maiores juros. Em última análise, só vale a pena tomarmos a iniciativa de solicitar a renegociação para que nossos credores não o façam por nós. (*Gazeta Mercantil*, 05/08)

A nacionalização dos bancos mexicanos

A nacionalização do sistema bancário mexicano é mais uma demonstração da necessidade de controles rígidos sobre o sistema financeiro de cada país no mundo monetariamente perturbado em que vivemos. Conduzir a política econômica de um país de forma razoavelmente segura, sem o firme controle de taxa de câmbio, da quantidade de moeda e da taxa de juros é completa insanidade.

Ora, no México o que vinha ocorrendo era exatamente um radical descontrole do sistema financeiro. Ao contrário do que acontece no Brasil, onde o Banco Central mantém um controle cerrado das instituições financeiras, no México estas gozavam de grande liberdade, nos quadros de uma política econômica liberal clássica. Os bancos podiam inclusive receber depósitos em dólares. Não havia efetivo controle nem da taxa de juros nem da taxa de câmbio.

Esta foi-se tornando cada vez mais valorizada, já que a taxa de inflação interna era maior do que a externa, enquanto a taxa de câmbio se mantinha fixa. Esta política era viável graças às exportações de petróleo, mas liquidou as demais exportações mexicanas.

A partir desse erro básico de política econômica, somado a um grande endividamento externo baseado em uma previsão de que o preço do petróleo continuaria a subir, desencadeou-se a crise.

Diante da impossibilidade de pagar seus compromissos, o governo mexicano solicitou a renegociação da dívida ao mesmo tempo que tomava medidas de emergência para controlar o sistema financeiro interno. É claro, entretanto, que estas medidas não devem ter funcionado. Não é de uma hora para outra que se tomam medidas de controle efetivo do sistema financeiro de um país. No Brasil, esse processo já vem ocorrendo há muitos anos, com o apoio do grande aparelho administrativo do Banco Central, e mesmo assim é deficiente.

Diante do provável fracasso das medidas de curto prazo para controlar o sistema bancário, o governo mexicano decidiu pelo extremo: nacionalizou os bancos. Foi de oito para oitenta. Foi a maneira que encontrou para tentar controlar o sistema.

É claro que podem ter concorrido para essa decisão motivos de ordem política. O governo mexicano pode também ter pretendido dar uma satisfação a seus cidadãos. Mas é preciso lembrar que esse governo é politicamente forte e que as eleições foram realizadas naquele país há pouco sem maiores problemas para o Partido Revolucionário Institucional.

Esse tipo de explicação é atrativo para os neoliberais ou monetaristas, que procurarão enganar-se a si mesmos com ela. Será difícil para eles admitir que foi a falta de controle sobre o sistema financeiro interno, em um momento de crise, quando esse controle se tornou essencial, que levou o governo mexicano a nacionalizar os bancos.

Na verdade, em relação ao Brasil, não deixa de ser paradoxal que a maior garantia que esses neoliberais têm, de que também os bancos daqui não serão nacionalizados em uma crise, reside no fato de que os controles que o Estado exerce sobre o sistema já são grandes e razoavelmente efetivos. Esta é provavelmente a maior lição da nacionalização dos bancos mexicanos. (02/09)

A provável inevitabilidade da renegociação

Há poucas dúvidas de que o Brasil caminha para a renegociação da sua dívida externa. Renegociaremos, entretanto, nas piores condições, sem possibilidade de estabelecer os termos básicos do reescalonamento da dívida.

As recentes medidas tomadas pelo governo, principalmente a elevação do depósito compulsório de 35 para 45%, imediatamente em seguida à reunião do Fundo Monetário Internacional, são uma tentativa de aplacar os banqueiros internacionais e evitar a medida. O governo brasileiro, incapaz de definir uma política econômica alternativa, aprofunda sua política recessiva de ajustamento do balanço de pagamentos, subordinando-se inteiramente aos banqueiros internacionais. O presidente do Banco Central foi meridianamente claro quando declarou: "A elevação do compulsório é uma medida para quebrar as expectativas inflacionárias e dar sinal à comunidade internacional de que o Brasil está disposto a adotar uma política de austeridade para solucionar seus problemas de balanço de pagamentos". Entretanto, apesar dessas medidas, é pouco provável que o Brasil possa evitar um pedido de renegociação. A dificuldade que o País está encontrando neste ano para fechar seu balanço de pagamentos é muito grande. Por outro lado, nossas necessidades de dólares só tenderão a aumentar nos próximos anos, dado o grande déficit em transações correntes que os serviços e os juros nos impõem.

Por que então ouvimos insistentemente declarações contra a renegociação, quando ela se vai tornando cada vez mais inevitável? Isto acontece porque os entrevistados são geralmente banqueiros internacionais, banqueiros nacionais e membros do governo. Ora, só em último caso essas pessoas farão declarações a favor da renegociação, ainda que estejam percebendo sua inevitabilidade: os banqueiros internacionais, porque querem continuar recebendo pontualmente seus créditos; os banqueiros

nacionais, porque precisam renovar e aumentar seus débitos; e o governo, porque, mesmo que esteja planejando solicitar a renegociação, só poderá declará-lo no momento da decisão, jamais antes.

Quem poderia prever e eventualmente sugerir a renegociação são os analistas independentes. O objetivo não seria deixar de pagar a dívida, mas simplesmente providenciar a renegociação em um momento ainda relativamente favorável para o País, no qual suas reservas não estivessem ainda esgotadas. É isto que os economistas da oposição vêm fazendo a tempo. Mas é isto que outros economistas que também seriam independentes se recusam a perceber. Revelam assim uma miopia congênita que os impede de perceber o que está ocorrendo. Em vez de usar seus instrumentos de análise econômica para avaliar quais as possibilidades reais que o Brasil tem de não ser obrigado a renegociar a dívida, e assim orientar as ações do governo, preocupam-se em “demonstrar” as conseqüências catastróficas de uma renegociação.

Não há dúvida de que renegociar a dívida em situação de ruptura de caixa será o pior que nos poderá acontecer. O melhor seria continuarmos a girar a nossa dívida, sem ao mesmo tempo nos subordinarmos a políticas recessivas dos banqueiros internacionais. Entretanto, como tudo indica que essa alternativa não é viável, a outra alternativa é a de (1) definirmos uma política econômica austera, que assegure equilíbrio da balança comercial através de medidas de controle administrativo das importações e de recessão setorial em vez de recessão generalizada (já que só faz sentido recessão para os setores com alto coeficiente de importações); e ao mesmo tempo (2) darmos uma demonstração de força (e não de fraqueza, como estamos fazendo), exigindo da comunidade financeira internacional o reescalonamento da dívida e garantias de que continuaremos a ter os recursos necessários para manter a economia brasileira funcionando.

O importante, no momento, para os economistas e empresários independentes é fazer uma avaliação objetiva das tendências do endividamento externo brasileiro e do sistema financeiro internacional. Se o endividamento só tende a aumentar e se o sistema financeiro internacional, amedrontado pelas recentes quebras, só tende a se fechar, não resta outra alternativa para o Brasil senão tomar providências em tempo hábil para minimizar seus prejuízos. O único problema é saber se há ainda tempo para isso. (*Gazeta Mercantil*, 01/10)

Duas formas de renegociação

Há duas formas de renegociação da dívida externa: ou renegociamos nos nossos termos, ou renegociamos nos termos determinados por nossos credores. Em uma lamentável demonstração de incompetência e timidez – não obstante a altivez do discurso do presidente Figueiredo na ONU –, nossas autoridades monetárias optaram há tempo pela segunda alternativa.

Para os economistas da oposição, renegociar a dívida significa uma medida preventiva de caráter unilateral: a partir do diagnóstico de que caminhávamos inapelavelmente para a insolvência internacional, economistas como Maria Conceição Tavares afirmaram, pelo menos desde 1977, que deveríamos unilateralmente assumir a iniciativa da renegociação da dívida, reescalando nossos vencimentos. Com essa medida, arriscada mas viável, o objetivo era ganharmos graus de liberdade para realizarmos uma política econômica austera mas não recessiva, que mantivesse o nível de emprego no País.

Os economistas do governo e os banqueiros locais sempre recusaram essa alternativa. Intimidados, queriam continuar a rolar a dívida, como se isso fosse possível eternamente. Ora, dados (1) o alto nível de nosso endividamento, (2) a elevação das taxas de juros em 1979 e (3) a contínua deterioração de nossas relações de troca desde 1977, há muito ficara claro que isso não seria possível.

Para girar a dívida, o governo, apoiado nos banqueiros locais e em alguns líderes industriais irresponsáveis, passou, a partir do final de 1980, a realizar uma política recessiva ortodoxa ou monetarista, baseada em altos juros e cortes de investimentos públicos. Começava assim a renegociação da dívida nos termos dos nossos credores. Agora, quando nossas reservas internacionais praticamente se esgotaram, o governo ensaia medidas ainda mais drásticas de recessão econômica generalizada para obter a confiança dos banqueiros internacionais. Estamos, portanto, em pleno processo de renegociação perversa de nossa dívida.

A quebra de caixa do Brasil ainda não aconteceu – e talvez não aconteça – porque o sistema financeiro internacional também depende desesperadamente de que continuemos a pagar normalmente nossos débitos. Mas – com ou sem quebra de caixa – é difícil imaginar perspectivas piores para a economia brasileira em 1983 com as medidas de recessão generalizada, com as quais o governo nos ameaça. Já estamos há dois anos em recessão. A recuperação do início deste ano foi fugaz e já se

esgotou. Como era esperado, a recessão nada resolveu. Apenas criou desemprego, levou empresas à falência e atrasou a absorção de tecnologia moderna por nossa indústria. E, no entanto, o governo insiste obsessivamente em medidas ainda mais recessivas. Na Argentina, o chefe da delegação do FMI teve um acesso de bom senso e acaba de afirmar que naquele país mais recessão nada resolverá. Nós, entretanto, ainda não estamos satisfeitos.

É claro que nossas autoridades econômicas e os empresários e economistas que a elas se subordinam apresentam essa política econômica como “a única alternativa diante da crise internacional”. Não vou repetir que esse é o raciocínio dos tímidos e dos fracos. Que são possíveis medidas austeras (porque da austeridade e dos sacrifícios não podemos escapar) mas não recessivas. Pelo menos que não sejam recessivas em relação às atividades que não dependem de importações.

É inútil insistir em que não faz sentido algum penalizar as atividades com baixo coeficiente de importações através de medidas recessivas generalizadas. E já não adianta mais falar em renegociação da dívida nos nossos termos, porque agora provavelmente já é tarde. Só faz sentido tomar a iniciativa da renegociação da dívida com caixa alta, e nossas reservas, até de petróleo, estão esgotando-se.

Resta-nos, portanto, aguardar os acontecimentos e ver a crise aprofundar-se. Além de uma crise econômica e financeira, será a crise do medo e da irresponsabilidade social. (05/10)

As condições para o acordo com o FMI

Estamos finalmente, e oficialmente, renegociando nossa dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já há alguns anos – pelo menos desde 1979 – ficara claro que a renegociação de nossa dívida externa seria inevitável. A expectativa de girar a dívida indefinidamente deixara de ser realista devido ao caráter autônomo do nosso próprio endividamento, que, dado seu alto nível, tendia a crescer em ritmo de bola de neve. Em 1979, no entanto, o segundo choque do petróleo, acompanhado de grave deterioração de nossas relações de troca, e a elevação das taxas de juros internacionais tornaram a inevitabilidade da renegociação ainda mais clara.

Naquela época tínhamos condições de negociar de caixa alta. Não o fizemos, entretanto, por timidez ou por imprevidência. Em 1980 preferimos lançar-nos em uma aventura desenvol-

vimentista e em 1981 e 1982, recuperar o crédito perdido através de uma política econômica recessiva. Ambas as políticas, apesar de seus sinais contrários, só agravaram a situação. E agora, levados a um funil de falta de alternativas agravado pela crise de confiança provocada pela ruptura de caixa do México, recorreremos ao FMI.

Com nossas reservas liquidadas, é claro que nosso poder de barganha diminuiu. Mas assim mesmo é preciso que não subestimemos a nossa própria força e a força da sociedade brasileira. Afinal o Brasil é uma grande economia industrial, um parceiro importante dos países capitalistas centrais. E a própria dimensão da nossa dívida nos dá poder, na medida em que uma ruptura de caixa no Brasil teria graves conseqüências sobre as finanças dos nossos credores.

Os grandes bancos sabem disso, e por esse motivo estão servindo de intermediários do Brasil junto ao FMI. O presidente Reagan sabe disso, e em conseqüência está chegando ao Brasil. O aval do FMI é nesse momento essencial para que se restabeleça a confiança dos pequenos bancos e dos capitalistas privados internacionais. Apenas os grandes bancos, cujos ativos estão inclusive diminuindo devido à crise internacional, não têm condições de financiar a dívida brasileira sozinhos.

Espera-se que o FMI exija do Brasil a continuidade e talvez o agravamento da atual política recessiva. Diminuição dos subsídios agrícolas e das despesas estatais, visando ao mesmo tempo combater a inflação e reduzir as importações (via mais recessão), é a receita mais provável. Uma maxidesvalorização provavelmente está descartada, já que o Brasil conseguiu a prorrogação do crédito-prêmio de exportação de 11%, mas o aceleração das minidesvalorizações é inevitável.

Ora, no debate que se vai travar é importante que os negociadores (brasileiros e do FMI) tenham em mente duas coisas: primeiro, que a inflação não é o principal problema brasileiro, já que sabemos conviver com ela; segundo, que o atual desequilíbrio de nossas contas correntes (exceto juros) é transitório. Ele não é devido a uma taxa de câmbio gravemente distorcida, nem a um consumismo desenfreado das classes dominantes brasileiras (embora nessa área haja abusos). O déficit na balança comercial e de serviços é hoje devido principalmente à deterioração das relações de troca do Brasil, e, portanto, deve ser transitório.

Por isso, é necessário que utilizemos o poder de barganha que ainda nos resta para estabelecer condições razoáveis no acordo com o FMI. Continuar e agravar a atual política recessiva é um suicídio econômico, pois não resolverá os problemas do País. É preciso pensar em políticas alternativas, que restrinjam importações, mas evitem a recessão generalizada. Os obstáculos nesse sentido são muitos, inclusive o conservadorismo monetarista de ambos os lados, mas é preciso ficar claro que a sociedade brasileira não está disposta a aceitar nenhum tipo de acordo. (30/11).

Ineficiência da recessão e acordo com o FMI

O acordo que o Brasil e o FMI estão prestes a firmar, sob a égide do governo norte-americano e dos grandes bancos daquele país, deverá ter como consequência o aprofundamento da recessão em 1983, sem que os problemas financeiros do País sejam efetivamente resolvidos. Como não haverá o reescalamento da dívida, mas apenas o fornecimento de alguns fundos de emergência e um "aval" de valor muito relativo, é provável que em meados do próximo ano estejamos novamente às voltas com uma operação de salvação, semelhante à atual, não obstante as medidas indiscriminadamente recessivas que nos serão impostas.

Só não serão adotadas essas medidas – especialmente uma violenta redução do déficit público e o agravamento das presentes restrições monetárias – se os nossos negociadores e os do FMI afinal se aperceberem de que a política econômica ortodoxa recessiva não se aplica ao caso brasileiro.

Muito sumariamente, pode-se afirmar que a política de estabilização ortodoxa, de caráter recessivo, não se aplica ao Brasil pelas seguintes razões:

Primeiro, porque esse tipo de política foi formulado para resolver, primordialmente, problemas conjunturais de desequilíbrio na balança de transações correntes. Ora, além do desequilíbrio conjuntural na balança de transações correntes excluídos os juros, o Brasil enfrenta um gravíssimo problema de endividamento, cuja dimensão não estava prevista.

Segundo, a política ortodoxa impõe que os desequilíbrios existam em um ou outro país isolado, enquanto a crise atual é generalizada. É a fase de desaceleração de um ciclo econômico longo, que atinge todo o sistema capitalista e até o sistema estatal soviético.

Terceiro, essa política pressupõe que o desequilíbrio na balança comercial (que no Brasil não existe) e de transações correntes e que a inflação são causados por um excesso de demanda: por salários crescendo mais do que a produtividade e por despesas do Estado e investimento das empresas crescendo mais do que cresce o produto. Ora, o Brasil vive um processo de desaceleração econômica desde 1974 e um processo de recessão desde 1981. O desequilíbrio externo e a inflação hoje em curso no Brasil definitivamente não são decorrência de excesso de demanda, nem do déficit público ou das emissões de moeda. Estas simplesmente sancionam uma inflação em curso, que decorre do permanente repasse de custos para preços que as empresas praticam e a correção monetária oficializa.

Quarto, em um país como o Brasil, em que o coeficiente de importações (importações em relação à renda nacional, ou, mais especificamente, em relação ao PIB) é tão baixo – cerca de 9%, ou 5% excluído o petróleo –, a estratégia da política econômica ortodoxa de provocar recessão para baixar importações é extremamente ineficiente. Diferentemente dos pequenos países, onde o coeficiente de importações é alto, aqui é preciso uma redução muito grande da renda nacional para uma pequena redução das importações.

Quinto, a recessão é também uma forma extremamente ineficiente de combater a inflação no Brasil, dado o caráter oligopolizado e indexado da economia brasileira. A inflação só cai um pouco na recessão porque a diminuição de margens do setor competitivo acaba pesando mais do que a elevação perversa de margens das empresas do setor oligopolista, as quais, diante da diminuição de suas vendas, tendem a elevar suas margens de lucro de forma combinada.

Sexto, a política econômica recessiva ortodoxa geralmente vem acompanhada de liberalização de preços, desvalorização da moeda e reduções dos salários, a partir do pressuposto de que os preços relativos estão artificialmente distorcidos. Ora, no Brasil estas distorções, embora existentes, são pequenas e decorrem em grande parte da própria política recessiva já em marcha, como é o caso dos juros reais absolutamente insuportáveis. Talvez haja certa valorização do câmbio, mas muito moderada, não justificando alterações drásticas. Há também algumas distorções nos salários, provocadas inclusive por erros técnicos da atual lei salarial, mas seus três princípios básicos – semestralidade, redução do leque salarial e indexação mais aumento da produtividade – estão corretos.

Os pressupostos em que se baseia a política econômica ortodoxa de estabilização não se aplicam, portanto, à presente crise da economia brasileira. Este fato torna a utilização da terapêutica recessiva extraordinariamente custosa para o Brasil. É uma terapêutica que lembra a sangria dos antigos médicos. Não cura os males do paciente; ao contrário, agrava-os na medida em que reduz suas resistências. Poder-se-á alcançar, a curto prazo, uma certa redução na inflação e alguma queda nas importações. Mas, como os últimos dois anos de recessão já deixaram claro, os ganhos nesta área são mínimos, definitivamente não compensando os prejuízos.

Ora, os prejuízos são a curto, a médio e a longo prazo. A curto prazo, temos o desemprego, em um país onde não há auxílio-desemprego e a população cresce a 2,4% ao ano, enquanto nos países centrais onde essa política foi formulada há auxílio-desemprego e a população pouco cresce, quando não decresce; temos as falências e concordatas, em um país que mal começou a capitalizar-se.

A médio prazo, temos a redução de nossa capacidade de absorver tecnologia industrial e, em consequência, a perda de competitividade de nossas exportações, com graves prejuízos para o atual desequilíbrio externo que justamente é preciso sanar.

A médio e a longo prazo, temos a instabilidade social e a decadência econômica. Temos a desindustrialização do Brasil – sua argentinização.

Os negociadores brasileiros e do FMI, mas também os empresários, os economistas e a opinião pública brasileira, deverão considerar esses fatos antes de tomar medidas irrealistas.

Mas, se tudo isso for verdade, nem por isso deixa também de ser verdade que a economia brasileira se encontra em um estado de insolvência. O que fazer então?

Não cabe aqui formular uma receita alternativa para a saída da crise. Mas é preciso definir alguns de seus pontos básicos.

Primeiro, é preciso considerar que um saldo de 6,9 bilhões de dólares na balança comercial, como está sendo previsto, é um contra-senso. Em consequência, é preciso que o Brasil – e o FMI (por que não?) – use seu poder de barganha para conseguir mais fundos para o próximo ano, inclusive com a participação efetiva dos bancos centrais dos países credores. Na verdade, a

única renegociação que faz sentido hoje para o Brasil deve comportar reescalonamento da dívida. Caso contrário, nos próximos meses estaremos às voltas com as mesmas dificuldades.

Por outro lado, é preciso tomar uma série de medidas que, sem violentar o mercado, corrijam suas distorções e garantam a retomada do crescimento. Entre essas medidas é necessário: (1) aprofundar os controles seletivos de importação; (2) restabelecer os controles de preços sobre os setores oligopolistas; (3) desvincular ligeiramente a taxa de correção monetária da taxa de desvalorização cambial e acelerar esta última; (4) elevar as receitas do Estado onerando especialmente os rentistas e os altos lucros oligopolistas; (5) impor à correção monetária dos empréstimos (ORTN) um diferencial em relação à taxa de inflação semelhante ao que foi feito com os aluguéis; (6) desvincular os juros internos dos juros externos através de alguma forma de estímulo à tomada de empréstimos externos (esse estímulo deverá ser financiado pelos recursos tributários adicionais); (7) reduzir lenta mas seguramente o déficit público, através principalmente da progressiva eliminação dos subsídios à agricultura; (8) eliminar os erros técnicos da atual lei salarial, principalmente aqueles que levam a um salário médio crescente quando a inflação é decrescente e vice-versa; (9) elevar as despesas do Estado nos setores de serviços públicos e de construção absorvedores de mão-de-obra e de baixo coeficiente de importações ou então poupadores de divisas e/ou de energia; (10) afrouxar os limites quantitativos de crédito, de forma a reduzir a taxa de juros e estimular a demanda sem, todavia, abandonar um firme controle da quantidade de moeda; e (11) definir imediatamente uma política industrial e de exportações que privilegie o desenvolvimento dos setores tecnologicamente de ponta e ao mesmo tempo trabalho-intensivos, de forma a aumentar a competitividade desses setores no mercado interno.

Essas são algumas medidas de uma política econômica alternativa, de caráter administrativo. É essencial que se tenha em mente a existência dessa alternativa quando se verifica que os pressupostos de uma política econômica ortodoxa, recessiva, não se aplicam ao Brasil, e que sua terapêutica é ineficiente no nosso caso. Não há nenhuma dúvida de que será preciso, nos próximos anos, apertar os cintos no Brasil. Que uma política de austeridade é inevitável. As restrições administrativas às importações, por exemplo, poderão causar uma recessão de oferta, devido à falta de certos insumos ou equipamentos. É um risco que é razoável correr.

Se precisamos de austeridade, entretanto, vamos adotar uma austeridade inteligente, baseada em uma política econômica administrativa que, sem violentar o mercado, o controle; que, aumentando os investimentos, aumente a poupança ao invés de tentar aumentar a poupança via aumento de juros; que penalize os rentistas, os lucros monopolistas e os altos ordenados ao invés de se concentrar na redução dos salários; que não considere a inflação e sim a dívida externa o principal problema do Brasil; e que arrisque a cometer erros no plano das decisões econômico-administrativas – essas que podem ser sempre e permanentemente corrigidas – ao invés de nos deixar com a certeza de que não resolveremos mas só agravaremos nossos problemas se for adotada uma política econômica de estabilização ortodoxa, recessiva – uma política na qual já embarcamos há dois anos e agora, com o FMI, tendemos tragicamente a aprofundar. (07/12)

As duas tarefas diante da crise

No presente momento, em que o Brasil recorre ao FMI e está prestes a assinar a carta de intenções com aquela entidade para evitar uma iminente ruptura de caixa, é inútil concentrar nossa atenção em críticas ao próprio FMI ou então ao governo. Este, sem dúvida, ao se ver forçado a recorrer ao FMI, em função de um somatório de equívocos em sua política econômica, não tem condições de esconder de ninguém seu próprio fracasso. E diante da própria crise, encontra-se paralisado. O FMI e os banqueiros internacionais, por sua vez, são sem dúvida parte central da ordem internacional dominante, mas o essencial, agora, é perceber que essa ordem também está em profunda crise e que seus representantes estão também imobilizados, sem saber o que fazer. Sua aderência a fórmulas ortodoxas superadas de política econômica, que muitas vezes têm como consequência apenas agravar a crise, é uma indicação clara desse fato.

Aliás, é próprio das crises a paralisação dos governos e de suas políticas econômicas. Estas acabam sendo tragadas pela dinâmica da própria crise. Mas também é próprio das crises que novas instituições surjam, que idéias novas e novas soluções se tornem presentes, que não apenas a estrutura produtiva mas também as formas de poder se transformem.

E as sociedades em que a superação daquela paralisação ocorrer mais rápida e profundamente serão aquelas que terão melhores condições de voltar a crescer e a se renovar. E, eventualmente, de construir uma sociedade menos desigual.

Ora, a partir dessa perspectiva, duas tarefas são essenciais no momento: a) no curtíssimo prazo, discutir as condições do acordo com o FMI que sejam menos danosas para o País e menos injustas para os diversos setores da sociedade; b) em seguida, e à luz da presente crise e do resultado das eleições, discutir novas formas institucionais e políticas que devolvam legitimidade e representatividade ao governo que se constituirá no Brasil daqui a dois anos, para que a superação mais definitiva da presente crise possa ocorrer.

Em relação à primeira tarefa, já que alguma forma de austeridade é inevitável, o essencial é, de um lado, não embarcar em austeridades inúteis e, de outro, não onerar injustamente os diversos setores e classes sociais. Austeridade inútil é, por exemplo, reduzir importações via recessão generalizada em vez de controles seletivos de importações; é cortar as despesas do governo abrupta e indiscriminadamente, em vez de gradual e setorialmente. Austeridade injusta é, por exemplo, onerar os agricultores com o corte violento dos subsídios creditícios sem compensá-los com um efetivo aumento de preços; é passar para uma política de arrocho salarial, a base de um INPC "expurgado", em vez de corrigir a lei salarial, que, de fato, vem permitindo aumentos inflacionários de salários acima da produtividade.

Entretanto, essas e outras medidas mais profundas, que terão de ser adotadas nos próximos anos, para que afinal superemos a crise econômica em que vivemos, não poderão ser tomadas por um governo sem representatividade e sem legitimidade, porque isto lhe retira autoridade. Ora, as eleições de 15 de novembro de 1982, ao atribuírem dois terços dos votos aos candidatos da oposição, ao mesmo tempo que permitiram formalmente que o governo se perpetue no poder por mais oito anos (dois mais seis), só agravaram a atual crise de representatividade e de legitimidade. Temos assim um governo duplamente paralisado pela crise econômica e pela falta de autoridade política. Uma solução política e institucional para esse problema, com a participação de toda a sociedade, torna-se, portanto, a segunda tarefa imperativa do presente momento. (14/12)

A eventualidade da moratória

Jamais o noticiário econômico ganhou tanto destaque quanto atualmente. A ameaça de uma ruptura de caixa ou moratória do País, a assinatura da carta de intenções com o FMI,

os prognósticos de agravamento da recessão em 1983, as promessas dos ministros de que tal não ocorrerá, a análise das medidas claramente recessivas já aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, a significativa ausência do presidente da República da condução das negociações, o futuro da lei salarial são alguns dos temas mais analisados.

Diante disso, o leitor leigo mas informado — e o número deles felizmente é crescente neste país — sente-se confuso, inseguro, ameaçado. Mas os próprios economistas também se sentem perplexos. Na última semana, diante de tantas notícias e confusões, um dos melhores economistas deste país declarava-me: “Não estou entendendo mais nada”.

E não é para menos. As autoridades econômicas afirmam que a economia crescerá 2% no próximo ano, mas fazem um violento corte nos investimentos e nas despesas das empresas estatais e reduzem substancialmente os subsídios agrícolas, ao mesmo tempo que mantêm os limites quantitativos ao crédito e estabelecem limites rígidos para o aumento da quantidade de moeda. Aquelas autoridades, novamente, falam de uma inflação de 70% em 1983, mas desvalorizam o cruzeiro e prometem eliminar a defasagem nos preços de suas empresas (petróleo, aço, energia elétrica). Ainda que essas medidas sejam corretas, são incompatíveis com a redução na taxa de inflação. Nossas autoridades econômicas, finalmente, afirmam todos os dias que não renegociarão a dívida, quando a estão negociando, que não recorrerão ao FMI, quando já o fizeram, que não declararão moratória, quando isto não depende mais delas e só será evitável se o governo dos Estados Unidos, em defesa de seus bancos, decidir evitar essa ruptura através de uma contínua cobertura dos débitos de curto prazo que estão vencendo todos os dias.

Mas, se é impossível, nestas circunstâncias, compreender o significado real das medidas que estão sendo tomadas, é preciso também não nos preocuparmos em demasia com elas.

Sem dúvida as medidas, se forem cumpridas, serão desastrosamente recessivas. A redução dos investimentos e despesas públicas e a manutenção de taxas de juros elevadíssimas inviabilizando os investimentos privados têm esse caráter. Mas quem assegura que elas serão cumpridas? As pressões e a indignação da sociedade são muito grandes, e não é porque as eleições já passaram que as autoridades econômicas terão toda a liberdade para embarcar em um monetarismo suicida.

Mas a alternativa a essas medidas não é a ruptura de caixa, a interrupção dos nossos pagamentos internacionais? Tal-

vez. Mas será que a moratória não acabará sendo melhor do que essas medidas? Sem dúvida teremos graves problemas. Seremos obrigados a pagar a vista todas as nossas importações, não haverá divisas para isto; e um complexo e violento controle seletivo de importações será inevitável. Poderemos ter, em consequência, falta de determinados insumos básicos e recessões setoriais de oferta. Mas tudo isto não será melhor do que a recessão prolongada e sem esperanças que está implícita nas últimas medidas governamentais?

Afinal, em meio à crise desencadeada pela ruptura de caixa, seremos obrigados a nos voltar mais para o mercado interno, seremos obrigados a administrar com mais decisão nossa economia, em vez de sermos dirigidos por nossos credores e pelos economistas ortodoxos daqui e de lá que acreditam no mercado, na recessão e no desemprego para estabilizar a economia brasileira. (21/12)

Uma perspectiva otimista a partir da ruptura de caixa

Não me recordo de um fim de ano em que as incertezas e o pessimismo sobre o desempenho da economia brasileira em relação ao ano seguinte fossem maiores do que neste momento. E, no entanto, não estou pessoalmente pessimista. Minha intuição, mais do que a minha certeza, é de que, afinal, depois de uma provável ruptura de caixa, a crise será superada sem que entremos em um processo de desindustrialização e decadência, como aconteceu com a Argentina e o Chile.

É certo que as razões para o pessimismo em relação a 1983 são objetivas. O processo de endividamento externo brasileiro afinal alcançou o limite previsto pelos críticos de política econômica oficial, e o País foi obrigado a recorrer ao FMI. Dois anos de política econômica recessiva não foram naturalmente suficientes para sequer encaminhar a solução do desequilíbrio externo. Este continuou a agravar-se. E o processo culminou com a crise generalizada do sistema financeiro privado internacional, em setembro, acelerada pelas quebras de caixa do México e da Argentina. Perdida a confiança dos credores – especialmente dos pequenos credores – na possibilidade de pagamento do Brasil, nossas magras reservas esgotaram-se e entramos em situação de insolvência.

Agora, apesar da “operação de salvamento” do FMI, do governo norte-americano e dos grandes bancos, as perspectivas que se abrem para o Brasil são de uma iminente quebra de

caixa. A grande esperança é que o “aval” do FMI e dos grandes bancos devolva a confiança às centenas de pequenos credores, que forneceram crédito de longo prazo através dos grandes bancos e crédito de curto prazo de financiamento de importações correntes. Mas não há indicações de que a confiança venha a se restabelecer.

Nesses termos, a ruptura de caixa do Brasil é um evento no mínimo provável. A alternativa é um drástico reescalonamento da dívida, mas não parece que o País terá tempo – como não teve antes coragem, quando havia tempo – para realizá-lo antes de declarar-se impossibilitado de pagar seus débitos.

Nesse quadro, a assinatura da carta de intenções com o FMI pouco adiantará. E a preocupação das pessoas de bom senso com as consequências de uma política econômica generalizadamente recessiva, do tipo recomendado por essa instituição, perde um pouco de sentido. Caso haja a ruptura de caixa, a política de maior contenção da demanda, através da diminuição do déficit público, deixará de ter prioridade.

Uma política econômica de austeridade continuará a ser essencial, na medida em que será necessário obter saldos crescentes na balança comercial que financiem pelo menos o déficit de serviços. Mas o problema fundamental será procurar saber como importaremos os insumos e equipamentos essenciais para a indústria até que o reescalonamento da dívida se realize e os fluxos financeiros internacionais do Brasil voltem à normalidade. A austeridade terá de ser setorializada e administrada, em vez de generalizada.

Especialmente os setores que dependem de insumos importados passarão então por momentos difíceis. A necessidade de pagamento a vista implicará controles administrativos das importações severos e complicados. Por outro lado, as pressões no sentido de substituição de importações e de redirecionamento dos padrões de insumo para mercadorias com menor componente importado serão fortíssimas.

Viveremos momentos difíceis, economicamente turbulentos, talvez dramáticos em 1983. Mas minha esperança ou minha previsão – na verdade um pouco das duas coisas – indicam que a sociedade brasileira será capaz de responder bem à crise. Poucos serão aqueles que virão dizer, como aconteceu na Argentina e no Chile, que a solução é abrir a economia, eliminar as barreiras alfandegárias, eliminar o déficit fiscal de pronto, liberar todos os controles administrativos que existem sobre a economia

“para que os preços relativos se realinhem”, cortar drasticamente a quantidade de moeda, elevar a taxa de juros, reduzir os salários através de novo violento arrocho salarial e, finalmente, provocar mais recessão, que eliminaria a inflação e reequilibraria a balança comercial.

E serão poucos, porque essas políticas já se revelaram ineficientes não apenas em outros países, mas também no Brasil nos últimos dois anos. Mais do que isto, entretanto, serão poucos porque, ao contrário do que acontece na Argentina e no Chile, não é uma aliança do capital mercantil exportador com o capital bancário que domina o Brasil. Neste país a aliança dominante básica é a do capital industrial e do capital bancário com as classes médias assalariadas tecnoburocráticas. Trata-se de uma aliança complexa, cheia de contradições internas, mas que tem um ponto comum, desde que certos setores do capital bancário ainda ligados ao capital mercantil especulativo forem excluídos: um forte comprometimento com a continuidade da industrialização brasileira.

Minha hipótese é de que, diante da crise, inclusive a ruptura provisória de caixa, esse comprometimento se aprofundará em vez de enfraquecer. Será um comprometimento da sociedade civil, a qual, da mesma forma que vem exigindo o restabelecimento da democracia no País, será capaz de forçar o governo, por mais confusos e paralisados que estejam seus membros diante da crise, a adotar as medidas de defesa da economia nacional necessárias.

O objetivo fundamental será, em 1983, alcançar uma taxa de crescimento positiva. Depois de um declínio do PIB de 1,9% (pelo menos) em 1981 e de uma provável estagnação em 1982, caso tenhamos um novo crescimento zero da renda global em 1983, a renda por habitante brasileira no final desse ano será quase 9% inferior à do final de 1980. Caso a renda por habitante volte a crescer a partir de 1984 à taxa histórica de 4%, só alcançará os níveis de 1980 em 1986. Essa já é uma perspectiva pessimista. Por isso, e dada a imensa capacidade ociosa já acumulada na economia brasileira, é possível imaginar para 1983 um desempenho já ligeiramente positivo do PIB, desde que a crise nos leve a aprofundar os controles administrativos sobre a economia, em vez de eliminá-los como uma política recessiva ortodoxa propõe.

Admito não ter certeza do que estou afirmando. Mas não creio que esteja sendo meramente otimista ou simplesmente in-

gênuo. A sociedade brasileira alcançou um estágio de desenvolvimento industrial e de consciência crítica de seus próprios problemas que autoriza uma atitude de otimismo, apesar da gravidade da crise. (*Senhor*, nº 93, 29/12)

Capítulo 7

1983 - RECESSÃO E INFLAÇÃO

Moratória parcial no final de 1982

O Brasil finalmente se declarou formalmente em moratória. A notícia foi publicada de forma confusa no final do ano porque os jornais foram informados de maneira muito incompleta. A rigor, a moratória não se refere aos vencimentos de janeiro de 1983, mas a todos os vencimentos deste ano. Deixaremos de pagar cerca de 7,5 bilhões de dólares de amortizações, que serão depositados em uma conta “simbólica” no Banco Central na data do vencimento caso o devedor local pague em cruzeiro. O credor estrangeiro, em seguida, poderá reempréstar seus dólares simbólicos ou mantê-los depositados no Banco Central. Os juros continuarão, assim, a ser pagos normalmente. O principal será amortizado em oito anos, dividido em doze prestações, com dois anos de carência.

É preciso, entretanto, não exagerar a importância dessa moratória. Em primeiro lugar, porque ela é parcial, já que se mantém o pagamento dos juros. Em segundo, porque, diante da liquidação das reservas brasileiras e da perda de confiança da comunidade bancária internacional, essa era a única solução. Mesmo que os grandes credores estivessem dispostos a aceitar o acordo quanto ao reescalonamento do principal proposto no dia 20 de dezembro em Nova York, os pequenos bancos não os seguiriam. Não havia, portanto, outra alternativa senão a moratória “unilateral”.

Na verdade, tudo indica que essa moratória é apenas aparentemente unilateral. É mais ou menos evidente que a moratória foi declarada depois do prévio acordo com os principais credores e, talvez, com representantes do próprio FMI. Desde outubro a política econômica do Brasil está sendo virtualmente dirigida por cinco ou seis bancos em Nova York e pelo FMI, que procuram, em seu próprio interesse – e quem sabe no do Brasil –, evitar uma ruptura total de caixa. Nesse sentido, a moratória parcial, que assegura a todos os credores um mesmo tratamento, é uma medida coerente e inevitável, não tendo caráter agressivo em relação ao sistema financeiro internacional.

Aliás, se o objetivo for evitar a moratória completa, incluindo os juros, que em 1983 andarão em torno de 9 bilhões de dólares, a única alternativa é não ser agressivo em relação aos banqueiros. Porque, além da suspensão do pagamento das amortizações em 1983, será necessário que (1) apertemos os cintos, reduzindo importações e fazendo crescer exportações, e (2) que obtenhamos dinheiro novo, aumentando o volume total da dívida externa. Caso as duas coisas não sejam feitas, não teremos dinheiro para pagar os juros e seremos obrigados a declarar a moratória total, inclusive dos juros.

Mas é precisamente em relação a essas duas estratégias que pode e deve haver divergência entre o Brasil e os nossos caros credores. Estes querem que a fonte para o pagamento dos juros e demais serviços (que corresponde aproximadamente ao déficit de transações correntes) seja através de um corte de importações violento, só possível com uma grande recessão, a qual, por sua vez, seria provocada através de uma drástica redução do déficit fiscal. Em contrapartida, pretendem reduzir ao mínimo o afluxo de dinheiro novo. Para o Brasil, ainda que uma política de austeridade seja necessária, a continuidade da recessão é inaceitável. Por isso, teremos de exigir maior quantidade de novos empréstimos. E, caso o sistema bancário internacional recuse ou não tenha condições de atender a essa demanda, a alternativa da moratória unilateral e completa será provavelmente a única razoável. Se tivermos de pagar a vista todas as nossas importações, mas não tivermos nem juros nem principal para pagar, a redução de importações que teremos de fazer será aproximadamente de 3,5 bilhões de dólares. Se as exigências do sistema financeiro internacional forem maiores do que isto – no momento é aproximadamente esse o valor previsto nos entendimentos com o FMI –, valerá a pena jogar com uma eventual

ruptura total. O essencial é desenvolver internamente uma política austera mas não recessiva a partir da redução da taxa de juros, agora apoiada pelos bancos locais, que, preocupados com o número crescente de concordatas que ameaça suas próprias empresas, fizeram uma proposta objetiva nesse sentido. A redução dos juros e uma política monetária um pouco menos restritiva reanimarão a economia, mas exigirão um pouco mais de dinheiro novo do sistema financeiro internacional. O que não podemos é prolongar mais ainda uma recessão que já dura dois anos sem resultados positivos.

Inclusive porque, conforme me escreveu uma amiga, desejando-me bom ano novo, "afinal a vida não se resume no FMI". (04/01)

Depressão e juros

Falências e concordatas de um lado, desemprego e protesto operário de outro. Dessa forma, a atual crise da economia brasileira passa da fase de recessão para a de depressão. Estagnada, a economia está imersa na crise, que a recente onda de concordatas acabou por caracterizar. Desde meados de 1981, a pergunta constante era por que as concordatas não se aceleravam. A partir do final de 1982, esta pergunta já não tem mais razão de ser. As concordatas estão aí, da mesma forma que o protesto operário, quando as empresas em dificuldades ameaçam demitir seu pessoal.

Nesse quadro, o tema que chama a atenção de economistas e empresários são as altas taxas de juros. Desde o final de 1980, estava claro para os empresários e os economistas da oposição que as altas taxas de juros levariam o País a uma crise profunda, enquanto os banqueiros apoiavam a política recessionista do governo, porque assim ficavam de acordo com a ortodoxia econômica e ao mesmo tempo realizavam lucros consideráveis. Agora, o próprio sistema financeiro está preocupado e faz propostas para baixar a taxa de juros, já que de nada adianta ter créditos a altas taxas contra devedores inadimplentes.

O problema fundamental são o alto custo do dinheiro externo e o atrelamento obrigatório da taxa de juros interna à externa enquanto houver só um mercado. Dadas as taxas de juros internacionais, às quais se devem somar o "spread" e as comissões, a taxa de juros dos empréstimos internacionais é um pouco superior a 20%. Se adicionarmos o 1% de aceleração mensal

das minidesvalorizações cambiais durante o ano de 1983, nos termos do acordo com o FMI, essa taxa sobe para quase 40% de juros reais (descontada a inflação).

Para que a economia possa suportar essas taxas, duas condições são necessárias. Primeiro, que as empresas sejam capazes de transferir internamente para os seus preços os altos custos de seu capital de giro. Segundo, que a taxa de lucro esperada sobre os novos investimentos seja claramente superior àquelas taxas. Ora, se a primeira condição é difícil de cumprir, já que as empresas concorrentes entre si têm diversos graus de endividamento, a segunda é totalmente inviável.

É preciso, entretanto, admitir que não há uma solução fácil para o problema. Em um mercado livre há apenas uma taxa de juros, descontados os fatores risco e liquidez. Nestes termos, para baixar a taxa de juros global da economia, é preciso baixar a taxa de juros dos empréstimos externos. E para isso só há uma solução: alguma forma de subsídio e, portanto, uma decidida intervenção do governo no mercado. A tese do câmbio duplo (financeiro e comercial) é uma das soluções. O estabelecimento de subsídios reais diretos aos tomadores de empréstimo internacional e a eliminação das ORTN com cláusula cambial são outras soluções possíveis.

Essas medidas, entretanto, têm um custo e um risco econômico para o governo. O custo econômico deverá ser coberto por maior arrecadação de impostos, o que só poderá ocorrer com uma reforma tributária e se a economia voltar a crescer. O risco econômico está em errar na dosagem das medidas, não saber corrigi-las a tempo e, afinal, aumentar as distorções da economia, ao invés de diminuí-las. E há ainda a limitação externa representada pelo endividamento e pelo acordo com o FMI. Mas o próprio FMI, que – equivocadamente – propõe uma recessão por via fiscal, através da drástica redução do déficit público, admite a necessidade de baixarem os juros.

Nesse quadro, nunca foi mais necessário um governo capaz de discutir francamente com a sociedade esses problemas, avaliar as alternativas e tomar com coragem as medidas necessárias. Mas o governo continua paralisado, envolvido nas malhas de sua própria ilegitimidade. E, enquanto isso, a depressão só se aprofunda. E o Brasil, conduzido pelas leis do mercado, navega sem rumo, ao sabor de sua própria crise e da crise econômica internacional. (*Gazeta Mercantil*, 10/2)

Custos e riscos da maxidesvalorização

A maxidesvalorização do cruzeiro de 30%, decretada de afogadilho no último dia 18 de fevereiro, é mais um sintoma de que, diante da crise, o País é uma nau sem rumo. O piloto imagina ter o comando do navio, às vezes dá guinadas violentas no leme, mas, na verdade, o barco navega ao sabor dos ventos e das ondas.

É indiscutível que existem argumentos favoráveis a uma maxidesvalorização. Os subsídios às exportações podem ser eliminados, as exportações são estimuladas, a pressão sobre a taxa de juros proveniente dos 12% da desvalorização programada desaparece, as importações são dificultadas. Há uma mudança nos preços relativos a favor dos bens exportáveis que vem (ou viria) atender ao grave problema de desequilíbrio externo em que se encontra a economia brasileira. “Viria”, porque não é certo que a maxidesvalorização venha a estimular decisivamente a exportação de manufaturados. Para muitos produtos o problema fundamental está no financiamento e em um eficiente sistema de comercialização.

Por outro lado, os custos e riscos dessa medida são muito altos para o País.

O principal custo está, sem dúvida, nas pressões inflacionárias, que crescerão de forma brutal. Só um grande aprofundamento da atual recessão, somado a um rígido controle de preços e a um novo arrocho salarial, poderá evitar que a inflação se eleve fortemente, superando o atual e já elevadíssimo patamar de 100%.

O arrocho salarial através do “expurgo” do INPC dos efeitos inflacionários da maxidesvalorização é um escândalo. O INPC rebaixado arbitrariamente passará a ser um índice manipulado em prejuízo dos trabalhadores.

Por outro lado, caso se opte por um aprofundamento da recessão, a inflação talvez aumente menos, mas os custos em termos de progressiva desindustrialização da economia, de desemprego e de falências serão ainda maiores do que o aumento da taxa de inflação. O ideal seria controlar o novo surto inflacionário com rigorosos controles administrativos de preços via CIP. Mas o CIP foi desmoralizado e não tem condições a curto prazo para montar um efetivo controle de preços.

Um terceiro custo está na progressiva perda de credibilidade do governo na área financeira. É verdade que esta falta de

credibilidade já era anteriormente elevada. Mas esse segundo rompimento da regra das minidesvalorizações causa graves prejuízos para os devedores, reduz ainda mais essa credibilidade e estimula a especulação, tornando cada vez mais difícil para o governo administrar financeiramente o País.

O quarto custo está na pressão baixista sobre os preços dos produtos exportados, principalmente dos primários. É claro que isto pode ser evitado com o imposto sobre exportação, mas já vimos em 1979 que as condições políticas para a manutenção desse tipo de imposto são mínimas.

Mas, além desses custos, há dois riscos nesta maxidesvalorização. Da mesma forma que ocorreu com a maxidesvalorização de 7 de dezembro de 1979, o governo pode, em seguida, ser tentado a reduzir artificialmente as correções cambial e monetária.

O segundo risco, que foi salientado por Eduardo Suplicy nesta *Folha*, é uma maior desnacionalização da economia, na medida em que se torna muito mais barato para as empresas multinacionais comprar ativos brasileiros.

Em síntese, esses custos e riscos são certamente maiores do que as vantagens de uma maxidesvalorização. Se o governo estivesse em uma posição politicamente forte, dotado de legitimidade e confiabilidade, ainda seria possível esperar que, através de controles administrativos rigorosos, de uma correta administração do imposto de exportação, e da manutenção da correção cambial, os resultados dessa máxi não fossem desastrosos como os da última. O governo, entretanto, não está nessas condições. Por isso, conforme observou Severo Gomes, também nesta *Folha*, o Brasil está dando um passo no escuro. (22/02)

A alternativa à moratória

Há duas alternativas para o problema da dívida externa brasileira: ou o grau de confiança do sistema financeiro internacional em relação ao Brasil aumenta e a rolagem da dívida retoma seu ritmo "normal", de forma que o País passe a receber empréstimos novos além dos já solicitados, ou o Brasil será obrigado a declarar moratória também dos juros, em adição à moratória do principal, já declarada em dezembro último. A primeira alternativa, entretanto, só será razoável para o Brasil se o superávit na balança comercial for compatível com a retomada, em termos moderados, do crescimento da economia brasileira.

A moratória dos juros provavelmente só será adotada como recurso de última instância, já que o governo brasileiro, muito compreensivelmente, não deseja agredir os grandes bancos, principalmente norte-americanos, nos quais se concentra a dívida brasileira. A moratória dos juros implicaria para esses bancos a obrigatoriedade de lançar em "créditos em liquidação" seus créditos para com o Brasil. Os prejuízos que, em decorrência, apareceriam em suas demonstrações financeiras, trariam para esses bancos gravíssimos problemas junto a seus acionistas e depositantes.

Caso, entretanto, o Brasil não consiga mais "dinheiro novo", ou seja, novos empréstimos além dos já solicitados, dificilmente escapará da moratória. Ainda que apresente superávit em sua balança comercial (exportação menos importação) e mesmo que logre saldo positivo em sua balança comercial mais serviços reais (que atingem cerca de 4 bilhões de dólares entre seguros, fretes e turismo), continuará tendo déficit em sua balança de transações correntes (que inclui também o pagamento dos juros e dividendos no valor de 8 bilhões de dólares). Nesses termos, o Brasil precisará ainda e por muitos anos de aumentar a sua dívida total. A moratória só poderá ser evitada se os bancos internacionais estiverem dispostos a financiar com dinheiro novo pelo menos esses juros e dividendos, utilizando-se dos investimentos diretos para a lenta recomposição de nossas reservas e considerando-se equilibrada a balança comercial mais serviços reais (o que significa um saldo na balança comercial de 4 bilhões de dólares).

A alternativa para a moratória é a rolagem e aumento da dívida. É preciso, entretanto, ficar claro para todos que essa alternativa é compatível com diversas situações. É compatível com um crescimento negativo, com a estagnação e com o crescimento positivo da economia brasileira neste e no decorrer dos próximos anos.

Dependendo do comportamento de nossas exportações nos próximos meses (que, por sua vez, dependem da recuperação da economia mundial e da manutenção da mudança nos preços relativos determinada pela maxidesvalorização), o Brasil poderá alcançar um superávit maior ou menor em sua balança comercial. Quanto maior for esse saldo, mais fácil, naturalmente, será recuperar a confiança dos banqueiros internacionais e retomar a rolagem da dívida. O importante, porém, é saber quanto de dinheiro novo vamos precisar.

Sobre esse aumento há duas atitudes possíveis, cuja diferença é crucial: ou aceitamos um número que nos foi “dado” pelos banqueiros internacionais e ajustamos nossa economia a esse número (cerca de 4 bilhões de dólares em 1983) ou estabelecemos uma meta de crescimento mínima para este ano e para os próximos e, em seguida, informamos ao sistema financeiro internacional quanto necessitaremos de dinheiro novo para financiar esse projeto. A primeira alternativa é a que se está procurando colocar em prática e, em princípio, implica crescimento negativo do PIB em 1983; a segunda é a única razoável para o Brasil e, neste ano, implicará um número entre 6 e 8 bilhões de dólares.

É preciso ficar claro que essa segunda alternativa é rigorosamente responsável. Não se pretendem taxas de crescimento excepcionais. Bastam taxas de crescimento que garantam a absorção paulatina dos jovens que chegam ao mercado de trabalho e dos atuais desempregados. E não se pretende incorrer em novos déficits na balança comercial, sequer na balança comercial mais serviços reais. Serão necessários, portanto, sacrifícios, aperto de cintos e, principalmente, redirecionamento da economia brasileira para o mercado interno ao mesmo tempo que se estimulam as exportações.

O essencial, entretanto, é considerar como dado, como variável independente, essa taxa mínima de crescimento e como consequência a necessidade de dinheiro novo para pagar os juros. E realizar, internamente, uma política econômica com esse objetivo muito claro. Se o sistema financeiro internacional não compreendê-la e não se dispuser a restabelecer sua confiança no Brasil, a moratória dos juros será inevitável. (05/04)

Os devedores e os credores

As altas taxas de juros vigentes no Brasil não são apenas um obstáculo fundamental à retomada do desenvolvimento econômico. Este fato é óbvio. Quando a taxa de juros é maior que a taxa de lucro prevista para novos investimentos, estes necessariamente tendem a paralisar-se e a economia entra em recessão. Mas, além disso, estas altas taxas de juros são um fator desequilibrador e desestruturador de toda a economia, na medida em que dividem a sociedade brasileira em dois grandes grupos: o grupo dos credores e o grupo dos devedores.

O grande grupo dos credores é constituído não apenas por empresas e pessoas físicas brasileiras mas também pelo sistema financeiro internacional.

No sistema capitalista, a existência de um grupo de credores de um lado e de devedores de outro é perfeitamente normal. Segundo os livros-textos de economia, os capitalistas rentistas (ou “poupadores”) emprestariam seu dinheiro aos capitalistas empresários, através dos intermediários financeiros, em troca de uma taxa de juros. Nesses termos, o papel dos bancos e demais instituições financeiras seria captar poupança dos capitalistas inativos ou rentistas e transferi-la para os capitalistas empresários ou para as empresas produtivas.

Para que esse sistema possa funcionar, entretanto, há uma condição essencial: a taxa de juros paga pelas empresas produtivas aos rentistas deve ser menor do que sua taxa de lucro ou de retorno sobre o investimento.

Também de acordo com os livros-textos de economia, essa condição seria garantida automaticamente pelo mercado. Se se iniciasse uma recessão e a taxa de lucro das empresas produtivas caísse, a taxa de juros por elas paga aos rentistas e às empresas financeiras, que funcionam como intermediárias, também cairia, e o equilíbrio acabaria sendo restabelecido. Keynes criticou essa previsão relativa ao automatismo do mercado em baixar a taxa de juros, mas jamais poderia imaginar o que está ocorrendo no Brasil.

De fato, desde 1980, quando começou a atual política recessiva, vem ocorrendo no Brasil o oposto do que ensinam os livros-textos de economia. Com a recessão provocada, a taxa de retorno das empresas produtivas caiu verticalmente mas as taxas de juros dos rentistas – mantidas artificialmente elevadas pelas restrições quantitativas de crédito, pelo endividamento externo, pela venda de títulos públicos no mercado aberto (“open”) e pela correção monetária plena dos débitos e créditos –, em vez de caírem, permaneceram em nível elevadíssimo.

Em consequência, temos uma situação interna de desequilíbrio explosivo no Brasil. Enquanto as pessoas e empresas rentistas (entre as quais se incluem muitas grandes empresas produtivas que se transformaram em empresas financeiras graças à propriedade de grande quantidade de títulos) se enriquecem cada vez mais, as pequenas e médias empresas devedoras e as grandes empresas estatais também devedoras (porque todos os seus grandes investimentos dos últimos anos foram financiados com débitos, em vez de serem fruto de receita operacional ou de impostos) empobrecem e se afundam em uma crise cada vez mais grave.

Para resolver essa situação tudo indica que não basta mudar a política econômica e baixar os juros. É preciso também uma profunda reforma tributária e o cancelamento de débitos e créditos, através da desindexação da economia ou de qualquer outra medida que recupere para os devedores uma parte dos imensos ganhos que os credores, graças aos juros elevados, vêm obtendo em meio à crise do País. (24/05)

O déficit, a inflação e a desindexação

O conjunto de medidas econômicas, o “pacote”, que o governo baixou na semana passada não reduzirá, mas aumentará, a inflação. Contribuirá, entretanto, para a redução do déficit público, reduzirá ligeiramente a taxa de juros real e tem alguns efeitos distributivos que, embora tímidos, apontam na direção correta: onerar aqueles que estão sendo mais beneficiados pelas altas taxas de juros.

O aumento da inflação decorrerá da elevação dos preços dos derivados de petróleo, do trigo e, menos diretamente, dos produtos agrícolas, que perderam parte do subsídio de crédito. O aumento desses preços eleva imediatamente o patamar de inflação, na medida em que serão repassados para o restante da economia, não obstante a redução do déficit público que essas mesmas medidas e mais os aumentos de impostos e as reduções de despesas e investimentos das empresas estatais possam ocasionar.

Há praticamente consenso entre os economistas e empresários de que a taxa de inflação aumentará. Por outro lado, não há dúvida de que as medidas reduzem a curto prazo o déficit público e que, portanto, são recessivas. Fica assim evidente que o déficit público não é hoje, na economia brasileira, marcada pelo desemprego e pela capacidade ociosa, a causa da inflação. Na verdade, é sua consequência, e o provável é que, uma vez aumentado o patamar de inflação, o déficit público e as decorrentes emissões de moeda voltem a aumentar para devolver um mínimo de liquidez ao sistema. Isto só não ocorrerá se, para compensar a redução do déficit público, a eliminação dos limites quantitativos de crédito permitir a elevação do crédito bancário e, portanto, da oferta de moeda sem o recurso de um aumento de emissões.

Nesse sentido, é evidente, da parte do governo (e correta), a tentativa de trocar liquidez decorrente de déficit público e da

emissão de moeda por aumento de crédito bancário. Só assim será possível baixar a taxa de juros.

Mas fica também patente a insubsistência da teoria ortodoxa, que atribui sempre a inflação ao déficit público. No caso brasileiro, o déficit público pode e certamente foi uma das causas da aceleração da inflação no passado, quando a economia andou próxima do pleno emprego, mas há muito o déficit público e a emissão de moeda são meros fatores sancionadores de uma inflação que se reproduz autonomamente graças à capacidade dos grupos sociais de manterem sua participação na renda.

Essa capacidade deriva, de um lado, do poder monopolista de uma parte considerável das empresas e, de outro, do mecanismo da correção monetária, ou seja, da indexação generalizada da economia. São esses mecanismos que permitem às empresas produtivas, às empresas e pessoas rentistas (que vivem de juros e aluguéis) e aos trabalhadores repassarem automaticamente os seus aumentos de custos para os preços. No caso das empresas oligopolistas, elas conseguem até aumentar esses preços mais do que os custos na recessão. O mesmo pode ocorrer com os salários, se, como aconteceu em 1981 e 1982, os salários reais dos que permaneceram empregados forem aumentados em termos reais enquanto a produtividade global da economia (renda por habitante) está diminuindo. Este último fator só não teve um efeito inflacionário maior porque o desemprego e as novas admissões a níveis mais baixos provocaram uma redução do salário médio real.

Dada essa capacidade dos agentes econômicos de repassar custos para preços, a inflação mantém-se autonomamente, independentemente da recessão, e, portanto, independentemente da redução do déficit público. Por isso, as medidas recessivas de redução do déficit público são ineficientes. Se a economia estivesse próxima do pleno emprego, seriam muito eficientes no combate à inflação, porque levariam as empresas e os trabalhadores a reduzir suas crescentes margens de lucro e demandas de aumentos de salários. Mas quando já existe forte recessão, e as empresas e os trabalhadores já se acostumaram a aumentar seus preços apesar da recessão, é óbvio que mais recessão terá um efeito marginal reduzido.

É por isso também que a grande maioria dos economistas e empresários reclamou que a grande medida ausente do "pacote" foi a desindexação. Porque só a desindexação poderia impedir o repasse automático de custos para preços.

Desindexar a economia parcialmente significa aplicar um redutor nos índices de correção monetária. Falou-se muito também em “expurgo”, com o argumento de que não seria “justo” ou “correto” considerar os efeitos das medidas corretivas de preços (aumento dos derivados de petróleo e do trigo) nos índices de inflação. Expurgo não tem sentido, porque significa falsificar os índices de preço, que devem refletir os aumentos de todos os preços e não só de alguns. É perfeitamente razoável, entretanto, e como o resultado é idêntico, aplicar um redutor fixo ou variável aos índices.

A discussão a respeito deriva da existência de três alternativas: 1) redutor sobre as ORTN, onerando os rentistas ou credores; 2) redutor sobre o INPC, penalizando os trabalhadores; 3) redutor sobre ambos os índices. Das três, a alternativa obviamente mais razoável é a terceira, excluindo-se os que ganham até cinco salários mínimos, que deveriam ter correção monetária plena.

Na verdade, nesse processo de desindexação parcial, o que se pretende é cobrar seletivamente os custos de redução da inflação. Através da recessão e da redução do déficit público cobra-se a conta da redução da inflação de toda a sociedade, de forma indiscriminada (a diminuição das mordomias, nesse processo, representa uma ninharia). Através da desindexação pode-se cobrar a conta das pessoas e empresas rentistas e dos assalariados, preferivelmente dos de nível mais alto. No caso da desindexação das ORTN, isto deverá levar a taxas de juros reais para os aplicadores ligeiramente negativas (a correção monetária, mais os juros, deverá ser um pouco menor do que a inflação – IGP). Naturalmente, para isso será necessário tabelar rigorosamente as taxas de captação, para evitar a crise das cadernetas de poupança.

Das empresas competitivas não é preciso cobrar através de medidas adicionais, já que a recessão atual as obriga a reduzir margens, quando não as leva à concordata e à falência. Das empresas oligopolistas, entretanto, é necessária a cobrança. E nesse caso a única solução é o controle administrativo de preços, com a volta do CIP.

Não há dúvida de que as medidas fiscais incluídas no “pacote” tiveram o correto objetivo de onerar os ganhos de capital, os juros e os mais ricos de um modo geral. São, por isso, positivas e, ainda que insuficientes, devem ser bem recebidas. Afinal, a oposição sempre lutou por medidas desse tipo. Quando elas

são tomadas, ainda que no quadro de outras medidas equivocadas, é preciso apoiá-las.

O equívoco fundamental do “pacote” está em pretender controlar a inflação através de medidas recessivas de redução do déficit público que, ao elevarem diretamente certos preços básicos, terão o efeito oposto do desejado. Esse equívoco deriva de uma concepção errônea sobre as causas da inflação em uma situação de estagflação como a nossa, em que a inflação convive com altas taxas de desemprego e de capacidade ociosa. É muito razoável o objetivo de, gradualmente, ir-se reduzindo o déficit público, à medida que se reduzem a inflação e o imposto inflacionário nela embutido. Por isso, são corretas as medidas tendentes a elevar a carga tributária bruta. Entretanto, uma redução brusca do déficit público, do tipo advogado pelo FMI e pretendido por esse “pacote”, é ineficiente e, afinal, contraproducente. Não ajuda nem a reduzir a inflação nem a resolver o desequilíbrio externo. Neste último campo, pode lograr uma certa redução de importações, mas a um custo social e econômico incompatível com os magros resultados alcançados, dados o baixo coeficiente de importações do Brasil e a incompressibilidade de nossas importações. Quanto à inflação, já vimos que, afinal, esta será estimulada, em vez de controlada.

Em síntese, o “pacote” é contraditório e incompleto. Contraditório porque privilegia equivocadamente a redução do déficit público. Incompleto porque deixa de desindexar a economia e não controla as empresas oligopolistas. Espelha, entretanto, a crise e as contradições em que vivem imersos o governo e a sociedade brasileiros. Nesta crise não é apenas o governo que não sabe o que quer ou atribui nossos problemas a causas incorretas. Também a sociedade está confusa, presa a seus preconceitos ideológicos e a seus interesses setoriais. Esta situação é própria das crises e, talvez, só o próprio aprofundamento da crise possa resolvê-la. Enquanto isso, porém, a ameaça de estagnação a longo prazo que pesa sobre o Brasil torna-se cada vez mais concreta. (15/06)

Contradições do pensamento absoluto

Cada dia somos surpreendidos com novas medidas de política econômica – todas, desde setembro ou outubro de 1982, inspiradas na ortodoxia absoluta do Fundo Monetário Internacional – e, no entanto, contraditoriamente, a situação só se agrava.

As medidas de combate à inflação se sucedem – corte das despesas, aumento dos impostos, novo arrocho salarial, redução dos subsídios, correção dos preços relativos através de maxidesvalorização, aumento dos preços do petróleo e do trigo – e, no entanto, a inflação só aumenta. Na verdade, seu patamar dobrou de 1982 para 1983. Hoje, anualizando-se a inflação dos últimos meses, o patamar de inflação está acima de 200%, diante de 100% no ano passado.

O mesmo ocorre com a dívida externa. Fazemos acordos danosos para o Brasil com o FMI porque prometemos muito mais do que seria razoável em termos de recessão interna, reduziremos o PIB em 1983 em cerca de 5%, desvalorizamos o cruzeiro, cedemos em tudo e por tudo para evitar a temível moratória, e, no entanto, a situação externa só se agrava. Os atrasados brasileiros no exterior acumulam-se, nossas importações de petróleo estão ameaçadas, ficamos com todos ou quase todos os eventuais prejuízos de uma moratória e sem a grande possível vantagem, que é recuperarmos a soberania nacional.

Uma terceira contradição está no processo de estatização. Em nome de um liberalismo extremado, que nossos credores tanto prezam e nossos empresários tanto repetem, tomamos medidas e mais medidas para “devolver a verdade ao mercado” e espantar o monstro do Estado, e, no entanto, diante dos atrasos crescentes de nossos pagamentos no exterior, não sobra outra alternativa senão centralizar no Banco Central as operações de câmbio.

Finalmente, fala-se tanto na correlação absoluta e direta entre livre mercado e liberdade, e, no entanto, decreta-se autoritariamente a desindexação e expurgo do INPC.

Estas quatro contradições estão embutidas na crise em que o País está mergulhado. A inflação cresce porque o FMI subestima os efeitos inflacionários das medidas de “inflação corretiva” e superestima os efeitos antiinflacionários das medidas monetárias e fiscais recessivas. O desequilíbrio externo aprofunda-se não obstante os elevados saldos comerciais, porque nossas autoridades acreditaram na volta rápida do Brasil ao mercado financeiro internacional e, por isso, solicitaram pouco dinheiro novo a nossos credores no final de 1982. O estatismo avança porque quanto maior a crise menos o mercado funciona. O autoritarismo renasce no decreto salarial porque o liberalismo dos governantes é apenas formal quando se trata de saber quem deve pagar a conta da inflação: se o capital ou o trabalho.

Mas essas contradições revelam também o perigo do pensamento linear, de causa e efeito, e principalmente do seu irmão gêmeo: o pensamento absoluto. No caso presente esse pensamento linear e absoluto traduz-se na crença no mercado e nas medidas monetaristas ortodoxas, de livro-texto, de combate à inflação.

Em lugar desse tipo de pensamento, que além de absoluto é subserviente às receitas de nossos credores, precisamos de um pensamento que dê conta das novas realidades do Brasil, subdesenvolvido mas industrializado, capitalista mas estatal e oligopolista. Precisamos de um pensamento que reconheça a dialética e a novidade dos fatos. De um pensamento que seja ao mesmo tempo firme e inovador.

Se tivermos e aplicarmos um pensamento desse tipo, poderemos sair da crise por cima. Se continuarmos no rumo que estamos seguindo, acabaremos saindo também da crise, mas por baixo, no caminho do subdesenvolvimento. (02/08)

Os economistas e suas escolas

A substituição de Carlos Langoni por Affonso Celso Pastore na presidência do Banco Central é, de fato, um fenômeno interno ao grupo de economistas conservadores ou neoclássicos no poder. Tem, portanto, basicamente razão o próprio ministro Delfim Netto, que comanda a política econômica do País, quando afirma que nada de essencial mudará nesta área.

Langoni em sua carta e em sua entrevista de demissão afirma que se demitiu porque não aceitava as metas prometidas ao FMI para 1984: 55% de inflação e zero de déficit público. Poder-se-ia depreender daí que teria sido em seu cargo um paladino de uma alternativa não recessiva para a crise econômica brasileira. Esta interpretação, entretanto, é obviamente falsa. Como economista monetarista ortodoxo que é, defendeu sempre a recessão. Saiu provavelmente devido a divergências pessoais. O máximo que se pode afirmar é que não considera econômico e politicamente realistas os objetivos acordados com o Fundo e decidiu atribuir a este fato – aliás, óbvio – sua saída.

Na verdade, se for comparar, em termos de formação teórica, Langoni e Pastore, deve-se assinalar que, na graduação das ortodoxias ou dos conservadorismos, a posição do primeiro é mais rígida. Langoni é um neoclássico monetarista stricto sensu. Pastore um neoclássico fiscalista.

Os economistas podem classificar-se hoje, em escala que vai da direita para a esquerda, em três escolas: 1) conservadores ou neoclássicos, no Brasil também chamados de monetaristas em sentido amplo; 2) reformistas ou keynesianos e neomarxistas, no Brasil também chamados estruturalistas; e 3) revolucionários ou marxistas-leninistas. Entre os conservadores ou neoclássicos temos três subgrupos, os economistas de oferta, os neoclássicos fiscalistas ou da síntese neoclássica e os monetaristas *stricto sensu* ou friedmanianos.

Os economistas de oferta constituem um caso à parte, tecnicamente pouco expressivos. O pensamento econômico conservador divide-se realmente entre os monetaristas, que pretendem controlar a economia basicamente através do rígido controle da quantidade de moeda e das expectativas que se formam em torno desse controle, e os neoclássicos fiscalistas, que orientam todo o seu esforço para a eliminação do déficit público.

Ambas as escolas entendem que a forma de resolver o desequilíbrio externo e a inflação é através da recessão. Nesse sentido concordam inteiramente com os economistas do FMI. A diferença maior está na forma de provocar a recessão e, assim, reduzir a demanda agregada. Os monetaristas preferem a via do corte do crédito e da quantidade de moeda com a conseqüente elevação da taxa de juros, enquanto os fiscalistas, entre os quais se inclui a maioria dos economistas do Fundo, sem desprezar esse instrumento monetário, preferem provocar a recessão ou cortar o “excesso de demanda” através da redução das despesas do Estado, que levaria ao equilíbrio orçamentário.

Entre os economistas neoclássicos fiscalistas, Pastore é provavelmente um dos mais capazes que este país possui. Embora não concorde com suas posições teóricas, que considero inadequadas para controlar uma economia capitalista monopolista, estatal e subdesenvolvida, ainda que industrializada como a brasileira, respeito-o como economista. Os problemas que enfrentará são gravíssimos: não apenas uma dívida externa de mais de 90 bilhões de dólares mas também uma dívida interna que já atinge 16 trilhões de cruzeiros. Diante da magnitude desses problemas, da falta de legitimidade política do governo e da inadequação dos modelos teóricos que utilizará, é pouco provável que alcance êxito. Tentará baixar a taxa de juros, mas esse objetivo conflitará com a recessão exigida pelo FMI. Poderá reduzir a inflação e o desequilíbrio externo, mas a um custo econômico e social desproporcional aos resultados eventualmente

alcançados. Seu esforço, entretanto, será para minimizar esse custo. Vamos esperar que tenha boa sorte. (06/09)

Diferença está em 3 bilhões de dólares

O problema fundamental da política econômica brasileira em face do desequilíbrio externo é conseguir maiores financiamentos, de forma a poder compatibilizar o pagamento de parte dos juros que vencem anualmente e o aumento de nossas importações, necessário para que a economia volte a crescer.

A estratégia do FMI e dos bancos credores é reduzir ao mínimo os novos aportes de recursos. A estratégia brasileira sofreu uma mudança porque agora estamos solicitando mais recursos a fim de terminar 1984 com reservas internacionais positivas. De qualquer forma, a posição brasileira continua a ser a de solicitar novos empréstimos de forma conservadora, aceitando o objetivo do FMI de um saldo de 9 bilhões de dólares.

Para 1984 espera-se que o déficit em conta corrente do Brasil seja reduzido através do aumento do saldo da balança comercial para esse valor. Esse saldo, por sua vez, só será viável com a manutenção das importações em nível extremamente reduzido, em torno de 15 a 16 bilhões de dólares. Ora, como existe a curto prazo uma relação estável (só modificável a médio prazo, com substituição de importações ou redirecionamento da produção para bens com menor coeficiente de importações) entre as importações e o Produto Interno Bruto (PIB), importações de 15 a 16 bilhões de dólares só são viáveis com a manutenção da economia em depressão durante todo o ano de 1984.

No final desse período, teremos uma dívida de mais de 100 bilhões de dólares, de forma que é pouco provável que os credores internacionais se disponham a voltar a nos emprestar livremente. Será, então, necessário manter a política econômica recessiva em 1985 e provavelmente mais além. Conforme declara o boletim do banco Morgan, um dos nossos grandes credores, o restabelecimento do "mercado", ou seja, de linhas de crédito regulares para os países devedores, foi geralmente avaliado de forma muito otimista pelos defensores da solução recessiva tipo FMI, que imaginam que a atual crise financeira internacional é meramente conjuntural. Na verdade, "será provavelmente necessário o transcurso da maior parte desta década (cerca de cinco anos) para que os principais devedores entre os países menos desenvolvidos possam restabelecer o acesso regular aos

mercados financeiros" (*World Financial Markets*, junho de 1983).

A alternativa da moratória, por sua vez, implica um financiamento adicional compulsório de cerca de 3 bilhões de dólares em 1984. Seu limite é a obtenção, obrigatoriamente, de um saldo comercial de 4 a 6 bilhões de dólares, já que os serviços reais do Brasil (seguros, transporte, turismo) são de aproximadamente 4 bilhões. Tomando-se os 6 bilhões como número mais seguro (comparados com os 9 bilhões da terceira carta de intenções ao FMI), isto nos permitiria importar 3 bilhões a mais, ou seja, cerca de 18 a 19 bilhões de dólares, que seriam compatíveis com uma retomada moderada do crescimento. Nossa dívida externa, por sua vez, aumentaria adicionalmente nesse valor. É certo, entretanto, que, caso a moratória seja unilateral, enfrentaremos, por algum tempo graves dificuldades no plano do financiamento de curto prazo de nossas importações e exportações.

Com a moratória, que não interessa aos credores e apresenta riscos para nós, conseguiremos, portanto, cerca de 3 bilhões de dólares a mais de financiamento, que nos permitiriam estancar a atual recessão. Não nos cabe declará-la, porque não nos interessa agredir diretamente os credores. O que precisamos e temos o poder de demonstrar e até um certo ponto de exigir de nossos credores são esses recursos adicionais. A forma de exigí-los é simplesmente realizando uma política interna austera mas não recessiva, compatível com o aumento controlado das importações para 18 a 19 bilhões de dólares em 1984. Para os bancos credores, desde que apoiados por seus respectivos governos, esta diferença será perfeitamente suportável e, para o Brasil, uma questão de sobrevivência industrial e de um mínimo de respeito para com a população, que caminha para a fome e o desemprego. (27/09)

Os mexicanos não estão satisfeitos

Em agosto de 1982 a economia mexicana declarou-se insolvente e transformou-se no pesadelo do sistema financeiro internacional. Um ano depois, havendo assinado uma carta de intenções ao FMI e estando cumprindo os objetivos propostos, tornou-se a estrela do FMI, o exemplo que o presidente dessa instituição, Jacques de Larosière, apresenta ao mundo.

De fato, o México vem cumprindo ou sobrecumprindo as metas que lhe foram atribuídas no plano de estabilização do

FMI. As importações, no primeiro semestre de 1983, caíram 60% devido à forte recessão imposta à economia e à desvalorização real do peso, de cerca de 40%. Por outro lado, as exportações aumentaram graças exclusivamente a um pequeno aumento no preço do petróleo. Em consequência, prevê-se para 1983 um saldo comercial de 12 bilhões de dólares e um saldo em conta corrente de 2,5 bilhões de dólares. O México, portanto, já tem condições de começar a pagar uma pequena parte de sua dívida.

No plano do déficit público nominal, a meta de reduzi-lo de 16,5 para 8% do PIB em 1983 também está sendo atingida graças a uma violenta contração dos investimentos (30%) e dos gastos de consumo (10%) públicos, graças aos lucros obtidos inesperadamente pela Pemex.

Em termos de inflação, o objetivo de baixá-la de 100% em 1982 para 55% em 1983 não está sendo alcançado, mas alguma redução está sendo obtida. A atual previsão para a inflação mexicana em 1983 é de 78%. Boa parte dessa redução se deve a uma diminuição de salários reais de cerca de 25% em 1983.

Em consequência dos resultados comerciais, o México deverá aumentar suas reservas internacionais em 3 bilhões de dólares, em vez dos 2 bilhões previstos pelo Fundo. Em 1983 o limite de novas dívidas de 5 bilhões de dólares será facilmente cumprido e, em 1984, já se fala que o México poderá não utilizar seu limite de endividamento adicional de 4 bilhões de dólares.

Não se conclua daí, entretanto, que os mexicanos estejam felizes com esses "êxitos". Quem está no melhor dos mundos possível são os bancos internacionais e o FMI, que vêem a possibilidade concreta de reduzir suas aplicações no México. Conversei com um número considerável de economistas mexicanos em recente visita ao País e li declarações de empresários e líderes sindicais. Estão todos profundamente preocupados.

A razão para essa preocupação é muito simples. Os custos econômicos e sociais do programa de ajustamento estão muito maiores do que o previsto. De acordo com a carta de intenções ao FMI, o Produto Interno Bruto deveria ter crescimento zero em 1983. Na verdade, deverá decrescer entre 5 e 7%. O desemprego aberto, que estava em torno de 6% nos anos 70, aumentou para 14%. Os salários reais foram reduzidos com a justificativa de que assim se evitaria o desemprego. Com efeito, os dois prejuízos somaram-se.

Sem dúvida, 1983 deverá ser o pior ano do ajustamento mexicano. Em seguida a economia tenderá a recuperar-se. O grave, entretanto, é que o ritmo dessa recuperação deverá ser extremamente lento, dadas as restrições derivadas da grande dívida externa. De acordo com um modelo de simulação macroeconômica realizado pelo economista mexicano Jaime Ross (a ser publicado na *Revista de Economia Política*), a taxa média de crescimento do PIB na segunda metade dos anos 80 deverá ser de apenas 3,5%, ante um crescimento da população de 2,9%, e a taxa de desemprego deverá ser superior a 10%.

Diante desses fatos, que estão destruindo a indústria do país e criando uma situação social insustentável, é compreensível que os mexicanos não estejam felizes. Seus êxitos financeiros no cumprimento das metas do FMI resultam e implicam graves e talvez irrecuperáveis prejuízos econômicos. (11/10)

A distribuição da renda perdeu prioridade

Nos anos 70, a distribuição da renda tornou-se uma prioridade nacional, ainda que os resultados alcançados tenham sido pequenos. Nos anos 80, o desemprego, a pobreza absoluta e a decorrente necessidade de retomar o desenvolvimento tornaram-se os problemas fundamentais. No futuro a distribuição da renda voltará a ser uma prioridade, na medida em que os trabalhadores readquiram capacidade de reivindicá-la.

No início dos anos 70, quando estávamos em pleno “milagre” econômico e em plena ditadura, foram publicados os resultados do censo de 1970. Em seguida, uma série de estudos comprovou o que alguns analistas já vinham denunciando: a expansão econômica ou o “novo modelo” de desenvolvimento estava baseado em um decidido processo de concentração de renda, que englobava não apenas a grande burguesia mas também a classe média, marginalizando os trabalhadores.

Esse fato foi devidamente verificado, analisado e denunciado. Transformou-se, em seguida, em uma questão política. Serviu de base para a campanha e a vitória do MDB nas eleições de 1974. E no final desse ano, quando a concentração de renda deve ter atingido o auge no País, já se podia afirmar que um consenso se estabelecera quanto à necessidade de melhorar a distribuição da renda.

Sugere-se, agora, que nada aconteceu em seguida, que não foram implementadas medidas distributivas em função do consenso estabelecido. Embora seja verdade que nada de dramático

foi feito nessa área, não é correta a afirmação de que nada foi feito. Se isso fosse verdade, seríamos obrigados a concluir que a política econômica nos últimos dez anos foi completamente insensível às pressões da sociedade civil – o que obviamente não aconteceu, apesar de todo o conservadorismo e autoritarismo do governo.

Tudo indica que a concentração de renda, que se agravou profundamente no Brasil entre 1960 e 1970, manteve-se, no decênio seguinte, em nível estável. A participação na renda dos 10% mais ricos, que era de 46,5% em 1970, passou para 47,9% em 1980. O crescimento da concentração foi, portanto, mínimo. Se os dados de 1970 forem ajustados para se tornarem perfeitamente compatíveis com os de 1980, conclui-se que, enquanto a economia crescia substancialmente, não houve nenhuma concentração de renda.

Na verdade, se tomarmos outros dados (vejam-se os PNAD de 1972 e 1976 e o artigo que publiquei em *Estudos Econômicos*, setembro de 1978, “Os Desequilíbrios da Economia Brasileira e o Excedente”), verificaremos que a renda continuou se concentrando até 1974 e em seguida entrou em um processo moderado de desconcentração, que teve como resultado anular a concentração dos primeiros quatro anos da década.

Essa concentração moderada mas efetiva foi consequência de dois fatores. Em primeiro lugar temos que, a partir de 1974, começa um processo de desaceleração cíclica. Ora, nos períodos de desaceleração os lucros tendem a cair mais do que os salários, desconcentrando a renda. Em segundo lugar, as eleições de 1974 serviram como uma advertência para o governo e levaram-no a mudar sua política concentradora. Especialmente na área salarial as mudanças foram significativas já a partir de novembro de 1974. Os movimentos sindicais ocorridos a partir de 1978 aceleraram as mudanças.

As mudanças, entretanto, não foram dramáticas pela simples razão de que o consenso estabelecido no início dos anos 70 foi um consenso reformista, não um consenso revolucionário. O sistema capitalista não foi posto em questão. O que se pretendeu foi simplesmente melhorar um pouco a distribuição da renda. E esse objetivo foi parcialmente alcançado.

Neste momento, entretanto, quando o Brasil enfrenta a maior crise econômica da sua história, é preciso assinalar que a questão da distribuição da renda é pouco pertinente. Quando a renda por habitante está em acelerado processo de redução,

quando o desemprego assola o País e quando os índices de pobreza absoluta (que diminuíram nos anos 70) devem estar aumentando de forma dramática, o problema fundamental não está na distribuição da renda, mas na produção dessa renda. O problema está em encontrar uma política de ajustamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos e uma alternativa à política recessiva do Fundo Monetário Internacional.

Esse é o verdadeiro desafio que a sociedade civil brasileira enfrenta no início dos anos 70 e que, até agora, não soube resolver. O desafio dos anos 70 – a distribuição da renda – foi enfrentado de forma muito limitada. Agora, e provisoriamente, se encontra em segundo plano, diante da ameaça maior da estagnação, da fome de muitos e do empobrecimento geral. Diante de uma situação como esta, o problema de distribuir melhor a renda é ainda essencial, mas aumentar a produção e o emprego tem uma eficiência em termos de bem-estar da população muito maior. A distribuição de renda voltará a ser um problema fundamental da sociedade brasileira nos anos 90, quando os trabalhadores, voltando a condições mais próximas do pleno emprego, tiverem melhores condições de exigir seus direitos. (16/10)

O Decreto-lei 2.045 e a negociação necessária

O debate nacional sobre o Decreto-lei 2.045, cuja votação pelo Congresso deverá ocorrer nesta semana, revela bem a profunda crise de legitimidade do governo federal. Nenhum setor significativo da sociedade, nem mesmo os empresários, apóia o decreto.

Seria interessante perguntar por que essa unanimidade contra um decreto que estabelece um redutor de cerca de 20% na correção monetária dos salários. Que os trabalhadores e os partidos de oposição se oponham ao decreto é muito natural. Mas que os empresários também adotem a mesma posição não deixa de ser surpreendente.

Este fato é ainda mais extraordinário quando nos lembramos que, para reduzir a taxa de inflação, que está atingindo níveis insuportáveis, é essencial, entre outras medidas, a desindexação parcial dos salários. É praticamente impossível em uma economia como a brasileira reduzir o patamar de inflação sem se aplicar um redutor não apenas nos preços controlados pelo CIP e nos juros, mas também nos salários. Além disso, é correta a afirmação do ministro do Planejamento de que, caso a infla-

ção se torne declinante, o fato de os salários serem corrigidos em 80% do INPC não implicará necessariamente redução dos salários reais, já que o que interessa é o salário médio real entre duas correções, e este aumenta quando a taxa de inflação diminui, eventualmente compensando o redutor de 20%.

Não obstante esses fatos, não apenas os trabalhadores, e os partidos de oposição, mas também a sociedade civil como um todo está contra o decreto. Por muitas razões: porque o decreto penaliza excessivamente os trabalhadores, inclusive aqueles mais pobres, que ganham até três salários mínimos, porque não se acredita na redução da taxa de inflação, porque o INPC já está sendo expurgado, porque se entende que a redução dos salários diminuirá a demanda por bens de consumo e agravará ainda mais a recessão.

Essas são as razões alegadas. São razões concretas, racionais, mas não suficientes para explicar a repulsa geral ao decreto.

Essa repulsa só pode ser explicada como uma atitude política da sociedade civil de rejeição geral da política econômica do governo, senão do próprio governo. Nesse caso, o Decreto-lei 2.045 torna-se um símbolo dessa política, que a sociedade escolhe para rejeitar.

Se esta interpretação for correta, é fácil compreender a gravidade da atual crise política e seus reflexos sobre a crise econômica. Estabelecido o descompasso geral entre a sociedade civil e o governo, este passa a atuar no vazio, torna-se incapaz de agir, e a crise econômica, que só poderá ser solucionada através de uma ação firme e coerente por parte do Estado, apenas se aprofunda.

Por isso se torna necessária a negociação. Por isso a oposição, sem transigir na defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia, deve fazer concessões ao governo, da mesma forma que este deveria desistir oficialmente do Decreto-lei 2.045 e propor algo mais razoável do que a idéia contida no documento dos 11 do PDS, o qual, em matéria salarial, é pior do que o Decreto-lei 2.045.

Porque, diante da gravidade da crise econômica e política, um fato parece certo: negociar, fazer concessões mútuas, preservando os salários dos trabalhadores mais pobres e a democracia das decisões é a única alternativa ao caos que ameaça o País.

(18/10)

Política econômica ou então o caos

A oposição não teve condições mínimas para negociar com o governo federal no caso do Decreto-lei 2.045, já que o presidente do PDS não tinha autoridade para tal. Por isso não lhe restou outra alternativa senão rejeitar o decreto. E por isso também foi inevitável que o governo federal enviasse novo decreto para o Congresso, já que seu acordo com o FMI é inviável sem a desindexação parcial dos salários e o aumento dos impostos.

Perfeitamente evitável era a decretação do estado de emergência em Brasília no momento em que o Decreto 2.045 estava para ser rejeitado. Não logrou impedir sua rejeição, desmoralizou ainda mais o governo no plano político e agora funciona como um obstáculo às negociações necessárias entre governo e oposição no plano da política econômica.

Porque não há dúvida alguma de que, apesar da repulsa que o 2.064 vem causando, por provocar um violento achatamento dos salários da classe média, essa negociação é necessária.

O Brasil enfrenta uma crise econômica sem precedentes, derivada de uma política de ajustamento fortemente restritiva, que tem como objetivo reequilibrar as contas externas do País. Podemos ter objeções quanto a essa política, especialmente devido à severidade das medidas de ajustamento, que visam obter saldos comerciais imensos a curtíssimo prazo (6 bilhões de dólares neste ano, 9 bilhões em 1984). E também porque os economistas do Fundo Monetário Internacional e do governo não são capazes de compreender (1) que o desequilíbrio externo atual não se deve ao fato de que o Brasil esteja gastando mais do que produzindo e (2) que a inflação não se deve ao déficit público, ao aumento da quantidade de moeda e, portanto, ao excesso de demanda.

Essas objeções, entretanto, não mudam um fato objetivo: para obter o equilíbrio externo o Brasil terá de realizar sacrifícios, teremos de reduzir os padrões de consumo, não tanto quanto o FMI pretende, mas certamente mais do que desejaríamos.

A oposição sabe disso. Por isso precisa negociar. Precisa fazer concessões de forma a permitir que o governo leve adiante sua política. O interlocutor deverá ser diretamente o ministro do Planejamento, que é o único homem no governo, além do presi-

dente, com autoridade para negociar nessa matéria. E o governo precisa também fazer concessões, precisa ouvir o Congresso. Se este recusou o 2.045, não faz sentido enviar um Decreto 2.064, que mantém o corte do total da massa de salário nos mesmos 80% do INPC, com a diferença de que todo o peso cai agora sobre a classe média.

Em matéria de política salarial, uma solução conciliatória, viável no curto prazo, seria garantir o INPC de 100% até três salários mínimos e depois estabelecer 80% do INPC para os demais até vinte salários mínimos, garantindo-se para todos os níveis salariais 100% do INPC até os primeiros três salários mínimos. Outra alternativa mais técnica seria voltar à utilização de uma fórmula de reajustamento salarial que garantisse a manutenção do salário médio real ou estabelecesse um pequeno redutor planejado para o mesmo. Há dois tipos de fórmulas que levam a esse resultado, uma já praticada anteriormente, a outra incluída no programa nacional do PMDB: a escala móvel. O governo e a oposição conhecem perfeitamente essas fórmulas e podem entrar em um acordo sobre elas.

Em síntese, a oposição pode desejar do governo federal uma posição mais firme na negociação com os credores internacionais, pode falar em moratória, pode ter outras teorias sobre como combater a inflação, pode considerar que a atual política econômica agrava em vez de resolver os problemas financeiros e econômicos do Brasil. E, em função dessa visão alternativa, tem o direito e o dever de criticar, de forma a obter algumas modificações nessa política. Mas não pode impedir que uma política seja posta em prática.

Porque, no momento, a alternativa à total paralisação do Estado é o caos econômico. Há várias possibilidades de se enfrentar a crise atual através de política econômica, umas melhores outras piores. A pior de todas as alternativas, entretanto, é imobilizar o Estado, impedir que qualquer política econômica seja posta em execução. Por isso, negociar é preciso. (25/10)

Renegociação da dívida e poder

Renegociar a dívida externa brasileira significa renegociar a taxa de juros dos empréstimos a longo prazo. Significa também reescalonar o pagamento do principal e dos juros, de forma a permitir que o País retome o crescimento a curto prazo. Finalmente, significa comprometer-se com um programa de ajustamento do balanço de pagamentos que não se confunda com as

condicionalidades do FMI, mas que leve efetivamente o País a nivelar, ou seja, deixar de aumentar o volume total de sua dívida externa em um prazo de alguns anos.

Dessa tríplice pauta de negociação, o primeiro item é o mais difícil e o mais importante. É o mais difícil porque a baixa da taxa de juros implica prejuízo para os bancos emprestadores. É a mais importante porque, dados o volume da dívida e o nível elevado da taxa de juros real, qualquer programa de ajustamento é inviável sem a redução significativa da taxa de juros. O reescalonamento dos pagamentos é também essencial, mas não apresenta dificuldade mais séria para os bancos desde que o País recupere um mínimo de confiabilidade. Esta confiabilidade depende do terceiro item da pauta de negociação: o programa realista de ajustamento do balanço de pagamentos com o qual o País se comprometerá e depois cumprirá. Entretanto, como o cumprimento do compromisso será posterior à negociação, em um primeiro momento será essencial que os negociadores sejam confiáveis.

Na verdade, em uma negociação dessa natureza, mais do que a confiabilidade, o fator essencial é o poder efetivo dos negociadores, internamente e com relação aos credores. O motivo fundamental pelo qual o Brasil não foi ainda capaz de realizar uma negociação satisfatória de sua dívida externa é essa falta de poder dos negociadores. Certamente também foram cometidos erros, principalmente na primeira fase da negociação, mas o problema fundamental não são os erros, e sim as limitações de poder dos negociadores brasileiros. A rigor, dada a sua falta de poder, não lhes tem restado outra alternativa senão aceitar integralmente as condicionalidades do Fundo Monetário Internacional. O máximo que conseguem é discutir problemas de ordem operacional em relação às condicionalidades estabelecidas soberanamente pelo Fundo e aprovadas pelo Comitê de Assessoramento, formado pelos bancos credores.

O poder é necessário para a negociação, porque na relação entre credores e devedores há obviamente um jogo de poder. Quando, em setembro de 1982, o mercado financeiro internacional foi suspenso para o Brasil, seu substituto automático foi a negociação ou a administração da dívida externa brasileira. Ora, enquanto o princípio básico da coordenação via mercado é a concorrência, o da coordenação administrativa é o poder.

O poder dos bancos está em sua própria capacidade e na de seus governos de retaliação. E está no respaldo jurídico de

seus créditos. O poder do Brasil está no fato de ser um grande devedor, cuja quebra traria consequências desastrosas para os bancos. Mas a esse tipo de poder é preciso adicionar um outro, provavelmente mais importante: o poder interno dos negociadores, ou seja, o apoio que os governantes responsáveis pela negociação tenham da sociedade civil – sua legitimidade, portanto. Se os governantes têm o respaldo da sociedade civil, eles podem assumir riscos na negociação. Se não têm, como é o caso do governo brasileiro, não terão condições de assumir riscos. A forma mais segura de se manter será adotar uma política conservadora, que minimize os riscos.

Na negociação do Brasil com o sistema financeiro internacional representado pelo FMI, a necessidade de poder por parte dos governantes deriva dos riscos envolvidos em uma negociação difícil. Os grandes bancos internacionais e o FMI sabem que o Brasil não tem condições de ser bem-sucedido em um programa de estabilização, devido ao nível da taxa de juros internacional. Por isso, poder-se-ia supor que aceitariam com facilidade uma baixa da taxa de juros. Afinal, alguns bancos já começam a lançar como prejuízo parte de seus ativos aplicados no Brasil. Essa suposição, entretanto, é errônea. Como as taxas de juros de captação que esses bancos pagam são altas, seus prejuízos serão inevitáveis caso aceitem a baixa da taxa de juros dos empréstimos vencidos. Além disso, caso cedam ao Brasil, terão de ceder para outros países, aumentando seus prejuízos. Por isso, embora percebam a inviabilidade do atual acordo com o Brasil, resistirão o mais possível a uma mudança nas bases do acordo.

Essa resistência poderá transformar-se em retaliação caso os negociadores brasileiros optassem por uma moratória unilateral. Por outro lado, não faz sentido a submissão do Brasil aos credores e ao FMI, como vem acontecendo atualmente. Esta não-política não interessa ao País e, em última análise, nem aos credores.

Sem recorrer à moratória unilateral, não há dúvida, porém, de que a negociação que faz sentido implica uma posição de força do Brasil; implica, fundamentalmente, a obtenção de juros reais consideravelmente reduzidos. Embora os bancos credores estejam em princípio dispostos a aceitar alguma redução de juros, resistirão a essa proposta. E haverá sempre o risco de uma ruptura.

Por isso, é fundamental que, durante o processo de negociação, que será necessariamente longo, o Brasil se comprometa a

um programa de ajustamento que considere viável e passe imediatamente a cumpri-lo. Tenho a nítida impressão de que os bancos internacionais reagirão com naturalidade a uma posição de força do Brasil no processo de negociação. Dentro de certos limites, até a desejam, para que se possa sair do atual impasse. Mas não admitirão que o Brasil aproveite o êxito da negociação para voltar a expandir seus investimentos e seu consumo de forma irresponsável.

A renegociação da dívida brasileira é, portanto, necessária e viável para o devedor e para os credores. No presente momento, entretanto, não se deve esperar nenhum movimento importante nesse sentido, dada a falta de poder do governo brasileiro. Será preciso esperar que as eleições a se realizarem dentro de um ano alterem essa situação.

Para 1984 os jogos já foram feitos; não serão alterados, a não ser pela imposição dos fatos. A sociedade civil brasileira parece ter inclusive se apercebido desse fato. Por isso, voltou todo o seu esforço e sua esperança para o restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República. Só depois das eleições o Brasil terá condições para renegociar sua dívida externa. A alternativa para essa renegociação será a recessão a longo prazo, a submissão a longo prazo ao FMI e, não obstante, o não cumprimento por razões de fato das metas prometidas, a insatisfação permanente dos credores e a crise econômica, política e social. (*Gazeta Mercantil*, 15/12)

Agora, é salvar 85

O Fundo Monetário Internacional tem um projeto para o Brasil. Em 1984 foram estabelecidas as seguintes metas: 9 bilhões de superávit na balança comercial (correspondendo a cerca de 6 bilhões de déficit em transações correntes), aumento de 50% na oferta de moeda, eliminação total do déficit público real ou operacional. Para 1987 ou, no máximo, 1988, o FMI estabelece como objetivo zerar a balança em conta corrente do Brasil ou, o que vem a dar no mesmo, nivelar a dívida externa do País. Nesse momento nossa dívida externa deverá atingir cerca de 120 bilhões de dólares, sobre a qual estaremos pagando cerca de 15 bilhões de dólares anuais de juros. Nosso superávit comercial, dados os 4 bilhões de dólares de serviços reais (transportes, seguros e turismo) e o 1 bilhão de dólares de investimentos diretos, deverá alcançar 18 bilhões de dólares, para que a balança em conta corrente zere (18 bilhões de saldo

comercial mais 1 bilhão de investimentos diretos, menos 15 bilhões de juros e 4 bilhões de serviços reais igual a zero).

Estes números indigestos são o projeto do FMI para o Brasil. Trata-se de um projeto, em primeiro lugar, gravemente recessivo e, em segundo, claramente inviável.

O caráter recessivo do projeto deriva da permanente compressão das importações que está nele implícito. Os programas de ajustamento do FMI geralmente logram um aumento de saldo comercial, como foi possível comprovar, no caso brasileiro, em 1983; mas 80 a 90% desse saldo comercial é sempre devido à diminuição das importações, lograda pela recessão interna.

A política monetária e a política fiscal, ambas extremamente rígidas, que completam o programa do Fundo, visam teoricamente desaquecer a demanda, reduzir a inflação e levar o País a “não gastar mais do que produz”. Na verdade, o País não está gastando correntemente mais do que produz, já que a demanda está desaquecida há três anos. Mas o País está obrigado a pagar juros elevadíssimos sobre dívidas passadas. Esses juros, para serem pagos, devem ser cobertos por novos financiamentos ou por superávits crescentes da balança comercial. Como os bancos encontram dificuldades em aumentar os financiamentos, não resta ao Fundo outra alternativa senão provocar recessão via políticas fiscal e monetária, e assim reduzir importações e aumentar o superávit comercial.

Em 1983 esse objetivo foi alcançado. Teremos mais de 6 bilhões de dólares de superávit comercial e uma queda do PIB de cerca de 4%. Em 1984 a previsão é de 9 bilhões de saldo comercial, que exigirá provavelmente outros 4% da queda da renda nacional. A eliminação do déficit público e a meta de 50% de aumento da oferta de moeda, embora não devam ser atingidas, são os instrumentos recessivos para se lograr aquele superávit comercial.

Ora, um projeto recessivo a longo prazo para o Brasil não faz sentido nem econômico nem moral. Não faz sentido econômico porque significa a falência ou o atraso tecnológico – devido à impossibilidade de realizar investimentos – de um número crescente de empresas. Porque significa pôr em risco o maior parque industrial do Terceiro Mundo, que precisa hoje, mais do que nunca, acompanhar o desenvolvimento tecnológico para se tornar competitivo e exportar. Não faz sentido moral porque significa mais desemprego, mais subnutrição, mais doenças,

mais sofrimento de milhões de brasileiros que estão sendo jogados para a situação de pobreza absoluta. Teodoro Meissner observa que somente entre 1981 e 1982 o número de brasileiros que ganhavam no máximo meio salário mínimo (28.560 cruzeiros mensais) saltou de 7,4 milhões para 10 milhões de pessoas.

Além de recessivo, entretanto, o projeto do FMI para o Brasil é claramente inviável. Pela simples razão de que, dado o nível de endividamento do Brasil e dada a elevadíssima taxa de juros real existente no mercado internacional (cerca de 7%), não será possível lograr em 1988 (a preços de hoje) um superávit comercial de 18 bilhões de dólares.

Para que esse objetivo fosse viável em um quadro de permanente recessão, seria necessário (admitindo-se que as importações se estabilizassem em 15 bilhões de dólares, que só são viáveis se mantidos aproximadamente os atuais níveis de desemprego e capacidade ociosa) que as exportações crescessem de 22 para 33 bilhões de dólares. Seria necessário, portanto, um crescimento real das exportações brasileiras de cerca de 8,5% ao ano nos próximos cinco anos. Dadas as perspectivas da economia mundial, essa taxa de crescimento é evidentemente irrealista. Se imaginarmos a hipótese improvável de que as importações brasileiras baixem para 12 bilhões de dólares, graças ao agravamento da recessão e à substituição de importações, ainda assim seria necessário um crescimento anual das exportações nos próximos cinco anos de 6,4% ao ano – número também inviável para uma economia mundial cujo comércio não deverá crescer em termos reais mais de 1 a 2% ao ano nesta década por diversas razões, entre as quais as próprias políticas de ajustamento a que estão submetidos todos os países devedores.

O projeto do FMI para o Brasil é, portanto, recessivo e inviável. Na verdade, é irracional, não apenas porque inviável, mas também porque parte de premissas falsas, entre as quais a principal é a de que o remédio para os problemas do País é a recessão, justificada a partir da teoria ortodoxa segundo a qual a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos do País decorreriam de excesso de demanda, ou seja, de gastos correntes superiores à produção.

Ou, mais precisamente, o projeto do FMI possui uma racionalidade perversa e contraditória. Seus economistas, da mesma forma que os dos bancos internacionais, sabem que o Brasil está com a demanda desaquecida e que, portanto, a inflação não é causada por excesso de gastos correntes. Mas sabem

também que, para aumentar o superávit comercial a curto prazo, recessão em cima de recessão traz sempre algum resultado.

Por outro lado, o FMI usa a taxa de juros internacional como um dado que não lhe cabe discutir. Além disso, estabelece o objetivo de zerar a balança de conta corrente do País no prazo mais curto imaginável. Nesses termos, não lhe resta outra alternativa senão definir seu projeto de ajustamento para o País da forma que o faz, embora sabendo-o recessivo e, em última análise, inviável.

Resta agora perguntar qual é o projeto do Brasil para o próprio Brasil. Vamos concordar com uma recessão sem fim, vamos aceitar o prosseguimento do processo de desindustrialização em marcha, vamos admitir que o desemprego e a fome continuem a aumentar? Se não vamos admitir esses resultados, temos de colocar em questão o projeto do FMI e preparar um outro projeto alternativo aceitável para o sistema financeiro internacional.

O projeto ideal para os bancos internacionais é o do FMI, mas os bancos sabem que esse projeto é inviável, devido à taxa elevada de juros e à necessidade irrealista de aumentar exportações e/ou reduzir importações. Já há muitos bancos admitindo que terão de perder parte de seus ativos para poder receber o restante. Portanto, aceitarão uma negociação global da taxa de juros. Por outro lado, os prazos também terão de ser e poderão ser negociados. Estas serão as duas negociações básicas: juros e prazos. A partir dessa negociação haverá um projeto brasileiro para o Brasil alternativo ao projeto do FMI.

A renegociação da dívida brasileira, que permitirá ao Brasil voltar a crescer, será, entretanto, uma negociação política. Será uma negociação em que o poder e a habilidade das partes – do governo brasileiro de um lado, dos bancos estrangeiros do outro, apoiados no FMI e nos seus respectivos governos – serão a variável fundamental.

O governo brasileiro é hoje um governo politicamente fraco. Por isso não tem o poder necessário para a negociação necessária, que, afinal, terá de ser com os próprios governos dos países credores. E por isso não tem outra alternativa senão se ajustar ao FMI. Obedecer às regras do jogo.

Mas é por isso, também, que todas as esperanças da sociedade brasileira estão voltadas para a eleição de um novo presidente que tenha legitimidade na sociedade civil e, portanto, po-

der para negociar. O sentido da campanha pelas eleições diretas é fundamentalmente esse. Só assim poderemos ter um 1985 melhor. Porque, infelizmente, tudo indica que 1984 já está perdido, ou seja, será tão mau para o Brasil como 1983. (*IstoÉ*, 28/12)

Capítulo 8

1984 - A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

Os credores e a dívida

De volta de um intenso programa de visitas a bancos europeus, durante as quais tive oportunidade de manter conversações muito francas, parece oportuno fazer um balanço sumário de nossas relações com nossos credores. Existem algumas concordâncias básicas. Há obviamente contradições. E, finalmente, há os equívocos ou as soluções pouco realistas.

A primeira concordância básica diz respeito à idéia de que a dívida externa e as decorrentes políticas de ajustamento exigidas pelo FMI são o grande empecilho à retomada do desenvolvimento brasileiro. Enquanto o País for obrigado a manter em níveis muito baixos suas importações graças a medidas monetárias e fiscais recessivas, a recessão não pode, por definição, ser superada. A taxa de juros elevada e o desinteresse dos empresários em investir são meras decorrências daquele problema básico.

Como a política de ajustamento adotada pelo FMI jamais é colocada em dúvida pelos banqueiros e como o programa de ajustamento para este ano já está definido, torna-se inviável ainda em 1984 a recuperação da economia brasileira.

Mas, em contrapartida, os banqueiros sentem um real interesse pela retomada do desenvolvimento brasileiro. Consideram o Brasil parte integrante e importante do sistema capitalista, receiam o agravamento dos problemas sociais e têm interesse em

retomar os negócios, que sempre foram muito lucrativos, com o Brasil.

Para permitir essa retomada, entretanto, seria necessário que os banqueiros rolassem uma parte maior dos juros que lhes pagamos anualmente (o chamado “dinheiro novo” do projeto 1). Por enquanto, não estão dispostos a isso. Pelo contrário, ainda estão interessados em reduzir seus riscos com o Brasil. Quando, em setembro último, Affonso Celso Pastore, recém-empossado no Banco Central, começou a negociação do atual empréstimo-jumbo, pediu cerca de 9 bilhões de dólares. Conseguiu apenas 6,5 bilhões, e mesmo estes, a duras penas. Para 1985 falam em apenas 4 bilhões de dinheiro novo. Ameaçam-nos, portanto, com permanente recessão, já que, nesses termos, a não ser que a recuperação das economias centrais seja mais vigorosa do que se prevê atualmente, teremos de manter nossas importações muito limitadas e, portanto, o estado de recessão.

Como, todavia, não estão interessados em recessão permanente, falam imediatamente na necessidade de uma solução de mais longo prazo para o Brasil. Segundo a maioria dos banqueiros, essa solução teria dois aspectos: uma maior participação dos seus governos nos financiamentos, de forma que seus próprios riscos sejam reduzidos, e um esquema ainda a ser estudado de transformação de parte dos juros que têm a receber em cruzeiros para serem investidos no Brasil.

A primeira idéia é obviamente fantasiosa, conforme George Shultz deixou muito claro em sua recente viagem ao Brasil. Os governos dos países centrais não têm condições financeiras e principalmente políticas para ajudar países devedores como o Brasil. Já a segunda idéia, que ouvi repetida por um número considerável de banqueiros, é mais viável. O Brasil está pagando atualmente cerca de 13% de juros nominais ao ano, dos quais 4% correspondem à inflação externa e 9% a juros reais. A idéia seria manter compulsoriamente metade desses 9% no Brasil, em cruzeiros, permitindo que os bancos investissem esse dinheiro, diretamente ou através de terceiros, em empresas existentes ou a serem formadas no Brasil.

Juntamente com essa idéia, que merece cuidadoso estudo, já que a atual taxa de juros real paga pelo Brasil – cerca de 9% ao ano – inviabiliza qualquer retomada do desenvolvimento, os banqueiros falam sempre na necessidade de estimular os investimentos diretos. Nesse ponto são novamente contraditórios, porque os investimentos diretos diminuíram no Brasil não em fun-

ção de algumas restrições muito razoáveis que fazemos mas em função da recessão, que não cria oportunidades de investimento para ninguém, inclusive para as empresas multinacionais.

Mas os banqueiros insistem em que é necessária uma solução de longo prazo, que permita a retomada do desenvolvimento brasileiro. E concordam também em que, para uma solução desse tipo, eles próprios em seus bancos, o FMI e os governos dos países centrais pouco poderão fazer. A única conclusão a que se pode chegar, portanto, é que, nessas circunstâncias, só o próprio governo brasileiro tem condições de fazer alguma coisa, de estabelecer amigável mas firmemente as bases de um novo acordo que nos permita sair da recessão.

Para esse novo acordo, a obtenção de um superávit na balança comercial de 6,5 bilhões de dólares e o desempenho mais realista do novo presidente do Banco Central contam pontos. É preciso, agora, saber se as autoridades brasileiras estão dispostas a assumir o risco de propor, e de até certo ponto exigir, esse novo acordo de longo prazo. Porque é preciso lembrar que, sendo tão grande o número de bancos credores, só uma autoridade central como o governo brasileiro pode propor – e amavelmente impor – uma solução razoável para todos, inclusive para o Brasil. (21/02)

Recuperação de fôlego curto

Alguns analistas econômicos, apoiados em dados objetivos, vêm falando com otimismo das perspectivas da economia brasileira para 1984. Os acordos que temos com o FMI, entretanto, não autorizam essa perspectiva. Na verdade, se temos alguns resultados positivos, sua causa principal deve ser o mau funcionamento provisório dos mecanismos recessivos acionados pelo governo para conter as importações nos níveis desejados, e dessa forma alcançar em 1984 a meta de um saldo comercial de 9 bilhões de dólares. Ainda que a economia esteja pronta para voltar a crescer, o fôlego da recuperação certamente será curto.

Durante o ano de 1983 o Brasil enfrentou a mais grave recessão de sua história industrial. Segundo os últimos cálculos da Fundação Getúlio Vargas (*Conjuntura Econômica* de fevereiro), o produto real brasileiro decresceu 3,3%, devendo-se a maior responsabilidade da queda à indústria, cujo produto caiu 7% (ou 6%, segundo os últimos levantamentos do IBGE, publicados nesta *Folha* no último domingo). A indústria de bens de capital, em particular, caiu 20,2%. O desemprego aberto, por sua vez,

segundo cálculos publicados naquela mesma revista, deve ter alcançado em dezembro 13,55% da força de trabalho e não 5,63% como pretende o IBGE. Ao mesmo tempo, o número de falências e concordatas praticamente dobrou em 1983 em comparação a 1982.

Esses resultados extremamente negativos estão diretamente relacionados com a política de ajustamento do FMI, o mesmo ocorrendo com a taxa de inflação, que alcançou o recorde histórico de 211,8% em 1983, apesar de o aumento da oferta de moeda (M1) ter-se restringido a 94,5% e o déficit público operacional ter caído de 6,6% do PIB em 1982 para 2,5% em 1983.

O maior êxito de 1983 – o saldo na balança comercial de 6,5 bilhões de dólares – deveu-se principalmente à queda das importações e secundariamente a um pequeno aumento das exportações, relacionando-se, portanto, também de forma direta com a política do FMI. É preciso, entretanto, assinalar os bons resultados na exportação de manufaturados, que continuam a ser a grande arma e a grande esperança do Brasil, e o aumento da produção nacional de petróleo, que permitiu uma significativa economia de divisas.

Agora surgem notícias de uma relativa recuperação da economia. O emprego estabiliza-se, a produção industrial aumentou em janeiro 3,5% em relação a janeiro de 1983, um erro de estimativa na contabilização de fretes e seguros (que caíram devido à queda das importações) faz-nos descobrir uma sobra de 1 bilhão de dólares em nossas contas externas, a boa safra agrícola confirma-se. E surge um novo otimismo em relação à economia nacional.

Não tenho nenhuma vocação para Cassandra, e gostaria de imaginar que o ciclo recessivo terminou e que já estamos entrando na fase de recuperação da economia. Dado que a produção industrial é cíclica e deve estar em níveis de 1977, já tendo, portanto, ocorrido a clássica queima de capitais própria das crises, esta seria uma perspectiva perfeitamente razoável, não fossem os acordos com o FMI.

Acontece, entretanto, que esses acordos existem, e que, nos termos dos mesmos, só seria possível a retomada do crescimento caso houvesse um espetacular aumento de exportações. Como esse não é o caso, o relativo alívio que se observa na economia deve ser atribuído principalmente a um fato: a ineficiência dos mecanismos recessivos de política econômica (controle

da base monetária, redução do déficit público e política salarial) colocados em prática pelas autoridades econômicas. Ainda que os objetivos formais dessas políticas possam estar sendo razoavelmente atingidos, eles não se mostram suficientes para compensar a predisposição para crescer da economia, apoiada na boa safra agrícola e na necessidade sazonal de recomposição de estoques.

Ora, se isso é verdade, o que devemos esperar em breve é o aumento da intensidade e do rigor desses controles, para manter frouxa a demanda agregada, garantir importações inferiores a 16 bilhões de dólares em 1984 e possibilitar, assim, que se atinga a meta principal da política de ajustamento: o saldo de 9 bilhões de dólares na balança comercial. E continuaremos assim em recessão. (20/03)

Recuperação da economia e a dívida

Apoiada em um aumento das exportações de manufaturados muito maior do que se esperava (40,69% em relação ao primeiro trimestre de 1983), a recuperação da economia brasileira vem demonstrando também um fôlego maior do que inicialmente previ (*Folha*, 20/03/84). Em contrapartida, a reunião dos países latino-americanos para examinar de forma conjunta o problema da dívida externa e das recentes elevações das taxas de juros internacionais coloca em questão os acordos com o Fundo Monetário Internacional.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que há uma contradição intrínseca entre os dois processos. De um lado, sob o comando do FMI, e como consequência da maxidesvalorização de fevereiro de 1983, vemos as exportações de manufaturados – que hoje já representam mais de 20% da produção da indústria de transformação – liderarem um tímido, mas de qualquer forma objetivo, processo de retomada do desenvolvimento, comprovado pelo crescimento da indústria de transformação, no primeiro trimestre de 1984, em relação a igual período de 1983, de 3,96%, segundo dados do IBGE. De outro, apesar da recuperação, fala-se cada vez mais na necessidade de capitalização parcial de juros e de fixação de uma taxa de juros compatível com as possibilidades de pagamento do Brasil.

Na verdade, entretanto, não há contradição entre os dois movimentos. A recuperação, embora venha tendo um fôlego maior do que o previsto, exatamente porque as exportações superaram as expectativas, continua a ter um fôlego curto, porque

não é razoável supor (1) taxas de crescimento das exportações muito altas, (2) taxas de crescimento das importações compatíveis com a retomada do crescimento e ao mesmo tempo muito baixas e (3) taxas de juros internacionais declinantes ao invés de ascendentes. Ora, só a conjugação desses três eventos permitirá que o Brasil alcance o equilíbrio em sua balança de conta corrente em 1987, como pretende o FMI. Nesse momento, o Brasil estaria transferindo para o exterior cada ano cerca de 15 bilhões de dólares, aproximando-se seu superávit comercial de 20 bilhões de dólares anuais.

Se essas projeções “otimistas” das exportações, das importações necessárias e da taxa de juros internacionais não são razoáveis, é evidente que, para alcançar o equilíbrio em conta corrente em 1987, a única alternativa será manter a recessão interna, que continuará a comprimir as importações – o que, obviamente, é inaceitável.

Por outro lado, está cada vez mais claro que o ajustamento externo de que a economia brasileira necessitava já foi feito. Em 1980, com um déficit comercial de quase 3 bilhões de dólares, a economia brasileira estava completamente desajustada; em 1981 e 1982, com superávits inferiores a 1 bilhão de dólares, a economia continuava gastando mais do que produzia, já que os serviços reais (fretes, seguros e turismo) são superiores a 3 bilhões de dólares. Mas em 1983 e 1984 alcançamos definitivamente um superávit comercial real. Além disso, aumentou a produtividade da indústria e esta se orientou decididamente para a exportação, como era necessário para o ajustamento.

A economia está, portanto, ajustada em termos externos. O déficit em conta corrente é exclusivamente causado por juros excessivos de dívidas passadas. Não faz, portanto, sentido se pensar em mais ajustamento, em mais recessão, em tomar novas medidas monetárias e fiscais para manter a economia em recessão, e assim cumprir o objetivo do Fundo de alcançar o equilíbrio em conta corrente em 1987.

Em síntese, a economia brasileira já se encontra ajustada e pronta para crescer. A recuperação em curso é um sinal desse fato, mas dificilmente poderá prosseguir se se pretender atingir os objetivos do Fundo. Por isso, não resta outra alternativa senão rever esses objetivos e a própria forma de o Brasil relacionar-se com a comunidade financeira internacional.

(29/05)

Concentração de renda e a dívida

Um dos efeitos mais perversos do processo de ajustamento externo a que o Brasil foi submetido desde 1981, e particularmente desde que passou a se submeter às condicionalidades do Fundo Monetário Internacional, é o da concentração de renda.

A partir de 1981, em função da dívida externa e da política de ajustamento adotada, a economia brasileira entrou em acelerado processo de declínio, traduzido em um decréscimo de mais de 10% da renda por habitante. O País ficou, portanto, mais pobre como um todo.

É preciso frisar, entretanto, que todas as indicações são de que o prejuízo não se distribuiu igualmente entre todas as classes e setores produtivos da economia. Há os grandes prejudicados e os grandes beneficiados. Grandes beneficiados são os rentistas, que se aproveitam dos altos juros, e os exportadores, que realizam altos lucros graças à maxidesvalorização de fevereiro de 1983. Grandes prejudicados são as pequenas e médias empresas endividadas e não exportadoras, são os trabalhadores e a classe média assalariada, que perdem seus empregos e vêem seus salários reais declinarem constantemente. Desde 1982 o índice de salários médios reais da Fiesp não pára de declinar. Em 1983, os salários médios reais caíram 16,2% em comparação à média de 1982.

A lógica perversa desse tipo de concentração de renda, do ponto de vista da política de ajustamento do Fundo, está baseada em duas idéias: (1) para reduzir importações (e combater a inflação) é preciso provocar a recessão através da elevação da taxa de juros, que beneficia os rentistas; e (2) para estimular as exportações é preciso desvalorizar a moeda e, assim, mudar a relação de preços entre os produtos exportáveis e os produtos não exportáveis, favorecendo os lucros dos exportadores e ao mesmo tempo encarecendo as importações. Nos dois casos, os grandes prejudicados são os assalariados e as empresas devedoras, principalmente as estatais.

A relativa recuperação da indústria de transformação neste início de 1984, baseada no aumento da exportação de manufaturados, enquanto o mercado interno continua rigorosamente comprimido — conforme demonstram as vendas a varejo e a arrecadação de ICM no Brasil, ambas ainda mais de 10% inferiores a abril de 1983 —, é coerente com essa perversa concentração de renda.

Naturalmente, além de concentração de renda interna, outra explicação para a manutenção do mercado interno em recessão, apesar de uma certa recuperação nas indústrias exportadoras, está na transferência de recursos reais para o exterior. De fato, em 1984, o superávit na balança de transações reais (superávit comercial menos serviços reais) deverá situar-se entre 7 e 8 bilhões de dólares.

Tanto a transferência de recursos reais quanto a concentração de renda são perversões do processo de ajustamento – conseqüências de se considerar prioritário o ajustamento externo à retomada do crescimento e à distribuição da renda.

Sem dúvida, o ajustamento externo tinha de ser feito, mas sem tanta pressa nem tanto sacrifício. A prioridade social fundamental hoje é a retomada do crescimento e a conseqüente criação do emprego. Mas não há necessidade alguma de se chegar a esse objetivo concentrando renda. Muito menos há necessidade de se aumentar ainda mais a desigualdade, ao mesmo tempo que se mantém a economia em permanente estagnação para ajustá-la externamente. Já temos plenas condições de adotar uma política econômica independente e de voltarmos a crescer sem concentrar renda. (05/06)

Renegociar a dívida sem romper com o FMI?

Há uma grande confusão sobre qual será a política do futuro governo Tancredo Neves com relação à dívida externa e ao Fundo Monetário Internacional. A imprensa tem veiculado a idéia de que haveria uma discordância básica entre “os economistas do PMDB”, que pretendariam o rompimento com o FMI, e os economistas e empresários da Frente Liberal, que seriam contrários a esse rompimento. Por outro lado, entre os itens preliminarmente acordados entre o governador Tancredo Neves, o deputado Ulysses Guimarães e a Frente Liberal, constam a retomada do desenvolvimento e a renegociação da dívida brasileira para torná-la compatível com essa retomada, sem rompimento com o FMI.

Provavelmente existem divergências entre os economistas sobre como o Brasil deve relacionar-se com o Fundo. Não apenas entre economistas do PMDB e da Frente Liberal, mas também entre os próprios economistas do PMDB. A colocação do programa mínimo, entretanto, excluindo a idéia de rompimento com o FMI, mas afirmando a necessidade de renegociação da dívida e subordinando essa renegociação à retomada do desen-

volvimento, é bastante feliz. Conforme afirmou o governador de Minas Gerais, "rompimento com o FMI é uma tolice. O fato de pertencer ao Fundo não significa que sejamos obrigados a aceitar todas as suas diretrizes, todas as suas imposições".

O compromisso fundamental do futuro governo Tancredo Neves com a nação brasileira, no plano econômico, é a retomada do desenvolvimento sem maior concentração de renda e a adoção de um plano de emergência que minore, a curto prazo, o problema da fome e do desemprego das populações mais carentes. Ora, para cumprir esse compromisso, os acordos com o FMI deverão muito provavelmente ser revistos. Esta revisão só não será necessária na hipótese improvável de as exportações brasileiras manterem uma taxa de crescimento anual em torno de 20%.

O Brasil precisa crescer no mínimo 6% nos próximos anos a fim de reduzir o desemprego. Para crescer a essa taxa, precisará aumentar suas importações entre 11 e 12% ao ano. Por outro lado, o FMI pretende que o Brasil zere sua balança de conta corrente em 1987 ou 1988. Para viabilizar esse objetivo e, portanto, manter os acordos com o FMI será necessário alcançar superávits comerciais crescentes. E, para isso, temos duas alternativas: ou o Brasil continua a aumentar suas exportações à taxa de 20%, podendo assim aumentar suas importações em 12%, e crescer a 6%; ou, não conseguindo aquele êxito nas exportações, mantém a economia em recessão, e assim não aumenta suas importações. Como a probabilidade de que o Brasil continue a aumentar suas exportações à mesma taxa do primeiro semestre de 1984 (20% ao ano) é mínima, caímos na segunda alternativa, ou seja, na manutenção da recessão ou de taxas de crescimento absolutamente insuficientes, caso mantenhamos os atuais acordos com o FMI.

Não restará, portanto, outra alternativa ao futuro governo Tancredo Neves senão a renegociação da dívida, abandonando-se o objetivo de zerar conta corrente em 1987 ou 1988. Deveremos comprometer-nos com superávits comerciais menores e, portanto, precisaremos de mais prazos, mais "dinheiro novo" emprestado pelos bancos internacionais e taxas de juros menores.

Para isso não há necessidade de romper com quem quer que seja. Basta discutir com o FMI e com os bancos internacionais qual o superávit comercial compatível com o crescimento do Brasil, a uma taxa de 6%. Na condição de nação soberana, o

Brasil definirá esse superávit, que não poderá nunca ser inferior a 6 bilhões de dólares, e estabelecerá quanto de “dinheiro novo” os bancos deverão aportar ao País para que possamos devolvê-lo através do pagamento de parte dos juros vencidos. Caso os credores não concordem, não restará outra alternativa ao Brasil senão proceder à capitalização forçada dos juros.

Em qualquer hipótese, não será o Brasil que romperá com o FMI e os credores. O futuro governo Tancredo Neves estabelecerá as condições mínimas para a renegociação. Se estas condições não forem satisfatórias para os credores e o FMI, caberá a eles a decisão de romper com o Brasil. É pouco provável, entretanto, que tomem semelhante decisão, já que, de um lado, estão esperando uma atitude mais enérgica do novo governo e, de outro, porque seus interesses comuns com o Brasil são muito grandes. (04/08)

Inflação e retomada do desenvolvimento

Resolvido com o FMI o problema da dívida externa, a partir do pressuposto de que a economia brasileira já está ajustada internacionalmente, o grande risco que enfrentarão os formuladores da política econômica em 1985 será querer subordinar a retomada do crescimento ao combate da inflação.

O ano de 1984 será ainda um ano de recessão para a economia brasileira. O crescimento de aproximadamente 5% da produção industrial no primeiro semestre, graças ao extraordinário desempenho das exportações – que cresceram 25% em relação ao mesmo período do ano passado –, não compensa a contração do mercado interno, definida por uma queda de 11% nas vendas de varejo. Esta discrepância entre as exportações e o mercado interno só pode ser explicada por uma forte redução dos salários médios reais e por uma nova fase de concentração de renda, propiciada pelo processo de ajustamento externo. O ajustamento, além da recessão e, portanto, da redução da renda por habitante – que já caiu cerca de 11% desde 1980 –, provocou a concentração de renda, como mostram os últimos levantamentos da Fibge.

Aloysio Biondi vem salientando nesta *Folha* que existe um processo de recuperação da economia brasileira. Não há dúvida de que esse processo existe, mas é ainda muito limitado, já que as elevadas taxas de juros reais (em torno de 30%), de um lado, e a redução dos salários reais (que caíram 14% no último ano), de outro, impedem que as empresas voltem a investir e que a re-

cuperação se torne efetiva. O modesto crescimento de apenas 5,9% da indústria de bens de capital nos primeiros cinco meses do ano, em comparação a igual período de 1983, mostra como os investimentos estão ainda paralisados.

É preciso, entretanto, assinalar que a economia brasileira já está ajustada internacionalmente e que, portanto, não há mais nenhuma razão para continuar em recessão. Uma vez que o Brasil logre que o FMI reveja o objetivo de zerar a conta corrente do Brasil em 1987 ou 1988, postergando-o por mais alguns anos, o Brasil terá perfeitas condições de voltar a crescer entre 6 e 7% ao ano a partir de 1985.

A economia brasileira já está ajustada porque alcançará neste ano um superávit comercial de cerca de 11 bilhões de dólares, porque a produtividade industrial aumentou substancialmente, porque as empresas brasileiras afinal compreenderam que a competitividade internacional é essencial, porque a produção de petróleo brasileira cresceu ao mesmo tempo que substituíamos petróleo por outras fontes de energia, de forma que hoje a produção nacional de petróleo corresponde a 60% do consumo, diante de 16% em 1979.

A inflação, entretanto, depois de duplicar de patamar em 1983, estabilizou-se em 1984 no nível de 200%. Em consequência, os economistas ortodoxos, que, apesar de toda a evidência em contrário, insistem em identificar desajuste interno (inflação) com desajuste externo (déficit na balança comercial) – quanto maior o déficit público e o crescimento da oferta monetária, maiores seriam a inflação e o déficit na balança comercial –, serão provavelmente levados a defender a tese de que o Brasil “precisa continuar a controlar rigidamente a oferta monetária e o déficit público (e portanto manter a economia em recessão) para combater a inflação”.

Não há dúvida de que é necessário combater a inflação, mas subordinar a retomada do crescimento à inflação é um contra-senso, quando se sabe que a inflação brasileira atual não é de demanda, mas administrada, e que sua resistência a desacelerar-se deriva diretamente da indexação da economia, pouco tendo a ver com o “elevado” déficit público, a “excessiva” oferta monetária, a “baixa” taxa de juros e o “excesso” de demanda.

O combate à inflação deve, portanto, ser claramente subordinado à retomada do desenvolvimento. Inclusive porque, conforme a experiência histórica brasileira demonstra, esta reto-

mada deverá facilitar, ao invés de dificultar, a redução da taxa inflacionária, na medida em que o crescimento da renda, em vez do crescimento dos preços, sirva de fator acomodador dos conflitos distributivos. (07/08)

Inflação, recessão e concentração

O grande desafio das sociedades industriais modernas é compatibilizar o crescimento firme do produto por habitante com uma moderada mas efetiva desconcentração da renda. Nos países centrais, apesar da considerável redução das taxas de crescimento do produto ocorrida nos últimos anos (quando começa a fase descendente do quarto ciclo longo de Kondratieff) e da onda política conservadora, estes dois objetivos vêm sendo razoavelmente atingidos. Conforme observou Paulo Francis no último domingo, os governos conservadores não logram reduzir o papel do Estado na economia, nem eliminar as conquistas social-democratas do Estado do Bem-Estar. As demandas dos trabalhadores e das classes médias assalariadas são mais fortes do que a pressão conservadora do capital oligopolista e financeiro e do que a lógica concentradora de renda da recessão econômica.

Não é este o caso do Brasil. O prolongado processo de concentração de renda e acumulação de capital iniciado em meados dos anos 50 com o desenvolvimentismo de Kubitschek manteve-se no governo Goulart, devido à lógica concentradora da recessão e da inflação, e agravou-se fortemente entre 1964 e 1974, nos quadros do pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista-multinacional.

A partir de 1975, entretanto, em função da derrota do governo nas eleições de 1974, há uma mudança na política salarial que reverte moderadamente a tendência concentradora. As greves de 1978 a 1980 fortalecem essa tendência. A lei salarial de novembro de 1979, que estabeleceu um processo interno de distribuição de renda entre os altos e os baixos salários, seria o coroamento dessa tendência.

Entretanto, tudo indica que a partir de 1980, não obstante a manutenção da política salarial distributiva (que só seria abandonada em 1983, através de uma sucessão de decretos-leis), volta a ocorrer um forte processo de concentração de renda. A lógica da inflação e da recessão torna-se então mais forte do que a pressão dos trabalhadores, a qual, aliás, declina a partir de 1981 em função do aumento do índice de desemprego.

A elevação deliberada das taxas de juros, beneficiando os rentistas, é a causa original desse novo processo de concentração. A recessão decorrente, ao provocar o desemprego e incentivar a rotatividade da mão-de-obra, acentua o movimento concentrador. Por outro lado, as empresas oligopolistas, ao verem ameaçadas suas taxas de lucro pela redução das vendas, tratam de aumentar suas margens de lucro e provocam a aceleração da inflação (que também se acelera em 1979 e em 1983 devido a duas maxidesvalorizações, à política de "inflação corretiva" dos preços relativos e à instabilidade dos preços agrícolas). Dada a elevação das taxas de juros, a taxa de lucro deveria aumentar correspondentemente (ou então voltar a baixar a taxa de juros) para manter o equilíbrio do mercado. A ativa política de altas taxas de juros impede esse equilíbrio, mas permite que as empresas consigam pelo menos manter sua taxa de lucro.

O instrumento fundamental das empresas para lograr essa manutenção da taxa de lucro, entretanto, mais do que o aumento das margens de lucro, será a aceleração da inflação. Através desse mecanismo e dado o intervalo de seis meses entre os reajustes salariais, cai o salário médio real. Acentua-se, assim, a concentração da renda já propiciada pelo aumento do desemprego e pelo aumento da rotatividade dos trabalhadores.

A economia brasileira não vem, portanto, enfrentando nenhum dos dois grandes objetivos econômicos das sociedades industriais modernas. Não cresce nem distribui renda. Pelo contrário, nos últimos quatro anos regrediu e concentrou renda. Os trabalhadores, inclusive a classe média assalariada (e as empresas estatais que se endividaram para manter o ritmo de investimentos entre 1974 e 1980), foram os grandes prejudicados, os empresários não endividados mantiveram suas posições e os rentistas de todos os tipos (inclusive empresas) foram os grandes beneficiados, graças à elevada taxa de juros.

Para que haja novamente a reversão dessa tendência concentradora será necessário baixar a taxa de juros, retomar o crescimento, reduzir moderadamente a inflação e encetar uma política de distribuição de renda com base na reforma do sistema tributário, e não na política salarial, que entre 1979 e 1982 se revelou incapaz de desconcentrar a renda. (11/09)

O fôlego curto da recuperação

No começo deste ano, quando Aloysio Biondi detectou nesta *Folha* o início de um processo de recuperação da econo-

mia brasileira, afirmei que essa recuperação era real, estava baseada no fato de que a economia brasileira já se encontrava ajustada do ponto de vista externo e, portanto, pronta para crescer, mas seria de fôlego curto devido ao acordo com o Fundo Monetário Internacional. Só um crescimento explosivo e sustentado das exportações poderia compatibilizar uma verdadeira retomada do crescimento com aquele acordo.

O crescimento das exportações neste ano tem sido, até o momento, extraordinário e, não obstante, a recuperação foi moderada. Embora o presidente da Fibge fale em crescimento de 3 a 4% neste ano, a previsão do presidente do Banco Central, de 1 a 2% de crescimento do PIB, parece mais realista. A modesta recuperação não significou, portanto, retomada do desenvolvimento. A economia continua em recessão.

Na última semana, o “fôlego curto” da recuperação, devido aos acordos com o FMI, ficou meridianamente claro. O Conselho Monetário Nacional aprovou um conjunto de medidas de caráter fortemente recessivo, cujo objetivo fundamental é reduzir drasticamente a oferta de moeda. O FMI parte do diagnóstico equivocado de que o aumento da quantidade de moeda é a “causa da inflação” – quando hoje a moeda não é nem causa de aceleração da inflação nem causa de manutenção do patamar da inflação, mas meramente consequência da inflação autônoma, já que a inflação está em 230%, enquanto a oferta monetária aumentou cerca de 130% nos últimos doze meses.

A partir desse diagnóstico equivocado, o FMI obriga o governo federal a tomar medidas de redução da quantidade de moeda para 95% no final do ano. Em consequência, a taxa de juros, que já é altíssima, aumentará ainda mais; os investimentos produtivos continuarão paralisados e a economia não retomará o crescimento.

O objetivo recessivo das medidas e o fôlego curto da recuperação evidenciaram-se, inclusive, na declaração de um membro do primeiro escalão do governo. Segundo ele, “a intenção do governo não é provocar mais recessão. Haverá apenas uma queda no ritmo da recuperação, que, particularmente no setor industrial, superou nossas expectativas”.

Estas medidas recessivas e esta declaração deixam, portanto, claro que a retomada sustentada do crescimento a níveis de 6 a 7% passa por uma negociação muito mais dura com o FMI e com os credores internacionais. Na próxima semana, quando todo o sistema financeiro internacional estará em

Washington para a reunião anual do FMI, os banqueiros internacionais certamente revelarão sua satisfação com o Brasil pelo superávit comercial obtido. A satisfação, entretanto, não é recíproca.

Enquanto subordinarmos a retomada do desenvolvimento ao combate à inflação e enquanto entendermos que ambos os objetivos são conflitantes – quando na verdade não o são –, essa retomada será improvável. O que é incompatível com a retomada do crescimento é a redução drástica da quantidade de moeda, na medida em que inviabiliza os investimentos e apenas beneficia as empresas e as pessoas físicas rentistas que vivem de juros a expensas do trabalho e da produção. (18/09)

Compromisso com a racionalidade econômica

A retomada do crescimento através da baixa da taxa de juros e do aumento dos investimentos públicos e o equilíbrio financeiro do Estado através do aumento do Imposto de Renda sobre a pessoa física são as medidas de política econômica mais urgentes a serem tomadas pelo futuro governo Tancredo Neves.

Como a retomada do crescimento, via baixa da taxa de juros e aumento dos investimentos públicos e privados, é incompatível com a política de ajustamento ditada pelo Fundo Monetário Internacional, pressupõe-se que essa política de ajustamento terá de ser abandonada. Este abandono justifica-se não apenas porque se deseja a retomada do crescimento, mas principalmente porque com um superávit comercial de 11 bilhões de dólares em 1984 a economia brasileira já pode ser considerada ajustada. O pequeno déficit em conta corrente não indica que o País esteja gastando mais do que produz, já que os juros se referem a dívidas passadas. Da mesma forma, a inflação superior a 200% não indica que o País esteja vivendo acima de seus meios, já que não se trata de inflação de demanda, mas de inflação autônoma, mantida nesse nível por força da indexação formal e informal da economia. Ao contrário do que o FMI afirma, portanto, o Brasil já ajustou sua economia e agora pode e deve usar de sua soberania para definir em termos responsáveis sua própria política econômica.

A baixa da taxa de juros, que viabilize a retomada dos investimentos privados, deverá ser obtida através de três medidas: 1) o aumento da oferta monetária; 2) um menor recurso à venda de títulos públicos para cobrir o déficit público; e 3) a aplicação

de um redutor de cerca de 10% na correção monetária, de forma a baixar os custos de captação das instituições financeiras.

O aumento do investimento público deverá orientar-se prioritária mas não exclusivamente para os serviços públicos e para o subsídio à habitação popular. São obras altamente absorvedoras de mão-de-obra e com baixo coeficiente de importação, além de se constituírem em salários indiretos.

O financiamento desses investimentos deverá ser realizado através do aumento do Imposto de Renda sobre pessoa física, com a eliminação de todos os incentivos fiscais, a taxação mais rigorosa de ganhos de capital e o aumento de alíquota sobre os rendimentos mais elevados. A carga tributária no Brasil é muito baixa quando comparada com a dos demais países e comporta aumento.

O combate à inflação se processará através (1) da imposição de redutor sobre a indexação de ativos financeiros, salários e aluguéis; (2) da correção cambial pelo índice de preços de produtos industrializados menos a inflação externa; e (3) do controle de preços dos setores oligopolistas. Com isso se procurará quebrar o fator mantenedor da inflação. Novas medidas de "inflação corretiva" deverão ser rigorosamente evitadas. A redução do déficit público deverá acompanhar a redução da inflação, já que o déficit público, assim como o aumento nominal da oferta monetária (atualmente cerca de 100 pontos percentuais abaixo do IGP), é muito mais consequência do que causa da inflação.

A redistribuição da renda não deverá ser feita através do aumento de salários reais, dado o caráter inflacionário desse tipo de política, mas através da redução dos juros, da elevação da carga tributária sobre os mais ricos e do redirecionamento da despesa pública em favor dos mais pobres.

A política econômica aqui proposta parte de uma série de pressupostos sobre o caráter do desajustamento e do recente ajustamento externo da economia brasileira, da natureza da inflação, da importância dos investimentos para a retomada do crescimento, do padrão de concentração de renda existente no País e da avaliação da carga tributária brasileira.

A lógica interna da proposta terá, naturalmente, de ser testada na prática. Medidas urgentes deverão ser tomadas logo no início do governo, para aproveitar o apoio popular. Mas, em seguida, será necessário, através de um processo de tentativa e erro, de consulta e de decisão, manter o barco no rumo certo. E será preciso, em certos momentos, ter a coragem de tomar medi-

das impopulares. Porque é preciso lembrar que os graus de liberdade com que joga o administrador de política econômica são muito pequenos, que a lei do valor ou dos mercados estabelece limites estreitos à sua ação e que seu compromisso com a sociedade, com seus objetivos e valores, deve ser sempre temperado com um outro compromisso: o compromisso com a racionalidade econômica. (*Jornal da Tarde*, 03/10)

Ciclo econômico e a recuperação

Em 1984 estamos assistindo a uma clara contradição entre o comportamento do setor real da economia, em expansão desde o início do ano, e a política econômica, que é cada vez mais recessiva em função das metas rigorosas estabelecidas pelo FMI.

A recuperação da economia continua a ocorrer. O nível de emprego na indústria de São Paulo cresce lenta mas firmemente. A Fibge anuncia taxas decrescentes de desemprego. Além das indústrias voltadas para a exportação, também as indústrias orientadas para o mercado interno começam a crescer. A massa salarial, que entrara em declínio violento a partir de 1983, vem crescendo sistematicamente e já superou seus níveis iniciais. As vendas a varejo, embora ainda se apresentem negativas na comparação do acumulado janeiro a agosto diante de igual período de 1983, nos dois últimos meses já apresentaram evolução positiva em relação aos meses correspondentes do ano passado. O crescimento de 3 a 4% do Produto Interno Bruto previsto pela Fibge parece constituir, portanto, uma possibilidade concreta para 1984.

Em contrapartida, a política econômica é cada vez mais restritiva. A política fiscal vem sendo extraordinariamente austera. O déficit público operacional (necessidades de financiamento do setor público, desconsiderada a correção monetária), que, em cruzeiros de 1984, foi de mais de 10 trilhões de cruzeiros em 1983 (2,7% do PIB), em 1984 transformar-se-á em um superávit de mais de 3 trilhões de cruzeiros (0,5% do PIB). E a política monetária continua também fortemente restritiva, já que a oferta de moeda cresceu cerca de 149,9% nos últimos doze meses diante de uma inflação no mesmo período de 212,9%. No último mês, o aumento do recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo obrigou os bancos a aumentar suas taxas de juros de captação para fazer caixa e, ao mesmo tempo, a aumentar suas taxas de aplicação, de forma que os juros reais hoje

são superiores a 40% ao ano, o que inviabiliza qualquer investimento com base em financiamento.

Temos, portanto, uma autêntica “briga” entre o setor real da economia, que quer crescer, e a política econômica, que busca impedir o crescimento em nome de uma equivocada estratégia de combate à inflação. Briga em que o setor real está vencendo e deverá continuar a vencer, não obstante os obstáculos criados pela política econômica.

No início do ano, quando foi detectada a recuperação da economia, reconheci o fato, mas pareceu-me que seu fôlego seria curto, devido à força da política econômica. A violência das medidas tomadas em setembro último para conter a expansão da base monetária pareciam confirmar esse pessimismo.

Entretanto, embora essas medidas estejam de fato reduzindo o vigor da recuperação, vai ficando cada vez mais claro que não serão capazes de impedi-la.

A razão para isso está em duas considerações. Primeiro, é necessário lembrar, uma economia capitalista desenvolve-se através de ciclos, nos quais as recessões têm o papel de queimar capitais e, assim, purgar a economia, ou seja, ajustá-la externa e internamente, de forma a eliminar as distorções dos mais variados tipos. Segundo, é preciso admitir que a recessão ocorrida no Brasil entre 1981 e 1983, ainda que desnecessariamente violenta, já cumpriu seu papel de purgar a economia brasileira, eliminando suas principais distorções. O déficit comercial transformou-se em um enorme superávit, o déficit público também se transformou em superávit público, os preços relativos foram colocados razoavelmente de acordo com a lei do valor, a produtividade das empresas cresceu consideravelmente, os investimentos substituidores de importação do II PND maturaram e a produção de petróleo cresceu extraordinariamente. Em síntese, a economia brasileira ajustou-se.

Ora, se isso é verdade, a dinâmica cíclica do desenvolvimento capitalista aponta desde o início do ano na direção da expansão. A política econômica em curso é uma tentativa de manter a economia brasileira artificialmente em recessão. Uma tentativa que provavelmente não terá êxito não apenas porque dentro de alguns meses deverá haver importantes mudanças na política econômica, em função da provável eleição de Tancredo Neves, mas, principalmente, porque imaginar que a política econômica é mais forte do que a lógica cíclica do capitalismo é uma velha ilusão tecnoburocrática. A política econômica pode adiar

e, principalmente, pode determinar o arrefecimento da recuperação, quando a recessão já cumpriu seu papel, mas não pode impedi-la. (30/10)

Salários e inflação

O problema do caráter inflacionário ou não dos salários e da política salarial é conturbado ideologicamente. Sempre que alguém afirma que uma política salarial favorável aos trabalhadores é inflacionária é tachado de reacionário pela esquerda e pelos assalariados em geral. Em contrapartida, os autores de propostas dessa natureza são invariavelmente acusados de irresponsabilidade por empresários e economistas de direita que desejam combater a inflação à custa da redução dos salários.

É natural que assim seja, já que a política salarial mexe diretamente com a distribuição da renda. Mas no momento está sendo necessário um pouco mais de serenidade no debate desta questão. Caso contrário, será impossível debelar uma inflação que incomoda a todos.

Em primeiro lugar, é preciso admitir que qualquer política salarial que pretenda aumentar os salários médios reais acima da produtividade é inflacionária. Por uma razão muito simples: porque tal elevação implicará aumento dos custos unitários de mão-de-obra direta e indireta. Como esses custos são muito importantes, os empresários tratarão de repassá-los para os preços a fim de defender sua taxa de lucro. E assim acelerar-se-á a inflação.

O argumento de que os salários pesam pouco na folha das empresas, embora verdadeiro, é incorreto. Quando se aumentam os salários reais acima da produtividade, o pressuposto é de que todos os tipos de remuneração do trabalho aumentem correspondentemente, e não apenas os salários diretos.

O argumento de que as empresas já estão ganhando muito e poderiam aceitar um aumento do custo unitário da mão-de-obra sem repassá-lo para os preços é idealista. Nem sempre elas estão ganhando muito, e mesmo que estejam, que auferam lucros monopolistas, não será através da política salarial que se poderá obrigá-las a ganhar menos. Há outras formas mais adequadas, embora de eficiência sempre relativa, para coibir os monopólios e taxar os lucros extraordinários.

Estabelecidas estas premissas, é preciso considerar, em se-

gundo lugar, um outro fato: a atual política salarial, de indexação de acordo com a inflação passada (basicamente, INPC pleno), não garante a manutenção do salário médio real do trabalhador e, ao mesmo tempo, é totalmente incompatível com a redução da taxa de inflação. Por outro lado, a redução do período de reajuste para base trimestral é um fator acelerador da inflação.

A fórmula do INPC pleno não garante a manutenção do salário médio real porque, se a inflação se acelerar, este cai automaticamente. Entre dois reajustes o salário médio real cai. É máximo no primeiro dia do reajuste e mínimo no último. Atualmente, com uma inflação de 70% ao semestre, o salário médio real é 22% inferior ao salário real e nominal no primeiro dia do reajuste. Caso a inflação aumente para 100% no semestre, o salário médio real será 27% menor do que no primeiro dia do reajuste.

Em contrapartida, se a inflação caísse para 30% ao semestre, o salário médio real seria apenas 12% inferior ao salário real no primeiro dia do reajuste. Considerando-se um salário real e nominal de 100 no início do período, teríamos um salário médio real de 88 com inflação de 30%, diante de um salário de 78 com a atual inflação de 70%. Em consequência, teríamos um aumento de salário real de 13%. Para evitá-lo, não restaria outra alternativa para as empresas senão reacelerar a inflação, retornando aos 70% semestrais.

Por outro lado, a passagem dos salários para base trimestral é inflacionária porque, reduzindo o período de perda dos trabalhadores, eleva seus salários reais. Com uma inflação no trimestre de 32% (compatível com 75% no semestre), a elevação dos salários reais será de 77 para 87, ou seja, de 13%. Para evitá-la, será necessário que as empresas elevem seus preços e acelerem a inflação para 75% no trimestre. Mesmo que não consigam todo esse aumento, o resultado será sempre uma forte aceleração inflacionária.

Estas considerações sugerem que será necessário rever a fórmula de indexação salarial. Os objetivos serão (1) garantir o salário médio real dos trabalhadores, (2) assegurar-lhes os aumentos de produtividade e (3) permitir que a inflação caia, eliminando-se o viés da correção pelo INPC pleno. Existem fórmulas compatíveis com esses três objetivos. Não bastará, entretanto, formulá-las. Será preciso debatê-las com toda a sociedade até que se alcance um mínimo de consenso. (27/11)

Desindexação e salários reais

A proposta de André Lara Resende de desindexação, depois de um período de indexação total e mensal da economia, já vem tendo grande repercussão, mas merece ser ainda mais cuidadosamente estudada, porque pode estar nela contida a solução para o problema da inflação brasileira. Ao mesmo tempo é preciso repensar a fórmula de indexação salarial.

A proposta parte de algumas premissas que já vinham sendo discutidas nos últimos dois anos pelos economistas brasileiros: a economia brasileira encontra-se basicamente ajustada, não há déficit público operacional ou real (apenas déficit público nominal, que é mera consequência e não causa da inflação) e não existe, portanto, nenhuma pressão de demanda oriunda do setor público. A inflação manteve-se no patamar de 200% durante o ano de 1984 devido aos fatores mantenedores da inflação, basicamente em função do processo de indexação formal e informal da economia, que garante que os aumentos defasados de custos sejam automaticamente repassados para os preços.

Aceitos estes pressupostos mais ou menos evidentes, torna-se óbvio que as medidas recessivas clássicas de combate à inflação através de políticas fiscais e monetárias contracionistas são ineficientes. Quando não são contraproducentes em relação à inflação – especialmente se acompanhadas de ajustamentos dos preços relativos, como aconteceu em 1983 –, elas produzem uma desaceleração da inflação muito modesta em troca de um grande custo econômico e social.

Diante desse diagnóstico de uma inflação puramente autônoma ou inercial, cuja causa básica é indexação, a solução óbvia – ou aparentemente óbvia – é a pura e simples desindexação da economia. Discutimos essa idéia no terceiro capítulo do livro *Inflação e Recessão* (este capítulo foi escrito entre outubro e dezembro de 1983), denominamo-la de “estratégia heróica” de controle da inflação e concluímos por rejeitá-la. Assumimos essa posição porque a desindexação total da economia apresentava o risco de não acabar de vez com a inflação e, em consequência, de provocar ao mesmo tempo prejuízos para os trabalhadores e para os portadores de ativos financeiros, que passariam a ter seus salários e títulos desindexados com uma inflação menor, mas em curso. Além disso, a desindexação podia desorganizar o sistema financeiro, que, apesar dos pesares, cumpre um papel importante na economia brasileira.

Esses riscos desapareceriam ou reduzir-se-iam muito se estivéssemos em hiperinflação, quando as defasagens nos aumentos de preços se tornam extremamente pequenas, possibilitando-se a escolha de um dia D para a desindexação que os diversos agentes econômicos pudessem aceitar — e, portanto, não aumentar em seguida seus preços —, porque não estariam sofrendo perdas significativas.

Ora, o mérito e a originalidade da proposta de Lara Resende residem exatamente em promover a desindexação em duas etapas. Na primeira, o que se busca fundamentalmente é acabar com as defasagens muito grandes de reajustes, sem, com isso, chegar à hiperinflação. Os salários são o preço mais defasado (seis meses) e mais importante da economia. A sugestão é passar a reajustá-los mensalmente a partir do salário médio real de cada categoria (o qual, com uma inflação de 70% ao semestre, é 22% inferior ao salário no dia do reajuste). Os aluguéis e os preços administrados pelo governo também seriam reajustados nessa base e, em seguida, passariam ao regime de reajuste mensal.

No momento em que esse processo de redução das defasagens estivesse terminado, sem incorrermos nos riscos da hiperinflação, a economia estaria pronta para a desindexação total. Para isto, Lara Resende imaginou a introdução de um cruzeiro novo indexado, sugeriu a convivência de duas moedas durante um certo tempo e evitou o mais possível a excessiva intervenção do governo no mercado.

Todas essas idéias precisam ser cuidadosamente discutidas. Eventualmente poderá ser interessante ficarmos apenas na primeira etapa, de redução das defasagens e de correção da fórmula de indexação salarial. Nesse caso, será necessário corrigir também a proposta de Lara Resende, de forma que, mesmo mensalmente, a indexação não ocorra mais por picos, mas de acordo com a inflação passada e metade da inflação futura prevista ou, então, de acordo com uma fórmula de escala móvel de salários. A proposta de desindexação via criação de nova moeda ficaria para um segundo momento, depois de avaliados os resultados da primeira etapa.

Sobre um fato não há dúvida alguma: a atual fórmula de correção salarial de acordo com a inflação passada é totalmente incompatível com a redução da inflação, porque elevaria os salários médios reais (e, portanto, os custos unitários da mão-de-obra) quando a inflação estivesse diminuindo. Se, por exemplo,

a inflação se reduzisse de 70 para 30% ao semestre, os salários médios reais teriam um aumento de 13%. Como as empresas não concordarão com esse aumento e o repassarão imediatamente para os preços, a inflação, com a atual fórmula salarial, jamais cairá. Só poderá crescer, porque assim se reduzem perversamente os salários médios reais.

Todas essas considerações sugerem um estudo cuidadoso da proposta de Lara Resende. A inflação pode e deve ser controlada sem maiores sacrifícios, sem prejuízo da retomada do crescimento. Para isso será necessário, minimamente, repensar na fórmula de reajuste salarial. Eventualmente será conveniente adotar uma fórmula de desindexação não traumática. E para isto será necessário imaginação e coragem, ao mesmo tempo que se constrói algum tipo de consenso através do contínuo debate. (*Gazeta Mercantil*, 28/11)

Reforma fiscal e Constituinte

Além das medidas de emergência a serem propostas pela Comissão coordenada por José Serra, o governo poderá definir duas tarefas prioritárias de caráter estrutural: no plano político, a transformação do Congresso de 1986 em Constituinte, nos quadros de um pacto social entre trabalhadores e empresários; e, no plano econômico, uma reforma tributária, que consolide a posição financeira do Estado e lhe permita aumentar o investimento e a despesa social e, dessa forma, distribuir melhor a renda.

Depois de uma viagem de cinco dias ao Japão, durante os quais fui recebido por vinte grandes japoneses e pelo Ministério das Finanças, duas foram as impressões mais fortes que me ficaram da sociedade e da economia japonesas: uma economia extremamente poderosa, cuja renda por habitante já se aproxima da norte-americana, e uma igualdade extraordinária na distribuição de rendas. As diferenças existem e há ainda os muito ricos e os muito pobres, mas a base da sociedade japonesa é uma grande e afluente massa de membros das classes médias tecnoburocráticas (trabalhando para as grandes organizações privadas e públicas) e burguesas (trabalhando por conta própria em pequenas e médias empresas).

O Brasil, que realiza hoje a transição para a democracia nos quadros de um capitalismo consolidado, pode ver no capitalismo japonês – ou no inglês, ou no escandinavo ou no austríaco, nos quais também a distribuição de renda é bastante

igual – uma espécie de modelo. É claro que as diferenças culturais desses países são muito grandes em relação ao Brasil e não há neles um desemprego estrutural, que torna qualquer política social mais difícil.

Nesses países, entretanto, foi possível caminhar em direção a uma distribuição de renda muito mais justa graças principalmente ao aumento da carga tributária que financiou os benefícios do Estado do bem-estar, ou seja, que permitiu a concessão aos trabalhadores e às classes médias de salários indiretos representados por seguro-desemprego e por serviços sociais de educação, saúde, transporte, habitação, esportes, cultura e lazer, de boa qualidade, a baixo preço ou gratuitos.

No Brasil, no plano econômico, o governo Tancredo Neves só poderá distinguir-se com clareza do atual na medida em que, logo nos primeiros dias de governo, quando gozar ainda do apoio de toda a sociedade, proponha uma corajosa reforma tributária. Nas outras áreas será possível fazer alterações de rota, mas de pouca monta. A própria retomada do crescimento, que é o compromisso fundamental de Tancredo Neves na área econômica, já terá início em 1984. Basta agora consolidar com medidas adequadas essa tendência. Em relação à inflação, não há milagres a serem feitos. Desde que se contenham as pressões sociais, poder-se-á esperar uma inflação moderadamente declinante para 1985.

No plano tributário, entretanto, há muito a fazer. A carga tributária brasileira é extremamente baixa quando comparada não apenas aos países centrais, mas também aos países asiáticos em desenvolvimento (aliás, onde a distribuição da renda também é mais igual que a brasileira).

Por outro lado, ao contrário de outros países latino-americanos, como a Argentina e o México, temos um sistema tributário bem organizado administrativamente, chefiado por pessoal competente. Ao contrário do que acontece na Argentina e no México, o Imposto de Renda não é uma mera ficção, é uma realidade que tem crescido sempre. Aprendemos a arrecadar e a fiscalizar, apesar de todos os problemas que temos nestas áreas.

Nesses termos, uma reforma tributária, que onere principalmente as altas rendas das pessoas físicas e os rendimentos provenientes de juros, poderá ter um efeito criador de receita para o Estado e distribuidor de renda da maior importância. Utilizando os técnicos existentes no próprio governo, mais alguns economistas e juristas especializados em finanças públicas exis-

tentes nas universidades, não será difícil transformar a reforma tributária na primeira medida estrutural, de longo prazo, do governo Tancredo Neves.

É claro que haverá interesses contrariados. Por isso, além de poder – que é máximo no início do governo –, será preciso competência técnica, imaginação e coragem. Também estas qualidades certamente não faltarão ao futuro governo Tancredo Neves. (11/12)

Balanço de 1984, desafios para 1985

Neste dia de Natal podemos concluir que 1984 foi, afinal, um bom ano para o Brasil. Tanto no plano econômico quanto no político. A economia entrou em fase de recuperação e a transição para a democracia consolidou-se com a certeza da vitória de Tancredo Neves no próximo dia 15 de janeiro. Para 1985, as perspectivas são naturalmente otimistas. Com Tancredo, espera-se a consolidação da retomada do desenvolvimento, acompanhada de uma melhor distribuição de renda, e os debates sobre a nova lei eleitoral e dos partidos e, em seguida, sobre a nova Constituição dominarão a cena política e definirão o retorno efetivo do Brasil à democracia.

As dificuldades que o novo governo deverá encontrar, entretanto, são grandes.

No plano econômico, depois de uma redução de 3% do PIB em 1983, a economia cresceu cerca de 4% em 1984, não obstante a política de ajustamento definida pelo FMI importasse uma violenta contração fiscal. O déficit público operacional (desconsiderada a correção monetária da dívida pública) passou de 2,5% do PIB em 1983 para 0,5% de superávit público em 1984. Esta contração fiscal, possibilitada pelo aumento dos impostos e pela redução dos investimentos e das despesas com salários do setor público, afetou diretamente a demanda agregada e deveria ter resultado na estagnação do PIB em 1984, conforme era previsto no início do ano. Entretanto, o extraordinário desempenho das exportações, que aumentaram cerca de 24% em 1984, diante de apenas 8,5% em 1983, teve efeito compensador sobre a demanda agregada, anulando o efeito negativo da contração fiscal. Com o aumento das exportações, o emprego industrial reativou-se, já que as exportações de manufaturados, que hoje representam aproximadamente 25% da produção industrial brasileira, apresentaram um crescimento em 1984 de 34% aproximadamente, liderando a arrancada exportadora.

Em 1985, o FMI espera uma nova contração fiscal da mesma envergadura. Deseja que o Brasil passe de um superávit público de 0,5 para 2,9% do PIB. Com isso, pretende que o governo comece a resgatar sua dívida interna. Nada indica, entretanto, que este arrocho fiscal adicional possa ser compensado por um aumento de exportações semelhante ao de 1984. Dada a forte desaceleração da economia norte-americana no segundo semestre de 1984, o aumento das exportações brasileiras em 1985 deverá ser muito menor do que o deste ano que está terminando. Em consequência, não restará outra alternativa para o novo governo, se desejar um crescimento do PIB de 5 a 6%, senão renegociar esta meta de superávit público com o FMI.

Por outro lado, será necessário também renegociar com o FMI a meta inviável de 120% de inflação. Porque no campo da inflação o grande desafio do novo governo não está em fazê-la baixar radicalmente. Isto é muito difícil, dado o caráter autônomo, indexado, formal e informalmente, da inflação brasileira. O grande desafio está em impedir que ela cresça, que mude de patamar, afetada por fatores aceleradores relacionados com aumentos de salários reais acima do aumento de renda por habitante, obtidos pelos trabalhadores para repor seu poder aquisitivo deteriorado pela recessão e pela inflação, e também relacionados com aumentos de margens de lucro das empresas possibilitados pela aceleração da economia. Estes fatores aceleradores já estão em curso no final de 1984, mas podem ser detidos e revertidos em 1985.

Em 1985 teremos reconquistado, em um nível mais alto do que o anterior, a democracia, que é um valor absoluto, final, que vale por si mesmo. Mas estaremos longe de ter resolvido os graves problemas econômicos e sociais deste país. O fundamental, entretanto, é que agora tentaremos também resolver esses problemas de forma democrática, em vez da forma tecnoburocrática e autoritária dos últimos vinte anos. Este é o grande desafio e a grande expectativa de um novo período da história brasileira que se inicia em 1985: construir uma democracia social neste país. (25/12)

Capítulo 9

1985 - NOVA ACELERAÇÃO INFLACIONÁRIA

Pacto social e inflação

A inflação brasileira, que se manteve em um patamar estável, ligeiramente superior a 200%, durante o ano de 1984, ameaça acelerar-se em 1985, em função (1) da elevação dos salários reais implícita na adoção de reajustes trimestrais para certas categorias de trabalhadores, (2) da elevação dos juros reais em função do aumento do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo e (3) da especulação daqueles que se aproveitam destas condições “favoráveis” para aumentar seus preços acima da taxa de inflação corrente.

Em consequência desses fatos o mercado financeiro, ao realizar suas operações diárias no *open market*, está contando com uma inflação de 14% em janeiro.

Não é certo que uma aceleração inflacionária dessa natureza ocorra neste mês e se repita nos próximos meses. Felizmente o mercado financeiro erra muitas vezes em suas previsões. Mas os fatores aceleradores acima mencionados são reais e precisam ser contrabalançados.

Antes de se decidir sobre as medidas necessárias ao combate à inflação, é preciso saber se há ou não pleno emprego e plena capacidade. Se houver, teremos inflação de demanda – geralmente associada a déficit público e expansão de moeda – e não haverá alternativa senão tomar medidas recessivas de contração monetária e fiscal, que resultem em redução de salários

reais e de lucros. Mas, se não houver nem pleno emprego nem plena capacidade – como é o caso da economia brasileira –, esse tipo de política ortodoxa é extremamente ineficiente, se não contraproducente.

A alternativa à política ortodoxa é (1) promover o crescimento moderado da renda, que permita o aumento das vendas e a redução das margens de lucro, e (2) estabelecer um pacto social entre trabalhadores e empresários, que compatibilize a fórmula dos reajustes salariais com a redução da taxa de inflação.

É preciso ficar claro que, não havendo excesso de gastos em relação à produção, não é necessário exigir novos sacrifícios, maior redução do salário médio real – que deve ter caído mais de 25% desde 1980 – por parte dos trabalhadores. Nosso quase-presidente deixou este fato muito claro quando afirmou que “os trabalhadores nada mais podem dar, pois têm sido a grande vítima destes anos de recessão (*Folha de S. Paulo*, 5 de janeiro).

Nada mais podem dar em termos de redução de salários reais, mas podem dar muito, participar efetivamente do pacto social, aceitando uma nova fórmula de indexação salarial que – ao mesmo tempo que garanta a manutenção do salário médio real e seu aumento de acordo com o aumento da produtividade média da economia – não se constitua em fator impeditivo da taxa de inflação, como é a atual fórmula de INPC pleno até três salários mínimos. Enquanto não se adotar uma fórmula que leve em conta uma inflação futura prevista declinante, será impossível reduzir a inflação.

Os trabalhadores nada perderão com uma fórmula desse tipo, desde que seja procedida a correção automática dos salários se a previsão de inflação for superior àquela efetivamente ocorrida.

Perderão, entretanto, muito se não for adotada uma fórmula dessa natureza. Em primeiro lugar, porque a inflação poderá acelerar-se, resultando, nos termos da atual fórmula de indexação salarial, em redução do salário real. E, em segundo lugar, mesmo não se acelerando a inflação, poderão perder muito porque, dada a pressão de toda a sociedade brasileira e dos credores internacionais para combater a inflação, o governo se verá na contingência de pôr em prática medidas menos racionais e mais prejudiciais aos trabalhadores, como a adoção de novas medidas recessivas ou, menos provavelmente, como a desindexação total da economia, inclusive dos salários.

Por tudo isso, o pacto social proposto por Tancredo Neves será, em vez de uma concessão, como pretendem certos setores, uma vitória e uma segurança dos trabalhadores. (08/01)

Preocupações com o controle da moeda

O ano de 1985 começa, no plano econômico, com uma preocupação básica: a inflação. Aos fatores aceleradores do lado da oferta ocorridos no último trimestre – a elevação da taxa de juros com o aumento do compulsório sobre os depósitos a prazo e a obtenção de aumentos trimestrais por diversas categorias de trabalhadores – somou-se no final do ano certa pressão de demanda propiciada pelo aumento da oferta de moeda, especialmente em dezembro.

Nesse mês a base monetária registrou um extraordinário aumento de 37,8%, fazendo com que o aumento nos últimos doze meses da base monetária superasse a taxa de inflação de 1984. Tomando-se como base dezembro de cada ano, este fato é inédito nos últimos anos. A inflação estava sempre muitos pontos percentuais acima da oferta de moeda. O ano de 1983, por exemplo, terminou com 211% de inflação ante 98,2% de aumento da base monetária. Esta diferença, em uma situação de desemprego e capacidade ociosa, justifica a tese de que a oferta de moeda vinha funcionando como um fator sancionador da inflação já ocorrida e não como um fator acelerador dessa inflação. De repente, entretanto, a base monetária apresenta um crescimento superior ao da inflação e a preocupação com o efeito inflacionário do aumento da oferta de moeda ressurgiu. Há indicações, inclusive, de que as negociações que o presidente do Banco Central vem desenvolvendo com competência em Nova York, com o objetivo de reescalonar a dívida brasileira e reduzir os *spreads* para próximo de 1%, foram interrompidas, até o próximo dia 28, não apenas porque Pastore deseja condições melhores do que as que já obteve mas também porque os banqueiros ficaram chocados com o aumento da base monetária.

Ora, não há razão para essa atitude de excessiva preocupação. Em primeiro lugar porque o crescimento da base não é tão surpreendente assim. Ele já se vinha acelerando desde março de 1984. Em segundo lugar, e principalmente, porque esse crescimento não é sinal de excesso de gastos do governo e, portanto, de descontrole das finanças públicas, mas pode ser explicado fundamentalmente pelo extraordinário aumento de reservas internacionais, resultante do superávit comercial de 13 bilhões de

dólares. O Brasil deve ter terminado o ano com reservas na forma de caixa de 7 bilhões de dólares, quando essas reservas eram negativas em 31 de dezembro de 1983. A pressão desse aumento de reservas sobre a base monetária é naturalmente enorme, mas nada tem a ver com descontrole de gastos. Pelo contrário, tamanho superávit comercial só foi possível porque a demanda interna foi fortemente contida também em 1984.

Além da pressão provocada pelo aumento das reservas internacionais, a grande elevação da base monetária deve ter como causa adicional a liberação pelo governo de pagamentos que estavam contidos. Já que essa liberação era inevitável, era melhor fazê-la ainda em 1984 de forma a poder-se começar 1985 sem atrasados.

Durante o ano de 1985 não há perspectiva de novo aumento dramático das reservas brasileiras. Como o orçamento fiscal está sob controle, não há razão para se supor que a base monetária continue a acelerar seu crescimento. Pelo contrário, a oferta de moeda deverá voltar a reduzir-se, tornar-se inferior à taxa de inflação. Além de uma previsão, admito que esta é também a manifestação de um desejo. Porque em qualquer economia, apesar de todas as dificuldades, é fundamental manter o controle sobre a oferta de moeda. Esse controle não foi perdido em 1984, apesar da aparência em contrário. Não há razão para se temer que venha a ser perdido em 1985. (22/01)

Renegociação da dívida externa

O vazamento para a imprensa da notícia de que a comissão designada por Tancredo Neves para estudar seu plano econômico estava propondo a capitalização parcial dos juros como forma de resolver o problema da dívida externa brasileira prejudicará desnecessariamente as negociações que o presidente do Banco Central vem realizando em Nova York com o comitê de bancos credores. Muito compreensivelmente os grandes bancos credores não gostam de ouvir falar em capitalização de juros porque esta é uma alternativa à idéia de “dinheiro novo”, na qual os bancos perdem o poder decisório, transferindo-o para o devedor soberano. Além disso, os bancos norte-americanos têm problemas legais no caso de capitalização de juros.

Para o Brasil a alternativa de capitalização parcial dos juros vencidos cada ano pode ser adequada na medida em que o País, além de rolar o principal da dívida, necessite de recursos financeiros adicionais. Em vez de obter esses recursos adicionais

através de uma solicitação aos credores, que a concedem ou não mediante a forma de “dinheiro novo”, firmando novos contratos de financiamento, sob condições nem sempre razoáveis para o País, o Brasil pode obter esses mesmos recursos soberanamente através da capitalização de uma porcentagem qualquer dos juros vencidos.

Entretanto este não é o momento adequado para esse tipo de discussão. Para o futuro governo Tancredo Neves o importante agora é que o presidente do Banco Central conclua com êxito as negociações sobre o reescalonamento plurianual do principal da dívida e sobre a redução da taxa de juros, mais precisamente dos *spreads*.

No processo de renegociação da dívida brasileira há sempre três itens que são freqüentemente confundidos. É preciso negociar (1) o principal, (2) a taxa de juros e (3) a eventual necessidade de recursos adicionais. Pastore entendeu que em 1985 o Brasil não necessitará de recursos adicionais – não importa, portanto, se via dinheiro novo ou capitalização – e está negociando o principal e a taxa de juros. Para 1985 as projeções mais pessimistas do balanço de pagamentos do Brasil indicam que, de fato, dificilmente necessitaremos de recursos adicionais. Ora, isto facilita muito a negociação com os credores do principal e da taxa de juros. Para o novo governo é importante que essa negociação seja concluída agora de forma que todas as suas atenções possam ser dirigidas para os problemas internos: dívida interna, inflação, salários, controle monetário, reforma tributária, promoção das exportações.

Quanto à capitalização dos juros, esta é uma discussão que pode ficar para mais tarde. O fundamental para o Brasil é crescer a uma taxa entre 6 e 7% nos próximos anos. Fizemos um ajustamento violento nos últimos quatro anos e temos o direito, agora, de almejar esse crescimento. Para crescermos a essa taxa é muito provável que venhamos a necessitar de recursos adicionais. Recente estudo do Banco Mundial voltou a apontar nessa direção. Se os credores não nos permitirem voltar ao mercado financeiro nem nos concederem dinheiro novo em volume suficiente via negociação, não nos restará outra alternativa senão a capitalização de parte dos juros vencidos. Esperemos, entretanto, que não seja preciso chegar a isso e que a conclusão das negociações em Nova York abra perspectivas para o retorno do Brasil ao mercado financeiro em condições normais.

(29/01)

Reforma agrária e o novo governo

As declarações do presidente eleito Tancredo Neves, em sua última entrevista coletiva à imprensa, sobre a prioridade que terá no seu governo a reforma agrária são da maior importância. Tancredo Neves foi muito claro. Para ele, a reforma agrária é uma “meta prioritária” de seu governo. Está sendo reclamada pelo papa, pelo episcopado brasileiro, pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. “É um problema que está empapando de sangue o território brasileiro.” Por isso, dará ao ministério fundiário a estrutura necessária para que a reforma agrária se torne realidade.

É importante assinalar que Tancredo Neves fez essas declarações espontaneamente, respondendo a uma questão sobre reforma administrativa. Não tinha, portanto, necessidade de falar sobre o assunto, mas decidiu falar, e de maneira incisiva.

Já ouvi a observação de que o presidente eleito fez essas declarações “apenas para fazer média com a Igreja”. E que não fará reforma agrária alguma. Limitar-se-á a continuar o que vem sendo feito até agora. E, para justificar essa descrença, meu interlocutor acrescenta: “Em matéria de política econômica pouco ou nada mudará. Com a política fundiária vai ocorrer o mesmo”.

Esse tipo de raciocínio linear e simplista revela pouco entendimento do que provavelmente vai ocorrer no governo Tancredo Neves. De fato, na área econômica haverá mudança de métodos e de homens, mas as mudanças de política não serão tão profundas. O grande desafio será compatibilizar retomada do desenvolvimento com combate à inflação. As pressões do Fundo Monetário Internacional, e portanto dos bancos credores, no sentido de uma solução ortodoxa ou convencional – e, portanto, recessiva – para esse problema serão muito fortes. Por outro lado, a necessidade de manter sob firme controle a despesa pública e a quantidade de moeda continuará a existir. Por isso, embora não se deva descartar a adoção de políticas mais arrojadas de combate à inflação, o mais provável é que tenhamos na área financeira uma política relativamente conservadora e certamente muito prudente.

Isto não significa, entretanto, que a política social também vá ter o mesmo sentido. É clássica a estratégia de uma política econômica conservadora ser combinada com uma política social progressista.

As declarações de Tancredo Neves sobre a reforma agrária apontam nessa direção. A reforma agrária e a reforma tributária são as duas condições essenciais para uma melhor distribuição de renda neste país. A estratégia de alcançar maior justiça social através de aumentos reais de salários superiores ao aumento da produtividade é inflacionária e ineficaz. Se a grande mudança no campo econômico e social é lograr uma melhor distribuição de renda, será necessário pensar seriamente nessas duas reformas.

A reforma agrária é, de um lado, uma condição para uma melhor distribuição de renda e, de outro, uma necessidade do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro. José Gomes da Silva, examinando o problema do Nordeste, escreveu recentemente nesta *Folha* um artigo admirável sobre a necessidade da reforma agrária. A agricultura familiar é na grande maioria dos casos uma forma muito mais eficiente de produção agrícola do que o latifúndio ou a grande empresa agrícola. Tancredo Neves percebeu este fato, está comprometido com o desenvolvimento social do País e, por isso, decidiu dar prioridade à reforma agrária em seu governo. Certamente não será uma reforma agrária revolucionária. Não ameaçará e sim fortalecerá o capitalismo no País. Será, entretanto, um processo real de mudança. Será uma das marcas do caráter socialmente progressista de seu governo. (20/02)

Falta de comida ou de justiça?

O tema da Campanha da Fraternidade que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lançou recentemente é “pão para quem tem fome”. Com isto a Igreja está dizendo a todos nós que um problema fundamental da sociedade brasileira é pura e simplesmente a fome – a fome e a subnutrição de milhões de brasileiros.

Nós economistas geralmente tratamos de todos os problemas em um nível de abstração muito elevado. Não falamos, portanto, em fome, mas em subdesenvolvimento e má distribuição da renda. Não há dúvida de que é necessário também pensar nesse nível, mas é importante não esquecer o problema concreto, pungente, da fome.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreveu na última semana um artigo admirável nesta coluna em que contou a história de uma menina na zona leste que, ao receber a merenda, um pão doce, por duas vezes comeu apenas a metade. Perguntada por que, respondeu que a outra metade era para seu irmão

menor que não podia vir ao Centro Comunitário. E pergunta dom Luciano: afinal a fome é falta de comida ou falta de justiça?

É falta de justiça, dom Luciano, porque, embora o Brasil seja um país subdesenvolvido, não há falta de capacidade de produzir alimentos. Em linguagem de economistas, a elasticidade-preço e a elasticidade-renda da produção agrícola brasileira são elevadas. Ou seja, quando sobem os preços em termos reais dos produtos agrícolas ou quando sobe o poder aquisitivo, e portanto a demanda de alimentos dos trabalhadores, os agricultores respondem rapidamente com maior produção.

A produção de alimentos no Brasil tem caído em termos absolutos nos últimos anos não por falta de capacidade de produzir dos agricultores, mas por falta de capacidade de comprar do povo – do povo que tem fome. O salário dos trabalhadores brasileiros já era baixo, e nos últimos quatro anos baixou em termos reais pelo menos 25%. Perdeu um quarto de seu poder aquisitivo!

Por outro lado, a concentração de renda, que já era grande, aumentou ainda mais nos últimos quatro anos. Enquanto os salários caíam, os juros aumentavam e os rentistas beneficiavam-se.

Finalmente, é preciso considerar que o direito à vida, o direito de não ter fome, é um dos direitos humanos mais sagrados.

Se o sistema econômico existente no Brasil, baseado no mercado, não tem – nem pode ter – mecanismos automáticos para atender a esse direito, embora tenhamos terra, capital e mão-de-obra para produzir alimentos, não resta outra alternativa senão intervir, via Estado e esforço comunitário, para tentar resolver o problema.

O governo Montoro lançou sua batalha de alimentação baseada nesses pressupostos. De que o direito à alimentação é um dos direitos humanos básicos e de que a fome é, portanto, um problema público. O plano de emergência que se espera do governo Tancredo Neves tem esse sentido fundamental: combater a fome. Um dos documentos preparados pela Comissão para o Plano de Governo trata especificamente do problema. Seu título é “Subsídios para a ação imediata contra a fome e o desemprego”. Fernando Homem de Mello, cujos estudos sobre agricultura e alimentação são definitivos, acaba de escrever um documento propondo, a exemplo de outros países, uma cesta de

alimentos subsidiados – basicamente, arroz, feijão, milho, mandioca, batata e leite – para as famílias muito pobres e, portanto, subalimentadas.

Há empresários, como Dilson Funaro, que pronunciou um discurso de grande coragem denunciando a injustiça social existente no Brasil quando recebeu o título de “Senhor de 1984”, que compreendem bem a gravidade do problema e a responsabilidade da sociedade e do Estado para resolvê-lo.

A Igreja Católica, ao clamar por pão para quem tem fome, assume mais uma vez a linha de frente da luta pelos direitos humanos. Como lutou contra a violência da tortura, luta agora contra a fome, talvez violência ainda maior, porque mais impessoal e muito mais generalizada.

Avaliação das próprias forças

A demissão de Bernardo Grinspun do cargo de ministro da Economia da Argentina pode ser interpretada como mais uma prova de que é impossível enfrentar o FMI. Mais prudente seria a posição do México ou do Brasil, que reconheceram desde o início o poder do Fundo e do sistema financeiro internacional e trataram de realizar seu próprio ajustamento nos termos exigidos por quem tem poder.

Esta, entretanto, é uma interpretação apressada. Na Argentina, a partir da eleição de Raúl Alfonsín, foram cometidos muitos erros. A inflação passou de 400 para quase 800% porque o governo prometeu elevar salários e garantir um crescimento real da economia, quando ainda não havia colocado um mínimo de ordem no descalabro monetarista de Martínez de Hoz. E decidiu enfrentar o FMI quando não tinha logrado um superávit comercial e reservas que lhe permitissem o confronto. E mais, quando não tinha uma firme estratégia, seja para conduzir o problema da dívida externa, seja para enfrentar os problemas internos.

Em outras palavras, Grinspun não avaliou suficientemente suas próprias forças, não compreendeu que em certos momentos é preferível aceitar as diretrizes do Fundo – seja porque o país está desajustado e uma pressão externa ajuda-o a ajustar-se, seja porque o país ainda não possui nem reservas nem superávit comercial suficientes para bancar uma ruptura com o Fundo.

No caso do Brasil, hoje, a situação é muito diferente. Há dois anos e meio, quando irrompeu a crise, o Brasil não tinha

outra alternativa senão ajustar-se. Mais lentamente, com menos violência, mas ajustar-se: eliminar o déficit público, lograr superávits comerciais, equilibrar a conta corrente, restabelecer o nível das reservas internacionais, desvalorizar a moeda, eliminar os subsídios e equilibrar os preços relativos.

Tudo isto foi feito, mas o Fundo ainda não está satisfeito, porque a inflação, ao invés de retroceder, se acelera. E exige, irracionalmente, mais contração fiscal, maior superávit público e, portanto, nova recessão, quando se sabe que a inflação brasileira é autônoma ou inercial, o que torna os métodos ortodoxos de combatê-la extremamente custosos e ineficientes.

E exatamente neste momento, quando o Brasil já se ajustou, possui reservas e um grande superávit comercial – ou seja, quando aumentou fortemente seu poder de barganha –, o Fundo e os bancos credores suspendem as negociações e exigem a assinatura de uma oitava carta de intenções.

Esta é uma atitude agressiva da parte dos nossos parceiros do Norte. Afinal, temos um novo governo com compromissos solenes de garantir a retomada do crescimento brasileiro. E este governo não deve estar disposto a assinar cartas que não pretende cumprir. Não pode, portanto, assinar uma carta de intenções recessiva. Por outro lado, a capitalização parcial dos juros é uma alternativa sempre presente, desde que Paulo Lira a propôs e, principalmente, desde que a Comissão do Plano de Governo a endossou. Será preferível não adotar essa solução, mas hoje ela é perfeitamente viável se for necessária.

O presidente do Banco Central agiu muito bem ao tentar, até o último momento, renegociar a dívida brasileira de forma global. Não o conseguiu porque algumas metas de menor importância não foram cumpridas. Agora não resta outra alternativa ao novo governo senão renegociar tudo de novo, inclusive uma oitava carta de intenções, que, embora austera, não seja recessiva. Para obter êxito nessa negociação, entretanto, será necessário usar com firmeza o poder de barganha de que hoje o País dispõe.

Conflito social e regra salarial

As greves que estão ocorrendo em todo o Estado já eram esperadas, mas, assim mesmo, preocupam. Preocupam especialmente os empresários que estão sendo desafiados pelos trabalhadores organizados sindicalmente. E, ao mesmo tempo, dei-

xam o governo em uma situação difícil. Seu papel é, de um lado, tentar intermediar, arbitrar. De outro, através do poder de coerção da polícia, manter a ordem, fazer respeitar a lei, o direito de greve, a liberdade de cada cidadão, a propriedade.

Os empresários imaginam que a lei e a ordem estão apenas do lado deles. No caso da invasão de fábricas ou da constituição de reféns, isto é obviamente verdade. Mas nos demais casos as situações são muitas vezes dúbias, ficam na área cinzenta dos direitos de ambas as partes. Os trabalhadores têm o direito à greve, têm o direito à propaganda da greve, têm o direito de fazer piquetes, desde que não seja para impedir fisicamente os colegas de entrar na fábrica, têm ou deveriam ter o direito de não ser demitidos por suas ações legítimas de mobilização. E esses direitos dos trabalhadores muitas vezes não são respeitados pelas empresas.

No meio do conflito de classes fica o governo, até há dois anos decididamente a favor das empresas. Hoje tenta ser neutro, atender a ambas as partes. O resultado são críticas tanto do lado dos trabalhadores quanto do lado dos empresários. Para os trabalhadores, o governo está sempre a serviço do capital. Para os empresários, que ainda não perderam o vazo autoritário, a polícia é sempre omissa.

A omissão, entretanto, é menos da polícia e mais das autoridades econômicas e sociais, que não conseguem definir uma regra geral que sirva de base para as negociações. Com a redemocratização e a aceleração da inflação, a regra formalmente vigente, o Decreto nº 2.045, entrou em desuso. Os trabalhadores, vendo seus salários reais serem comidos pela inflação, partem para demandas radicais de trimestralidade, de reposição salarial e redução de jornada de trabalho, que, na medida em que vão sendo atendidas, aceleram inapelavelmente a inflação. Os empresários, por sua vez, fazem contrapropostas insuficientes. Ambas as partes participam de um jogo, mas, diferentemente do que acontece nos países centrais, esse jogo, além de um jogo de forças, é um jogo de azar. Porque há um terceiro parceiro do jogo, a taxa de inflação, que, ao acelerar-se (ou desacelerar-se), altera o resultado efetivo das barganhas realizadas.

A única forma de acabar com esse elemento de roleta, de azar, nas relações entre o capital e o trabalho, é assegurar aos trabalhadores a manutenção do salário médio real mais o aumento da produtividade. Esta é a regra geral necessária, que não seria um teto, mas um piso, a não ser para as empresas em no-

tórias dificuldades, cujos trabalhadores poderiam voluntariamente fazer acordos abaixo desse piso para garantir seu emprego.

A regra da manutenção do salário médio real – inclusive uma forma simples de calculá-lo – é necessária e urgente. E só pode partir do governo. Essa regra não resolverá todos os problemas, porque, afinal, os conflitos sociais não se resolvem com leis e muito menos com aritméticas, mas será essencial para estabelecer uma base racional em torno da qual se trave o conflito. (30/04/85)

Política econômica e crise política

Na última semana, o Brasil deu um grande avanço no plano político com a aprovação de emendas constitucionais restabelecendo eleições diretas para a Presidência da República e para as prefeituras das capitais dos Estados, dando direito de voto ao analfabeto e criando condições para a legalização dos partidos comunistas. Em contrapartida, no plano econômico, as reações ao discurso do ministro da Fazenda no Congresso deixaram claro que, nesta área, o impasse continua. Não existe um consenso entre os membros da sociedade, entre os setores conservadores e progressistas, entre o capital e o trabalho, entre o capital rentista e o capital produtivo, sobre como conduzir a política econômica brasileira.

Luciano Martins, em artigo publicado nesta *Folha* no último domingo, deixou claro que a definição de uma política econômica que una a sociedade brasileira não é apenas o problema econômico básico do País mas também o problema político fundamental. O nó górdio da crise política que começa a se definir, à medida que a união nacional constituída precariamente por Tancredo Neves se vai dissipando, está na definição de uma política econômica.

A politização da questão econômica torna-se evidente em relação ao problema do déficit público. De acordo com o conceito macroeconômico adotado pelo FMI – o conceito de variação nas Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) –, o Brasil, em 1984, apresentou um superávit público *operacional*, não considerada a correção monetária, de 0,2% do PIB. Considerada a correção monetária, permanecia ainda um grande déficit público *nominal*, mas esse déficit, embora tenha efeitos de caixa, não pressiona a demanda agregada, não repre-

senta aumento de despesa do Estado e, portanto, não acelera a inflação.

Na medida em que conseguimos um pequeno superávit público operacional, podíamos – e podemos ainda – considerar nossa economia basicamente ajustada.

Nesses termos, a economia brasileira está pronta para crescer, não se justificando a adoção de políticas recessivas desejadas pelos credores e pelo FMI.

O conceito de déficit público operacional, baseado na metodologia do próprio FMI, é, portanto, politicamente importante para as negociações do Brasil com os credores e com o próprio FMI.

O governo brasileiro, entretanto, decidiu colocar de lado esse conceito e passa a adotar um “conceito de caixa” do déficit público, afetado, obviamente, pela própria taxa de inflação. Nesses termos, chega a um déficit de caixa de 84,9 trilhões de cruzeiros em 1985, correspondente a cerca de 6% do PIB.

Com esse conceito, procura-se, politicamente, legitimar a redução das despesas e o aumento das receitas do Estado. Sem dúvida, é necessário – ainda que com moderação, sem recorrer à recessão – lograr os dois objetivos.

Em contrapartida, porém, ao adotar-se tal conceito de déficit público, o poder de barganha do Brasil junto ao FMI e aos credores reduz-se, porque implica reconhecimento equivocado de um brutal desajuste interno.

Em consequência, tudo indica que o País caminha no sentido de assinar uma carta de intenção recessiva, que trará graves prejuízos no plano econômico e, ao mesmo tempo, levará a Nação a entrar novamente em uma crise política. (14/05/85)

A prioridade da dívida externa

O problema central da economia brasileira, hoje, é a dívida externa e não a inflação. O Brasil só logrará equacionar o problema da inflação e da dívida interna se, previamente, negociar de maneira satisfatória a sua dívida externa. Está na dívida externa o obstáculo fundamental ao desenvolvimento econômico, à melhor distribuição da renda e à estabilidade dos preços, ou seja, aos três objetivos econômicos fundamentais da nação brasileira.

Em 1984, quando as exportações brasileiras deram um extraordinário salto, começou a tornar-se comum entre empre-

sários e economistas conservadores a afirmação de que “o problema da dívida externa já está equacionado, o problema agora está na dívida interna e na inflação”. Com isto se colocava de lado a necessidade de uma posição mais firme e soberana em relação aos credores internacionais. Ora, essa posição é desejada pelos países credores e, no Brasil, por quem não tem ou o interesse, ou a coragem ou a independência em relação aos países centrais para reconhecer quais são os verdadeiros problemas nacionais.

Para substanciar essa afirmação, produziam-se projeções otimistas no balanço de pagamentos brasileiro, segundo as quais o superávit comercial brasileiro cresceria para 20 e até 25 bilhões de dólares nos próximos anos.

Em 1985, com a desaceleração esperada e agora efetivada da economia norte-americana, essas projeções assumiram todo o seu caráter fantasioso. Neste ano, a projeção do superávit comercial brasileiro já foi oficialmente reduzida de 12,6 para 11,7 bilhões de dólares.

Na verdade, podemos enumerar uma série de argumentos em favor desta prioridade para o problema da dívida externa.

Em primeiro lugar, há o problema de compatibilização do crescimento econômico com a decisão dos credores de evitar, sob todas as formas, fornecer novos empréstimos, “dinheiro novo” na sua terminologia, ao Brasil. A idéia do FMI e dos bancos credores é de que o Brasil mantenha próximo de zero a conta corrente de seu balanço de pagamentos, pagando os juros da dívida com o superávit em transações reais (superávit comercial menos serviços reais). Como os juros devidos a cada ano são de cerca de 11 bilhões de dólares, esta política implica uma transferência real de recursos – e, portanto, de poupança – do Brasil para os países centrais de aproximadamente o mesmo valor, correspondente a cerca de 5% do PIB brasileiro.

É fácil compreender que esse é um obstáculo fundamental ao desenvolvimento do País. É razoável imaginar que o Brasil tenha superávits em transações reais para pagar parte dos juros devidos, mas o mínimo que o Brasil pode exigir é a manutenção do valor real de sua dívida em dólares. Ora, dadas a inflação norte-americana de cerca de 4% ao ano e a dívida brasileira de 102 bilhões de dólares, isto significa recebermos cerca de 4 bilhões de dólares de dinheiro novo a cada ano.

Em segundo lugar, há o problema da autonomia do Brasil em matéria de política econômica. A partir da dívida, os credos-

res e o FMI entendem que têm o direito de orientar – e até monitorar – a economia brasileira. Exigem cartas de intenção recessivas, de acordo com uma visão da economia brasileira equivocada, que considera a inflação o principal problema a ser enfrentado, que diagnostica a inflação como sendo causada pelo déficit público e pela emissão de moeda e que pretende enfrentar o problema principalmente através de medidas de caráter monetário e fiscal. Independentemente do acerto ou equívoco da política econômica exigida pelo Fundo, entretanto, o certo é que a definição da política econômica deve caber ao Brasil enquanto país soberano. E para alcançar esse objetivo a dívida externa é um obstáculo, cujo enfrentamento e solução é uma condição prévia inescapável.

Em terceiro lugar, há o próprio problema da inflação. Só será possível combater efetivamente a inflação se, previamente, equacionarmos o problema da dívida externa e garantirmos uma “folga cambial”, ou seja, se acumularmos reservas internacionais que permitam tomar as medidas de desindexação necessárias para eliminar a inflação autônoma ou inercial existente no Brasil.

Se nos perguntarmos quais foram as causas da aceleração da inflação em 1979-80, quando a inflação passou de 50 para 100%, e em 1983, quando passou de 100 para 200%, veremos que a causa fundamental foi a dívida externa, traduzida na necessidade de desvalorizar em termos reais o cruzeiro. As demais causas – todas choques de oferta, e não de demanda – foram complementares.

A inflação brasileira é essencialmente uma inflação autônoma ou inercial. Os preços sobem impulsionados por choques de oferta, mantendo-se, em seguida, em patamares relativamente estáveis. Essa estabilidade se deve aos fatores mantenedores da inflação, basicamente à capacidade de cada agente econômico manter a sua participação relativa na renda através da indexação formal e informal de seus preços. Como esses preços são alterados defasadamente a inflação passada tende a reproduzir-se autonomamente (independentemente de choques de demanda ou de oferta), ou seja, o movimento inercial dos aumentos defasados dos preços tende a perpetuar-se em sucessivos patamares.

Sucessivos patamares porque qualquer choque de oferta (uma maxidesvalorização, medidas de “inflação corretiva” nos preços públicos, variações nos preços relativos agrícolas, estrangulamentos na oferta de certos bens e elevações de salários reais

acima da produtividade) constitui-se em fator acelerador da inflação, o qual eleva a inflação para um novo patamar. Em seguida, uma vez esgotados os efeitos dos choques de oferta, a inflação mantém-se estável, inerte, autônoma, em seu novo patamar.

Para combater esse tipo de inflação é necessário, em vez das clássicas políticas recessivas, tomar medidas de desindexação da economia (ou introduzir a moeda indexada). A desindexação só será eficiente, entretanto, depois de se ajustarem o mais possível os preços relativos, depois de se reduzirem as defasagens entre os aumentos de preços e desde que o País conte com reservas cambiais elevadas. Essas reservas são essenciais porque a desindexação implicará o congelamento não apenas dos salários, dos juros e dos preços administrados, mas também da taxa de câmbio. E é preciso que haja a credibilidade de que esse congelamento da taxa de câmbio seja efetivamente mantido.

Finalmente, a dívida externa é o problema fundamental, de cuja solução prévia depende a solução dos demais problemas da economia brasileira, porque a dívida interna e o déficit público estão condicionados e determinados por ela através da taxa e do volume de juros a serem pagos anualmente pelo setor público. A dívida interna mobiliária brasileira em ORTN e LTN é relativamente pequena. O que torna imensa a dívida interna é a dívida em dólares, ou seja, a dívida externa das empresas e das autarquias públicas, a qual, internamente, tem de ser paga em cruzeiros, a taxas de juros elevadas.

O ministro da Fazenda, muito preocupado com o caráter inflacionário do déficit público, estimou recentemente o “déficit de caixa” do setor público em 84,9 trilhões de cruzeiros para 1985. O ministro do Planejamento aceitou esse número, mas lembrou que cerca de 91 bilhões de cruzeiros são juros reais a serem pagos. Ora, o déficit público só é causa de aceleração da inflação e só pressiona a inflação, constituindo-se em choque de demanda, quando corresponde a aumento de despesas reais, não a pagamentos de juros originados de uma imensa dívida externa. Para resolver o problema do déficit público financeiro será, portanto, necessário resolver antes o problema da taxa de juros interna, a qual, por sua vez, depende da taxa de juros externa e da pressão para o pagamento dos juros da dívida externa.

Há, portanto, uma prioridade para a solução do problema da dívida externa sobre todos os demais problemas – particular-

mente sobre o problema da inflação. O FMI, entretanto, entende exatamente o contrário e condiciona “concessões” na área da dívida externa, ou seja, de novos empréstimos, ao encaminhamento prévio do problema inflacionário via novas medidas de ajustamento. Define-se assim o impasse, que provavelmente só será resolvido quando novas crises cambiais representadas pela redução das reservas internacionais brasileiras levarem o Brasil a capitalizar parcialmente os juros a serem pagos. (*Gazeta Mercantil*, 09/06 e 11/06/85)

Inflação autônoma e desindexação

Depois de dezoito meses de desacertos, o presidente Alfonsín afinal encontrou o caminho correto do combate à inflação, determinando a desindexação total da economia e o congelamento dos preços, dos salários, dos juros, da taxa de câmbio e da oferta de moeda.

A inflação argentina, que Alfonsín encontrou em uma taxa anual acima de 300%, já supera atualmente os 1.000%. Não importa discutir aqui as causas dessa aceleração inflacionária, que estava levando a Argentina para a hiperinflação. O importante a assinalar é que no final de 1983 a inflação desse país, a exemplo do que acontece no Brasil, já era autônoma ou inercial.

Inflação autônoma ou inercial é aquela que se reproduz automaticamente, devido à capacidade de cada agente econômico de, defasada e indexadamente, repassar os aumentos de custos para os preços. Esse repasse ocorre em função do conflito distributivo, através do qual todos procuram (e, até certo ponto, logram) não perder – e, se possível, ganhar – com a inflação.

Uma inflação dessa natureza, que é sempre caracterizada por altas taxas, é insensível a medidas monetaristas ortodoxas de redução da demanda, conforme temos visto insistentemente aqui no Brasil. É também insensível a uma política estruturalista heterodoxa de expansão econômica que, através do aumento de produtividade e do aproveitamento de capacidade ociosa, permita baixar as margens de lucro das empresas e, assim, desacelerar a inflação.

Por outro lado, uma inflação autônoma como a argentina (ou brasileira) é extremamente sensível a qualquer choque setorial estrutural de demanda e, principalmente, é sensível a choques de oferta (aumentos) monopolistas de margens de lucro, desvalorização cambial real, aumentos de salários acima da pro-

atividade, obtidos pelos sindicatos, medidas de “inflação corretiva” tomadas pelo governo para eliminar subsídios. Qualquer choque dessa natureza acelera a inflação, levando-a a mudar de patamar e, em seguida, a estabilizar-se rigidamente nesse novo patamar.

Diante desse tipo de inflação, a única solução são a desindexação geral da economia e o congelamento de preços, salários, juros, aluguéis e taxa de câmbio. Esta medida, entretanto, só pode ser tomada quando (1) os preços relativos estão ajustados, ou seja, não haja subsídios distorcendo os preços de mercado, e quando (2) as defasagens entre os aumentos de preços foram reduzidas ao mínimo. Além disso, é necessário que (3) a balança comercial do país esteja equilibrada e (4) que o déficit público real (descontados correção monetária e juros) haja sido eliminado.

As duas primeiras condições são essenciais, porque, no dia em que a inflação for estancada, é necessário que não haja, de um lado, grandes prejudicados – aqueles que aumentaram há muito tempo seus preços – e grandes beneficiados – aqueles que acabaram de aumentar seus preços. Por outro lado, as terceira e quarta condições são imprescindíveis para que não haja uma pressão de demanda forçando os salários e as margens de lucro para cima.

É preciso ficar claro que a política de congelamento ou desindexação da economia que está sendo adotada na Argentina nada tem a ver com o choque monetarista ortodoxo, embora também se congele o aumento de oferta de moeda. É um tratamento de choque heterodoxo ou administrativo, que busca, através do congelamento dos preços não indexados e da desindexação dos ativos e contratos indexados, eliminar a inflação autônoma, na qual a oferta de moeda é mero fator sancionador da inflação. A moeda só aumenta porque, como os preços estão aumentando, é necessário manter a liquidez do sistema econômico. Se os preços são congelados administrativamente em um ponto em que não haja grandes prejudicados nem grandes beneficiados, deixa de haver necessidade de aumento da oferta de moeda. (*Gazeta Mercantil*, 18/06/85)